

JOSÉ CARLOS ZILIANI

**COLONIZAÇÃO: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DA
COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO MATO GROSSO
(1908 – 1960)**

**ASSIS
2010**

JOSÉ CARLOS ZILIANI

**COLONIZAÇÃO: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DA
COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO MATO GROSSO
(1908 – 1960)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de conhecimento: História e Sociedade).
Orientador Dr. José Carlos Barreiro.

**ASSIS
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Z69c	Ziliani, José Carlos Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960) / José Carlos Ziliani. Assis, 2010 247 f. : il. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: José Carlos Barreiro 1. História. Colonização. 2. Território Nacional. 3. Centro Oeste. 4. Imigrantes – Bata. I. Título. CDD 325.81 981.72
------	--

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Carlos Barreiro

Prof. Dr^a. Tânia Regina De Luca

Prof. Dr. Claudinei Magno Magri Mendes

Prof. Dr. Cláudio Alves Vasconcelos

Prof. Dr. Carlos Martins Junior

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho
às etnias originárias, em especial aos caingangues,
que se retiraram ou foram retirados à bala de carabina,
para que uma outra civilização,
a nossa, fosse construída em seus territórios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Professor Doutor José Carlos Barreiro, por ter acolhido meu projeto de pesquisa e pela confiança e apoio incondicionais.

Agradeço aos colegas do Departamento de Ciências Humanas, em especial do Curso de História, Campus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por terem assumido minhas aulas, durante o tempo de meu afastamento.

Ao Programa Institucional de Capacitação de Docentes e Técnicos - PICDT, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pelo apoio sob a forma de uma bolsa de estudos, o que me possibilitou, após 23 anos de trabalho ininterruptos no magistério, dedicar-me às pesquisas e intensas e enriquecedoras leituras, que me possibilitaram uma melhor qualificação profissional.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Cultura, Política e Sociedade, do Departamento de História do Campus de Assis/UNESP, coordenado pelos professores Dr. José Carlos Barreiro e Dra. Tânia Regina De Luca, por ter possibilitado reflexões teóricas fundamentais para a condução da pesquisa e elaboração desta Tese.

À Professora Doutora Maria Celma Borges, colega de Departamento, por me poupar um imenso tempo de garimpo de textos, disponibilizando-me uma boa quantidade deles.

A todas as pessoas das instituições em que realizei minhas pesquisas, pela boa vontade em facilitar meu acesso aos documentos.

Ao Evandro Amaral Trachta e Silva, o agradecimento - que estendo também a sua família - pelo acolhimento, amizade e parceria na organização do Centro de Memória Jindrich Trachta, me possibilitando, desde 2001, o contato com o objeto desta pesquisa, a qual, desde aquela época, passou a fazer parte de meus interesses e exercícios em pensar a história.

As colegas Elizete e Regina, do Núcleo de Cultura da Prefeitura de Bataguassu, MS, pelo trabalho de realização de mais de quarenta entrevistas com colonos pioneiros da colonização naquele município.

À família Bata, de Presidente Prudente/SP, em especial ao Comandante Nelson Verlangieri de Oliveira, pela disponibilização de documentos e depoimento pessoal.

A Dolores Ljiljana Bata Arambasic, neta de Jan Antonin Bata, de Batayporã, MS, pelas muitas conversas e pela disponibilização de documentos.

A Rose, pelas interlocuções permanentes e pelo afeto. E também aos seus filhos Vicente, Maíra e Gabriel, por estarem sempre torcendo pelo sucesso deste trabalho.

Existe muito mais gente a quem devo meus agradecimentos, porém, mesmo sem nominar, são pessoas que fizeram parte, em algum momento, dos meus caminhos, mesmo que algumas delas estivessem do lado oposto desses caminhos.

Toada Brasileira

Eu fiz com meu trabalho a vida inteira
Uma casinha branca no sertão
De frente prum caminho de palmeira
Do lado de nascente ribeirão
De dia o galo canta na porteira
E a passarada vem comer na mão
E à sombra de uma jabuticabeira
Passo a manhã cantando uma canção
No almoço uma caninha costumeira
Vem do fogão de lenha um cheiro bom
E eu como uma comidinha mineira
Pra cochilar sob o caramanchão
No fim da tarde um banho na ribeira
Deitar na rede e olhar pra essa amplidão
A estrela Dalva é a estrela primeira
E o canto da cigarra é a saudação
De noite vem o perfume da roseira
E a lua tece rendas no portão
Eu tenho a paz com a minha companheira
Mas muita mágoa no meu coração
Por que não ser assim com a terra inteira
Por que que uns conseguem e outros não
E eu canto uma toada brasileira
Pedindo um mundo assim pros meus irmãos.

(Ivor Lancellotti e Paulo César Pinheiro).

RESUMO

Este trabalho busca analisar a primeira metade do século XX, período em que são implementados projetos de colonização dirigida, os quais fizeram parte dos dispositivos para a construção do Estado Nacional nos espaços dos sertões, considerados como espaços “vazios”. Num primeiro momento procura analisar os discursos que tiveram o papel de construir representações sobre os espaços dos sertões, dando-lhes visibilidade, de modo a convertê-los em espaços identificados e utilizáveis. O objeto privilegiado na pesquisa, para encontrar o funcionamento daqueles dispositivos, é uma companhia particular, a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, que atuou e teve seus negócios no Oeste de São Paulo e Sul do Estado de Mato Grosso, entre os anos 1908, ano da criação da referida Companhia e o ano de 1960, quando seus projetos de colonização se estagnaram. A trajetória da Companhia está dividida em três períodos, destacando-se o terceiro por ser aquele em que os projetos de colonização efetivamente ocorreram, com a presença e participação de um personagem, que o tornou singular, o imigrante de origem tchecoslovaca Jan Antonin Bata, que transformou a Companhia na Organização Bata no Brasil. Os projetos de colonização incorporaram espaços do território brasileiro, espaços que antes eram considerados sertão inóspito, fazendo surgir dezenas de cidades naquelas regiões, bem como favorecendo sua integração à economia nacional, configurando-os como espaços do exercício do poder de controle do Estado Brasileiro. Como referenciais de apoio utilizaram-se aqueles do campo da História Cultural. A pesquisa conclui que partes significativas dos espaços do Oeste de São Paulo e da região Sul de Mato Grosso integraram-se, definitivamente, aos fluxos da economia capitalista da região Sudeste do Brasil, o que significou, dentre outras coisas, a dizimação dos espaços naturais, as florestas e tudo o que nelas continha, bem como a dizimação das populações originárias.

Palavras-Chave: História. Colonização. Território Nacional; Centro-Oeste - Imigrantes – Bata.

ABSTRACT

This work intends to analyze the first half of 20th century, period when projects of directed colonization was implemented, which had been part of the devices for the construction of the National State in the spaces of the remote interior, considered as “empty” spaces. At a first moment it searches to analyze the speeches that had the play of to build the representations about the spaces of the remote interior, giving to them visibility, in behavior to convert them into identified and usable spaces. The privileged object in the research, to find the functioning of those devices, was a particular company, the Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, that acted and had its businesses in the West of São Paulo and South of the State of Mato Grosso, between the years 1908, year of the creation of the related Company and the year of 1960, when its projects of colonization stagnated. The trajectory of the Company is divided in three periods, which the third one is the most important because in that one the colonization projects had effectively occurred, with the presence and participation, of a personage, who became it singular, the immigrant of Tchecoslovaca origin Jan Antonin Bata, who transformed the Company into the Bata do Brazil Organization. The settling projects had incorporated spaces of the brazilian territory, spaces that before were considered inhospitable hinterland, making to appear sets of ten of cities in those regions, as well as integrating them it the national economy, configuring them as spaces of the exercise of the power of control of the Brazilian State. As referential of support was used those of the area of Cultural History. The research concludes that significant parts of the spaces of the West of São Paulo and the south region of Mato Grosso had been combined, definitively to the flows of the capitalist economy of the Southeastern region of Brazil, what it meant, amongst the others things, the decrease of the natural spaces, the forests and everything what in them it contained, as well as the primitive populations’ decrease

Keywords: History. Colonization. National Territory. Midwest – Immigrants. Bata.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Salto das Sete Quedas e o Vapor Tibiriçá, construído nos estaleiros da CVSPMT, em Porto Tibiriçá, hoje Porto Epiácio.....	112
Figura 2 – Áreas colonizadas e a colonizar da CVSPMT.....	125
Figura 3 - Pouso no Sertão, às margens do Rio Pardo no Estado de Mato Grosso	139
Figura 4 – Registro dos primeiros contatos da colonização em Bataguassu	142
Figura 5 - Jan Antonin Bata	156
Figura 6 e 7 - Calçados fabricados pela Cia. Sapaco, em Batatuba, SP	158
Figura 8 - Fábrica de calçados em Belcamp, EUA.....	166
Figura 9 – Roteiros da navegação (anexo)	I
Figura 10 - Cartaz promocional da navegação turística pelo Rio Paraná até Foz do Iguassu (anexo)	II
Figura 11 - Pequenas embarcações da CVSPMT (anexo)	II
Figura 12 - Esquadrias em madeira fabricados pela Companhia Cima. Indiana, SP(anexo).....	III
Figura 13 - “Madeirovia”. Na falta de trilhos de ferro, trilhos de madeira, em Indiana/SP (anexo)	III
Figura 14 - Projeto da cidade industrial de Batatuba, SP (anexo)	IV
Figura 15 - Croqui com localização do Núcleo Colonial e Patrimônio de Mariápolis, SP (anexo)	V
Figura 16 - Planta Vila Boa Esperança, SP (anexo)	VI
Figura 17 - Planta Mariápolis, SP (anexo)	VI
Figura 18 - Planta Vila Alegrete, Martinópolis, SP (anexo)	VII
Figura 19 - Planta do Patrimônio Bartyra, SP (anexo).....	VII
Figura 20 - Planta do Patrimônio de Regente Feijó, SP (anexo).....	VIII

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – VISÕES, CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES DOS SERTÕES.....	33
1 Narrativas e discursos como dispositivos de identificação e reconhecimento dos espaços do “sertão”, desde o Oeste de São Paulo até as regiões de Mato Grosso, Goiás e Pará	33
2 Dilema acerca da constituição da mão-de-obra e do trabalhador nacional brasileiro	39
3 Recursos do sertão ao alcance da mão	52
4 Enunciados da ocupação e colonização	57
CAPÍTULO II – COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO MATO GROSSO: PRIMEIRO PERÍODO (1908 – 1927)	71
1 A gênese da CVSPMT.....	71
CAPÍTULO III – COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO- MATO GROSSO: SEGUNDO PERÍODO (1927 – 1941)	97
1 Os alemães assumem o controle	97
2 A Navegação no Rio Paraná e seus Afluentes	103
CAPITULO IV - COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO- MATO GROSSO: TERCEIRO PERÍODO (1941 – 1960)	122
1 Os empreendimentos colonizadores	125
2 Núcleo colonial de Mariápolis	134
3 Núcleo colonial de Bataguassu	138
4 Núcleo colonial de Batayporã	143
5 O núcleo colonial idealizado Presidente Kennedy	150
.....	
CAPITULO V – O HOMEM, O TEMPO E AS AÇÕES CIVILIZADORAS ...	155
1 Esboço biográfico de Jan Antonin Bata: o homem, o espaço e o tempo	156
2 Dilemas acerca da imigração e da colonização	183
3 Civilizar homens e espaços	190
4 Futebol na roça como dispositivo de disciplinamento	204
CONCLUSÃO.....	222
BIBLIOGRAFIA.....	228
INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	238
ANEXOS	239

INTRODUÇÃO

Duas palavras, duas idéias ou dois conceitos serão centrais na constituição deste trabalho: a colonização e o sertão. A primeira retrata, configura e expressa um tipo de atitude e de ação de vários sujeitos históricos em determinado contexto histórico, sempre a demandar uma população, recursos econômicos além de normas e regras. A segunda, constituída de espaços dinâmicos e radicalmente diversificados que, apesar de uma “existência concreta”, quase sempre nas narrativas referentes à noção de sertão, revelaram-se como lugares imaginados, construídos e postos em articulação com o primeiro. Ambos compõem infinitas tramas que ganharam uma visibilidade e dizibilidade nesta pesquisa, mas que, muito antes deste trabalho, já se constituíam como tal, já haviam galgado visibilidade e dizibilidade, decorrentes das quais acionaram-se os motores da “civilização” em lugares onde os acionamentos não eram ainda “civilizados”, motorizados.

A idéia de sertão foi uma construção simbólica para representar determinados espaços, em regra geral, desconhecidos ou conhecidos precariamente pelos colonizadores europeus, que nesta pesquisa são representados pelos portugueses e seus descendentes, bem como por outros imigrantes que se associaram a tais empreendimentos no transcorrer das primeiras décadas do século XX, muito embora seja utilizada uma certa base empírica quando se trata do final do referido século.

Foi uma intensa construção: histórica, literária, de escritura em sentido mais ampliado, na medida em que “[...] os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais – para não falar em entidades históricas” (SAID, 2007, p. 31), configuradas como lugares contendo coisas específicas de tais lugares; neste caso, lugares do sertão ou o próprio sertão que “[...] é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença” (Id., Ibid.) com o seu antagônico, o litoral, pautada sempre pela relação de alteridade com esses lugares, como lugares do outro, sendo esse outro, geralmente os índios, os sertanejos ou às vezes posseiros e seus demais componentes geográficos e culturais. Aliás, convém ressaltar que esse outro carecerá sempre de estar no plural, por tratar-se sempre de muitos outros, difusos, complexos, resultando daí que essas construções simbólicas esforçaram-se

intensamente por tentar simplificá-lo(s) ao máximo possível, tendendo a homogeneizá-lo(s), viabilizando, dessa forma, táticas e estratégias, elaboradas sempre como dispositivos colonizadores e ou civilizadores, para enfim domesticá-los, colonizá-los.

Dessa forma, tudo o que se escreveu sobre os sertões, sobre os oestes e sobre os personagens que lá estavam - os sertanejos, os indígenas- devem ou precisam ser tomados como um conjunto complexo de conhecimentos que tiveram a lógica de dominá-los para ter certa autoridade sobre eles, o que significa, na maior parte das vezes, a negação de uma sua possível autonomia. Significa também, que o peso desse conhecimento faz com que “[...] questões como inferioridade e superioridade pareçam mesquinhas” (SAID, 2007, p. 63) e em grande parte dos textos não se encontra a negação da superioridade do litoral, da cultura do litoral, do paulista bandeirante, e na mesma medida, da inferioridade dos índios, dos sertanejos, do caipira. Constituem-se, mesmo, numa generalizada aceitação das diferenças como um dado essencial, ou natural, materializando-se em “evidências constatáveis” entre os próprios sujeitos do sertão que corroboram, no fato de eles pertencerem a “[...] uma raça subjugada, dominada por uma raça que os conhece e sabe o que é bom para eles mais e melhor do que poderiam possivelmente saber eles próprios” (Id., Ibid., p. 66).

Nesse sentido, a marcha da conquista dos espaços, a Marcha para o Oeste “[...] efetivamente os tiraram da desgraça de seu declínio e transformaram-nos em residentes de colônias produtivas” (Id., Ibid.). Indo além da circunscrição da produção desses discursos, e pensando na esfera de sua circulação, distribuição, e nas práticas de suas leituras e apropriações, como conhecimento dos lugares e dos espaços dos sertões, são eles instrumentos para colocar “as coisas na aula, no tribunal, na prisão ou no manual, para escrutínio, estudo, julgamento, disciplina ou governo” (Id., Ibid., p. 74). Não é desnecessário lembrar, que esses conhecimentos dos sertões do oeste abrangiam ou se estendiam desde o Oeste do Estado de São Paulo até as regiões amazônicas, uma vastidão imensa em processo de homogeneização.

Enfim, decifrar aqueles espaços para devorá-los e, conseqüentemente, ir (re)construindo-os dentro de uma outra lógica social, política e econômica, na medida dos desejos e interesses dos colonizadores, cujas modalidades e intensidades de tais desejos e interesses, sempre foi e precisa ser assim tomado para análise, como uma ação essencialmente histórico-temporal.

A percepção das modalidades, dos desejos e interesses, pode ser encontrada e tomada para análise, na imensa literatura sobre os sertões ou sobre os oestes brasileiros e, se se quiser, americanos, ambos elaborados nos primeiros tempos pelos europeus, e com o transcorrer da montagem da civilização luso-brasileira, por colonos e, na seqüência, por brasileiros, chegando até os dias atuais, com a estratégia de se inventar políticas de sustentabilidade para as comunidades distantes dos grandes centros produtores de riquezas, que por sua vez perderam o prumo de uma possível sustentabilidade, mas que tentam invocar no outro tais possibilidades, como forma atualizada de “colonizá-los”. Beira quase a ironia ver, ouvir e ler políticas públicas como dispositivos de poder, através de programas e projetos (de governos, ONGs, e outras instituições congêneres) suscitarem alternativas e modalidades de desenvolvimento sustentável, por exemplo, para comunidades indígenas. Quer dizer, o processo histórico colonizador retirou das comunidades indígenas e inviabilizou o que elas possuíam de sustentabilidade, à época entendida como traço de incivilidade, de atraso, para, agora, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, cobrar, hipocritamente, aquilo que na maioria dos casos é irrealizável.

Para aquelas temporalidades que antecederam os contatos com colonizadores das Américas, a relação com os espaços era tangenciada por outras lógicas, outras dinâmicas, marcadas pelas construções resultantes de relações engendradas pelas centenas de etnias indígenas que originariamente ocupavam aqueles espaços, migrando, conquistando, atravessando (como o caso do Caminho Peabeirú), mediando relações, construindo sociabilidades, permitindo-lhes contatos intensos entre o Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico. Não é objeto deste trabalho tratar disso, mas é necessário esse breve apontamento, pois para muitos daqueles que tentaram ou retrataram aqueles espaços, muitas vezes o fizeram dando a impressão de que neles não existiu história, como se fossem espaços vazios de homens e mulheres.

Outra dimensão que vale a pena anunciar, à guisa de introdução, é o fato de que ocupar os oestes sob a estratégia da “Marcha Para o Oeste” do Estado Novo no Brasil, não deve ser compreendido apenas como um fenômeno brasileiro, da conjuntura de construção do Estado brasileiro, objeto desta tese. Ele o é, na medida exata de uma temporalidade específica e de um momento específico da história brasileira. Mas, conjunturalmente, deve também ser percebido como estratégia de um novo momento do capitalismo e que “[...] desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização

capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico. Ambas não deixaram de ser solidárias” (MONBEIG, 1984, p. 105) e, a título de exemplo, vale lembrar que a ocupação do Oeste dos Estados Unidos esteve muito próxima, temporalmente, das manifestações discursivas das elites brasileiras desejosas de ocupar os oestes brasileiros. Também, a título de ilustração e sugestão, dois livros trataram da ocupação do Oeste dos Estados Unidos da América; ambos levam o mesmo título: *O Faroeste*, sendo um escrito por Dee Brown, sob uma abordagem literária, e o outro, sob o enfoque historiográfico, de Claude Fohlen, além, evidentemente, de uma outra vasta bibliografia sobre o tema.

Sobre a abrangência do objeto desta pesquisa, no que se refere à dimensão do recorte espacial, ressalta-se que, inicialmente, quando da construção do projeto de pesquisa, marco inicial dos contatos com o objeto - a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT) -, acreditou-se como possibilidade de se tomar o objeto como circunscrito à territorialidade paulista, na medida em que a sede das operações da CVSPMT, que gestava os negócios da colonização era a cidade de Indiana, São Paulo e, ainda, a existência de outro segmento voltado para a indústria calçadista, localizado no distrito de Batatuba, município de Piracaia, também no Estado de São Paulo. Porém, especificamente no que se refere aos empreendimentos colonizadores, eles estavam intrinsecamente articulados com o Sul de Mato Grosso, pois grande parte das áreas que compreendiam as fazendas, tomadas como áreas a colonizar, encontravam-se naquela Região, nos municípios de Bataguassu e Batayporã; sintomaticamente, as duas cidades surgiram de projetos de colonização da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (CVSPMT). As demais propriedades rurais localizavam-se em vários pontos da Alta Sorocabana estando, portando, geograficamente nos dois “lugares”.

No mesmo sentido, este dado não é uma peculiaridade da CVSPMT, muitas outras companhias ou proprietários particulares paulistas tinham esse prolongamento articulado entre os dois “lugares”, São Paulo e Mato Grosso. Desde as primeiras décadas do século XX, com bastante intensidade, nas décadas de 1940 e 1950, desenrolou-se um processo cuja marca principal foi a corrida pela posse de terras devolutas em Mato Grosso, o que pode ser verificado nas publicações do Diário Oficial de Mato Grosso, período em que, de dez páginas diárias do veículo de comunicação oficial, em média oito páginas eram ocupadas com pedidos de compras de terras devolutas, demarcação das mesmas e publicação dos títulos concedidos. Esse não foi o caso da Companhia, pois suas

propriedades em Mato Grosso foram adquiridas, nas primeiras décadas do século XX, do Cel. Manoel da Costa Lima, também conhecido como Major Cecílio. Por sua vez, o referido Coronel, em 1906, recebeu uma concessão do Governo do Estado de Mato Grosso, de, aproximadamente, 300.000 alqueires de terras devolutas ao longo da margem direita do Rio Pardo, como contrapartida pela abertura da Estrada Boiadeira, ligando Campo Grande ao Porto XV de Novembro às margens do Rio Paraná, no Estado de Mato Grosso. A continuidade dessa estrada, do lado paulista, ligava o Porto Tibiriçá, na margem esquerda do Rio Paraná, passava por Indiana, indo ter à feira de gado de Campos Novos do Paranapanema. Essa nova Estrada Boiadeira, que funcionava também como estrada rodoviária, passou a funcionar como escoadouro do gado dos Campos de Vacaria e dos Pantanais de Mato Grosso para os mercados consumidores de São Paulo, como alternativa à velha estrada por Santana do Paranaíba.

Ilustra essa presença de paulistas no Mato Grosso a experiência de um dos fundadores de Presidente Prudente, o Coronel Francisco de Paula Goulart, liderança política, que entrou em confronto com outro grupo de pioneiros liderados pelo Coronel José Soares Marcondes, ex-proprietário da falida Companhia Marcondes de Colonização. Durante o período do Estado Novo, Goulart perdeu espaço político na região de Presidente Prudente, indo morar em Campinas, com recursos pecuniários deficientes, porque “[...] os que consegui em Presidente Prudente em venda de terrenos, e meus trabalhos lá, ficaram empatados na cidade, resolvi ou deliberei conhecer Goiás e Mato Grosso, isto em 1943” (GOULART, 1967, p. 48). Lá estando procurou conhecer “bem” Goiás e, em Mato Grosso, a cidade de Aragarças, onde já estavam alguns de seus conhecidos paulistas, também envolvidos em negócios de terras devolutas, ou ligados aos índios como os irmãos Villas Boas, da Fundação Brasil Central. Nesse sentido, tendo conseguido terras naquela região, “[...] lá já tinham alguns serviços próprios de plantações de cereais, mormente de certo campo de aviação para teco-teco, então lá ainda os mantive, ao menos até a inauguração do campo, ou seja, até meados de 1947”. (Id., *Ibid.*, p. 49)

A forte presença de paulistas na ocupação e colonização da Alta Sorocabana, bem como nos demais oestes do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, é decorrente do fato de ter sido esse grupo aquele que dispunha de capitais, oriundos da atividade cafeeira e do intenso comércio de terras fortemente valorizadas no período, além de boas e sólidas relações políticas que lhes garantiram acesso às imensidões de terras devolutas, porque ter

acesso às terras devolutas não era “para qualquer um”. E, deve-se ressaltar, que as terras chamadas e categorizadas juridicamente como “devolutas” estavam ocupadas pelas etnias originárias e em alguns lugares por posseiros das frentes de expansão, que foram “tocados”, fazendo-se alusão aqui nesta expressão a uma figura construída por Monteiro Lobato.¹

Ressalta-se a possibilidade de perceber alguma singularidade entre as elites paulistas e as mato-grossenses, no que se refere ao entendimento do caráter dos empreendimentos colonizadores, no que tange à pequena propriedade, bem como a produção agrícola dela resultante. O movimento colonizador teve como epicentro difusor, as duas maiores cidades brasileiras, de onde emanavam as forças políticas definidoras da política nacional: o Rio de Janeiro, como a capital da República, e São Paulo, rapidamente ocupando a posição de maior centro dinâmico da economia nacional. Os demais Estados, tinham as coisas públicas determinadas por aqueles grupos de maior riqueza. Nesse contexto, pareceu-me pertinente tentar perceber como o poder público em Mato Grosso se posicionou em relação ao seu principal bem, as imensidões de terras devolutas, que começaram a ser cobiçadas.

Assim, o Relatório da Repartição de Terras, Minas, Colonização e Obras Públicas, relativo ao ano de 1907, informa a existência de 11 contratos de arrendamento de terras devolutas para a indústria extrativa, “excetuam-se 72.000 hectares que foram concedidos gratuitamente ao cidadão Manoel da Costa Lima como remuneração dos serviços feitos pelo mesmo pela abertura da estrada de rodagem de Campo Grande ao Paraná”, a mesma já analisada anteriormente e referida como Estrada Boiadeira.

No mesmo relatório, é possível perceber a concepção e o tipo de preocupação estratégica do Governo do Estado com os seus espaços ainda “desocupados”, bem como alusões à colonização em Mato Grosso:

Neste ramo de serviço tem muito tempo, que nada se tem operado nesta repartição, entretanto, de agora em diante, é provável que se dê algum movimento, à vista da Lei nº 488 de 09 de outubro do ano findo (1907),

¹ Quando, se referindo ao caboclo brasileiro e à sua condição de não proprietário, “não há recurso legal contra ele. A única pena possível, barata, fácil e já estabelecida como praxe, é “tocá-lo”, ao mesmo tempo que ironiza tal contingência exclamando: “Curioso este preceito: ‘ao caboclo, toca-se’. Toca-se, como se toca um cachorro importuno, ou uma galinha que vareja pela sala” (MONTEIRO LOBATO, 1972, p. 143).

sobretudo pela Patriótica Assembléia do Estado e da reconhecida disposição e força de vontade, no sentido de promover os meios mais eficazes para a effectiva execução da Colonização n'este Estado, por isso que, tão importante assumpto merece o apoio dos espíritos cultos e progressistas, tendo-se em vista, como exemplo, o desenvolvimento e prosperidade de alguns outros dos nossos Estados, cujos governadores não tem poupado esforços para obter o estabelecimento de diversas colônias industriais. (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DE TERRAS, MINAS, COLONIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 13.abril.1908).

Da mesma forma e na mesma direção, o Governo Federal, preocupado com a questão, pede informações ao Governo do Estado de Mato Grosso, sobre as reais condições em que se encontra a colonização daqueles espaços bem como informações objetivas para o estímulo a prováveis imigrações européias para o Brasil. Sintoma e constatação da pouca eficácia do Estado Nacional no que se refere ao conhecimento e controle dos lugares/espaços:

Com o intuito de fornecer ao agricultor europeu uma idéia do nosso progresso e das condições de prosperidade que o nosso paiz lhe oferece, ordenou o Exmo. Sr. Ministro da Indústria que esta Diretoria enviasse à Diretoria Geral do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, as photographias em cartões postais, álbuns, etc, das culturas dos principais gêneros de exportação, da industria pastoril e fabril, bem como das obras d'arte mais notáveis dos diversos Estados. Em consequência, venho solicitar o indispensável e eficaz concurso do governo desse Estado afim de poder esta Directoria, satisfazendo a ordem do Exmo. Sr. Ministro, prestar á propaganda do Brasil no estrangeiro um valioso serviço, para o qual estou certo concorrerá esse mesmo Estado em grande parte. Agradecendo [...] a cooperação [...] se digne de fazer enviar a esta Diretoria tudo quanto possa servir para o fim collimado. (CIRCULAR - Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, 6 jun. 1908).

Como forma de responder à solicitação do Governo Federal, o Governo do Estado de Mato Grosso enviou solicitações a todas as Intendências Municipais, ou Prefeituras Municipais, o levantamento de dados e informações que pudessem atender à solicitação federal. Aqueles documentos produzidos foram de grande importância, pois hoje nos possibilitam o acesso a uma série de informações sobre o Estado.

Daquelas informações produzidas, tomei uma delas, que me pareceu dar conta de perceber a mentalidade das elites no que se referia, por exemplo, à exploração agrícola de pequenas proporções, como seriam aquelas resultantes de projetos de colonização. O Documento da Intendência Municipal de Campo Grande, no Mato Grosso, datada de 25 de

março de 1908, e enviada ao Governo do Estado, informou uma lista de criadores, lavradores e negociantes que existiam naquela jurisdição.

Este documento me pareceu revelador, quando ressaltou não estar incluído naquela lista o grande número de pequenos lavradores que, segundo o intendente municipal, deixou de “[...] enumerá-los visto julgar presentemente de pouca importância suas lavouras, a qual é apenas suficiente para o consumo local” (DOCUMENTO DA INTENDÊNCIA MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, 25 jul. 1908), aproveitou a comunicação ao Governo do Estado, para formalizar reivindicações para o município, denunciando a falta de transportes e reclamando do abandono do município pelo poder central, e ao mesmo tempo informar que os solos da região prestavam-se a todo tipo de lavoura. Ao mesmo tempo foi curiosa a constatação de que em uma vila em formação, pois os trilhos da Noroeste do Brasil estavam em construção, existiam: mais de 100 criadores de gado e cavalares; 23 estabelecimentos comerciais; 14 fabricantes de açúcar e aguardente, e 5 olarias e serrarias.

Sobre a forma de abordagem do objeto da pesquisa, e com o intuito de evidenciar um método, uma das exigências para a prática historiográfica, buscou-se encontrar traços de continuidade ou de conexões entre os fenômenos sociais em evidência, nos materiais empíricos tomados para análise, a partir de indicadores simples. Esses indicadores têm em comum:

[...] o facto de pegar num traço isolado, numa propriedade, e seguir a sua evolução na duração. Estes traços podem ser relacionados uns com os outros, as suas correlações medidas e podem entrar na constituição de modelos mais ou menos complexos. Mas, só são pertinentes quando permitem delimitar na matéria histórica uma realidade restrita de natureza constante (REVEL, 1989, p. 3).

Desse modo cada uma das descrições e relatos que visaram nomear e identificar as coisas contidas nos espaços dos sertões do Oeste brasileiro foram entendidos como traços que compuseram camadas discursivas, constituidoras de uma identidade mais ou menos homogênea, que por sua vez serviram de diagnósticos, possibilitando e viabilizando a montagem de projetos de colonização nas primeiras décadas do século XX para, em última análise, servirem de táticas de construção do estado nacional brasileiro, como foi analisado nas partes deste trabalho. Da mesma forma, representaram indícios que foram se configurando como traços, à medida que os dados se revelaram na pesquisa, como em cada

uma das táticas e estratégias utilizadas pela companhia colonizadora na direção da implementação de seus projetos.

Em grande medida, a base empírica desta pesquisa foram alguns autores, cujo traço comum, evidentemente, foi o de terem escrito sobre os sertões dos oestes do Brasil. Com relação a eles, independente de suas vinculações institucionais e políticas:

[...] qualquer que seja a sua preparação, tanto comentadores letrados como simples observadores da vida popular descreveram uma esfera cultural que lhes era alheia. Definiram esse mundo como diferente e estabeleceram, com ele, uma relação tendente a reforçar a coerência da sua própria cultura [o que significou] a produção de um certo tipo de discurso e de conhecimento, e mais precisamente a relação entre a utilização deste discurso e a produção de um objeto específico (REVEL, 1989, p. 77- 8).

qual seja, representação, o conhecimento e a identificação dos espaços dos sertões, com vistas à sua incorporação ao espaço do território nacional passível de controle. Situação que nas primeiras décadas do século XX, e mais intensamente durante o Estado Novo e décadas seguintes, passou a ter uma forte conotação do controle na direção do seu esquadramento até as minúcias.

Um daqueles relatos de viagem, tomado como base empírica desta pesquisa, é o relato de Hermano Ribeiro da Silva, em Garimpos de Mato Grosso, no qual o autor registrou, a partir da sua posição de membro de uma elite paulista, as paisagens, lugares e pessoas, desde o trajeto pela Estrada de Ferro Sorocabana até as regiões atravessadas pelo seu grupo, e que foi laureado por publicação, sintoma do período:

Os anos 30 e 40, do ponto de vista editorial, são marcados pela profusão de relatos de viajantes, cronistas e historiadores amadores que, em grupos, em duplas, sozinhos, ou engajados em missões científicas patrocinadas por governos estrangeiros, estiveram no país no decorrer do século passado. Editados como nunca. (PONTES, 1995, p. 446).

Parte significativa daqueles relatos de viagens, dentre muitos outros textos, foi inserida nos de projetos editoriais, como a *Brasiliana* ou a *Biblioteca Histórica Brasileira*, nos quais, como gênero literário do período entre as duas guerras mundiais, ressalta-se a sua característica formal, que tendia a parecer meio fora do lugar, pois:

As viagens aparecem, nesse contexto, como uma saída possível, freqüentemente utilizado. O ofício do aventureiro, do viajante, é vivido principalmente por pintores (vide Gauguin) e escritores (Rimbaud, Saint-Exypéry, T.H. Lawrence etc.). É como se a sensibilidade moderna retomasse, de certa forma, a atração romântica pelo distante, pelo exótico. (PEIXOTO, 2001, p. 501).

Para esta pesquisa, ao optar pela literatura, no mais das vezes como base empírica, tomou-se a atitude de privilegiar a reconstituição de imaginários acerca dos sertões como lugares, onde estavam em operação, ou como objeto, em torno do qual deveriam operar os mecanismos do progresso e da modernização, através dos projetos de colonização dirigidos. Se, de um lado, foi tomada como documento a fundamentar a explicação histórica, de outro, é possível tomá-la como objeto de análise, uma vez que no início do século XX, ela configurou-se como uma prática discursiva, que ocupou papel significativo na construção dos “retratos do Brasil”, naqueles esforços de repensar a nação e definir os rumos a tomar.

Os textos literários tomados como empiria, fizeram parte de um contexto, aqueles das décadas de 1920 a 1940,

[...] marcados pelo aparecimento de uma verdadeira enxurrada de ‘retratos’ do país. Nascidos do imaginário do ‘outro’, feito nome primeiro, e, realidade depois, o Brasil, para os intelectuais nativos, parece estar sempre por um triz, daí, talvez, a necessidade constantemente renovada de certifiá-lo (PONTES, 2001, p. 424).

Este momento é traduzido como aquele em que “o Brasil começou a se apalpar” e em que a realidade brasileira se tornou o conceito-chave do período, encarnando-se nos estudos brasileiros de história, política, sociologia, geografia etc. Tais estudos, pautados por um frenesi de reinterpretar o passado nacional, de interpretar e diagnosticar o presente, refletiram-se de maneira notável, nas “[...] inúmeras coleções que lhes dedicaram as mais importantes editoras do período. Ganharam uma visibilidade excepcional, propiciada, em grande medida, pela consolidação e a expansão do mercado de livros” (Id., Ibid, p. 426). Os escritores e seus editores podem ser analisados como “[...] ‘os novos heróis civilizadores’[...]. Afinal, ‘um país se faz com homens e livros’, dizia Monteiro Lobato nos anos 20. Nos anos 30, esta frase seria adotada como lema pela Livraria José Olympio Editora, uma das mais importantes e prestigiadas editoras do período” (Id., Ibid, p. 427).

Dentre elas, figuro aqui, a *Brasiliana*, por ter sido através dela que alguns dos textos usados foram editados, “o mais notável empreendimento editorial que o país conheceu até hoje” (CÂNDIDO apud PONTES, 2001, p. 428). Do mesmo modo aquelas coleções são um instrumento de fundamental importância para “a compreensão do universo intelectual dos anos 30, 40 e 50” (Id., Ibid, p. 451) e, através delas, perceber a criação das estratégias de colonização dos espaços “vazios”, de leitura e organização da realidade brasileira.

A *Brasiliana* teve a sua importância, pelo “empenho na divulgação da cultura e do pensamento brasileiro” (Idem. p. 453), além de ter publicado o trabalho dos viajantes e cronistas, que na década de 1930 “foram largamente ‘consumidos’, como atestam a sua situação na *Brasiliana*- 2º lugar” (Idem, p.466), e, o que os tornaram relevantes para esta pesquisa, “por oferecerem um conhecimento seguro sobre a flora, a fauna, os costumes e a geografia física e humana do Brasil no século passado, tornam-se uma fonte obrigatória de consulta para todos os que se propunham a interpretá-lo” (Idem, p. 457), do mesmo modo, àqueles que estavam interessados ou viessem a estar interessados em colonizar os espaços da nação ainda não “ocupados”. Além de promover uma “maior divulgação de dados colhidos em regiões diversas do Brasil, e sob critérios diferentes, mas que esclareçam ou fixem problemas de interesse geral para o nosso país e para o nosso tempo.” (Idem, p. 463)

Pensando numa possível distinção entre dois campos, o das representações, objeto central das produções literárias, e o do tempo vivido, ou o campo das experiências concretas de realizações dos projetos de colonização, distinção, acredito ultrapassada, ou em desuso em parte considerável da historiografia, melhor será tentar encontrar as possibilidades de imbricações e articulações entre elas. De Luca (1999) trata com propriedade da problemática, de modo que:

Se os nossos intelectuais sempre se consideram dotados de especial aptidão para dar conta do real, importa esclarecer não só os valores subjacentes às suas apropriações simbólicas, mas também ressaltar os grupos e interesses concretos aos quais elas se vincularam. Como assinalou Chartier: “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”, o que alerta para a necessidade de discernir sempre a posição de quem fala. (DE LUCA, 1999, p. 30)

As possibilidades das aproximações entre a história e a literatura têm se mostrado eficientes, especialmente no tocante à utilização da literatura como fonte, num esforço de atingir nuances do vivido, coisa que muitas vezes um documento, seja do Estado, seja de outras instituições, oferece acesso precário. Tal precariedade pode ser percebida, exatamente, pelas diferenças ou distâncias, que muitas vezes ocorrem, entre uma prática discursiva e uma prática social. Para tanto:

[...] o historiador deve usar tanto a evidência social quanto a literária. E devo dizer que já há muito tempo cheguei a algumas conclusões em relação às evidências literárias. Em primeiro lugar, nunca se deve usar a literatura simplesmente como ilustração do que se está fazendo. O historiador deve tentar entrar em uma determinada obra, e é o que tentei fazer, por exemplo, com George e Trollope. No meu entender, a literatura pode fazer três coisas. Pode nos dar acesso a experiências comuns, que, caso contrário, ficariam perdidas; pode também, revelar experiências individuais e relacioná-las com as comuns; e pode, finalmente transcender, até certo ponto, essas experiências e tratar de questões universais da vida humana. [...] e pode servir de grande estímulo à imaginação do historiador (BRIGGS, 2000, p. 68)

Em se tratando do uso de fontes literárias como evidência de um tempo vivido, foi Keith Thomas, dentre outros, um historiador que teve méritos em inovar o trabalho do seu uso. Foi na narrativa literária que ele encontrou, por exemplo, referências às mudanças de atitudes dos homens em relação às plantas e aos animais, nos séculos XVI ao XVIII, em grande medida, decorrente do fato de que a literatura cobre um campo de experiências amplo:

[...] e os problemas de interpretação que apresenta não são mais sérios do que os dos documentos tradicionais. Pode-se argumentar que os poemas ou as peças de teatro, por exemplo, seguem um certo gênero literário, estão submetidos a convenções, são influenciados por certos modelos etc. Mas o mesmo pode ser dito, e com igual força, sobre os documentos encontrados nos arquivos públicos, pois eles também precisam ser interpretados e manejados com sensibilidade. O que, então, pode a literatura nos dizer? Ora, mesmo descontando as imposições dos gêneros literários, ela pode, em geral, nos dizer muito sobre a vida que nela se revela e sobre as sensibilidades, emoções e valores humanos com os quais se ocupa. (THOMAS, 2000, p. 144).

No mesmo sentido, o uso dos jornais, especialmente para quem escreve sobre temporalidades, a partir do século XIX, são uma fonte valiosa. Para perceber e encontrar os traços da experiência objetiva da CVSPMT utilizou-se o jornal Ordem e Progresso e nele

foi encontrado um universo não visível em outros documentos, sem deixar de atentar, ou de compreender, antes de qualquer coisa, as razões da existência do próprio jornal. Desse modo, como material de época:

[...] a leitura de jornais me parece a melhor coisa a fazer, pois funciona como um exercício de imersão que nos possibilita exatamente criar um léxico, ao recuperar a linguagem técnica da época, ao perceber quais são quais são os seus conceitos-chave, suas palavras-chave. Mas eu não consideraria isso mais do que o exame de um certo nível de percepção, e não tomaria essa imersão como podendo nos levar aos elementos realmente significativos da história da época. E isso por conta de certas fraquezas fundamentais dos jornais que nos obrigam a suspeitar bastante do que dizem e a utilizá-los com imensa cautela. Pois não podemos nos esquecer de que os jornais costumam ser muito tendenciosos, são tremendamente mal-informados e só abordam uma pequena parcela da realidade. Apesar disso eles são uma fonte inestimável para o historiador, e não só pelo que dizem em suas matérias, mas pelo que também se pode extrair de seus anúncios e ilustrações (BRIGGS, 2000, p. 73-4).

Ainda para pensar o uso das narrativas literárias e outros gêneros pareceram pertinentes as análises de Antonio Cândido sobre a literatura nas primeiras décadas do século XX, período do qual tomamos algumas obras literárias como referência ao vivido. Aquelas literaturas, tais como: relatos de viagem e gêneros de ficção, foram expressão dos regionalismos fabricados como aporte das identidades de lugares em referência, constituíram-se mesmo, como uma das principais vias de auto-definição da consciência local, em combate, às vezes, com as formulações homogeneizadoras, que buscaram a definição de um “Retrato do Brasil”, ávidas por uma identidade nacional. Aliás, desde o início do romance brasileiro, com José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Taunay, esse será um dos traços. Um daqueles autores, aqui tomados como fonte, Hélio Serejo, definiu-se, e assim é reconhecido literariamente, como literato sertanejo, tendo inclusive uma obra intitulada *Contos Crioulos*², onde retratou os lugares/espacos da região Sul do Estado de Mato Grosso e sua historicidade, pelo ângulo do:

[...] ‘conto sertanejo’, que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito idéias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo estético. É a banalidade dessorada de Catulo da Paixão Cearense, a ingenuidade de Cornélio Pires, o pretensioso exotismo de Valdomiro Silveira ou do Coelho Neto de Sertão; é

² SEREJO, Helio. *Contos Crioulos*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1998. Recentemente, no ano de 2009, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul reeditou a sua obra completa.

toda a aluvião sertaneja que desabou sobre o país entre 1900 e 1930 e ainda perdura (CÂNDIDO, 2000, p. 105).

Cornélio Pires foi um daqueles escritores que se referiu ou tratou de lugares do Oeste do Estado de São Paulo, em especial do sertão do Paranapanema, quando de sua ocupação efetiva pelas forças colonizadoras.

Não foi objeto de este trabalho realizar uma análise densa do campo literário, mas de deixar minimamente anunciado e delimitado a possibilidade das aproximações possíveis, de outro modo, impossível de se passar ao largo de tais preocupações, pois foi principalmente nas literaturas, nas primeiras décadas do século XX, que as paisagens do interior do Brasil ganharam um novo “retrato”, que o homem do sertão, pejorativamente chamado de “caboclo” ou “sertanejo”, passou por um processo de idealização e foi foco da possibilidade de uma “energia nacional”. Exemplo de um personagem que ganhou, a partir da literatura, estatuto nacional, foi a figura do “Jeca Tatu” construída, idealizada por Monteiro Lobato, e logo em seguida, o regenerado “Jeca Tatuzinho”. Da mesma forma, e “em todo o caso, os decênios de 20 e 30 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais” (CÂNDIDO, 1998, p. 123).

Desvelam-se, desse modo, os caminhos da tese, fruto da pesquisa, qual seja: a problemática da construção do estado nacional brasileiro, buscando compreender e analisar como um de seus dispositivos os projetos de colonização entre as décadas de 1930 a 1960 do século XX, tendo como marco fundador a estratégia formulada pelo Estado Novo, forjada na expressão “Marcha Para o Oeste”, momento em que, ainda no ano de 1941, havia o entendimento de que “[...] entre os grandes problemas nacionais sem solução até o presente, indubitavelmente a penetração dos vastos sertões de Goiás e Mato Grosso – onde se encontram as maiores riquezas naturais do Brasil – é o de maior importância para os nossos destinos” (ESCOBAR, 1941, p. 3). Entendendo-se ainda que partes do oeste do Estado de São Paulo estavam incluídos como sertões, condição visível nos documentos da colonizadora CVSPMT, nos quais os núcleos coloniais se estabeleceram, em lugares de mata virgem, sem estradas ou demais meios de comunicação, como o núcleo colonial de Mariápolis, distrito de Adamantina, dentre outros. Muito embora, ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana e nas cidades que surgiram a partir das estações da ferrovia, fosse possível vislumbrar-se a materialidade de dados da modernidade e da “civilização”, em

cujas áreas do entorno, à medida de sua maior distância destes centros irradiadores, da presença e do movimento “civilizatório”, encontrava-se configurada como, o que aqui se está tentando compreender, representação do sertão.

Podem-se acrescentar ainda os informes do relatório de viagem da excursão anual realizada pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, em 1953, ao vale do rio Paraná, dos quais resultaram observações, nas quais se constata como característica de tal descrição, uma região cuja “primeira impressão de quem, embarcando em Pôrto Epitácio, percorra o rio Paraná até Guairá, é de um contínuo suceder de paisagens que, pela sua uniformidade, tornam-se monótonas”, e do ponto de vista de ocupação humana, “as áreas marginais parecem despovoadas. Nada indica a presença do homem ou sua atividade, mostrando-se a região como extensa zona à espera de ser utilizada” (PETRONE, 1955, p. 55).

Retomando a problemática da constituição do Estado Moderno/Estado de controle, na exata medida de sua precária existência em grande parte do território brasileiro, especialmente naqueles espaços do sertão, tomaram-se as reflexões de Alberto Torres, em O Problema Nacional Brasileiro, idéias sugestivas para a discussão da construção do Estado Nacional. Publicado em 1914, esse trabalho fez coro com muitos outros que defenderam positivamente as potencialidades do país a partir de suas condições objetivas e enfrentou combativamente, criticando as teses eugênicas que, contrariamente a ele, viam com negatividade as possibilidades do país, pois, para estes, o problema era a não existência de uma raça pura, e tinham como verdade, que a mistura das raças operadas durante todo o processo colonizador - era um sintoma de degenerescência da população.

Os debates circunscreviam uma problemática extremamente cara à República, a existência da nação, com o seu correlato, o sentimento de patriotismo/nacionalidade, em relação ao qual éramos “[...] uma nacionalidade dispersa, amorfa, em estado quase líquido, sem elementos de condensação e de resistência; um composto de admiráveis caracteres individuais, moralmente unidos, sem caráter social; um conjunto de raças e de tipos, sem modelo nacional; uma nação, sem nacionalidade” (TORRES, 1978, p. 127).

As nacionalidades modernas de origem colonial - e o Brasil tinha este dado como uma de suas peculiaridades- e, não deixando de ser notável o fato de ter perdurado até as décadas iniciais do século XX “a ausência de espírito nacional ‘prático’, da solidariedade patriótica, fundada na consciência dos interesses comuns a todos os agrupamentos

políticos, religiosos, econômicos, geográficos, comerciais e industriais”, o que se tornava então, uma necessidade com mais forte razão de ser, por conta de tal ausência seria o “[...] estudo da síntese nacional, e o trabalho de educação da opinião e de arregimentação dos espíritos em torno de um programa e de um ideal, é, por força da nossa conformação geográfica, mais difícil e mais necessário” (Id., Ibid, p. 85), atitude de caráter patriótico, que a CVSPMT incorporou em suas práticas discursivas, visíveis em seu Folheto de Propaganda da Organização Bata na Alta Sorocabana ou no jornal Ordem e Progresso.

Quanto à forma de organização política do Estado brasileiro nas primeiras décadas da República, ainda perduravam:

[...] aparelhos e processos de governo, incolores, neutros, vagos, inadequados, que se encontram por toda parte: mas, por entre essa organização complicada, e, por vezes, luxuosíssima, a vida do homem, a sua alimentação, os interesses da economia social, a distribuição da riqueza, a circulação comercial e monetária, a educação física, moral e cívica, debatem-se de encontro aos mesmos obstáculos das mais atrasadas sociedades e vão encontrando maiores tropeços, nas próprias construções desta aparente civilização. [...], não aprendemos a arte, primordial e muito mais difícil, de civilizar e cultivar o homem. [...]: é na educação pelos costumes, [...], pela supressão dos incentivos à ociosidade e ao ganho fácil e ilegítimo de empregos e de fortunas. (TORRES, 1978, p. 90).

Decorrente da falta de uma política econômica de âmbito nacional, que procurasse articular todos os setores das atividades produtivas, e no que tange à produção agropecuária, a terra tem sido “presa de um único móvel de obtenção de riquezas: a ambição individual. [...] As riquezas naturais, sob quaisquer formas, são patrimônio do povo que habita o território nacional” (Id, Ibid., p. 91), o que nunca se concretizou, mormente após a promulgação do Estatuto da Terra no século XIX, estabelecendo que o acesso à propriedade da terra estava condicionado à sua compra que, de partida, excluiu a possibilidade para grande maioria dos brasileiros, mas, de outro lado, e este lado foi a regra, “os indivíduos que têm a propriedade do solo e do subsolo julgam-se, e o são quase sempre, em Direito, senhores de suas riquezas. Cada indivíduo e cada geração dilapidam, assim, em proveito próprio, fontes preciosas de imenso valor” (TORRES, 1978, p. 91).

Por exemplo, Torres qualificou, em suas críticas, as empresas estrangeiras que exploravam setores produtivos, em seu único e exclusivo interesse, como a crítica ao sindicato Farquhar como: “[...] o escândalo inqualificável do enfeudamento da indústria

pastoril a um sindicato; a eventualidade da concentração do comércio de café, em mãos de comerciantes forasteiros” (Id, Ibid, p. 93); além de concessões de construção e exploração de estradas de ferro, também realizadas por empresas estrangeiras em prejuízo do erário público.

Sobre a lavoura, esta se manteve historicamente como um serviço colonial de exportação, podendo-se acrescentar que, até os dias atuais, essa característica pontua-se como uma mácula do segmento. Com relação aos demais negócios e setores econômicos, persistiam:

[...] a falta de educação industrial, o absenteísmo, a prodigalidade, faziam-na colaborar com seus concorrentes, na obra da própria ruína, posto que, “nunca tivemos política econômica, educação econômica, formação de espírito industrial, trabalho de propaganda e de estímulo para a aplicação das atividades (TORRES, 1978, p. 128).

Referindo-se ao modelo de escola pública, como um caminho para contribuir na equação dos problemas apontados, afirma: “[...] organizamos, pelo contrário, uma ‘instrução pública’ que, da escola primária às academias, não é senão um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo” (Id, Ibid, p. 128-9).

Ainda por volta de 1920, não existia clareza com relação a quem poderia realizar os empreendimentos colonizadores, única estratégia vislumbrada como possibilidade de realizar a tarefa de ocupar os sertões, “[...] entre as formas ambíguas da nossa logomaquia política, uma das mais queridas é a do povoamento do solo. Não se sabe bem qual a entidade a que se pretende consagrar essa mercê do povoamento” (Id, Ibid., p. 108), ressaltando-se que, ao adotar-se um modelo ou um plano de colonização, haveria de sê-lo diferente daqueles adotados até então, este sim “[...] sujeito a outros requisitos e outras garantias de segurança; mas acreditar que a colonização é meio normal de povoar regiões desabitadas, descongestionando, efetivamente, outras, é erro muito crasso, para homens de Estado”(Idem, p.110). Entretanto, sobrava ainda um problema, componente fundamental de um projeto colonizador, qual seja:

Povoar um território sem educar o homem para a produção econômica, sem organizar o trabalho, importa roubar à terra e causar mal ao homem, fazer das populações infecções corroedoras da superfície do solo. Este povoamento nós o temos feito, como todos os povos novos; tal será o

resultado da colonização, como tem sido praticada, urge, portanto, uma severa, mas humana e nobre, política de educação para o trabalho (TORRES, 1978, p. 109).

Aquelas atitudes de caráter normativo e formativo, preconizadas como necessárias, estiveram presentes no contexto da colonização, e foram colocadas em prática pela CVSPMT, através das escolas profissionalizantes, na sua fábrica de calçados de Batatuba em São Paulo, e também na tentativa de criação de uma escola técnica agropecuária em Indiana, no mesmo Estado, visando preparar a mão-de-obra dos filhos de colonos. Bem como foi visível, nas práticas discursivas, que a empresa deu visibilidade, através do jornal/boletim de propaganda do Grupo Bata na região da Alta Sorocabana entre as décadas de 1940 e 1950. Foi recorrente, em artigos, informes, e demais seções do periódico, a preconização e o incentivo ao trabalho disciplinado e produtivo, sempre direcionado aos seus colaboradores, pois era com este designativo que a empresa se dirigia aos seus trabalhadores, mas que acabou por extrapolar esse público específico, atingindo a população dos municípios recém-criados, patrimônios, vilas, através de infinitas modalidades de relações sociais, ou pelas redes de sociabilidades destas comunidades.

Para analisar e compreender a processo de colonização, tendo como premissa a idéia, ou conceito de dispositivo, ou seja, tomando o processo de colonização como dispositivo da construção do Estado Nacional brasileiro, faz-se necessário explicitar que, tomou-se o dispositivo, como um modo de análise inscrito nos estudos de Michel Foucault, entendendo-o como os operadores materiais do poder: as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. Pertinentes, na medida em que, na grande maioria dos tópicos contidos nos capítulos desta tese, tentou-se evidenciar os operadores do poder, como em Couto de Magalhães, tido como uma autoridade do Império, sugerindo, dentre tantas outras técnicas, aquelas necessárias para a conversão dos índios à civilização, passando-se também por vários outros arquivos, chegando-se até os enunciados da CVSPMT nas décadas de 1940 e 1950, através de seu jornal Ordem e Progresso, e em seus outros documentos/discursos. Não se buscou o “edifício jurídico da soberania, dos aparelhos do Estado ou das ideologias que o acompanham [mas os] mecanismos de dominação que engendram a utilização na noção de ‘dispositivos’ (REVEL, 2005, p. 39), tomando-os em sua natureza heterogênea.

O termo dispositivo usado neste trabalho serviu para designar “os operadores materiais do poder”, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento

utilizadas pelo poder, como um instrumento de tentar melhor perceber os jogos do poder, nas esferas menores do funcionamento geral da sociedade, para além dos aparelhos do Estado, das ideologias que o acompanham, mas dos “mecanismos de dominação”. Eles são sempre diversos, são percebidos sempre no plural, não existe “um dispositivo”, “eles são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes” (Id. Ibid.). Um dispositivo é um conjunto “decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (Id. Ibid.). Uma questão importante é sempre questionar, interrogar a natureza dos diferentes dispositivos em vistas de sua função estratégica, ora para disciplinar as atitudes dos indivíduos, ora para aumentar a lucratividade, ora para implementar instituições onde elas ainda não existiam nos sertões, ora para construir uma “modernidade” em contraponto a uma situação de “barbárie” etc.

Por fim, tentando evidenciar um esforço do pesquisador em não assumir posições ideológicas que possam prejudicar a análise histórica do processo, tomou-se como percepção teórica o fato de que o antagonismo reinante civilizado/atrasado, em muitas narrativas teve o papel do reconhecimento dos referidos espaços no sentido da constituição do território, e, tal antagonismo permaneceu como categoria dialética em trabalhos acadêmicos durante todo o século XX. Neste trabalho, o esforço esteve pautado por uma análise do objeto “sertão”, como uma construção de identificação do outro, da alteridade, que estiveram a justificar e a legitimar todas as ações colonizadoras. Por outro lado, pontuou-se a percepção de que os empreendimentos colonizadores não estiveram desde sempre no papel de redentores de pessoas e espaços entregues à barbárie, mas como um funcionamento institucional, ou melhor, como foi tratado neste trabalho, servindo como um dispositivo de construção do estado nacional, funcionando como mais um “corpo”, junto com os demais “corpos” institucionais. Dessa forma, buscou-se uma alternativa de análise no sentido de uma postura em que:

[...]. Um intelectual é como um naufrago que, de certo modo, aprende a viver com a terra, não nela; ou seja, não como Robinson Crusoe, cujo objetivo é colonizar sua pequena ilha, mas como Marco Polo, cujo sentido do maravilhoso nunca o abandona e que é um eterno viajante,

um hóspede temporário, não um parasita, conquistador ou invasor (SAID, 2005, p. 67).

E, ao construir as análises do processo histórico de invenção e ocupação dos sertões, esteve-se preocupado em tentar construí-lo a partir de um possível e almejável lugar ou:

[...] posto de observação do exilado [...] que se tende a ver as coisas não apenas como elas são, mas como se tornaram o que são. Isso significa observar as situações como contingentes e não como inevitáveis, encará-las enquanto resultado de uma série de escolhas históricas feitas por homens e mulheres, como fatos da sociedade construída por seres humanos e não como naturais ou ditadas por Deus e, por consequência, imutáveis, permanentes, irreversíveis. (SAID, 2005, p. 68).

Um termo ou conceito recorrente neste trabalho é “Oeste”, no mais das vezes, sempre no plural, como a indicar ou referir-se aos espaços do território do país, como uma categoria geográfica, em contraponto a um outro, o Leste. Porém, não basta essa distinção homogeneizante, pois aqueles lugares, antes de homogêneos, são radicalmente diversos, por isso refiro-me a eles no plural, tentando contemplar os oeste históricos, marcados por diferenças, que vão desde os territórios étnicos originários, bem como os ocupados pelas frentes pioneiras ou sertanejas, que foram, cada uma, à sua maneira, imprimindo marcas históricas naqueles lugares.

A colonização, temática central desta pesquisa, trata dos empreendimentos levados a cabo, a partir do regime republicano no Brasil, cuja estratégia foi a “ocupação” sistemática dos espaços do território nacional, entendidas como “vazias”, sob a forma de colonização dirigida. A colonização em foco consistiu em voltar-se para uma área específica, no geral terras devolutas concedidas pelo Estado; sistematizar o conhecimento sobre aquela área, sob a forma de levantamentos topográficos, geológicos, pedológicos, etc., em seguida, o seu esquadrinhamento em pequenos lotes, a serem vendidos a pequenos produtores rurais, em áreas que variavam de 5 até 30 hectares, determinados pela legislação oficial. Em cada um daqueles núcleos, os responsáveis pelo empreendimento se obrigavam a formar vilas, povoados, ou cidades, de modo a dar suporte aos pequenos agricultores que se estabeleciam no núcleo colonial.

De acordo com o Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispunha sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento a prestações, deveriam apresentar

aos órgãos competentes do Estado, a área a ser colonizada, ou vendida, informações precisas, como: denominação, área, limites, situação e outras características do imóvel, bem como:

[...] plano de loteamento de que conste o programa de desenvolvimento urbano, ou de aproveitamento industrial ou agrícola; nesta última hipótese, informações sobre a qualidade das terras, águas, servidões ativas e passivas, estradas e caminhos, distância da sede do município e das estações de transportes de acesso mais fácil (ESTATUTO DA TERRA, 1986, p. 58).

A grande maioria dos projetos de colonização foi empreendida por empresas privadas. Foi somente a partir do Estado Novo que o Estado incumbiu-se de tal tarefa, com a implantação das colônias agrícolas nacionais.

Este trabalho contempla cinco Capítulos constituídos de modo a tentar abranger a peculiaridade da configuração de cada tópico em análise. A temporalidade abarcada justificou-se como necessidade de dar conta da história da CVSPMT, criada em 1908, e que manteve negócios voltados para a colonização até, pelo menos, início da década de 1960, momento a partir do qual ela entra em declínio.

O primeiro Capítulo teve como objetivo possibilitar a compreensão das visões, construções e representações, produzidas por alguns intelectuais, que desde o final do século XIX, com mais intensidade nas décadas iniciais do século XX, esforçaram-se por tornar os imensos espaços do território brasileiro visíveis aos “olhos” dos homens do “litoral”, do mesmo modo, aos “olhos” dos interesses europeus, ou de grupos e empresas estrangeiras, interessadas em investir seus capitais. Foi então sobre aqueles lugares, vistos, construídos e representados, que se voltaram os empreendimentos colonizadores.

A partir do segundo Capítulo o objetivo central foi a Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso, discorrendo-se sobre a gênese da Companhia, abarcando o período de 1908 a 1927, numa tentativa de tentar compreender os meandros e mecanismos de sua formação e as atividades principais desenvolvidas por ela. É o momento inicial de uma corrida vertiginosa em direção às terras devolutas, na região Oeste do Estado de São Paulo, passando pelo Sul do Estado de Mato Grosso.

O Capítulo III trata do segundo período, que vai de 1927 a 1941. Está assim configurado, por ser um período em que o alemão Henrique Slomam, compra a CVSPMT e, além de dar continuidade a algumas atividades anteriores, dinamizou outras, em especial

a navegação no Rio Paraná e seus afluentes do lado mato-grossense. A atividade fluvial é o principal tema desse Capítulo.

O Capítulo IV, cuja temporalidade vai de 1941 até 1960, trata da história da CVSPMT, a partir da sua compra pelo imigrante tchecoslovaco Jan Antonin Bata. Apesar de nos estatutos da Companhia constar, desde a sua fundação, que um dos seus principais negócios era a colonização de suas áreas rurais, ela só começou muito timidamente no segundo período e com toda força neste terceiro período. Foi, portanto, sob a administração de Jan Antonin Bata e durante o Estado Novo que, efetivamente, iniciaram-se os trabalhos de implantação de núcleos coloniais no Oeste do Estado de São Paulo e Sul do Estado de Mato Grosso. Uma outra característica do período foi aquela em que a CVSPMT passou a integrar um novo modelo gerencial e administrativo, passando a fazer parte da Organização Bata do Brasil, integrada a um sistema que compreendia, além de atividades agropecuárias, atividades comerciais e industriais.

No quinto Capítulo, foi dedicada uma atenção ao personagem Jan Antonin Bata, com um esboço biográfico de sua trajetória, desde os problemas com a expansão do nazismo na Europa até o seu estabelecimento no Brasil. Um dos tópicos analisou o problema da imigração, como uma equação vinculada ao problema da colonização e da mão-de-obra em geral, tendo como foco um trabalho elaborado por Jan Antonin Bata, em 1951, denominado Estudos da Imigração. Dois outros tópicos buscaram analisar as atividades da CVSPMT como ações na direção da construção da civilidade e da nacionalidade naqueles espaços do sertão.

CAPÍTULO I

VISÕES, CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS DOS SERTÕES

Este Capítulo teve como objetivo possibilitar uma compreensão das visões, construções e representações produzidas por alguns intelectuais, que desde o final do século XIX, com mais intensidade nas décadas iniciais do século XX, esforçaram-se, sob a forma de práticas discursivas, por tornar os imensos espaços do território brasileiro visíveis aos “olhos” dos homens do “litoral”, do mesmo modo, aos “olhos” dos interesses europeus, ou de grupos e empresas estrangeiras, interessadas em investir seus capitais. Da mesma forma, no quarto tópico, aqueles mesmos discursos apontaram com alguma objetividade onde e como seriam possíveis tais investimentos. Foi sobre aqueles lugares, vistos, construídos e representados, que se voltaram os empreendimentos colonizadores.

Na mesma direção, faz-se uma breve discussão acerca de um dos dilemas que circunscreveram as ações de “desbravar” os sertões, qual seja, o de quem seriam os trabalhadores que seriam ocupados na faina de derrubar as matas, convertendo-as em espaços da produção econômica.

Igualmente, foram os “recursos” das matas a energia fundamental que moveu homens, máquinas e negócios, negligenciados pela grande maioria dos estudos sobre os sertões, tomados, ou entendidos como pertencentes a uma economia pré-capitalista. E mesmo sendo muito pouco quantificados e avaliados, fizeram alguma diferença nos custos de produção daqueles empreendimentos colonizadores.

1 Narrativas e discursos como dispositivos de identificação e reconhecimento dos espaços do “sertão”, desde o Oeste de São Paulo até as regiões de Mato Grosso, Goiás e Pará

Pode-se afirmar que começou no final do século XIX e, principalmente, nas décadas iniciais do século XX, “[...] um processo secular de conhecimento e de domínio do

espaço nacional. Nada ou quase nada é dado à partida. A partir do imbricado complexo de terras e de direitos que é ainda, a nível de pormenor” (REVEL, 1990, p. 103), aos espaços, lugares ou regiões do Estado Nacional Brasileiro, faltava constituir um território unificado sob o controle de um Governo, ou melhor, um “Governo de controle”. Como contraponto de análise ao “Governo de controle”, é pertinente afirmar que existia um Governo, desde a Independência do Brasil; no entanto, aquele deverá ser compreendido por um Governo soberano, porém, sem um tipo de controle que pudesse estender-se até as minúcias.

A decifração dos espaços para ocupá-los, como também a conquista e luta pela delimitação das fronteiras, desempenhou um papel determinante nessa longa empresa das narrativas, relatos e descrições, que ao produzirem um conjunto de representações sobre aqueles espaços, converteram-se no seu aspecto mais visível. “Não podemos, contudo, negligenciar os esforços obstinados do poder público para reunir e para tornar mais homólogos os espaços que, a pouco e pouco, foram compondo”, a partir dos oestes, o território nacional, “[...] outros identificam-se com operações de conhecimento, que podem ser de natureza muito diferente, mas que têm todas em comum o facto de assegurar ao poder do Estado uma forma de domínio sobre o espaço que lhe está, em princípio, submetido” (REVEL, 1990, p. 103).

As narrativas, neste trabalho, em referências como fontes, forneceram- cada uma delas- um tipo específico de informação, com vários autores escrevendo sobre lugares diferentes como, por exemplo: o Oeste de São Paulo; o Sul de Mato Grosso; o Estado de Goiás etc, mas cada uma constrói simultaneamente uma representação do Brasil, que:

De uma exaltação contemplativa da beleza natural e das potencialidades ilimitadas da terra, passou-se a advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território. Contudo, não bastava arrolar medidas, era preciso passar à ação, o que forçava as elites pensantes a defrontarem-se com a realidade nacional, ensaiar diagnósticos e propor soluções para aqueles que lhes pareciam ser os nossos males. Proliferaram então discursos nos quais o Brasil interessava não pelo que era, mas pelo que poderia vir a ser (DE LUCA, 1999, p. 40).

Dessa forma, as fontes tomadas como referências: narrativas de viagens, memórias, relatórios oficiais, ou algumas outras com pretensão a serem livros de história, os mapas que foram elaborados pelas companhias de colonização, apesar de pertencerem a

modalidades distintas, têm em comum uma convergência, “todas elas sublinham que o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território” (REVEL, 1990, p. 104).

Para tanto, as elites intelectuais passaram a elaborar uma série de narrativas cujo objetivo, ou melhor, cujas táticas foram a de fazer ver, fazer falar e fazer viver aqueles lugares cujo conhecimento era bastante precário, limiar e perimétrico, como representação no imaginário de parte da população brasileira e mesmo nas instâncias dos órgãos oficiais e empresas nacionais ou estrangeiras.

O conhecimento dos lugares, aqui neste trabalho entendidos como parte dos oestes brasileiros, que, desde os Tratados entre a Coroa portuguesa e a Coroa espanhola, estavam pautados pelo princípio do “*uti possidetis*”, que subentendia a percepção dos limites fronteiriços dos territórios entre as duas coroas, embora carente de precisão objetiva de elementos geográficos para delimitá-los. Ou seja, conhecia-se aproximativamente o perímetro de tais territórios, e no que se refere aos espaços interiores de tal perímetro conheciam-se, também, precariamente, alguns caminhos e estradas que demandavam a alguns lugares que em períodos específicos integraram-se à economia colonial. É o caso de Cuiabá que se constituiu em decorrência da mineração aurífera, da mesma forma a Cidade de Goiás, para as quais foram organizados caminhos terrestres ou fluviais, que garantiram uma certa soberania sobre tais lugares.

Da mesma forma a prática das construções de fortificações nas áreas de fronteiras com as colônias espanholas, garantiu minimamente o conhecimento dos caminhos que demandavam a elas. Sobre tais fortificações, na segunda metade do século XIX, um acontecimento demonstrou a ineficiência das mesmas: a Guerra com o Paraguai. Ainda no final do século XIX e início do século XX, foi instituída a Comissão de Fronteiras, cujos trabalhos estiveram voltados para a construção e delimitação de marcos fronteiriços entre o Brasil e as duas repúblicas vizinhas, o Paraguai e a Bolívia. Acrescentem-se os trabalhos do Marechal Cândido Rondon com a implantação das linhas telegráficas, que além de buscar integrar o território brasileiro através das comunicações, suas expedições, sub-repticiamente, estavam também direcionadas para a resolução das questões de fronteira.

Fazer ver, falar e viver como representação passou a significar e representar a decorrência da necessidade de conhecer para, em última instância, tomar providências no sentido de ocupar, e ocupar de uma forma específica, aqueles espaços com um novo

sentido, diferente daqueles presentes nas formas de ocupação que perduravam desde as épocas coloniais. Para tanto, os textos tomados como referência buscaram um conhecimento das peculiaridades dos referidos espaços, fazendo ver a sua geografia, a sua geologia, a sua fauna e flora, a historicidade e algumas vezes, no julgamento do narrador, também sua a-historicidade, e os tipos humanos presentes nos referidos lugares, elegendo e qualificando os elementos favoráveis ou desfavoráveis inseridos nos projetos de colonização.

Desde então, uma avalanche de trabalhos foram produzidos a partir de experiências concretas, empreendimentos práticos, resultantes de viagens pelos sertões do Oeste brasileiro e difundidos, principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, bem como na Europa e Estados Unidos. Ressalta-se que, no final do século XIX e início do século XX, passou a existir uma demanda significativa de consumo editorial de tais gêneros, o que não é interesse explorar neste trabalho. Tomaram-se aqui alguns desses trabalhos narrativos, que julgamos estratégicos para as táticas do Governo brasileiro, na direção da ocupação sistemática dos espaços, através de projetos de colonização, muito embora elaborados por uma:

[...] minoria actuante (que pode tirar partido da sua própria fraqueza jogando com a estratégia propriamente simbólica da provocação e do testemunho para arrancar réplicas, simbólicas ou não, que impliquem em reconhecimento), qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência (BOURDIEU, 2004, p. 120).

Por conseguinte, os enunciados figuram como uma região a ser ocupada pelos interesses econômicos e políticos do Estado brasileiro, era direcionada para a vertente do exercício do poder. Num primeiro momento, bastando a presença soberana, e logo em seguida, com vistas ao controle, bem como de empresas estrangeiras, interessadas em expandir seus negócios, sob a forma de importação de produtos tecnológicos, como as ferrovias e uma infinidade de produtos industrializados, ou de exploração agropecuária, e extrativismo. Um autor, cujos trabalhos foram tomados nesta pesquisa como fonte, Couto

de Magalhães³, representante das instituições do Império, tendo sido Governador das Províncias do Pará, Goiás e Mato Grosso, e participado como comandante militar durante a Guerra com o Paraguai, transformou as suas experiências pelos caminhos e estradas dos sertões, primeiro em artigos publicados em jornais da capital do Império, depois condensados em duas obras, as quais nos parecem de significativa importância para os objetivos a que nos propomos. São elas as obras: *O Selvagem* e *Viagem ao Araguaia*. Publicadas pela primeira vez, timidamente, na cidade de Goiás, e o que é significativo, elas foram revisitadas pelas políticas editoriais, das décadas iniciais do século XX, estando incluídas em uma das mais significativas coleções daquele período: a *Brasiliana*; e ainda durante o Estado Novo, tornando-se relevantes para esta pesquisa que prioriza esse período como referência temporal de análise.

A primeira edição de *Viagem ao Araguaia* ocorreu no ano de 1863, com 284 páginas, em Goiás. A sexta edição, usada nesta pesquisa como referência, teve 253 páginas, constando no texto em forma de orelha, indicação da intenção e do objetivo da publicação da obra: “Viagem ao Araguaia não é a simples narrativa de uma excursão. É um documento vivo de uma das mais arrojadas tentativas de conquista do sertão brasileiro pelo progresso material”.

Magalhães explicita os objetivos das suas viagens e, minimamente, descreve os percursos percorridos durante meses pelos sertões do Oeste:

É assim que, dois anos depois, eu vinha da presidência do Pará e chegava a esse mesmo Goiás, com oitocentas léguas de viagem, e seguia para Cuiabá, e dali para Corumbá, como Presidente da Província de Mato Grosso e comandante em chefe das forças que tinham a graciosa missão de expelir do solo da pátria a parte do exército paraguaio que dominava Corumbá, Albuquerque, Coimbra, toda aquela vasta região, enfim, a que nós chamávamos o *Baixo Paraguai Brasileiro*, e a que os paraguaios denominavam *la provincia Del alto Paraguay conquistada*. Antes que conseguisse, à custa de metralha e bala, contra eles mandada aos milhões, sob o comando dos generais Antônio Maria e Balduino, e à custa da morte de tantos bravos, cujos ossos alvejam ainda nas margens desertas do imenso rio (MAGALHÃES, 1957, p. 10-11).

³ Na segunda metade do século XIX, Couto de Magalhães tornou-se proprietário de companhias de transportes fluviais em vários rios da bacia amazônica, dirigiu empresas de estradas de ferro de navegação e bancos. Retirou-se da vida pública com o advento do regime republicano.

Durante aquela viagem, ao passar e ficar alguns dias na Cidade de Goiás, antiga capital da província, hoje Estado de Goiás, descreve alguns aspectos do lugar de forma pejorativa, pendor narrativo sintomático de seu interesse, já naquela época, de transferir a capital para outro lugar, porém, dando visibilidade da existência, outrora, de atividade industrial, ficando subentendido que a região, de um modo geral, se prestava à operosidade de atividades produtivas modernas. Ao mesmo tempo, elege outras regiões e descreve-as mostrando que elas ofereciam condições de salubridade radicalmente opostas às da Cidade de Goiás, como vários lugares às margens do Rio Araguaia, provavelmente para onde imaginava ser possível construir a nova capital do Estado de Goiás, bem como oferecer aos leitores interessados um panorama favorável a empreendimentos econômicos. As benesses do clima e do ambiente, em geral, foram assim retratadas:

O Araguaia, dizeis vós, é mais pestilento do que Goiás. Entretanto, se confrontardes o homem daqui, encontrareis este raquítico, hipocondríaco e indolente, por causa das moléstias que o enervam; aquele é robusto, sadio e alegre. A experiência tem mostrado que muitos homens doentes do peito sararam com a mudança para o Araguaia. Durante o meu tempo, enviei para os presídios da margem desse rio soldados que sofriam de opilação e inflamação do fígado, e tive o prazer de ver dois deles inteiramente sãos, com uma simples viagem a Monte Alegre (MAGALHÃES, 1957, p. 199).

E, como a oferecer um estímulo ou motivação para prováveis interessados em empreender viagem aos sertões, descreve os apetrechos tecnológicos, bem como o essencial em alimentação, necessários para tal empreitada, referendados por aqueles usados por ele em sua expedição, contidos na embarcação em que viajavam:

Nosso teto está crivado de armas e munições: aqui, é uma caixa de fuzis de caça; ali, outro de mosquetes de guerra, adiante, latas de pólvora, sacos de chumbo, facas e punhais. Levamos todo o necessário para uma viagem nestas paragens, isto é, sal e farinha em abundância, alguma carne; o mais será suprido pela boca d'arma, ou pela aspa do anzol (MAGALHÃES, 1957, p. 99).

Com a mesma lógica de dar visibilidade aos lugares em sua potencialidade, Theodoro Sampaio, e muitos outros, tendo participado das primeiras expedições de reconhecimento do Vale do Paranapanema, anunciou aqueles lugares, os seus campos, como reservas do futuro que:

[...] serão um dia o teatro de uma lavoura mais inteligente e racional, [...]. Então os campos que representam tantos mil kilometros de terras abertas e desempedidas, com superfície igual ou quase nivelada, com uma temperatura branda e clima saudável, serão de facto, como solo eminentemente arável, o teatro de uma poderosa cultura intensiva (SAMPAIO, 1890, p. 17).

Mais ou menos contemporâneo de Theodoro Sampaio, Edmundo Krug, sobre a mesma região do Vale do Paranapanema, em relato de expedição de 1905, lamenta a falta de um plano racional para a utilização daqueles espaços e pretendeu, com a elaboração e publicação de seu relatório, “ter o prazer de ser um fidedigno informante, sem outro interesse que a satisfação de cumprir um dever patriótico”, e que assim procedeu por ter a crença de que:

[...] toda a zona sul paulista, compreendida entre o Rio Paranapanema, ao sul, e a linha que saindo de Iguape e atravessando S. Pedro do Turvo, vae ás cabeceiras do Rio Santo Anastácio, ao norte, venha a ser um dia, talvez há um ¼ de século, a zona mais futura de todo o nosso Estado (KRUG, 1945, p. 370).

Teve a pretensão de que o seu relatório, resultado daquela excursão realizada em 1905, pudesse produzir um conhecimento exato do sertão, suficiente para provar e demonstrar com dados objetivos que aquela zona do Estado de São Paulo merecia, por isso, a atenção, porque, em verdade:

[...] o nosso Estado é tão pouco conhecido que mesmo nós não sabemos quaes as riquezas naturaes que se occultam ou estão disseminadas pelos nossos sertões. Si fossemos um povo mais enérgico, mas compreendedor, mais hábil na nossa política interna, creio que muitas destas riquezas já teriam sido exploradas há muitos e muitos annos (KRUG, 1945, p.441)

A região em foco era, de fato, fragilmente conhecida pelos próprios brasileiros, ocupados que estavam em viver suas vidas o mais próximo possível das cidades e vilas com melhores estruturas, nas regiões litorâneas.

2 Dilema acerca da constituição da mão-de-obra e do trabalhador nacional brasileiro

Problema equivalente àquele da ocupação dos espaços do sertão, em convertê-los como parte integrada do território nacional, também foi o do trabalho, o da solução de qual seria o trabalhador possível de ser incorporado à faina de desbravar as florestas,

convertendo-as em espaços de produção de interesse nacional e, evidentemente, produtor de riquezas na direção da circulação da economia capitalista internacional. O debate em torno desta questão envolveu intelectuais e homens que ocuparam espaços no poder, ou aqueles que mesmo não participando diretamente do poder, produziram discursos ou narrativas que tiveram efeito de poder. Desde o período Imperial, em especial após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, “o problema da mão-de-obra passa a figurar no centro das discussões. Datam dessa época os primeiros debates e experiências com trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, entendidos nesse momento como os grandes substitutos diante do iminente final da escravidão”, (SCHWARCZ, 1993, p.27) estendendo-se, até as primeiras décadas da República. O braço escravo ainda utilizado no Período Imperial direcionava-se, de forma irredutível, para a abolição, cujos indivíduos, de uma forma ou de outra, já faziam parte da população e do universo do trabalho; à revelia dos desencontros das opiniões sobre os seus destinos, ainda assim, e de qualquer maneira, continuaram em posição marginal na sociedade brasileira, relegados à sua própria sorte.

O imigrante europeu, em substituição ao escravo, passou a ser solução para a expansão da lavoura cafeeira, sofrendo forte refluxo, ou quase estagnação, em decorrência das duas guerras mundiais no início do século XX. Perdurava, então, uma questão, ou um problema, representado por milhares de braços para o trabalho, pertencentes às muitas etnias indígenas espalhadas pelos sertões e, no que se refere à possibilidade de tê-los como trabalhadores nacionais, debruçaram-se muitos daqueles brasileiros em posição de poder emitir alguma opinião ou mesmo a tomada de alguma decisão pragmática. Tomaremos aqui para reflexão as posições de Couto de Magalhães, Monteiro Lobato e Alberto Torres; o primeiro, um militar e autoridade política do final do Império; o segundo, um literato que teve papel fundamental como difusor de opiniões; e o terceiro, um intelectual dedicado às questões do exercício do poder e da formação do Estado Nacional brasileiro.

O livro *O Selvagem*, de Couto de Magalhães, foi quase que inteiramente dedicado à questão da conversão dos indígenas brasileiros. Teve a sua primeira edição encomendada pelo Imperador Dom Pedro II para, dentre outros objetivos, compor a representação brasileira na Exposição Universal realizada em Philadelphia, nos Estados Unidos, em 1876. Denotava claramente a intenção e os objetivos da publicação de que “[...] a monarquia brasileira tencionava diferenciar-se das demais repúblicas latino-americanas, aproximando-se dos modelos europeus de conhecimento e civilidade [...] como uma

sociedade científica e moderna que o Brasil de finais do século pretendia se auto-apresentar” (SCHWARCZ, 1993, p. 30), além do fato de que o título estava subordinado à seguinte epígrafe: *Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por elle ocupado no Brasil*. Compreendia duas partes: a primeira, um Curso de Língua geral segundo Ollendorf, compreendendo um texto original de lendas tupis; e a segunda tratava das origens, costumes, região selvagem, os nativos, método para amansá-los por intermédio das colônias militares e do intérprete militar.

Sobre a publicação de *O Selvagem* naquele contexto estratégico, inclusive para as relações internacionais, bem como suas preocupações com a temática indígena, o autor manifesta-se nos seguintes termos:

Tendo sido encarregado pelo governo imperial da elaboração do curso que se segue, apressei a sua publicação de modo que elle pudesse estar prompto antes da abertura da Exposição da Philadelphia, e peço á Comissão que o remetta como testemunho de que também aqui nos esforçamos para assimilar á civilização as raças indígenas do Novo Mundo. Não é este o único objecto pelo qual escrevo esta memória. O fim das exposições, colligindo productos, e elementos de riqueza de um paiz, é chamar attenção sobre aquelles que, sendo susceptíveis de grande desenvolvimento para a riqueza publica, não tiverem obtido ainda a necessária attenção das classes pensantes. No futuro nenhum assumpto talvez se entrelaçará tão geralmente com o desenvolvimento da riqueza e engrandecimento do Brasil como o do amansamento de nossos selvagens (MAGALHÃES, 1940, p. 24).

No prefácio da segunda edição de *O Selvagem* (1913), o autor informa que estava anunciado no frontispício daquela primeira edição o objetivo das ações do Governo brasileiro em relação aos índios em:

Conseguir que o selvagem entenda o portuguez, o que equivale a incorporal-o á civilização, e o que é possível com um corpo de interpretes formado das praças do exercito e da armada que falem ambas as línguas e que se disseminarão pelas colônias militares, equivaleria a: 1º conquistar duas terças partes do nosso território; 2º adquirir um milhão de braços acclimados e utilíssimos; 3º assegurar nossas communições para as bacias do Prata e do Amazonas; 4º evitar, no futuro, grande effusão de sangue humano e talvez despesas colossaes, como as que estão fazendo outros paizes da América. [...]. Para que os selvagens, que não sabem ler, que não possuem capitaes accumulados, aprendam o portuguez, é necessário que nós, que sabemos ler, os habilitemos a isso por meio de interpretes, que, conhecendo a língua delles, lhes possam ensinar a nossa (MAGALHÃES, 1940, p. 6-7).

Além de Couto de Magalhães, os demais tomados neste trabalho para análise, em certo aspecto confluíram para o mesmo ponto de vista e acordaram, quanto à forma de utilização do braço indígena, qual seja, a sua conversão à civilização brasileira. O único futuro que lhes restava seria o de serem nacionalizados, deixarem de pertencer às suas etnias, tornarem-se “brasileiros de terceira classe, sem terra e sem acesso à cultura alheia, privados de suas terras ancestrais e de sua própria cultura” (LEONARDI, 1996, p. 38), obrigados a inserirem-se e incorporarem-se à cultura dos “civilizados”; enfim, esboçou-se um modelo de nação que se recusava a ser pluriétnico. Pode-se mesmo afirmar que este é um dos traços que se mantém até os dias atuais, bastando para isso dar uma “olhada” nos embates envolvendo as terras indígenas. Aquele debate desembocou na decisão política de vincular a questão indígena ao Ministério da Agricultura, “mediante a criação, pelo presidente Nilo Peçanha, em 1910, do SPILTN: Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” (LEONARDI, 1996, p. 38). Mais tarde, por ingerência de Rondon, deu-se a criação do SPI: Serviço de Proteção aos Índios.

Defendendo o método da utilização de intérpretes como meio de conversão e “civilização” dos índios, e criticando a catequese da Igreja Católica, Magalhães reprovava a sua pedagogia que, “com efeito – de que serve o missionário, com a santidade das leis, da religião, si elle não tem língua por onde ensine a regeneradora moral do christianismo?”, e, elogiando e elegendo o método dos jesuítas, por terem lançado mão de intérpretes formados em seus colégios, “que não eram outros sinão os meninos selvagens a quem davam uma organização militar, e que depois espalhavam pelo meio das tribus bárbaras”, usando como referência a experiência do padre Montoya, que em suas instruções dadas para um dos colégios do Paraguay, afirmava que “[...] aquella tribu onde houver uma língua (intérprete) é uma tribu mansa. Dizem as chronicas que o padre Montoya (é o mesmo missionário que melhor falou o guarani) só por si amansou mais de cem mil índios!” (MAGALHÃES, 1940, p. 9-10). De passagem, subliminarmente estava também esboçada a opção pelo estado laico, pelo não reconhecimento das ações de catequese da Igreja, e a defesa, em seu lugar, da ação de militares, do corpo do exército. Reflexos da defesa de tais ações já se faziam sentir:

A idea de utilizar nossas colônias militares, como auxiliares do povoamento dos sertões, para nellas se collocarem interpretes que,

falando as línguas das populações selvagens circunvizinhas, lhes facilitariam as relações com os mesmos selvagens, encontrou eco no seio do gabinete e nomeadamente nos dois conspícuos varões, por cujas pastas correm estes negócios: o da Agricultura e o da Guerra (MAGALHÃES, 1940, p. 11).

Tendo sido Presidente da província do Pará, durante dois anos, Magalhães utiliza-se de sua experiência em conhecer as coisas do lugar, para fazer sua profissão de fé na direção do aproveitamento do braço indígena para o trabalho disciplinado e sistemático, da mesma forma fazendo ver as riquezas potenciais dos sertões, na forma da “grande riqueza daquelle Valle, representada pela borracha, salsa, copahiba, castanha, que se exporta já no valor de mil contos, é quase exclusivamente devida ao braço do tapuío”, e passava a dar visibilidade para a existência da grande “quantidade dos que são ainda selvagens, excede de muito á dos que são mansos; que existem nações numerosissimas, como a dos Cahiapós e Mundurucus, a primeira das quaes tem uma população de oito mil almas e a segunda de quatorze mil.” (MAGALHÃES, 1940, p.11)

Enfatizando as potencialidades de milhares de braços para o trabalho, aliados à sua proposta de amansar os índios, e vislumbrando estrategicamente o processo de colonização, anuncia que:

Adquirir mais um milhão de braços aclimados e utilíssimos nas industrias pastoris, extractivas e de transportes internos, únicas possíveis por muitos annos no interior; esses braços são também os mais próprios para a povoação de nossas remotas fronteiras, os únicos aptos para desbravar o interior e ser os predecessores naturaes da raça branca num solo ainda virgem (MAGALHÃES, 1940, p. 14).

Contraditório e irônico, por ter feito referências a pessoas que já estavam lá, já viviam lá, porém, não estavam e não viviam lá, nos moldes e desejos do Estado brasileiro e de seus correlatos interesses em transformar aqueles lugares em lugares produtivos, eficientes, disciplinados. Julgamentos às modalidades e das formas de trabalho, ou de não trabalho dos brasileiros do interior, ou dos sertões, com este forte viés ideológico, em tom desqualificatório, fazendo recair sobre os ombros de milhões de trabalhadores a acusação de preguiçosos, indolentes, e em relação àqueles das regiões do Mato Grosso e do atual Mato Grosso do Sul, diz-se que “só sabem tomar tereré”. Até hoje, esses trabalhadores, em grande proporção estão fora dos quadros da modernidade, pois não têm carteira assinada ou algum contrato de trabalho. Sem imaginar uma possibilidade do reverso desses

juízos carregados de preconceitos, estereotipados, portanto, ideológicos, ou buscando apenas o “outro lado da moeda”, trata-se de buscar formas de compreender tais dinâmicas em seus contextos históricos, de preocupar-se em perceber que uma suposta aversão ao trabalho, na verdade, é sintoma de que “o trabalho é que é diferente – outras funções e outros valores – em ambas as formas de vida” (LEONARDI, 1996, p. 72). Uma peculiaridade da região amazônica, mas que pode ser estendida como modelo de análise para muitas outras regiões dos sertões; é o exemplo da:

[...] salga e secagem de peixe, a caça ao peixe-boi e a produção de óleo e de manteiga de tartaruga também eram atividades econômicas que se serviam da mão-de-obra indígena no século XIX [muitas se estenderam ao longo do século XX], essa atividade envolvia índios, mamelucos, negros e brancos”[causando danos imensos à fauna da região] (LEONARDI, 1996, p. 72).

Nessa forma de enquadramento de análise, o trabalho indígena, dos caboclos, dos mamelucos foi, generalizadamente, aquele com o qual contaram todos aqueles que entraram para os sertões, desde sempre, em busca de suas riquezas, da Colônia até a República:

[..]. As formas de utilização e exploração dessa mão-de-obra variaram ao longo dos séculos: da captura e escravização por tropas de resgate e descimentos missionários, até a servidão doméstica e o regime de regatão de espertezas sem fim. No século XIX ainda era freqüente o trabalho escravo de índios. Spix e Martius mencionam um pescador de Manacapuru, dedicado à salga e secagem de pirarucu, no qual trabalhavam soldados (um destacamento) e ‘um número proporcional de índios, auxiliando a guarnição com trabalhos forçados’. Quando todas essas atividades econômicas não exportadoras tiverem sido estudadas, nossa história social terá uma outra dimensão (LEONARDI, 1996, p. 74).

Situação equivalente foi experimentada na região Sul de Mato Grosso, desde as últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX, nos empreendimentos da Companhia Matte Larangeira, que explorou os ervais da região, extraindo e exportando erva-mate. Em todo o período de exploração da atividade, a maioria absoluta dos trabalhadores nos ervais, englobando todas as fases da elaboração do produto, foi constituída pelos índios Guarani e Caiuá que, muitas vezes, para o senso comum, na região, esses indígenas são denominados de “paraguaios”. Sobre esse tema é referência a

pesquisa de Arruda (1989)⁴ circunscrita ao universo do mundo do trabalho nos ervais do Sul do Estado de Mato Grosso.

Quando Magalhães se referia ao homem do interior, do sertão, muitas das vezes não o fazia referindo-se especificamente ao indígena, incluía também outros tipos étnico-sociais presentes naqueles espaços, também alvo das discussões voltadas ao seu aproveitamento para o trabalho, como observado nas províncias do Rio Grande, Paraná, S. Paulo, em cujos lugares “o principal instrumento da riqueza pública, o vaqueiro por excelência, não era nem o branco nem o preto, e sim o gaúcho, o caipira, o caburé, o caboclo, o mameluco, o tapuio”, em relação aos quais havia um esforço em homogeneizá-los discursivamente, e também com vistas a fortalecer as táticas e argumentos de amansamento dos selvagens e arredios, fazendo crer que aqueles “nomes que indicam a mesma coisa, a saber: - o antigo índio catechizado pelo jesuíta, ou pelos corpos de línguas e interpretes tão sabiamente organizados pelos antigos portugueses e hespanhoes” (MAGALHÃES, 1940, p. 31).

Nessa mesma direção, o leque espacial/geográfico ampliava-se fazendo ver uma pretensa homogeneidade da condição de assujeitamento dos indígenas, ou da eficácia de uma possível “seleção natural”, abrangendo o grande vale do Amazonas e seus grandes afluentes, quer no território do Brasil, quer nos da Bolívia, Peru, Nova Granada, Venezuela, etc., onde também “o instrumento principal de riqueza não é nem a raça branca, nem a raça preta. [...] A elaboração da riqueza que alli depende em tudo de industrias extractivas, é exclusivamente filha do antigo índio amansado naquelle Valle pelos corpos de interpretes, auxiliares indispensáveis da civilização, e do missionário”. (MAGALHÃES, 1940, p. 31). Não só ao que se referia ao trabalho e à exploração das riquezas naturais, mas outros aspectos constituíam-se também em alardes de preocupação no que se referia à soberania territorial do Estado brasileiro, tanto que, vultosos recursos foram despendidos para a construção das linhas telegráficas com o intuito de interligar e integrar as imensidões dos espaços do território, pois a soberania era efetivamente exercida pelas etnias que tinham um “conhecimento” do território, conhecimento este que deve ser entendido como parte da dimensão cultural, e específico dos quadros de cada etnia, bem como tinham suas estratégias próprias de “uso” desses espaços aqui referidos como território.

⁴ ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira. 1989. Assis: Universidade Estadual Paulista/Campus de Assis. Dissertação de Mestrado.

Acrescentava-se o fato da existência de milhões de braços ocupando e dominando a maior parte do território do Brasil, os quais poderiam “irromper para qualquer lado contra as populações cristãs, e, é um embaraço para o progresso do povoamento do interior, e, é um perigo que crescerá na proporção em que elles forem ficando mais apertados” (MAGALHÃES, 1940, p. 32), tornando, dessa forma, ainda mais urgentes, a utilidade e necessidade do “amansamento” e “civilização” dos “selvagens”, caso contrário, não estará longe o dia em que seremos forçados, como a República Argentina, o Chile, os Estados Unidos, vaticinava Magalhães, “a manter verdadeiros corpos de exercito para conter nossos selvagens, si abandonarmos essa questão ao seu natural desenvolvimento” (Id, Ibid, p. 32).

Muito embora, de início tenha declarado não usar nenhum modelo pré-concebido de teorias acerca das raças ou das sociedades, ficaram evidentes os elementos teóricos do evolucionismo social nas análises justificadoras da adaptação dos índios e mestiços ao meio ambiente e o contrário para as “raças brancas”, ao solicitar crédito científico para justificar as razões da adaptação do vaqueiro, constituído eugenicamente pelo índio, ou o seu descendente, que, se dedicando à atividade criatória de ovelhas, manadas de gado, muares e cavalares, atividades que expõem o trabalhador intensamente às intempéries, estavam estes perfeitamente adaptados a tais agentes atmosféricos. De outro lado, os das “raças brancas” sofreriam com o processo de adaptação às condições atmosféricas dos sertões do Oeste, porque estes estariam adaptados às atividades mais sedentárias, como a agricultura e as atividades manufatureiras. Fica patente a posição teórica de Magalhães (1940), vocacionada pelo darwinismo social, quando afirmou:

Ao passo que as raças aborigenes, expondo-se á acção desses agentes, não fazem mais do que seguir o curso natural daquelles velhos costumes, que pela acção do tempo as tornam immunes para soffrer com o seu contacto a raça branca, que não goza da mesma immuidade, por isso mesmo que é raça peregrina, expondo-se a ellas entrega-se voluntariamente a uma causa de destruição ou quando menos, de degradação. Atire-se uma semente de qualquer planta peregrina no mais fértil de nossos campos e deixemol-a entregue a si mesma. Ella germinará, mas não dará fruto, suffocada dentro em pouco pela vegetação indígena. A planta, o animal, o homem, obedecem todos á mesma lei de aclimação (MAGALHÃES, 1940, p.125-6).

Tendo em vista que as atividades ou indústrias extrativas, que se desenvolveram pelos sertões, ainda não articuladas sistematicamente ao circuito da economia capitalista,

até pelo menos a metade do século XX, e, serem elas, em sua maioria, realizadas com o trabalho de índios e mestiços, o seu desvelamento nas narrativas de Magalhães parece ter tido a tática de enfrentamento com as teses eugênicas que, ao contrário, compreendiam-nas como decaídas e em estado de degenerescência. Para tanto, tentava provar a sua viabilidade, demonstrando a sua eficácia em termos de seu baixo custo, frente aos custos com a mão-de-obra do trabalhador branco/civilizado, tomando como referência os preparativos para uma expedição de trabalhadores tapuios para a safra da borracha, no Pará, que durava em torno de seis meses, e a sobriedade, ou economia de tal empreendimento, que entre os provimentos de: farinha; peixe salgado; sal; anzóis, armas de fogo; mais provisões em pólvora do que farinha; fumo; violas e um adufo⁵, para uma “família de 15 pessoas, fazem-se com 30\$ a 40\$; enquanto que o operário branco, com as necessidades, filhas da civilização, não a realizaria, sem despender centos de mil reis, e ainda assim sujeitando-se às privações, a que raras vezes sua saúde resistiria”.(MAGALHÃES, 1940, p. 128). O autor continua a comparação entre os dois tipos possíveis de trabalhadores para as condições amazônicas de extrativismo, podendo ser transposta para outras regiões ou modalidades de extrativismo, mostrando a conveniência da utilização daqueles já adaptados ao lugar.

Desta série de dados e fatos descritos, sobra uma constatação, de natureza antropológica: a de que o julgamento que atribuiu um “estado de atraso de civilização” aos costumes e hábitos dos selvagens é um tipo de julgamento que tem como pressuposto de verdade o evolucionismo, que classifica as sociedades humanas em estágios de atraso e de desenvolvimento, apontamento talvez desnecessário, posto que tende já ao ramerrão, mas, que vale como ressalva, e como possibilidade de tomar algumas posições do autor de tais narrativas, tomadas como fonte, de que contenham indícios de crítica às teses evolucionistas, muito embora, na maioria das vezes, tendem ao darwinismo social. Mesmo porque, as críticas ao postulado evolucionista não estavam colocadas como possibilidade no período em que Magalhães escreveu e publicou *O Selvagem*, em 1875, e, por ser sempre necessário indagar, sobre a obra e seu autor, tentando desvelar o lugar de onde ele fala, e as vinculações teóricas de quem fala, tarefa nem sempre fácil. Nas décadas finais do Império, o que se “consumia” de literatura científica eram “os modelos evolucionistas e social-darwinistas, originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas

⁵ Instrumento musical de percussão.

imperialistas de dominação”, (SCHWARCZ, 1993, p. 30), e o questionamento da compreensão sobre o processo evolutivo das espécies biológicas, elaborado pelo holandês Hugo de Vries, só veio a público nos anos iniciais do século XX.

Tomando agora um outro autor em referência, Alberto Torres, carece de antecipar que suas análises do problema do trabalho e do trabalhador serão tomadas como fontes, porque tratou-se de uma forma de abordagem da questão das raças, já em desuso, servindo como a ressalva da temporalidade em foco, de outro modo tratar-se-á de anacronismo. Em contrapartida, suas análises guardaram alguma pertinência, ou validade, para se pensar e analisar o problema da construção do Estado Nacional. Diferente de Couto de Magalhães, Torres foi um pensador de outra temporalidade, mais contemporânea, seus trabalhos vieram a público na segunda década do século XX, muito embora seja possível perceber alguma similitude quanto à forma de perceber o homem brasileiro, bem como uma certa “dose” de nacionalismo. O texto de Alberto Torres em questão, O Problema Nacional Brasileiro, foi um dos títulos da coleção Brasileira.

Dessa forma, retomando as discussões acerca da raça, do trabalhador e do trabalho, denota tratar-se de um novo contexto, quando afirma:

Este período é justamente aquele em que a idéia de igualdade humana, já assentada no terreno político, ia avançando, com a instrução dos trabalhadores e o aumento do proletariado urbano, para o terreno econômico, exigindo a extinção dos monopólios e das vantagens sociais das classes privilegiadas, e em que a expansão colonizadora dos tempos modernos começava a operar o encontro das nações cultas com as raças menos adiantadas. Chefes superiores e raças colonizadoras pediram títulos à ciência, para os direitos da hierarquia e da subordinação. (TORRES, 1978, p. 58-9).

Na citação que se segue, elaborou crítica contundente e, objetivamente apontada para aqueles que, ainda nas décadas de 1910 e 1920, permaneciam afiliados a certas correntes de pensamento, que em suas adaptações às condições da realidade do Brasil serviram de suporte para as defesas das teses eugênicas, das quais derivavam as crenças na inferioridade do elemento nacional, e, em sua conseqüente degenerescência. Tais críticas estavam voltadas para as correntes teóricas pautadas em Gobineau, Malthus, Vacher de Lapouge, de modo que:

Compreende-se, assim, que Nietzsche, os Vacher de Lapouge e os Gobineau fossem pontífices entre nós. Porque esses idólatras do

helenismo e bardos póstumos do feudalismo proferiram a condenação de toda a gente que não traz madeixas loiras nas cabeças e não teve avós comungando nas aras de Thor ou de Loki, os apóstolos da nossa fé nacional, mestres de patriotismo de nossos filhos, conselheiros de nosso povo – tão forte, apesar da incúria da sua higiene, da sua péssima alimentação e do envenenamento alcoólico a que o deixam entregar-se, de rara média de sanidade mental; onde houve e há valores e primores de capacidade, de gênio artístico e de energia – apregoam, todos os dias, nos jornais, em manifestos, nos livros filosóficos, nos discursos acadêmicos, a degenerescência, o aniquilamento, a corrupção insanável do nosso sangue e do nosso espírito! Todas as blandícias e todos os hinos são reservados para o culto místico de uma pátria abstrata, que não é a do povo e do território. (TORRES, 1978, p. 64).

Àqueles, a quem eram dirigidas as críticas, tinham uma atitude política que consistia em mirar-se e idolatrar tudo que estivesse à moda européia, e de outro lado, de costas para as coisas e ao próprio país. Tais atitudes materializaram-se no excesso de atenção dada aos estrangeiros que aqui chegaram, em detrimento de nenhuma dada aos brasileiros pobres, além de produzirem sobre estes toda uma carga de discursos desprestigiados e desqualificadores. Frente a tal situação, defendia que “o povo brasileiro precisa, como os estrangeiros que aqui aportam, antes mesmo destes, ser “imigrado” à posse da sua terra e ao gozo de seus bens.” (TORRES, 1978, p. 65) E, voltando à temática das raças, inverte o debate, ao ponto de defender e enaltecer uma certa “superioridade” da raça mestiça brasileira nos seguintes termos:

O problema das raças, como problema de seleção social, é matéria julgada pela nossa experiência e pela experiência de outros. Nós sabemos, porque o temos verificado em cinco séculos de vida, que as diversas variedades humanas, habitantes de nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. Sabemos que a sua adaptação ao meio produz uma vitalidade e uma média de longevidade e de fecundidade melhores que as de raças tidas por superiores. Podemos afirmar que o negro puro e o índio puro são suscetíveis de se elevarem à mais alta cultura. Sem recorrer a estatísticas, lembrando apenas nomes próprios, veríamos facilmente que, para o número de brasileiros negros e índios que tem conseguido vencer as dificuldades sociais e econômicas da educação, os homens de valor representam uma boa proporção. Quanto ao mulato, o mesmo processo nos levará a conclusão ainda mais segura: os tipos de mestiços de alta inteligência e elevado caráter moral são comuns no Brasil. (TORRES, 1978, p. 69).

Diferente dos eugenistas, que construíam modelos de degenerescência, caricaturados em corporificações de elementos mestiços, Torres partia de alguns modelos de colonos de origem européia, para construir seus argumentos como contraponto. Como

exemplo, tomou o colono alemão sobre quem nada é preciso dizer: ele se recomenda pelos próprios e “merecidos títulos que, exagerados e indevidamente aplicados, dão argumento à crítica superficial contra as nossas outras raças” (Id. Ibid.), entretanto, o caso do alemão brasileiro é mais uma prova da falência da doutrina da superioridade das raças, servindo de constatação a seguinte descrição:

A colonização alemã, no território fluminense, deu os mais expressivos resultados. Mal escolhidas as regiões colonizadas, que, pela altitude e suavidade do clima, se afiguravam mais convenientes à adaptação, os alemães instalados em Friburgo e Petrópolis prosperaram, como prosperam portugueses, explorando indústrias e profissões urbanas, próprias das cidades de vilegiatura; os que se deixaram ficar no campo mantiveram-se estacionários ou decaíram, na penúria da luta contra uma terra ingrata, quase inapta para as pequenas culturas, subsidiárias da vida local; os que descendo as encostas das terras, vieram para as regiões cafeeiras, prosperaram, tal como os portugueses vizinhos e seus descendentes. Mas, como os descendentes de portugueses, os filhos e netos de alemães seguem o mesmo destino de afastamento do campo e do trabalho, esterilizam-se nas cidades, arruinam-se, perdem estímulos e energias; e os que permanecem na lavoura sofrem a mesma influência da deterioração da terra e das dificuldades sociais e econômicas da cultura. (TORRES, 1978, p. 69-70).

Da mesma forma, toma um exemplo: o dos imigrantes portugueses, que migraram para o Brasil nos séculos anteriores que, apesar das condições desfavoráveis, prosperaram, mesmo tendo como origem uma condição extremamente rude, mas que se transformaram “sob a excitação da ambição e graças aos mais largos horizontes da sua nova sociedade de humildes e avaros campônios, em chefes e diretores de grandes casas de comércio, de bancos e de fábricas. Analfabetos, quase, estes homens mostram, entretanto, excepcional capacidade organizadora e administrativa” (TORRES, 1978, p. 71).

Naquele momento, décadas de 1920-30, começava a operar uma mudança fundamental no modo de apreensão e percepção dos problemas, distanciando-se das teses eugênicas como equação, substituídas pela percepção da centralidade da equação pela política econômica nacional, e pela questão do controle da população, a ser controlada e gestada por políticas do Estado na direção de sua disciplinarização pelos costumes e pelos hábitos, no sentido da higiene e do cultivo de valores patrióticos, que, por sua vez, passavam por uma política de educação para todos, ao invés da idealização de uma sociedade.

Com relação aos índios, espalhados pelos sertões, organizados em suas etnias, com a mesma tática para os demais brasileiros, será possível alcançar, em relação a eles, a sua “conversão à civilização”, mantendo com firmeza os meios “de desenvolvimento, mental e físico, de todos, deixemos que a seleção faça a sua obra, dando a cada um, um lugar próprio na trama complexa da atividade social” (TORRES, 1978, p. 72).

Em uma advertência e em uma exortação aos brasileiros, para que atentassem para as formas levianas em que muitos ainda se mantinham céticos e presos à imitação de modelos científicos europeus, já ultrapassados, e que, ao se colocarem dessa forma perante a opinião pública, representavam uma forma e uma espécie de inconsciência nacional. Era preciso ver com ressalvas as referidas opiniões, que ainda colocavam em circulação, nos meios de imprensa, com o intuito de alimentar na vida mental brasileira, uma das mais nocivas e deprimentes atitudes, qual seja o hábito de “menoscabar do nosso sangue, de depreciar a nossa idoneidade física e moral, de nos dar por um povo degenerado, corrompido, em franco estado de abatimento corpóreo e mental” (TORRES, 1978, p. 78-9). Isto porque o foco de análise passava a ser outro, aquele que passava por uma nova compreensão de nossos problemas, muito diferente e distante de uma questão de “sangue”, mas, pela percepção de que “a quase totalidade do nosso povo não possui ainda habitação conveniente, mal se precata das intempéries, pouco conhece dos hábitos e dos instrumentos favoráveis à saúde, não tem educação de espécie alguma”, e, ainda que exista alguma oferta de educação escolarizada, nessas instituições, “a pouca instrução que recebe é antes de ordem a lhe perturbar o espírito na solução dos problemas práticos e a desviá-lo dos cuidados reais e dos pensamentos positivos da existência, que de lhe abrir os olhos e lhe mostrar o caminho, para a conquista do vigor do corpo e da mente.” (Id, Ibidem, p. 79)

Adverte e informa, para afastar ainda alguma dúvida em relação àqueles que possam titubear, frente a abrir mão das verdades ultrapassadas da eugenia, bastaria que tivessem a oportunidade de conhecer algum país europeu, e se poderia constatar, observando durante algumas semanas, as populações das grandes capitais européias, “basta para convencer que a decadência física, de causa patológica, é um fato muito generalizado, nos centros das velhas civilizações” (TORRES, 1978, P. 79).

Na mesma medida, em que, para as análises construídas neste tópico do trabalho, são cruciais as referências aos debates acerca da busca de um ideal do trabalho e do trabalhador, ocorridos entre os intelectuais do período, da mesma forma, não perder de

vista uma materialidade irreduzível, a de que, enquanto tais debates tiveram papel definidor de um caminho ou destino de um projeto de nação, lá nos sertões, no Oeste de São Paulo, no Sul de Mato Grosso, e em muitos outros lugares, milhares de trabalhadores, constituídos por negros, índios, mamelucos, mestiços em geral, imigrantes de várias nacionalidades continuaram sua faina diária e bruta de derrubar as matas para, em seu lugar, serem implantadas atividades econômicas que, afinal de contas, deram conta dos fluxos da economia em expansão. Ou seja, enquanto as teses eugênicas faziam recair sobre os brasileiros pobres, preconceitos de preguiçosos, indolentes, bebedores de pinga, decaídos, enfim “Jecas Tatus”, eram eles mesmos os responsáveis por todo o trabalho de desbravar os espaços bravios, derrubando florestas, preparando a terra, semeando, capinando, colhendo... para os outros. Muitas das vezes, foram esses mesmos sujeitos anônimos que fizeram aquele “trabalho sujo”, de eliminar fisicamente etnias indígenas, a serviço de seus senhores, às vezes apenas patrões.

3 Recursos do sertão ao alcance da mão

O título sugere pensarmos nos lugares/espços como um contexto, no qual a quantidade de “produtos” era extremamente prodigiosa e, ilustrando, podemos nos referir às madeiras, ervas medicinais, peles de animais, penas de aves, a carne proveniente da caça e da pesca, minerais e muitos outros. Uso o conceito ou expressão “produto”, na falta de outro que expresse melhor a intencionalidade aqui presente, como elementos sustentadores, motivadores e justificadores dos movimentos de colonização e ocupação de espaços, representações materializadas nas literaturas referentes a ele/eles e constituidores do imaginário de grande parte da população brasileira e, especialmente, do imaginário dos indivíduos envolvidos nos processos e projetos de colonização. Tais “produtos” representaram a “energia vital” de milhares de trabalhadores. Primeiro, para as etnias originárias presentes em todos os sertões do Brasil. Depois, com o início dos processos de colonização portuguesa, e mais recentemente nos movimentos colonizadores da “Marcha Para o Oeste”, para todos aqueles que se dirigiram para os sertões, com os mais diversos interesses. As inúmeras expedições exploradoras do *hinterland* contaram, sem nenhuma exceção, com os recursos alimentares contidos nas matas, além de matéria prima para a confecção dos instrumentos tecnológicos fundamentais para tais expedições (ferramentas, canoas, vestimentas, utensílios, etc.), bem como para a sua comercialização.

Não se trata de pensar o conceito “produto” na perspectiva do consumismo, como sugere Certeau (1996, p. 18), onde só seria possível a via do “[...] consumo passivo de produtos industrializados, volumes de compras que deveriam crescer ou partes do mercado a deslocar-se de uma marca para outra”, mas tendo “como postulado a atividade criadora dos praticantes do ordinário”. Nesse sentido, buscaram-se, aqui, indícios dos praticantes do ordinário encontrados nas referidas narrativas e relatórios que objetivaram dar alguma visibilidade dos sertões. Visibilidade produzida, principalmente nos lugares onde circulavam tais publicações, ou seja, nos centros urbanos onde se desenrolavam e eram urdidos mecanismos de apropriação daqueles espaços ainda “bravios”.

Para as reflexões serão usados como referências textos, que apesar de distantes do ponto de vista cronológico, guardam proximidade por se referirem a um similar processo de expansão e do movimento de ocupação dos espaços dos sertões. Tais reflexões circunscrevem-se a relatórios e narrativas de viagens, bem como a uma obra de ficção, esta, mais contemporânea.

Na década de 1930, quando da abertura para colonização da região Norte do Estado do Paraná, onde hoje estão as cidades de Londrina e Maringá, dentre muitas outras, “[...]um ferreiro apontou uma jardineira com japoneses e alemães: -Para quem quer vida nova, o melhor é terra nova.” (PELLEGRINI, s.d., p. 95). Naquele período histórico,

[...]. O Paranapanema tinha virado a primeira trincheira paulista e nem tropeiros passavam mais, toda a comida ali tinha então que sair da mata e do rio. Durante seis meses tinham comido peixe com palmito; palmito cozido, assado, salada de palmito, doce de palmito quando não faltava açúcar, pastel de palmito quando não faltava óleo ou farinha; [...]. Mas os japoneses pediam mais pa-ú-mi-to, rindo como crianças, espetavam, cheiravam com cada garfada antes de comer.[...]. O motorista falou que tinha muito palmito, muito bicho, muito peixe, muito trabalho. (Idem, p.99)

Além do palmito, outro produto complementava a sobrevivência dos colonos pioneiros, resultado das caçadas: além da carne para a alimentação as peles tiveram papel importante, dando a perceber a preparação e comercialização de peles de animais, descrita por Pellegrini, referente às cidades no Oeste do Estado do Paraná, quando de sua abertura, realizada por empresas de colonização, onde “numa esquina um homem vendia uma pele

de onça esticada em taquaras, [...]. Em algumas casas, peles de lagarto secavam pregadas nas paredes”. (Idem, p. 166)

Referência à abundância de recursos passíveis de se obter na mata, o personagem principal da obra citada relata uma das incursões que fez pelas matas daquela região, quando levou consigo um filho ainda pequeno: “[...]. Passaria uma semana a pescar, nadar e churrasquear no mato; o menino olhava de boca aberta o pai acender fogo, destripar caça, fazer espetos de pau com o canivete; para alguma coisa servia ter sido tropeiro”.(PELLEGRINI, s/d, p. 246) E, sua esposa, que administrava, “tocava” na cidade um hotel, cujos principais hóspedes eram os novos colonos chegantes e aqueles que estavam “tocando” empreitadas de derrubada das matas; diz ainda o autor que: “[...]. Peões chegavam com peixes de quilos, charque de anta, capivara, cutias; dizendo: - presente para a senhora, dona Tiana.[...]” (Idem, p. 246)

Ainda registra-se que a obra acima citada relata como os pioneiros, sertanejos, ou muitos tipos que se aventuraram pelos sertões, encontraram a sobrevivência nos produtos que a mata oferecia, ao alcance da mão, especificamente sobre a região Sul do Estado de Mato Grosso, onde existiam no século XIX e início do século XX milhares de cabeças de gado conhecidos como baguá ou bravio, estes, originários das reduções jesuíticas, que após a destruição das mesmas, espalharam-se pelos campos da Vacaria e Pantanal, tornando-se gado selvagem, portanto, “sem dono”. Assim, alguns colonos pioneiros:

Percorrendo as novas e extensas propriedades, encontraram os afortunados Barbosas, cerca de sessenta vaccas amarellas e um touro sem marca. Dias depois, esse gado estava nos curraes do Lageado, onde Francisca e Senhorinha, amansavam as vaccas de cria nova, afim de ordenhal-las. (PUIGGARI, 1933, p. 144).

Tendo participado como soldado Constitucionalista em 1932 pelo Mato Grosso, e, em deslocamento dos revoltosos pela região da fronteira com o Paraguai, Puiggari descreve como as tropas dos revoltosos se abasteciam de alimentação nos caminhos dos sertões, nos seguintes termos:

[...], a hora do rancho, em cuja ocasião se faziam mostrar os mais hábeis laçadores que, montados em cavallos rodomãos, se iam, campo afora, laçar as rezes, para o churrasco quotidiano, assado no espeto, à moda gaúcha. A mandioca, cozida ao boralho, completava o ‘menú’ de todos os dias. (Idem, p. 183-4).

O General Couto de Magalhães, em suas incursões realizadas pelos sertões, fruto de uma viagem realizada em 1862, utilizada nesta pesquisa como fonte, comporta e carrega elementos simbólicos que atravessaram aquela temporalidade, os quais estarão presentes em crônicas e relatos até as primeiras décadas do século XX. Segundo ele, “[..] o pastor, ou vaqueiro, tem na caça, na pesca, e no gado o necessário para a vida. [..]. Recursos de alimentos no sertão, deduzidos da caça e da pesca” (MAGALHÃES, 1957, p. 3).

Nos sertões de São Francisco, assim como nas partes das Províncias de Goiás, Matto Grosso, Pará e Amazonas, em que floresce a indústria do gado, ou as extrativas de borracha, cacau, castanha, salsaparrilha, poaia, pouco ou quase nada se cultiva o solo, a não ser para plantar banana – pacova, como eles lá dizem – e mandioca. Para brasileiros que habitavam as Províncias do Sul do Império, a caça e a pesca são conhecidas apenas como divertimento; para o do norte, “elas exprimem um exercício indispensável à existência, pois delas depende considerável parte dos gêneros com que se alimentam as famílias do interior, sejam elas ricas ou pobres” (MAGALHÃES, 1957, p. 16)

Nas grandes fazendas do Pará e Mato Grosso, era muito comum, nesse tempo (pelos anos de 1863 a 1866), “haver um homem constantemente empregado na caça e na pesca, para preencher a parte do abastecimento alimentar que a família dos senhores da casa necessitava tirar do reino animal” (MAGALHÃES, 1957, p. 16-7). Segundo esse autor, em suas longas viagens pelo interior de Goiás, Pará e Mato Grosso, não era possível

[...] conduzir alimentos completos para 100 pessoas e por espaço de tempo de dois meses, que tanto duravam algumas delas, longe de todo lugar onde era possível comprar alimentos, eu empregava sempre um certo número de homens exclusivamente destinados à caça ou à pesca e isso por indeclinável necessidade de nossa alimentação. (Id, Ibid, p.17).

Usando o humor, e comparando sertão com litoral, tendo como contraponto o universo cultural das cidades do litoral, realidades que aparentemente apresentam contradições essenciais no que se refere aos hábitos alimentares, e, tomando como indício um fato ocorrido em evento cultural, quando um dos personagens recita um soneto que provocou a ira da platéia, remete-se ao público, nos termos de que, “se algumas de minhas leitoras paulistas se sentir chocada com a notícia de que, no mercado do Pará, se vende jacaré para comer, deixe que eu lhe narre que, quando eu era rapaz, se comia tanajura, ou içá, nas melhores famílias, vendida em tabuleiros pelas ruas”, e que em decorrência da

ampliação de hábitos alimentares “mais civilizados”, mais tarde, só a comiam, em boas famílias, às escondidas, e isso depois que o poeta estudante Júlio Amando de Castro, em pleno teatro de gala, pois era um 7 de setembro, bateu palmas e, no meio de pasmo geral, seguido de gargalhadas dos estudantes, daí resultando formidável rolo, começou a recitar um soneto, que principiava assim:

Comendo içá, comendo cambuquira,
 Vive a afamada gente paulistana,
 E aquelas a que chamam caipira,
 Que parecem não ser da raça humana...
 (MAGALHÃES, 1957, p. 18).

Referência mais contemporânea, da década de 1950, atestando que o hábito, ou as práticas de sobreviver dos recursos da floresta mantiveram-se, quando da colonização na região Leste de Mato Grosso, município de Bataguassu, o colono conhecido como “Seu Tiú”, falando sobre a sua experiência e a tarefa de criar filhos (ENTREVISTA, 2008), diz: “esses 11 filhos meu, bem pouca carne de gado comeram, era só caça do mato”, na mesma entrevista, sua esposa, fala de um outro produto, o mel de abelhas, que “tirava, até essa minha irmã que tava aqui, ela vendia o mel para ajudar na despesa da casa”.

Indício da importância econômica dos produtos extrativos da mata, no mesmo período referido acima, o Governo do Estado de Mato Grosso publica tabela de preços dos produtos extrativos, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, de 29 de maio de 1951, só para citar alguns: azeite de peixe Cr\$ 4,00/litro, barbatimão Cr\$ 10,00/quilo, Cipó de qualquer qualidade Cr\$ 0,30/quilo, erva mate 1,30/quilo, couro de veado Cr\$ 15,00, couro de veado roxo Cr\$ 10,00, couro de caititu Cr\$ 30,00, couro de cutia 8,00, couro de camaleão 3,00, de queixada 25,00, cobra 15,00, de onça ou tigre 150,00, de capivara 40,00, jaguaterica 200,00, ariranha 200,00, maracajá 200,00, lontra 120,00, de jacaré 4,00, couro de anta 2,00, penas de garça 2,50/grama, penas de outras aves 0,10/grama.

Mais tarde, nas décadas de 1980, no século XX, um sertanejo ou colono, personagem central da ficção de Pellegrini, em relatos para seus descendentes diz: “-Já andei demais nessa terra. E asfalto não tem graça. Bom, disse a alguns netos, bom era andar na mata, abrindo trilha a foice e facão; em capoeira bruta, uma hora de trabalho para andar a distância de um grito” (PELLEGRINI, s.d, p. 15).

Melancolia presente nas memórias do autor alusivas ao seu personagem pioneiro, mas, também resultantes dos movimentos colonizadores que deixaram o saldo de uma imensa devastação dos ambientes ecológicos:

[...] saudade da mata, que até outro dia estava ali, não estava? Saudade dos macacos e das araras; do tempo em que não se vendia palmito, de tanto que tinha, e agora custava caro porque vinha de longe. Saudade até de sirene de serraria, que fim levaram as serrarias? (PELLEGRINI, s.d, p. 16)

Por certo, Pellegrini, em sua indagação melancólica, traduz um sentimento coletivo atemporal de todos aqueles que se sentem integrados à natureza, que precisa ser pacificamente respeitada como um elemento fundamental de preenchimento das nossas incompletudes como seres humanos.

4 Enunciados da ocupação e colonização

Para que os sertões fossem ocupados, era preciso dizê-los e fazê-los o mais viável possível. Foi preciso anunciar, com alguma minúcia, os espaços, onde eles se materializariam como possibilidade de investimentos de cunho colonizável, passível de se imaginar algum plano de estradas, de caminhos por onde se pudesse alcançá-los e articulá-los à economia nacional. Junto com todo o “inventário” narrativo já apontado nos outros tópicos deste trabalho, com o intuito de dar uma visibilidade e uma dizibilidade aos lugares do sertão, também foi possível apreender, das e nas narrativas tomadas como fontes, indícios, dispositivos discursivos pragmáticos na direção de evidenciar “lugares” que guardavam todas as condições para empreendimentos capazes de engendrarem o “progresso” que corporificasse a nação.

Fazendo parecer quase uma atitude idiossincrática, Couto de Magalhães manifesta o que parecia ser um desejo seu, quando na verdade tratava-se de uma aspiração nacional a criação de possibilidades de ocupação dos espaços:

[...]. Na luta que o homem trava contra a natureza e o deserto, parece que, em Goiás, tem este último vencido o esforço do homem. Quanto não dera eu para ver povoadas essas campinas, que podiam sustentar

numerosos rebanhos e que agora são ordinariamente pasto de feras? Há de, porém, chegar um dia em que o povo desta Província, compenetrado de seus verdadeiros e legítimos interesses, olhará para o Araguaia, assim como os fenícios olhavam para o Oceano e os mexicanos, para o seu Potosi.. (MAGALHÃES, 1957, p. 67).

E, na mesma direção e com o mesmo sentido, dando asas a um romantismo literário e ao desejo de fundar uma historicidade, provavelmente também a sua, num espaço tomado como a-histórico:

[...], meu espírito sentia-se abatido por uma espécie de saudade, que eu não sabia dizer de que, e a imaginação me representava completamente desertas essas férteis e infinitas campinas. Quando chegará, meu Deus, disse eu a mim mesmo, quando chegará o dia em que se verão espelhar florescentes cidades nas margens destes rios! Quando é que se verá o homem arrancar da posse das feras e das tribos selvagens dos índios tanta riqueza que aí jaz sepultada! (MAGALHÃES, 1957, p. 71).

Tais discursos tiveram papel estratégico, objetivando potencializar a região e seus lugares como possibilidade para a ocupação e a colonização, ancorada em apelos individualizantes ao sugerir que, “quanta felicidade não poderia haver por estas paragens, onde o solo é tão fértil”, assegurando que a existência não estaria contingenciada por riscos, pois, “o rio oferece ao pescador numerosos pescados, onde o bosque encerra tanta caça, onde a vida é alimentada por um clima saudável e o espírito animado por tantas impressões grandiosas!” (MAGALHÃES, 1957, p. 90), podendo ter funcionado como efeito de verdade no imaginário de pessoas ou grupos de outras regiões, de alguma forma já motivados pela idéia e vontade do “Eldorado”, interessados em vida nova ou terra nova.

Ao mesmo tempo em que qualificava os lugares em sua uberdade, anunciava-os vazios, portanto, prenes de ocupação, de maneira que o “espírito vagueia por essas solidões, a imaginação figura esses milhares de léguas sem uma só habitação de homem civilizado. Que encerram estes paramos? Ninguém sabe... tudo é misterioso ainda”. Explicitava-se a percepção do não reconhecimento da legitimidade da ocupação dos espaços pelas etnias originárias, aliás, com densidade considerável, vendo-as como “pragas” que infestavam os lugares:

Hoje, à tarde, contemplava estas solidões, quando notei além, e muito ao longe, algumas colunas de fumaça. Que é aquilo? perguntei eu. Ao poente, responderam-me, são as aldeias dos Chavantes do rio das Mortes; ao sul, as dos Caiapós; ao norte, as dos Canoeiros. Os primeiros são os que infestam a estrada do Cuiabá; os segundos, robustos e ferozes, declaram que dos brancos só desejam ver o sangue; os terceiros combatem sem recuar, não dão tréguas ao inimigo e nem aceitam a vida, quando por acaso são presos. Era severa e melancólica essa cena. Havia naquelas colunas cinzentas, que se erguiam no ar límpido e transparente, no meio do silêncio absoluto daquelas solidões, um não sei quê de tão incerto e vago, que apertava o coração e abatia o espírito. Que encerrarão êstes desertos? Florestas virgens, ermas campinas, paludes, serras, rios caudalosos, valadas silentes, grutas profundas cujos ecos não foram ainda acordados senão pelo grito selvagem do índio, ou pelo urro medonho da pantera? Quantas riquezas dormirão aí ocultas? Tudo é misterioso! O pé do sertanista ousado nunca imprimiu seu rasto na areia destes desertos. Deus correu um véu sobre uma das obras mais grandiosas de sua criação; por ora, tudo aí é obscuro como o infinito. **Quando será devassado?** Deus, só Deus o sabe... . (MAGALHÃES, 1957, p. 91).

Em medida equivalente, mas de sentido contrário, vislumbrava um possível progresso na região, na medida de sua ocupação pela civilização. Se, por aquele momento e pelas circunstâncias, diante da grandeza exasperante da natureza, o homem podia experimentar um sentimento da pequenez de sua existência, a insignificância de suas forças, tal sujeição estaria irremediavelmente superada e modificada pela perspectiva futura daquelas regiões “povoadas de risonhas cidades; a onda do rio [...] turbada pela pá estridente do vapor, e [...] confundir-se com a plumagem verde dessas florestas o lastro negro que deixa sua fumaça”, (idem, p.135) e todos os demais equipamentos constituintes de uma modernidade idealizada, num paraíso edênico, nos termos de que:

Como não fora belo, dizia comigo, ver sobre estas margens tão plainas erguerem-se, espelhando-se nas águas belas fazendas, igrejas, edifícios de toda sorte? Como não serão ricas e felizes essas povoações ao longo do rio, com seus milhares de peixes, os lagos com suas ilhas e canais, a floresta abastecida de matas colossais e virgens, as campinas dilatando-se sem fim por horizontes tão vastos e desertos como o oceano? Deve ser bela, na verdade, a vida de um fazendeiro na margem daqueles lagos. Quando eu visitava o do Dumbá, vi uma situação deliciosa. A praia era baixa, de areia alva e dando para campinas; vi na imaginação erguerem-se aí as construções alvas de uma fazenda; vi o dono dela nadando na abundância; ora contemplando as plantações cheias de frutos, ora percorrendo as campinas cheias de manadas de gados; ora, taciturno e melancólico, percorrendo as águas do lago em uma leve barca, procurando na caça, na pesca, no fresco dos bosques e na amenidade daquelas cenas, lenitivo a algum cuidado que porventura o acabrunhasse. Aí, sim, a vida podia ser feliz; se ele fosse inteligente, seria um

verdadeiro rei naqueles paramos; rico, absolutamente independente, seus dias serenos se iriam escoando, através do tempo, calmos e felizes, sem esse cortejo de negros cuidados, que nos envenenam cada hora da existência em nossas sociedades modernas. Minha imaginação comprazia-se em ver no futuro esses dias formosos,[...]. (MAGALHÃES, 1957, p. 135).

Conclamava para operar tais intentos idealizados, anunciativos como intenção na sua narrativa sobre a região, enquanto dispositivo a incitar o ímpeto para a ocupação dos referidos espaços do sertão, os presidentes das Províncias de Mato Grosso, Goiás e Pará, na forma da conveniência de pudessem vir a pôr em comum seus esforços, de modo que assim. “com muito maior facilidade levariam a efeito este tão grande empreendimento, de cuja execução depende talvez a futura integridade do Império”(MAGALHÃES, 1957, p.193). Vaticinava nestes termos como contraponto a outros grupos do poder que, concentrados na capital do Império, formulavam um modelo de política econômica, “que não me parece boa política a que temos seguido até ao presente, facilitando as relações do litoral com o estrangeiro, sem curarmos de unir o litoral ao nosso centro.

Essa política, segundo Magalhães, encaminhava-se para a fragmentação do Império, estendendo suas críticas e preocupações, as quais, poderíamos entender como uma estratégia da governamentalidade, passando por táticas de controle do território, no sentido de que: “quando o comércio de nossas províncias pelo centro, fazendo umas dependerem das outras, estreitaria os laços de nossa união e faria com que pudesse subsistir inteiro este colosso, que assombra o mundo e que terá de desmembrar-se, a não se lançar mão deste único meio de conservá-lo unido.” (MAGALHÃES, 1957, p. 194)

Tais táticas de governamentalidade que começaram a ser gestadas ainda durante o Império, passaram, a partir de então, pela solução da colonização, mas, não deram conta de empreendimento tão grandioso para as dimensões territoriais brasileiras, permanecendo, em grande medida, insolúveis até nossos dias, para algumas regiões da Amazônia. Pode-se usar como referência para essa inflexão a tática formulada pelos governos militares das décadas de 1960 a 1980, na política expressa na frase “Integrar para não Entregar”, aplicado como slogan, e que pareceu atualizar as preocupações de Couto de Magalhães, ou mesmo, pode significar que aquelas preocupações relativas à unificação do território nacional, presentes já no período Imperial da História Política Brasileira não se materializaram até a segunda metade do século seguinte.

E, na medida da existência de algum aventureiro que quisesse lançar mão do expediente de dedicar-se a explorar os sertões, oferecia-se uma garantia como ressalva:

Pensais vós, porventura, que, quando se fala em viagem para o Pará, alguém receia as cachoeiras ou os índios? Não, todo o obstáculo nasce da tripulação. Quem vai ao Pará não teme sofrer danos dos selvagens, porque estes, ou prestam socorros, se são mansos, ou fogem, se são bravios.

O receio do navegante é ver-se só, abandonado de repente pelos seus, no meio de desertos, e a trezentas léguas de distância de qualquer povoado. (MAGALHÃES, 1957, p. 194)

Atento ao funcionamento dos discursos, entendidos como estratégias, eles, muitas vezes se mostraram contraditórios, porque funcionam em várias direções. Ao mesmo tempo em que se oferecia a possibilidade de percorrer os sertões sem a ocorrência de perigos, como anunciado na citação acima, do mesmo modo oferece o vislumbre do problema da selvageria, mas como questão a se superar, racionalmente pela conversão para a civilização, pelo caminho da colonização sistemática dos espaços e dos lugares:

O território do nosso imenso Brasil é de duzentas e noventa e uma mil léguas quadradas. Quase duas terças partes desse território, ou cento e oitenta e duas mil e quatrocentas léguas quadradas, não podem ainda hoje ser pacificamente povoadas por famílias christãs, porque estão expostas ás correrias sanguinolentas dos índios.

Domesticar estes ou fazer com que nos entendam, o que é mesma coisa, equivale a fazermos a conquista pacífica de um território quase do tamanho da Europa, e mais rico do que ella.

Só essa conquista vale milhões; e uma vez realisada, não conseguiríamos somente a posse real da maior parte do território do Império; conseguiríamos também um milhão de braços acclimados, e os unicos que se prestam ás industrias, que por muitos annos serão as únicas possíveis no interior – as extrativas pastoris. (MAGALHÃES, 1940, p. 8).

Evento, da segunda década do século XX, a Expedição Roosevelt-Rondon, que saindo do Rio de Janeiro, dirigiu-se para o Sul do Brasil, indo até a Argentina, onde Roosevelt proferiu conferência, em seguida atravessando os sertões do oeste do Brasil, navegando pelos rios Paraná, Paraguai e outros da região amazônica, além de longo percurso à pé, resultou no relato de viagem *Nas Selvas do Brasil*, de autoria de Theodore Roosevelt, ex-Presidente dos Estados Unidos. Este documento foi tomado nesta pesquisa como fonte, na medida em que também produz visibilidade e dizibilidade aos espaços dos sertões, da mesma forma que os anuncia em suas possibilidades e potencialidades para a ocupação “civilizada”, pelos caminhos de empreendimentos colonizadores. Evidentemente, o documento, mais do que aquilo que está anunciado na publicação, de tratar-se de

expedição de estudos e recolha de exemplares da fauna brasileira e amazônica, tem outras conotações políticas e estratégicas, no contexto do expansionismo imperialista dos Estados Unidos, mas que não foram consideradas, por escaparem do objeto de análise deste trabalho.

Theodore Roosevelt, antes de ser Presidente dos Estados Unidos, foi proprietário de um rancho em Dakota, no Oeste daquele país, e pode ser sintomático que lá os “criadores da região não possuíam senão uma pequena parte das terras onde pastavam seus rebanhos”, e, como em muitos lugares dos oestes brasileiros, também “utilizavam-se livremente das terras federais, ainda não cadastradas, e se fosse preciso não hesitavam em se valer de um direito de ocupação de fato. Para eles bastava adquirir um pequeno trecho provido de uma fonte de água, onde o gado pudesse beber” (FOHLEN, 1989, p. 114), depois expulsar os índios, para em seguida pleitearem a legalização de posses das terras devolutas, isto, para o caso do Brasil. No planejamento da expedição ficou acertada, diplomaticamente, a participação do Marechal Rondon, o que aconteceu a partir da região de Cáceres, no Mato Grosso, por isso ela passou a se chamar expedição Roosevelt-Rondon.

A expedição também foi alvo de muitas desconfianças, por parte de muitos brasileiros, tendo sido essa a principal impressão que a viagem de Roosevelt a Mato Grosso despertou, ainda mais com o apoio do Governo brasileiro, por ter sido entendida apenas como e:

[...] unicamente satisfazer o seu desejo de completar, ‘nas selvas do Brasil’, o ciclo de sua carreira de caçador, iniciada no continente africano. Opinião, ao que tudo indica, partilhada inclusive por Rondon, que apoiado nas notícias veiculadas pela imprensa [...], teria observado, [...], só estar disposto a desempenhar a função [...], mediante o compromisso de que a ‘excursão’ não se resumiria a um ‘mero passeio de *sport* mais ou menos perigoso’. (MARTINS JUNIOR, 2001, p. 213).

No texto da obra ficaram explicitados os seus interesses, quando preconiza, em vários trechos da narrativa, as possibilidades e a necessidade de colonização do Oeste brasileiro, acenando e sugerindo, em algumas passagens, a alternativa da adoção do regime cooperativista como a modalidade ideal para se levar a cabo tal empresa. No prefácio da primeira edição brasileira da obra, o Ministro da Agricultura, Apolônio Salles, articula e atualiza os discursos ao afirmar “que o grande estadista americano anteviu o que hoje o Presidente Vargas, com visão não menor das necessidades sociais do país, está aí a indicar,

como solução para nossa desorganização agrícola e para a penúria que reina soberana na maior parte dos recantos do Brasil”(ROOSEVELT, 1976, p.14).

O mesmo Ministro sintetizou aquilo que os relatos apontavam e anunciavam, fruto das impressões de Roosevelt:

Diante das riquezas que vinha descobrindo, com seu olhar de economista experimentado, brotavam, ainda, durante a excursão, frases como estas, gravadas em seu livro: Há minas, quedas d’água e abundância de solos ricos. Breve, essa zona será cortada por estrada-de-ferro. Oferece, pois, todas as possibilidades de colonização. É uma zona de grande futuro’ (ROOSEVELT, 1976, p. 14).

Dando à publicação um caráter diplomático, Roosevelt diz que quando chegou ao Rio de Janeiro o seu verdadeiro plano de ação não estava definitivamente assentado, só depois do contato com o Ministro do Exterior, Lauro Miller, “que gentilmente havia demonstrado grande interesse pela minha excursão”, informou-lhe de que já tomara as necessárias providências para que ele se encontrasse, na cidade de Cáceres, à margem do Rio Paraguai, com o oficial do Exército brasileiro, “[...] de sangue indígena, Cel. Rondon. O Cel. Rondon foi, durante um quarto de século, o mais insigne desbravador dos sertões brasileiros. Estava, naquela ocasião, em Manaus; seus auxiliares, porém, se encontravam em Cáceres, onde receberam comunicação de nossa próxima chegada” (ROOSEVELT, 1976, p. 23) e mais importante ainda, especialmente no que tange à seleção de tal obra como empiria da pesquisa, por ela ser tomada como tática de dar visibilidade aos sertões, foi que Lauro Miller empenhou-se muito na colaboração para o sucesso da expedição pois “seria de grande alcance para tornar o país mais conhecido no exterior”. (Id., Ibid).

Mais uma vez anuncia as potencialidades para a colonização, podendo-se mesmo assegurar que aquela região, o Norte do Estado de Mato Grosso era saudável, excelente e apta à colonização, “[...] as estradas-de-ferro hão de penetrá-la brevemente e assim conseguirá um desenvolvimento verdadeiramente surpreendente” (ROOSEVELT, 1976, p. 78), as campinas e vales dos rios da região eram anunciados como apropriados “à criação de gado, tal como no Oklahoma”, imensas e vastas terras agricultáveis e com mais vantagens ainda, de “se poder transformar as quedas d’água em energia. Trata-se, sem dúvida, de excelente região para a colonização”. (Id, Ibidem, p.118)

Para não parecer apenas fantasiosos, ou de cunho propagandísticos, tais enunciados trataram de dar conta dos problemas, recorrentes para os oestes, quais sejam as febres palustres e seus vetores, os insetos hematófagos, em relação aos quais, informava que:

Os colonos nada terão a recear dos insetos nocivos nesta região. Não quer isto dizer que não os haja por ali. Fora dos descampados e dos caminhos já batidos, fervilham insetos. São carrapatos, formigas venenosas, marimbondos (dos quais algumas espécies constituem verdadeiro perigo), mutucas e mosquitos. Quero apenas frisar que esta região, relativamente isenta de mosquitos e outras pragas, ao contrário de muitas outras zonas tropicais, sob o ponto de vista de colonização e mesmo para simples excursionistas, é um agradável local de permanência. (ROOSEVELT, 1976, p. 119).

Para tais males decorrentes da condição de uma região “natural”, “selvagem”, era de conhecimento recorrente e geral, principalmente os casos das febres, que ceifavam muitas vidas de homens que se aventuravam pelas selvas. O lenitivo estava vaticinado na medida em que “[...] nesse recanto belo e aparentemente saudável; sem dúvida, quando a colonização estiver mais adiantada, tudo isto desaparecerá. A geologia dessa região é muito interessante” (ROOSEVELT, 1976, p. 152).

Em meio a uma densa descrição dos lugares, sua paisagem, aspectos dos solos, da fauna e flora, Roosevelt sempre voltava à carga enfatizando a certeza do futuro da região como um centro de convergência e estabelecimento de uma população sadia e altamente civilizada, pois quase sempre se tratavam de lugares ou de excelentes zonas para criação de gado, possuindo ainda ótimos vales para agricultura. E, se, porventura alguém que vivesse em regiões do hemisfério norte e viesse a se interessar por migrar para aqueles paraísos, havia o lenitivo climático que “de junho a setembro costuma haver noites realmente frias. Qualquer raça pura do norte poderá aí radicar-se, pois que tal terra e tal clima prodigalizariam excelente viver” (1976, p.122).

Além de se prestarem, tais lugares, para a materialização de um projeto de modernidade de grande envergadura:

[...]. As terras ribeirinhas são muito férteis e as baixadas fecundas do Amazonas e do Paraguai poderiam ser tributárias – com imensa vantagem para ambas – de uma civilização industrial estabelecida nessas planícies. Naturalmente torna-se indispensável uma estrada de ferro, o que, aliás, não seria de difícil construção, em face da ausência de grandes obstáculos naturais. Antes da estrada de ferro, poder-se-ia

estabelecer uma linha de carros elétricos de Cuiabá até a queda d'água, empregando-se a própria energia ali captada. Realizado isto, a região ofereceria excelentes oportunidades aos colonos do melhor tipo: construtores, empreiteiros e homens de negócios com visão e sagacidade que viessem a transigir com os colonos, com os construtores e com imigrantes sob um sistema cooperativista. (ROOSEVELT, 1976, p. 130).

Apontando especificamente um daqueles lugares, em referência as cabeceiras do Rio Tapajós, pontua, ainda, o autor:

[...]. De qualquer maneira, porém, aquela região há de ser o berço de uma considerável população agrícola e pastoril. Acima de tudo, os inúmeros cursos d'água com suas cachoeiras, algumas de grande altura e volume, oferecem excelentes possibilidades para o desenvolvimento de comunidades manufatureiras que podem ser ligadas entre si por estrada-de-ferro com escoamento para as costas do Atlântico e vales do Paraguai, Madeira e Amazonas, fazendo intercâmbio com as populações das planícies quentes, ricas e aluviais que circundam esse altiplano. (ROOSEVELT, 1976, p. 143).

No mesmo sentido, para a região do Rio da Dúvida, o visitante faz previsões futuras para a colonização:

[...]. O solo aqui é fértil; ótima gleba para uma futura grande fazenda de café. Na verdade tal região tão rica e fértil não deve ficar abandonada no meio das selvas, sem ser colonizada, enquanto uma multidão de indivíduos se aglutina nos países superpopulosos do Velho Mundo. Os próprios rápidos e cachoeiras, que, no momento são o nosso maior e mais perigoso entrave, suprirão a energia necessária para a movimentação de fábricas e conveniente iluminação. Com o estabelecimento da colonização e em face dos passos avançados da ciência no domínio e do combate e controle às moléstias tropicais, não haverá motivos de temor. Regiões como esta são perigosos para os primeiros exploradores e talvez mesmo para aqueles que os seguem imediatamente, mas não serão para quem vier posteriormente. (ROOSEVELT, 1976, p. 188).

Sobre a conquista pela colonização como ato de heroísmo, apelando para indistintos indivíduos, e passando pela tentativa de um exercício de assujeitamento, a citação a seguir explicita tal concepção:

[...]. A conquista de fato, a exploração conveniente e a colonização são realizadas por uma multidão anônima, cujos elementos mais destacados se contam, por certo, entre os que constroem suas próprias residências. Cada um que vai chegando, a maioria das vezes, segue os passos dos que o precederam, mas, dentro de pouco tempo, desbrava novo sítio mais adiante e constrói sua casa, em terreno completamente virgem. Esse cidadão, legítimo pioneiro, não deve ter a preocupação de vida social e

não necessita, ou mesmo desconhece, qualquer fausto ou conforto, exceto o mais comezinho. O colono que está sempre ansiando pelo fausto e conforto das grandes cidades não é absolutamente um verdadeiro pioneiro. (ROOSEVELT, 1976, p. 208.)

De modo a cultivar relações de sociabilidade com o seu parceiro brasileiro em parte do percurso da expedição, estendo a este brasileiro o papel de revelar ao mundo estas vastas extensões de terras virgens, “integrando-as na comunidade da Nação, eis o que tem sido o trabalho do Cel. Rondon e seus auxiliares da Comissão Telegráfica”, exaltando a obra de Rondon, que com seu trabalho através da construção das linhas telegráficas e o amansamento dos selvagens, bem como a muitos outros brasileiros sertanejos, que com suas atitudes:

[...] fundaram eles, incidentalmente, a escola brasileira de desbravadores. Antes deles, quase todas as explorações científicas realizadas no país eram empreendidas por estrangeiros. Não devemos esquecer, entretanto, que há muito trabalho de exploração e colonização feito por brasileiros que não lograram fama e que procuraram meramente construir novos lares e aumentar suas fortunas: em dias recentes, pelos seringueiros, por exemplo, e no século passado, por aqueles audazes e incansáveis aventureiros de sangue português e indígena – os paulistas – de quem o coronel descende pelo lado paterno. (ROOSEVELT, 1976, p. 144).

Difundir imagens do lugar enquanto potencialidade para sua ocupação definitiva, também era dado por elementos “da terra”, como a publicação do Álbum Gráfico de Mato Grosso, em 1912, patrocinado por empresários localizados nas cidades mais importantes, nos décadas iniciais do século XX. No mesmo sentido, tomamos um artigo publicado na Revista do Brasil, em 1922, no qual, o autor Adriano Metello, pertencente a uma família de grandes proprietários de terras, fato que perdura até os dias atuais, anuncia as potencialidades do Sul de Mato Grosso, como uma região que, naquele momento, na percepção do autor se caracterizava pelas atenções que despertava, como grande centro de uma economia nova para o país e para o mundo: “(...) allí se constroe o futuro da nação. É a Chanaan, que promette – mais que os nossos fallaciosos ‘El-dorados’ do ouro e da borracha – uma riqueza sólida, estabelecida em bases múltiplas e racionais” (METELLO, 1922, p. 45), quase a parecer um clichê de propaganda, fazendo ver o que era, e o que viria a ser aquela região, que em breve seria atravessada por estradas de ferro, vindas se São Paulo em todas as direções. O autor reforça sua intenção para com “o artigo que aqui publicamos e para o qual pedimos a atenção do leitor” (Id, Ibid.), estando a denotar uma luta por representação, e ressaltando que se tratou de um artigo que foi publicado, não em um

jornal local, o que faz alguma diferença, mas, numa revista que teve um papel difusor significativo, pela sua circulação, e por ter sido a “[...] principal publicação de caráter cultural da República Velha, a revista acolheu em suas páginas os nomes mais representativos da época, tendo desfrutado de enorme prestígio e ostentado uma longevidade rara para os padrões então vigentes” (DE LUCA, 1999, p. 31).

Metello (1922, p. 47) informa com alguma minúcia as características pedológicas do Sul de Mato Grosso, com vistas a mostrar sua viabilidade para a exploração econômica. As áreas de terra roxa aparecem como “a jóia” do Estado, destinadas a se transformar no futuro celeiro do Brasil, com clima ameno, águas da melhor qualidade, imensa quantidade de madeiras de lei, dentre as quais se destacavam a aroeira, “madeira de duração maior que o ferro e indestrutível ao tempo” e o carandá, palmeira abundante nos pantanais e nas veredas, útil também pela dureza do seu tronco, usado para vários fins como madeira: para postes de cercas; esteios; traves; e também para telhas, rachando-se o tronco em dois, informou haver “grande exportação destes troncos para a República da Argentina, onde são usados como postes telegráficos” (Id, Ibid, p. 52), e também utilizadas nas habitações dos povoados às margens do Rio Paraguai, construídas exclusivamente de carandá, compondo esteios, paredes e telhas. O autor citado neste parágrafo elogia as pastagens naturais do Pantanal, que se desenvolviam lá de forma exuberante, com ervas tenras, e extremamente propícias para o desenvolvimento e a rápida procriação de gado, enfatizando a região da Serra da Bodoquena, na linguagem Guaicuru, “serra que atola”, que destacou como sendo “[...] esta zona a única do Estado e talvez do Brasil própria para a cultura sem adubos químicos do trigo, centeio, cevada, uvas e oliveiras, enfim de todos os vegetaes que requerem como condição imprescindível a existência de phosphatos e do elemento calcareo no solo” (Id, Ibid, p. 50).

Com relação ao homem trabalhador do campo, destoando da visão da maioria daqueles que tratavam o caipira como “Jeca Tatu”, ou o indígena como inapto para o trabalho e para a “civilização”, Metello diz sobre o trabalhador dos campos do Sul de Mato Grosso que:

A camaradagem das fazendas nesta região consta de índios terenas, nascidos já nas próprias fazendas, mas usando entre si o seu idioma, e de paraguaios, que existindo em muitos milhares na fronteira, disseminam-se pelo interior, empregando-se de preferência em empreitadas de roças e cercas. Os índios terenas são preferidos pela sua índole pacífica. Na

fronteira o trabalho do gado é feito exclusivamente por paraguaios. (METELLO, 1922, p. 50-1).

Para além da diversidade apontada, o articulista acima referido elege uma daquelas áreas como preferencial para possíveis fins colonizadores, em especial para possíveis colonos europeus: é a região do planalto com terras roxas, “a zona mais facilmente colonizável pelo seu clima, pelo seu solo, pelas suas águas” e que, por isso, “nella qualquer população estrangeira ainda que das regiões frias da Europa achar-se-á bem e conservará as suas energias” (METELLO, 1922, p. 53). Portanto, o autor previu, para aquela zona, hoje a região da Grande Dourados, Sidrolândia, Maracaju, entre outras, um futuro como zona agrícola de maior desenvolvimento “de todo o Brasil”, como ousou dizer, ufanando-se de sua terra natal, de maior valorização do solo, “e de onde irradiar-se-á nova população brasileira, despida de litteratura improductiva, amiga do trabalho, crente do valor de seu paiz” (Idem, Ibid.). Para as outras zonas, aquelas de solos mais pobres, regiões de solos arenosos, que ele chamou de zona medíocre, com um pouco mais de capital e mais trabalho também teria invejável desenvolvimento. A zona do Pantanal continuaria a produzir o seu gado crioulo, que já naquele tempo cruzava as estradas boiadeiras, com destino a São Paulo, mas que, também, com o avanço do “desbravamento” das suas matas e o cultivo dos seus terrenos, iriam pouco a pouco, sendo “amansados” a ponto “de permitir o seu povoamento, o trabalho moderno, o conforto no viver” (Idem, Ibid.).

Um outro viajante, que produziu um relato de viagem, foi Hermano Ribeiro da Silva, que ao atravessar o Oeste de São Paulo, de trem, pela Estrada de Ferro Sorocabana, deixou um registro de suas impressões dos lugares, tendo a sua narrativa entrado como mais uma contribuição para o corpo de composições literárias, a construir representações dos lugares dos sertões. Cassiano Ricardo considerou-o mais um daqueles bandeirantes modernos em que:

[...] no recôndito da alma dos habitantes ‘dessas regiões existe, latente, a esplêndida chama tutelar da brasilidade, que empolgou os nossos antepassados’. E perguntava, com absoluta razão: como, pois, remover esse manifesto anacronismo que subsiste nas veleidades da nossa civilização e da nossa cultura? Como agir, a fim de acordar nas gerações presentes uma atração verdadeiramente apaixonada pelos problemas desse deserto territorial em que permanecemos, na inércia de perdulários inconscientes?’ (RICARDO, 1970, p. 611).

Ainda segundo Ricardo, Hermano deixa explicitada a intenção de sua “bandeira, quando escreveu para a mãe em São Paulo, [...] se formos felizes na paz que constitui o nosso grande empenho, teremos ganho uma verdadeira vitória para o nosso São Paulo e para o nosso Brasil” (SILVA apud RICARDO, 1970, p. 612). Hermano morreu dia 24 de novembro de 1937, às 2 horas e 20m. : “esse bandeirante moderno, cuja obra não deve ser esquecida, morria às margens mesmas do rio que tanto o seduzira, na boca do sertão que ele fora o primeiro a penetrar” (RICARDO, 1970, p. 613).

Outro componente do elenco dos produtores de discursos que deram representação aos sertões do Oeste de São Paulo, o engenheiro-arquiteto Edmundo Krug, em excursão realizada na região em 1905, e transformada em relato escrito, diz tê-lo feito “somente com o intuito de tornar conhecida uma zona uberrima, de mostrar ao governo que certos assumptos são do magno interesse econômico” (KRUG, 1945, p. 369-70), especialmente no que se referia a estratégias de ocupação pela colonização: “O que desejamos é o desenvolvimento de nossa lavoura, a exportação regular dos nossos productos, a industrialização das nossas riquezas que jazem escondidas no subsolo, e o povoamento de nosso Estado por intermédio de uma colonização inteligente” (Idem, p. 371). Enfatiza os propósitos, tanto de sua excursão pela região, como pelos seus relatos, que informam vários aspectos sobre os lugares, de modo que eles:

[...]sejam suficientes [...] para provar que temos uma zona no sul do Estado de São Paulo digna de toda a atenção, seja talvez por ser portadora de grandes riquezas, seja por merecer uma apreciação crítica relativamente a possibilidade de ser colonizada. Toquei por alto neste assumpto pretendendo, porém, fazer um trabalho que sirva de propaganda para o sul do nosso Estado: porisso me desviei um tanto da descrição de minha viagem. (Idem, p. 398).

Voltou a pedir e a chamar a atenção dos seus possíveis leitores para as potencialidades daqueles lugares, fazendo ver as possibilidades de suas articulações comerciais, e ponderando o valor das terras como um atrativo, por ser aquele um lugar que “possue melhores e mais aproveitáveis elementos que qualquer outro da zona, por constituir verdadeiro entreposto para o comércio importador e exportador. Seria, pois, bem acertado, levando-se em consideração a barateza dos terrenos d’ahi”. Voltando à possibilidade de ocupação pela colonização: “si o governo comprasse vastos complexos e mandasse formar um grande núcleo colonial”, via nisso, inclusive, uma forma de modernizar as atividades econômicos das regiões ou lugares do entorno, “no qual os

lavradores da circumvisinhança pudessem aprender a manejar, junto com os colonos os diversos instrumentos agrícolas e ficassem conhecendo as vantagens do cruzamento das diversas raças de gado” e desenvolvessem, desse modo, um outro sistema de produção nas suas próprias terras, vislumbrando o abandono do “sistema caipira”, tão criticado pelo seu “atraso”. Desse modo, afirmou ele, “julgo que com pouco dinheiro se poderia effectuar a compra de um terreno apropriado, para esse fim, com 2.000 alqueires de área, que importaria em 10 a 15 contos de réis” (KRUG, 1945, págs. 415-6).

A estratégia da colonização oficial, preconizada pelo autor, só vai materializar-se anos mais tarde durante o Estado Novo. Provavelmente, as oligarquias da República Velha não levaram a cabo uma proposta daquele tipo porque estivessem ocupadas em apropriarem-se das terras devolutas, as quais demandavam um tempo de “maturação” para a sua devida legalização, bem como a dissipação de qualquer empecilho para tal, como: a expulsão de sertanejos e o expurgo das etnias originárias. Por fim, para pensar o texto no contexto de sua produção e circulação, este, usado em referência, foi publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no início do ano de 1945, momento em que o Estado Novo ainda vicejava.

CAPÍTULO II

COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO MATO GROSSO: PRIMEIRO PERÍODO (1908 A 1927)

Neste Capítulo, foi feita a análise da criação da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT), os empreendimentos daqueles anos iniciais, como a abertura da Estrada Boiadeira ligando o Estado de São Paulo à região Sul do Estado de Mato Grosso, possibilitando, ao mesmo tempo, ocupar os territórios da Alta Sorocabana, ainda em poder dos caingangues. Os fundadores da Companhia empenharam-se em garantir a posse de imensas glebas de terras naquelas regiões, como contrapartida pelos trabalhos em abrir a estrada, bem como a concessão para a exploração da navegação no Rio Paraná e seus afluentes.

1 A gênese da CVSPMT

A Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT) foi a mais antiga Companhia com fins colonizadores da região da Alta Sorocabana, fundada em 1908, a partir de uma empresa já existente, a firma Diederichsen & Tibiriçá. Seus fundadores foram Arthur Diederichsen, lavrador, doutor e acionista majoritário, com 4.375 ações; Francisco Tibiriçá, médico, com 500 ações; ambos sócios da firma Diederichsen & Tibiriçá e principais acionistas da Companhia, mais os acionistas: Antonio José Ribeiro da Silva, lavrador e doutor⁶, com 50 ações; Augusto Ferreira Ramos, engenheiro, com 20 ações; Joaquim Timotheo de Araújo Netto, lavrador; Ernesto Diederichsen, comerciante, todos moradores da cidade de São Paulo, e Frederico Ernesto de Aguiar Whitacker, comerciante e morador da cidade de Santos, com 15 ações. A criação da Companhia deu-se em substituição à firma Diederichsen & Tibiriçá, em cujo ato, como de praxe, estiveram

⁶ O qualificativo pessoal e profissional de “doutor”, em geral era referência à formação acadêmica em Direito.

presentes todos os acionistas e ocorreu no prédio do Largo do Ouvidor, nº 2, na cidade de São Paulo, no dia 3 de junho de 1908 (Diário Oficial/SP, 13.06.1908, p. 1842). Com o transcorrer do tempo, outros acionistas se incorporaram à Companhia, o que significou, na maior parte das vezes, mudanças de rumos com a sua venda para outros grupos, como no ano de 1927, quando o alemão Enrique Sloman, compra a Cia. Da mesma forma, em 1941, quando o empresário tchecoslovaco Jan Antonin Bata também se torna seu proprietário. Neste longo percurso percebeu-se a incorporação de novos acionistas, podendo-se apontar, em 1922, a entrada do Banco Comercial Franco Brasileiro que adquire 200 ações; em 1927, o Banco Alemão Transatlântico adquire 5 ações, entre outros, denotando-se interesses do capital financeiro nos empreendimentos ligados a terra.

Constaram como concessões, na constituição da CVSPMT, a construção e direitos de exploração da estrada de rodagem⁷, ligando os Estados de São Paulo e Mato Grosso. Ressalta-se que até aquele momento, os únicos caminhos que estabeleciam ligação entre os dois Estados eram: os caminhos do sertão; as rotas fluviais, ambos difusos e aleatórios do ponto de vista de um funcionamento sistemático; e a Estrada Boiadeira passando por Paranaíba, demandando Uberaba em Minas Gerais, e só depois chegando a São Paulo. Os direitos de exploração da navegação fluvial do Rio Paraná entre Foz do Iguassu e Jupuíá, ou Salto de Urubupungá, e dos seus afluentes do lado mato-grossense, constando o Rio Pardo e Rio Ivinhema. Ainda, a exploração do Porto Tibiriçá, com a cobrança de taxas de passagem de gado de exportação de Mato Grosso para São Paulo, percebido como um negócio promissor:

[...] com o encargo de arrecadação dos impostos desse Estado, o que dá um mínimo de renda de seis mil réis (6\$000) por cabeça de gado transportado; considerando que si pode computar pelos estudos feitos em um mínimo de quarenta mil o número de cabeças de gado que os concessionários terão de passar no Rio Paraná, o que dá uma renda bruta annual de duzentos e quarenta contos, não fallando da renda de transporte de mercadoria e do commercio de gêneros com os boiadeiros á margem do rio. (DIÁRIO OFICIAL/SP, 1908, p. 1843).

Constavam como bens escriturados na constituição da CVSPMT: terras devolutas concedidas pelos governos de São Paulo e Mato Grosso, uma área de 184.000 hectares - já

⁷ Na verdade esta estrada foi aberta como estrada boiadeira, assim permanecendo até a sua desativação lá pelos idos da década de 1960.

excluídos trinta mil hectares, compreendendo dezoito mil hectares em Mato Grosso “a tirar onde convier”, e 12 mil hectares em São Paulo, “sendo 04 mil hectares à margem do Rio Paraná, do Rio Santo Anastácio para baixo, e os oito mil hectares restantes onde convier” (DIARIO OFICIAL, 1908, p. 1841), que teriam de ser reservadas como bonificação ao sócio Francisco Tibiriçá, terras avaliadas em seiscentos contos de réis (600:000\$000); obras até aquele momento já feitas para a abertura da Estrada Boiadeira; móveis e semoventes de material flutuante já existente no Rio Paraná, constando de três lanchas a vapor, seis lanchas de ferro para cargas, cinco barcas de madeira e diversos batelões, bóias e correntes para amarração; material de tração pelo balanço; oficina, utensílios e outros materiais; o armazém já existente e seu sortimento, incluso o de farmácia; semoventes em tropa de montaria e de carga arreados, bovinos, etc; imóveis, constituídos em pastagens e casas provisórias no porto que serviam para armazém, farmácia, oficina e morada de trabalhadores. Todos esses bens arrolados totalizaram o valor de um mil duzentos e seis contos de réis (1.206.000\$000). Como bens representados em terras, que entraram na constituição da Companhia, constaram ainda terras da fazenda ‘Laranja Doce’, localizada no distrito de Platina, da comarca de Campos Novos do Paranapanema e “mais algumas casas rústicas construídas nas mesmas terras no lugar denominado Indiana, transferidas à Companhia pelo sócio Arthur Diederichsen e sua mulher” (Id. Ibid, 1841).

Curioso e sintomático, tem-se o fato de que, nas formas de apropriação das terras do Oeste do Estado de São Paulo, como também dos demais estados do Oeste, as terras devolutas, grande parte delas ainda não havia sido demarcada, aparecendo, na sua descrição, apenas os limites, como os da fazenda ‘Laranja Doce’, para a qual não se declarou a área, mas os limites da propriedade que confrontava com as fazendas Jaguaretê, Capivari, Anhumas e Confusão, tendo sido o seu valor declarado em dezesseis contos de réis (16:000\$000). Quanto à composição dos bens da Companhia, ela foi melhor demonstrada, alguns anos mais tarde, quando da elevação do seu capital social.

Quanto à sua característica e finalidades, constava que se tratava de uma sociedade industrial e comercial, sob a forma anônima, que teria por finalidade realizar e explorar as concessões em terras devolutas concedidas pelos governos de Mato Grosso e de São Paulo; explorar a indústria de navegação e transporte no Rio Paraná e seus afluentes; explorar o comércio de gado para criação e para corte, além do comércio de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade; vender terras devolutas de suas concessões ou estabelecer

núcleos coloniais; montar e explorar estabelecimentos de criação ou de culturas agrícolas em suas terras ou nas que viesse a adquirir; contratar com os Governos a arrecadação de quaisquer taxas ou impostos nas zonas de suas concessões; e, qualquer outro empreendimento industrial ou comercial relacionado com os seus negócios, neste caso resolvido em assembléia geral. A sua primeira diretoria foi composta pelos seguintes membros: Presidente, Arthur Diederichsen; gerente, Antônio José Ribeiro da Silva; secretário, Francisco Tibiriçá, mais o conselho fiscal (DIARIO OFICIAL, 1908, p. 1841).

Quase um ano decorrido da criação da Companhia, na primeira Assembléia Extraordinária⁸ da diretoria, ocorrida em 24 de maio de 1909, foi possível perceber o funcionamento de algumas atividades, nos informes que anunciaram a conclusão dos trabalhos da abertura da Estrada Boiadeira, e a montagem de estabelecimento portuário, no Porto Tibiriçá, estando em operação dois vapores e barcos, com capacidade para transportar diariamente até mil reses em travessia do Estado de Mato Grosso para o Estado de São Paulo. Continua o informe da diretoria comunicando a construção e montagem de um armazém, em Porto Tibiriçá, para abastecimento da zona ribeirinha “[...] e demais comodidades exigidas para uma empresa que se propõe abrir comunicações através de regiões até a pouco inóspitas”, tendo também estabelecido contatos comerciais com grandes criadores da Vacaria, região do Sul de Mato Grosso, possuidora de vastos campos nativos de criação de gado. Terminada a abertura ou a construção da Estrada Boiadeira, ela começou automaticamente a ser utilizada, cujo trânsito por essa nova estrada revelou-se bastante animador, apesar das dificuldades naturais, da falta de pontes apropriadas e da falta de comodidades próprias nos pousos de boiadas, decorrentes, afinal, de uma empresa em vias de montagem e estruturação.

Ressalto que a abertura da Estrada Boiadeira não foi uma simples iniciativa de se chegar ao sertão; foi, antes de tudo, objeto de intensas disputas pelas terras devolutas, tanto de paulistas como de mato-grossenses, pois ela foi um instrumento estratégico para legitimação das solicitações de concessões de terras, bem como a sua subsequente exploração com a cobrança de taxas e tributos nos seus pousos e na travessia do Rio Paraná. Tal inferência estava pautada na percepção de, naquele período histórico das

⁸ Ressalvo que a atenção às Atas das Assembléias Extraordinárias deve-se ao fato de que foram nelas que os assuntos mais gerais e diversos eram tratados, ficando para as Ordinárias, que ocorriam uma vez por ano, a atribuição estatutária de aprovação dos balanços anuais e relatórios da diretoria.

primeiras décadas da República, ter passado a fazer parte das estratégias, tanto dos governos estaduais, principalmente do governo federal, de ocupar efetivamente os sertões.

Da mesma forma que a sua abertura foi no lado paulista uma iniciativa da firma Diederichsen & Tibiriçá, em 1908 transformada na Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT), do lado mato-grossense era uma aspiração ou uma necessidade para encurtar as distâncias percorridas pelas boiadas do Sul de Mato Grosso em direção ao principal mercado consumidor, São Paulo e Rio de Janeiro.

A estrada, até aquele momento, utilizada para destinar as boiadas ou demais gêneros comerciais, aqui chamada estrada “velha”, saía da região da Vacaria e de algumas regiões do Pantanal em direção a Campo Grande, Camapuã e Santana de Paranaíba, em seguida atravessava os Rios Grande e Paranaíba, formadores do Rio Paraná, passando a seguir pelo triângulo mineiro, ou entravam no Estado de São Paulo, buscando ponto terminal da Estrada de Ferro Mogiana, para, enfim, chegar à cidade de São Paulo.

Ao mesmo tempo, São Paulo aspirava à ampliação de sua área de influência, ou de novos horizontes para o café e o intercâmbio com as zonas produtoras de gado do Sul de Mato Grosso. Para tanto, pode-se apontar, como uma das primeiras iniciativas, a constituição, pelo Governo Federal, em 1890, de uma comissão para construir uma estrada de rodagem que, partindo da região de Lençóis, em São Paulo, demandasse o Rio Paraná, tendo ficado, de tal iniciativa, apenas arremedos de intenções. Mais tarde, em 1905,

[...] as expedições organizadas pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo que reconheceram ao rios Tietê e Paraná, Feio e Peixe. Os grandes rios da bacia hidrográfica paulista voltaram a ser novamente explorados em 1910: os técnicos da Comissão Geográfica e Geológica levantaram os rios Grande, Pardo, Turvo e São José dos Dourados. Dentro desse quadro de explorações geográficas, coloca-se a primeira iniciativa concretizada de ligação terrestre entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso, com a abertura da estrada de São Mateus à barranca do Rio Paraná. (ABREU, 1976, p. 39).

Durante o governo paulista de Bernardino de Campos, foi criada uma comissão, com uma dotação orçamentária de oitenta contos de réis (80:000\$000), para a abertura de uma estrada, liderada pelo engenheiro Olavo Hummel, que teve como ponto de partida a

fazenda abandonada de Jaguaretê ou as cabeceiras do Rio Santo Anastácio⁹, atingindo as barrancas do Rio Paraná, 263 metros abaixo da foz do Rio Santo Anastácio. Segundo Abreu (1976, p. 41), Hummel não quis fazer obras maiores no referido ponto, à beira do rio, em virtude da necessidade de estudos mais acurados sobre o local onde deveria se construir o porto definitivo, e, que, segundo a opinião de Hummel, deveria ser localizado junto à barra do Rio Santo Anastácio, onde havia excelente ponto de abrigo. Tal cautela teve sua pertinência, pois o estabelecimento do porto definitivo ocorreria alguns anos mais tarde, em um ponto mais ao norte, próximo onde hoje está a ponte Mauricio Jupert sobre o Rio Paraná, localização determinada quando do estabelecimento do Porto Tibiriçá, por Francisco Tibiriçá, a serviço da firma Diederichsen & Tibiriçá, que em 1908 transformou-se em CVSPMT. Além do que, a referida localização demandou uma certa perspicácia política e administrativa em acompanhar a definição do traçado da Estrada de Ferro Sorocabana, pois o porto deveria estar localizado em posição estratégica em relação à estação terminal da Estrada de Ferro. E foi o que ocorreu.

A estrada aberta por Hummel não chegou a funcionar como tal, ficando provavelmente abandonada. Mesmo porque ainda não existia a sua continuidade do lado mato-grossense; portanto, o caminho foi esquecido e reabsorvido pela mata. Pelos cálculos de Hummel, a antiga estrada de Campo Grande por Santana de Paranaíba, no Mato Grosso, até São Paulo, tinha a distância de 270 léguas, e a “nova”, a ser construída, passando por Porto XV de Novembro, teria somente 174 léguas, diferença significativa, por se tratar de uma época em que os deslocamentos das boiadas se faziam andando. Para percursos tão longos, eram grandes as perdas em mortes de reses e, no geral, o gado perdia peso, chegando nos mercados de venda depreciados.

Em Mato Grosso também existiam interesses na abertura da referida estrada, interesses vindos, muito provavelmente, de alguns criadores de gado do Sul do Estado, além de comerciantes e agricultores. Tal interesse esteve personificado na pessoa do sertanejo Manoel da Costa Lima, conhecido como Major Cecílio¹⁰. Até 1907/1908, ano da

⁹ As referidas áreas e a fazenda Jaguaretê, no início do século XX, eram terras devolutas, tornando-se propriedade da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, quanto da sua constituição em 1908, o que é visível nos seus estatutos e relatório de Assembléia da diretoria.

¹⁰ Manoel da Costa Lima nasceu em Santana de Paranaíba, Estado de Mato Grosso, em 08 de outubro de 1866. Comerciante, agricultor e pecuarista na região da Vacaria. Sua primeira propriedade foi a fazenda Ponte Nova, da qual ele se desfez para dedicar-se a sua nova concessão, de 72.000 hectares na margem direita do Rio Pardo, concedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso como contrapartida pela abertura da Estrada Boiadeira, de Campo Grande a Porto XV de Novembro, no Rio Paraná. Morou até a sua morte

abertura da Estrada Boiadeira, passando pelo porto XV de Novembro, os comerciantes e criadores da região Sul do Estado de Mato Grosso realizavam seus negócios com São Paulo e demais Estados, pela estrada de Santana de Paranaíba, ou com a região Platina, compreendendo o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, pelas rotas das carretas via Concepcion, no Paraguai, e pelos cursos fluviais, compreendendo os rios: Aquidauana; Miranda; Ivinhema entre outros, onde se abasteciam de produtos importados (ferramentas, utensílios, vestimentas, sal, etc), por onde, ainda, além do gado, comercializavam seus produtos como a erva-mate e peles de animais silvestres como da capivara, veado, onça, lontra etc.

Em seu intuito e interesses em abrir a estrada do lado de Mato Grosso, o Major Cecílio, conforme Abreu (1976, p. 43), dirigiu-se para Cuiabá, a capital do Estado, para tentar conseguir das autoridades estaduais competentes, apoio para o seu empreendimento, não tendo a receptividade almejada. O próprio Governador de Mato Grosso, Antonio Paes de Barros, viu com pessimismo os planos do Major Cecílio, achando o projeto inviável, negando-se em conceder-lhe auxílio financeiro. Tal recusa pode ser tomada como hipótese de que, injunções com o mesmo fim eram movidas pela firma Diederichsen & Tibiriçá, que havia conseguido uma concessão do Governo do Estado de Mato Grosso, em 15 de abril de 1904, com apoio na Lei Estadual nº 369, de 19 de março de 1903, para a abertura da mesma estrada, mas esta questão não foi tratada neste trabalho.

Não tendo se abatido com a recusa do apoio do Governo do Estado, Major Cecílio procura, em Aquidauana, outra cidade do Sul de Mato Grosso, um dos chefes políticos dessa região, Estevão Alves Correa, conhecido como Coronel Chá, que se entusiasmou com o projeto, “cedendo-lhe, fiado uma boiada de 2.000 animais ao preço de 28\$000 a cabeça” (ABREU, 1976, p. 43), garantindo, dessa forma, os recursos para a abertura da estrada. Tal “entusiasmo” pode ser tomado por um outro viés de análise, o das lutas políticas entre os grandes proprietários rurais do Sul do Estado de Mato Grosso, que se enfrentaram em lutas armadas durante as últimas décadas do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Enfatizo que tal temática ainda é pouco estudada, mas pode-se apontar um dos primeiros trabalhos a tratar do assunto, o Coronéis e Bandidos em Mato Grosso, do pesquisador Valmir Batista Corrêa, arrolado na bibliografia desta tese.

no local denominado Uerê, sede de sua fazenda, hoje Município de Bataguassu, cidade surgida de projeto de colonização da CVSPMT, no início da década de 1950.

Dedicando-se ao empreendimento, saiu o Major Cecílio de sua fazenda Ponte Nova, com um grupo de empregados seus, no dia:

[...] 09 de março de 1903. No dia 06 de junho de 1903, o grupo de batedores da expedição chega à foz do Rio Pardo, no Rio Paraná, onde foi fincado um marco, tendo sido o local batizado de Porto XV de Novembro, em virtude das convicções republicanas do Major Cecílio. (ABREU, 1976, p. 44).

Conhecido o trajeto, era preciso dar a ele o caráter formal, aplicar a ele os conhecimentos legitimadores da apropriação dos espaços, a engenharia dos espaços, de forma a ser apresentado aos órgãos oficiais do Estado, esboçar, enfim o levantamento topográfico materializado sob a forma de mapas, plantas e croquis, precisando longitudes latitudes, altitudes e direção.

Para tanto, no final de 1903 vende a boiada que havia sido fiada por Estevão Alves Correa e dirige-se ao Rio de Janeiro com o intuito de capitalizar apoio político junto aos deputados federais por Mato Grosso, para a aprovação do projeto da estrada. Com o apoio dos deputados federais por Mato Grosso Manoel Murtinho e José Maria Metello, conseguiu uma audiência com o Ministro da Fazenda, o também mato-grossense Joaquim Murtinho, com vistas a conseguir autorização para explorar a travessia de gado no Porto XV de Novembro, para São Paulo, tendo conseguido a concessão que, anos mais tarde, negociou com Francisco Tibiriçá, da CVSPMT.

No retorno a Mato Grosso, quitou a dívida com o Coronel Estevão Alves Correa, em seguida contratou, na cidade de Miranda/MT, os serviços profissionais do agrimensor Emilio Rivasseau¹¹. “[...]. Em 18 de agosto de 1904, o agrimensor Rivasseau assinou o memorial descritivo e o mapa da estrada que assinalaram entre Campo Grande e o Porto XV de Novembro, a distância de 54 e 2/4 de léguas” (ABREU, 1976, p. 45). O Documento de levantamento topográfico da estrada foi entregue ao Governo do Estado, do qual recebeu, o Major, a concessão para a abertura e exploração da estrada, amparada na Lei nº 345, de 16 de abril de 1902, e contrato de 27 de agosto de 1902, permitindo, por um

¹¹ Emilio Rivasseau, francês, percorreu intensamente o Sul de Mato Grosso, prestando serviços de agrimensura, além de comprar grande quantidade de pele de animais silvestres, especialmente de onças, que era comercializada na Europa. Nas suas caçadas entre os índios Kadiués, no Pantanal, fez registros em anotações de viagem que em 1936 publicou sob a forma de livro: A Vida dos Índios Guaicurus, pela Companhia Editora Nacional.

período de 20 anos, a exploração da Estrada Boiadeira e a da travessia de gado de Mato Grosso para São Paulo pelo Porto XV de Novembro, no Rio Paraná.

Do lado paulista, para a construção da estrada, Francisco Tibiriçá associou-se a Arthur Diederichsen, proprietário de grandes fazendas de café em Ribeirão Preto, e, para tal fim, formaram uma empresa, a firma Diederichsen & Tibiriçá, que, por sua vez, também serviu de instrumento para a requisição de terras devolutas na região da Alta Sorocabana. Francisco Tibiriçá se encarregaria da abertura da estrada do lado mato-grossense e da instalação da gerência do Porto Tibiriçá, ficando a cargo de Arthur Diederichsen a abertura da estrada do lado paulista. Já ficou demonstrado acima que a abertura da estrada do lado mato-grossense passou pelo jogo de forças políticas, e foi Manoel da Costa Lima quem se saiu melhor e foi quem de fato a construiu.

De seu lado, Arthur Diederichsen transferiu os trabalhos ao Coronel Francisco Whitaker, seu administrador de fazendas. Whitaker contratou o Coronel Francisco Sanches de Figueredo, chefe político em Campos Novos do Paranapanema, conhecedor do sertão do Oeste de São Paulo e, em vários relatos sobre a região, referentes àquele início de século XX, aparece como um dos mais obstinados caçadores e matadores de índios, principalmente contra aqueles que mais resistiram em entregar as suas terras, os caingangues ou coroados.

Para os trabalhos de abertura da estrada, um dos problemas era o abastecimento dos trabalhadores com alimentação, ferramentas, armas, etc; naquela época, contava-se com dois lugares conhecidos como “boca do sertão”: Campos Novos do Paranapanema e Conceição do Monte Alegre, distantes do trajeto de construção da estrada. Para tanto, para facilitar o abastecimento das frentes de construção dentro da mata, foi necessária a construção de um ponto de apoio. Assim, em 04 de junho de 1907, iniciou-se a construção do primeiro rancho que viria a ser o primeiro armazém no sertão:

[...] o senhor Junqueira apanhou febres durante o tempo que esteve no Porto e só no dia 04 de junho pôde chegar ao lugar onde se acha hoje a sede da Fazenda Indiana. Ali abarrancou e no dia seguinte armava o primeiro rancho coberto de zinco que este sertão viu. Estava fundada Indiana. (ABREU, 1997, p. 27).

Aqueles foram anos definitivos para a grande maioria dos caingangues que viviam na região, tendo ocorrido um verdadeiro genocídio contra aquela etnia. Logo em seguida, o

lugar se transformou na sede da fazenda Indiana, que mais tarde, a partir de 1941, quando o empresário de origem tchecoslovaca Jan Antonin Bata comprou a CVSPMT, se tornou o centro administrativo de várias operações da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, como: montagem e execução de projetos de colonização, serrarias, olarias, cerâmicas, e também da Companhia Comercial Alto Paraná.

Dando prosseguimento aos trabalhos no Porto Tibiriçá e do lado mato-grossense em Porto XV de novembro, Francisco Tibiriçá deparou-se com a presença do Major Cecílio com os seus trabalhos de abertura da estrada e de fundação do Porto XV de Novembro. Evitando um confronto com o mesmo, Arthur Diederichsen entrou em acordo e “[...] por escritura particular de 05 de abril de 1907 comprou a concessão, benfeitorias do Porto XV de Novembro e a lancha que fazia a travessia do Rio Paraná” (ABREU, 1997, p. 50). Desse modo, antes do final do ano de 1908, o Porto Tibiriçá estava instalado e a boiadeira operando com grande trânsito de gado.

Terminados os trabalhos da Estrada Boiadeira, e instalados os dois portos, Porto Tibiriçá na barranca esquerda do Rio Paraná e Porto XV de Novembro, à direita, junto a foz do Rio Pardo, a firma Diederichsen & Tibiriçá, transformada em CVSPMT no início de 1908, recebe dos dois Estados, Mato Grosso e São Paulo, uma área de terras devolutas de cento e oitenta e quatro mil hectares, já excluídos trinta mil hectares que haviam sido reservados como bonificação ao Doutor Francisco Tibiriçá, tal como consta no estatuto e ata de criação da Companhia, totalizando duzentos e quatorze mil hectares de terras públicas que foram objeto de especulação imobiliária. Em tempo: tais terras tiveram o seu valor multiplicado em decorrência da existência da Estrada Boiadeira, acrescentando-se que, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana a valorização foi ainda maior.

Com a Estrada Boiadeira aberta, foi preciso atrair os interesses dos criadores da Vacaria para o novo mercado para onde pudessem destinar suas boiadas. Para tanto, foram criados dois centros de comércio do gado e demais produtos: um no Mato Grosso, o Porto Alegre, na confluência do Rio Anhandui com o Rio Pardo, onde foram preparadas invernadas para receber as boiadas, de onde seriam enviadas para São Paulo; um dos pousos de boiadas chegou a funcionar como um pequeno hotel nos anos posteriores, além de armazém para a venda de produtos industrializados aos boiadeiros e criadores da região, bem como para a compra de produtos extrativos como a erva mate e couros de animais silvestres. O outro centro de comércio foi instalado em Indiana, em São Paulo; era um

grande local de comércio de gado magro, centro de engorda do gado, recebido de Mato Grosso, e criação propriamente dita. Indiana se constituiu num importante centro de criação e distribuição de gado para São Paulo.

Muito embora a grande maioria das referências à origem gado do Sul de Mato Grosso seja feita ao gado da Vacaria, ressalto que ele também era originário de outras regiões, como as do Pantanal, cujos criadores de gado passaram a utilizar também a Estrada Boiadeira, em direção ao Porto XV de Novembro, na forma de uma comitiva:

Passa na estrada, indo acampar no rancho próximo, uma comitiva de boiadeiros que vae buscar no Pantanal de Aquidauana cerca de duas mil e quinhentas cabeças de gado. Contam-se vinte homens, trazendo cada qual duas montarias para serem revezadas no trajeto da extensa jornada. Fala-nos o chefe do grupo, Arthur Gomes, a respeito do rebanho crioulo daquela região de banhados, cujos espécimes possuem diminuto porte, grande cabeça e enormes chifres, dando pouco rendimento no peso e na qualidade da carne. Chamam-no de gado “tucura”, de onde, por analogia, também de adopta o termo para designar qualquer pessoa sem valor. E quando os boiadeiros trazem semelhante tropa precisam parar um ou dois meses no alto das serras que delimitam o Pantanal, afim de que os cascos dos animaes endureçam e acostumem a pisar no chão sólido das suas futuras caminhadas. (SILVA, 1936, p. 89).

No percurso da Estrada Boiadeira podia-se apontar a existência de vários pousos, como no seu trecho em Mato Grosso: Porto Alegre; Formosa; Limeira; Pedra; São Francisco; Samambaia; Sapé; Matinha etc. Entre Porto Tibiriçá e Indiana, foram organizados os seguintes pousos: Lagoa; Esperança; Ribeirão Claro; Sucuri, Alegria e Porto Tibiriçá. A distância aproximada entre os pousos era determinada com a medida:

De leguas em léguas apparecem os pousos, compostos do rancho do habitante e do galpão para os viageiros, onde geralmente o industrioso sertanejo installa uma pequena venda, a que, na linguagem regional, se denomina “bolixo”. Embora se alcance um desses botequins pela madrugada entrada, não há mal nenhum em despertar o respectivo dono, em troca de qualquer gasto insignificante. (SILVA, 1936, p. 97).

Em cada pouso existia um galpão para o abrigo das comitivas além de pastagens e aguada suficientes para o pernoite das boiadas. Existia ainda, a casa de moradia do empregado da Companhia que se responsabilizava pela sua manutenção e a cobrança do pouso, que nos primeiros anos custava duzentos réis (\$200) por cabeça de gado, incluindo-se também um pequeno comércio que, em Mato Grosso, convencionou-se com a

denominação de “bolicho”, para atender algumas necessidades dos homens que conduziam as boiadas. Aqueles “bolichos” das pousadas funcionaram como local de intensas sociabilidades, incluindo contendas e conflitos, resultado de rivalidades e demais problemas entre comitivas diferentes.

Da mesma forma, a presença da música, pois não existiam comitivas que não tivesse algum tocador de viola ou sanfona. Aqueles pousos de boiada, pela sua posição estratégica, eram pontos de aglutinação de grandes boiadas, portanto, para ele afluíam grandes comitivas, organizaram-se outras modalidades de lenitivos para o atendimento de boiadeiros em meses de viagem. Foi o caso de Porto XV de Novembro, em Mato Grosso e Porto Tibiriçá, em São Paulo: dos dois lados do Rio Paraná funcionaram “famosos puteiros”, onde, com a presença de mulheres, ocorriam animados bailes.

Quando estive num desses pousos, o de Porto Alegre, em Mato Grosso, no final da década de 1920, Hermano Ribeiro da Silva deixou relatos interessantes, podendo ser tomado como a produção de uma representação simbólica significativa dos hábitos, costumes do lugar, visibilidade da incidência de trocas e mediações culturais entre sujeitos de origens e universos cuja marca era a da diferença. Não se pode deixar de perceber que o seu relato de viagem é fortemente carregado de estereótipos e pré-julgamentos, determinados pela sua posição política de membro, ou parte de uma elite paulista. Sobre a música, uma modalidade de diversão, anotou que “na graphonola que há no armazém executam-se noitadas de polkas e rancheras paraguaias, cujas harmoniosas melodias dão ensejo a que se reúnam em serões os moradores das proximidades, sempre dispostos a repetir as mesmas conversas sobre as raríssimas novidades em foco” (SILVA, 1936, p. 86). Seu relato revela aspectos da indumentária, associada ao trabalho cotidiano da criação de gado e da condução das boiadas:

Há o trio contrastante dos campeiros principaes, composto de um negro gaúcho, de um paraguaio atarracado e espadaúdo e de um menino índio, cuja idade não alcança a quinze annos. Asseveram todos que este é o melhor peão das redondezas e que ninguém o vence no laço, no pealo, ou no seguir a rez bravia ou tresmalhada. Tal qual os seus companheiros, usa o “tirador”, que é um couro espesso enrolado á cintura, afim de evitar que a corda do laço corte as pernas no acto de escorar o animal, e adopta também o “xiripa”, vasta fralda de pano, ainda de copia paraguaia, collocada em substituição das cuecas e das calças. No mais do vestuario original, observam-se o lenço de cores berrantes, o revolver infectível, as polainas curtas e as esporas contendo enormes rosetas,

presas aos pés descalços – tudo isso realizando a figura *typica* e exótica dos lidadores dos campos sulinos matogrossenses. (SILVA, Id, Ibid, p. 85-6).

Na mesma direção, Silva (1936) faz ver a disposição hierárquica daquela formação social, elegendo e elogiando o capataz chefe e o gerente, além deles, o “resto”, e a presença de “um alemão”, sinal de mudanças de rumo da CVSPMT, quando ela passou a pertencer ao alemão Henrique Sloman, que, assim como os outros proprietários, mantinha pessoas de confiança em pontos estratégicos de seus negócios, como e “de acordo com os poderes conferidos ao Sr. Henry Sloman, de Hamburgo”, cujo nome foi “abrasileirado” como Henrique, tendo sido também “(...) lavrado contrato com o Sr. Frederico G. Person, para o aproveitamento de seus serviços a Companhia, contrato assinado em 02 de março do corrente anno” (CVSPMT, 30, jun. 1926); da mesma forma, ocorreu com um outro alemão:

Compenetrado da elegância á maneira dos artistas “caw-boys” das fitas de cinema, aparece-nos o capataz chefe, um alemão com certas tintas de preparo. E por ultimo vem o gerente da propriedade, Don Francisco Ribeiro, pessoa educada e excelente, a quem já devotamos o melhor reconhecimento pelo grande interesse com que nos tem procurado auxiliar. São esses os habitantes em evidencia na estância, compondo-se o resto de alguns empregados secundários e dos “retireiros” e as suas famílias. (SILVA, 1936, p.86).

Tomando a figura de um índio, um menino, um adolescente, informando que o mesmo devia ter por volta de uns quinze anos, Silva (1936) usa-o como referência para, a seguir, descrevê-lo, estendendo tal descrição com um tom fortemente desqualificativo para todos os índios da região, apontando-os, como via de regra foram tratados, por narrativas do período que se referiram aos índios, como incapazes para a “civilização” e para o “progresso”. Sobre a orfandade do menino, o autor se “esqueceu” de dizer, que muito provavelmente ela decorrerá das mortes que as etnias originárias estavam sujeitadas pelas apropriações de terras devolutas, acirradas naquele período, como já foi apontado em outras partes deste trabalho:

De tal modo já sabemos da interessante origem do pequeno bugre peão, o Paulino, que foi comprado pela *somma* de três mil réis, uma garrafa de aguardente e um metro de chita, por um preço inteiramente desmoralizado, portanto. Deu-se o facto com um dos diversos bandos erradios de selvicolas que vagam nestas solidões, do qual participava o

menino, sendo órfão de pae e mãe. Daí o chefe da turba não ter escrúpulo de vendel-o á mulher de determinado campeiro, que se lamentava de não possuir um filho, fechando-se o contracto com aquella paga grotesca. Mas em todo caso, o garoto se acha bem melhor aqui, ganhando ordenado decente e gosando de plena liberdade, de sorte que juntará economias se não for dominado pela incoercível força de atavismo da sua raça, conforme casos que se repetem amiúde. Um delles ocorreu na semana passada na estancia vizinha, onde desde criança o selvagem fora criado pelo respectivo dono, que lhe dedicava paternal affecto. Trabalhador e serio, conseguiu reunir em annos de labuta, como agregado, para mais de duzentas cabeças de gado. Pois, apesar disso, não titubeou em abandonar as suas posses no dia em que reviu os parentes caminheiros andejos da malóca miserável, reingressando como paria para a turba sem destino e sem parada na barbaria fascinante das selvas. (SILVA, 1936, p 86-7).

Como no parágrafo anterior, o autor continua descrevendo, a partir de estereótipos, as populações originárias da região, quase que, mais uma vez, se “esquecendo” do fato de que a grande maioria dos trabalhadores da região Sul de Mato Grosso, seja na lida da pecuária, na extração de erva-mate, e demais atividades produtivas, era constituída pela força de trabalho de “paraguaios”, atribuição genérica aos índios da região:

[...]. Os entroncados mestiços dos guaranis, conforme a usança de quase todos os aborigenes, mantêm decidida adoração pela pinga e nunca poupam dinheiro afim de embriagar-se francamente, infinitamente. E no estado inconsciente festejam as pagodeiras aos gritos agudíssimos e aos disparos das armas a esmo, divertimento que muita vez resulta alcançar por descuido as pelles alheias. (SILVA, 1936, p. 87).

Voltando à Ata da Assembléia, de 24 de maio de 1909, fazendo ver e vislumbrando a ampliação dos seus negócios na região da Alta Sorocabana, bem como na região Sul do Estado de Mato Grosso, a diretoria da CVSPMT solicita autorização para um empréstimo de 800:000\$000 (oitocentos contos de réis) para ser:

[...] aplicado na extinção de pequena dívida existente e sobretudo ao desenvolvimento comercial da região e bem assim ao alargamento das vias de transporte, pondo o material de navegação em condições de servir as necessidades da zona do Alto Paraná e seus afluentes, habilitando também a empresa a concorrer vantajosamente com o comércio importador das vertentes do Rio Paraguai. (CVSPMT, 24 mai.1909).

Visualização mais objetiva dos bens e propriedades da CVSPMT, naqueles primeiros anos de implementação das suas atividades, foi possível pela leitura das Atas das

Assembléias Extraordinárias da Diretoria, respectivamente de 13 de novembro de 1913, 07 de janeiro de 1914 e 17 de janeiro de 1914, convocadas em caráter extraordinário para tratar-se da elevação do capital social da sociedade anônima, de 2 mil para uma nova emissão de 5 mil ações no valor nominal de 200\$000 (duzentos mil réis) cada ação. Tal procedimento foi justificado como decorrência das transações sempre crescentes, referentes aos negócios de terras, cobrança de tributos na travessia de gado por balsa da Companhia em Porto Tibiriçá e nos pousos da Estrada Boiadeira, no percurso entre Porto Tibiriçá e os mercados consumidores, principalmente até Campos Novos do Paranapanema, ponto já bem próximo do terminal da Estrada de Ferro Sorocabana, e até a feira de gado de Sorocaba, além da exploração da navegação no Rio Paraná e seus afluentes, bem como criação de gado nas pastagens implantadas em terras de sua posse ou propriedade.

Ressalta-se, ainda, a pauta da discussão da Assembléia Extraordinária da Diretoria, do dia 07 de janeiro de 1914, quando foram justificados os aumentos dos valores das terras na região da Alta Sorocabana, provocados pela expansão das atividades da própria Companhia e pelos trabalhos de prolongamento do Ramal da Estrada de Ferro Sorocabana em direção ao Porto Tibiriçá, elevando os ativos da Companhia para mais de 3.000:000\$000 (contos de réis). Após longa discussão entre os acionistas, ficou acertada a elevação do capital social de 1.000:000\$000 para 3.000:000\$000 (mil contos de réis), e pela emissão de mais 10.000 ações, no valor de 200\$000 (duzentos mil réis) cada ação. Como medida de efetivação jurídica e contábil de tal procedimento, foram eleitos como avaliadores dos bens da Companhia: o Sr. Joaquim Huet Bacellar, engenheiro chefe dos trabalhos de prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana; o Sr. Constantino Gonçalves Fraga, lavrador e diretor do Banco Comercial do Estado de São Paulo; e o Coronel Joaquim de Toledo Pisa e Almeida, lavrador e chefe da Casa Comissária Rock Toledo&Cia. Os avaliadores apresentaram a seguinte lista de bens da CVSPMT e sua respectiva valoração.

Terras no Estado de São Paulo, na região da Alta Sorocabana:

- 30.000 hectares nas vertentes do Rio Paraná e Rio do Peixe, ainda por demarcar, competindo ao governo o ônus da demarcação, a 14\$000 o hectare, totalizando 420:000\$000 (quatrocentos e vinte contos de réis).

- 30.000 hectares de terras concedidas pelo governo com a *condição da colonização* (grifo meu), a 12\$000 o hectare, totalizando 360:000\$000.
- 46.322 hectares divididos judicialmente, situadas na fazenda “Laranja Doce”, em campos e matas, a 14\$000 o hectare, totalizando 648:508\$000.
- 15.089 hectares divididos judicialmente, situados na fazenda “Capivary”, a 14\$000 o hectare, totalizando 211:246\$000.
- 43.022 hectares situados na fazenda “Montalvão”, a 14\$000 o hectare, totalizando 602:308\$000.
- 4.840 hectares na fazenda “Jaguaretê”, área calculada a 14\$000 o hectare, totalizando 64:460\$000.
- 968 hectares na fazenda “Rancharia”, que se acha em divisão, a 14\$000 o hectare, totalizando 13:552\$000.
- 1.210 hectares na fazenda “Anhumas”, dividida judicialmente a 14\$000 o hectare, totalizando 16:940\$000.
- 4.840 hectares na fazenda “Santo Anastácio”, em divisão, a 12\$000 o hectare, totalizando 58:080\$000.

Terras no Estado de Mato Grosso, localizadas nos vales dos rios Pardo e Anhanduí, afluentes do Rio Paraná:

- 70.000 hectares na barra do Rio Pardo com o Rio Paraná, divididos e demarcados, a 6\$000 o hectare, totalizando 420:000\$000.
- 17.843 hectares de terras divididas, na fazenda “São Bento”, lugar denominado “Porto Alegre”, margem do Rio “Anhanduí”, a 6\$000 o hectare, totalizando 107:238\$000.
- 40.762 hectares de terras divididas na fazenda “São Francisco”, margem do Rio Anhanduí, a 6\$000 o hectare, totalizando 244:572\$000.
- 64.800 hectares já concedidos pelo Governo do Estado de Mato Grosso, na “Pedra Formosa”, por medir, a 6\$000 o hectare, totalizando 388:800\$000.
- 2.000 hectares no lugar denominado “Cabeceira da Bica ou Onça”, margem do Rio Pardo a 6\$000 o hectare, totalizando 12:000\$000.
- 1.000 hectares no lugar denominado “Currallinho”, margem do Rio Pardo, a 6\$000 o hectare, totalizando 6:000\$000.
- 400 hectares no lugar denominado “Lagoa”, margem do Rio Pardo, a 6\$000 o hectare, totalizando 2:400\$000.

O valor de benfeitorias, com base no balanço anual da Cia., referente ao ano de 1912: localizadas em Porto Tibiriçá/SP, no valor de 352:042\$500, figurando nesta rubrica um valor referente à estrada de rodagem (leia-se, Estrada Boiadeira), pelo despendido na construção da mesma, tendendo a desaparecer por se tratar de concessão pública, deduzindo-se o valor de 200:000\$000 (duzentos contos de réis); edificações em Indiana/SP, no valor de 129:593\$800: edificações em Porto Alegre, localizadas na confluência dos rios Pardo e Anhanduí, que mais tarde funcionarão como hotel e armazém da Companhia Comercial Alto Paraná, ambos de propriedade da CVSPMT.

Material de navegação:

- 1 vapor denominado “Brilhante”, com máquinas de 60 Hp, de roda à popa, no valor de 55:620\$000.
- 1 rebocador denominado “Amambay”, com força de 60 Hp, movido à hélice, no valor de 55:900\$000.
- 1 rebocador denominado “Rio Pardo”, com força de 40 Hp, de roda à popa, no valor de 18:300\$000.
- 1 vapor denominado “Rio Paraná”, com força de 120 Hp, de roda à popa, no valor de 83:360\$000.
- 1 vapor desarmado, no valor de 21:060\$000.
- 1 lancha curral, sobre duas barcas de ferro para transporte de 100 bois, no valor de 11:664\$000.
- 1 pequena balsa, sobre duas barcas de madeira, no valor de 972\$000.
- 3 lanchas de ferro para cargas, no valor de 10:935\$000.
- 4 lanchas de ferro, novas, no valor de 53:323\$000.
- 2 barcas de madeira, 1 batelão, 2 botes e 1 canoa, no valor de 3:048\$000 (cf. figura 11, anexo).

Foi avaliado também o material utilizado para os transportes terrestres, como: carros, carroças, carretões com respectivos arreios e grande quantidade de arreios para sela e tropa, no valor de 10:983\$000; móveis e utensílios, oficina de Porto Tibiriçá, que era movida por um motor à vapor, moinho para fubá, torno mecânico e forja; semoventes; o estoque de armazém e farmácia.

Nas descrições das terras da Companhia, aparece o termo, “divididas judicialmente”, que significa uma referência às terras devolutas e requeridas pela

Companhia aos governos dos Estados, processo recorrente para aquele período e que se estenderá pelas décadas seguintes, mas que ainda não tinham passado pelo processo de identificação através de levantamento topográfico e registro em cartório como propriedade particular. Uma das condições legais, impostas pela legislação de terras e que norteava a concessão das terras devolutas, era a exigência de que parte delas fosse destinada à formação de núcleos coloniais, através do processo de vendas de pequenas áreas a pequenos produtores, o que, em regra não foi cumprido, tanto no Estado de São Paulo como no Estado de Mato Grosso. É o caso dos 30.000 hectares de terras concedidas pelo Governo com a “condição da colonização”, descrita acima, e, sintomático, pois não se sabia ainda onde seria tal concessão, mas entrou no inventário com a anuência dos avaliadores, já que foi entendida como “coisa certa e definitiva”. Pela análise da documentação produzida pela CVSPMT, especialmente projetos de colonização e a concomitante elaboração de mapas e croquis de núcleos coloniais, estes só apareceram a partir de 1924 e 1926, período esse em que a Companhia atravessa uma crise financeira, sendo, logo em seguida, vendida para um grupo de acionistas alemães, tendo em Henrique Sloman seu acionista majoritário. No que se refere aos projetos de colonização, será só num terceiro período, a partir de 1940, que tais metas passaram a ser perseguidas de forma mais sistemática, quando então a Companhia estará sob a orientação e propriedade de Jan Antonin Bata; somando-se a isto, não se pode perder de vista que foi na década de 1940 que o Estado Novo formula a já decantada estratégia da Marcha Para o Oeste. A propósito, e por conta deste percurso da Companhia, como propriedade dos acionistas majoritários: Arthur Diedericsen, de 1908 a 1927; Henrique Sloman, de 1927 a 1941; e Jan Antonin Bata, de 1941 em diante, é que me foi permitida uma periodização pautada nesses três momentos.

A listagem dos bens arrolados, para efeito de elevação do seu capital social, também permite a confirmação de que, naquele período inicial, ou seja, nas primeiras décadas do século XX, o grande negócio para as muitas empresas que se voltaram para a exploração dos oestes, dos sertões, foi a especulação imobiliária com terras devolutas. A espetacular elevação do capital social da CVSPMT, em 1914, seis anos após a sua constituição, deveu-se, especialmente, à multiplicação do valor das terras, não se esquecendo de outros fatores geradores de renda já apontados acima.

Apesar do objeto desta pesquisa estar centrado nas operações da CVSPMT, é pertinente perceber o funcionamento e as ações de outras companhias colonizadoras contemporâneas a ela, em regiões próximas da Alta Sorocabana, constituidoras da região do vale do Paranapanema, permitindo ver os mesmos mecanismos de formação de capital a partir de negócios de terras. Foi o caso da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, quando a mesma iniciou seus negócios colonizadores na região Norte do Paraná, portanto, em vastas terras à margem esquerda do Rio Paranapanema, em depoimento de Gastão de Mesquita Filho, um dos acionistas da referida Companhia:

Quando falamos do Hermann não podemos deixar de lembrar seu pai, Antonio Moraes Barros, advogado especialista em questões de terras, que proporcionou um dos esteios em que se apóia a Companhia: garantia do direito de propriedade. Sem a sua sábia orientação não teríamos conseguido a total liquidez dos títulos que oferecemos aos nossos clientes, compradores de glebas e datas, o que constituiu a razão básica do êxito de nossas vendas e hoje proporciona tranqüilidade ao proprietário e paz na região. Hermann herdou as qualidades do pai e também a sua paixão pela caça e pela vida livre nas matas e nos rios. (COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p.110-1).

Os capitais gerados pelos ganhos com negócios decorrentes da valorização de terras e sua comercialização foram parte e base considerável para que alguns acionistas daquelas empresas colonizadoras pudessem se capitalizar, como Bueno Vidigal, fundador e principal acionista do Banco Mercantil de São Paulo. Numa outra direção, aproveitando-se do que está exposto na citação acima, a paixão pela caça e pela vida livre nas matas e rios é vista como uma qualidade dos homens empreendedores da época, diferentemente da visão que se tinha dos índios e sertanejos ao exercerem essa mesma paixão pela caça e vida livre nas matas e rios, já que eram entendidos e tratados como empecilho a ser removido.

Crucial para as companhias colonizadoras, naquelas décadas iniciais do século XX, foi o esforço em dirimir todas as questões que estivessem pendentes no que se referia à regulamentação da propriedade sobre aquelas terras, em sua maior parte, devolutas, seja no Estado de São Paulo, Paraná ou Mato Grosso. Em sua grande maioria, os acionistas de quase todas as companhias colonizadoras eram pessoas que ocupavam espaços privilegiados nos jogos do poder da República Velha, espaços compreendidos como aqueles do próprio aparelho do Estado, bem como demais instâncias institucionais, como estabelecimentos bancários e grandes companhias comerciais, etc, o que lhes permitiu

influir, quando não, determinar as decisões políticas de concessões de títulos de propriedades sobre as terras devolutas dos oestes, bem como legitimar todo o conjunto de aparatos jurídicos e técnicos que davam estabilidade a tais estatutos de direitos. Para tanto, orientaram e determinaram os levantamentos topográficos das áreas ambicionadas, base para a elaboração de plantas, mapas, croquis, permitindo um conhecimento sistemático dos espaços, chancelados pelo selo cartorial. E não era em qualquer “cartório de roça”, ou de qualquer vila do interior que se homologava a legitimidade.

Contingenciado por tais circunstâncias, Hernane Donato, autor do romance *Chão Bruto*, relata a experiência do personagem Libêncio, um sertanejo que num dado momento migra para a região do Pontal do Paranapanema, demonstrando seu universo sócio-cultural, sua preferência e opção pela vida no sertão, bem como uma certa recusa pelo que o “progresso” representou em termos de devastação da natureza:

[...]. Libêncio é que não era homem assentado o bastante para ver o seu mundo disciplinado, marcado, retalhado, arroteado, disputado por gente de todo tipo, vinda de terras danadamente distantes e estranhas.

Por fim – explica a quem tiver paciência de ouvi-lo contar o seu conhecimento sobre os colonos do café – havia de tudo: português, que ainda vá lá, a gente entende; italiano, polaco, espanhol, alemão, turco, home, uma mixórdia de sangue e de língua que tonteava um caboclo-uvu, assim como eu. Num instante acabaram com o palmito no mato, o peixe do rio e a perdiz do campo. Em troca o que deram foi só enxada e café. Não senhor, aquilo não me servia! Furador de mato como eu e o meu povo, o que quer é terra tal e qual feita por Deus Nosso Senhor, distância para enxergar e bater perna o dia inteiro sem esbarrar em cerca e em cultivado. Fiz minha tralha, peguei minha mulher e as duas obrigações de meninos nascidos por lá e vim tocando, abrindo caminho por esses mundos afora. Não era como agora que tem povoado em toda beira de rio. Puxa vida – era um Deus nos acuda de sertão sem uma alma pra dizer à gente – ‘Louvado seja...’ (DONATO, s.d, p. 28).

Libêncio, o personagem, também expõe os jogos de poder, numa de suas práticas para a apropriação de terras, pautadas pela prática cartorária que, em tempo, nunca foi isenta de ingerências de interesses:

[...]. Vinte anos é muito tempo pra um homem viver numa terra, cuidando do que é seu, e trabucando a sua vidinha, o senhor não acha? Pois é! Sempre pensei que posseiro chegado de primeiro, sem nunca haver brigado com cristão ou com bugre por causa de terra, fosse dono do seu poleiro. Quando a velha morreu e desci pro Salto Grande pra fazer declaração, aproveitei a viagem e registrei a posse num cartório. Me deram um papel cheio de selo, sujo de tanto carimbo. Mas não sei,

agora diz que não vale mais, que o capitão Paulo é que é o dono porque tem um papel igual ao meu e que esse papel dele é mais novo e com muito mais selo e carimbo e assinado por não sei que graúdo lá de São Paulo, enquanto o meu só tem assinatura de um pobre tabelião da roça. E diz que um dia destes vem de pau de fogo na frente pra limpar o caminho e me põe a andar ou me deixa de pé junto tomando na cara a friagem da noite. Bom, mas isso está pra se ver ... que não sou dos que derretem à toa feito rapadura em dia de calor, não senhor!” (DONATO, s.d., p. 28-9)

Tendência inexorável, marcas da história da ocupação dos oestes, ou dos sertões, naquele início de século XX, índios e posseiros pioneiros, ou se renderam, convertendo-se em trabalhadores como mão-de-obra barata para a derrubada das matas em demanda a uma maior valorização das terras, ou, aqueles mais altivos, que insistiram em defender suas posses, foram tirados da cena histórica. Nada pôde deter o processo que se instaurou:

Com a crescente valorização das terras, a disputa tornou-se mais acirrada. Entraram em cena os grileiros, especializados em forjar títulos de propriedade falsos para desalojar velhos moradores dos sertões, desprovidos de documentação. Amparados em forças econômicas, políticas e judiciárias da Capital, os grileiros esbulharam os pioneiros mineiros que perderam o trabalho de anos. (ABREU, 1979, p. 71).

A grilagem de terras foi um problema generalizado nas regiões dos oestes. Raul Reis, em suas memórias, recorda do tempo em que sua família entrou para a região Noroeste do Estado de São Paulo, assim como outras centenas de famílias. Na região do sertão da Fazenda São José da Ponte Pensa, para onde se dirigiram por terem comprado uma fazenda de 400 alqueires, onde também estava a família do “seu’ Salviano Lourenço, nosso companheiro de infortúnio”, num certo momento apareceu um “cavaleiro muito bem vestido dizendo-se oficial de justiça, trazia um mandato de reintegração de posse”, que dava 24 horas para que se desocupasse a gleba, e não tendo outra alternativa, a família do “seu” Salviano teve de “deixar as terras, onde já estava com uma lavoura de arroz bem organizada e em breve o tempo de colheita. Afinal, perderam tudo” (REIS, 2000, p. 24).

Desse modo, frente aos vastos espaços desejados do Oeste, pontua-se sobre a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná:

Pelos estudos feitos, a entidade deveria exercer sua atuação em terras situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, tenazmente disputadas por posseiros e concessionários, em uma pendência que os ingleses observavam com serenidade, embora com firmeza. Se as dúvidas não fossem afastadas e as questões dirimidas, ninguém se

arriscaria a comprar terras loteadas e o plano colonizador fracassaria fragorosamente. Os litígios, que retardavam o desenvolvimento estadual, só se extinguiriam com aquela orientação. Os cinco primeiros anos da empresa exigiram uma intensa atividade no preparo da obra colonizadora. Em outubro de 1925, foram compradas duas glebas de terras: uma, de 350.000 alqueires, juntamente com uma concessão ferroviária, vendida pela Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. (COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 249).

Ao mesmo tempo em que as companhias mobilizaram-se para adquirir terras, do mesmo modo moviam-se para prover aquelas áreas com infraestrutura da “modernidade” capazes de potencializarem o seu valor. Para aquele início de século o grande ícone potencializador do “progresso” e da “modernidade” era a ferrovia, mas também estradas de rodagem. Vale lembrar a concessão feita pelo Governo do Estado de São Paulo à CVSPMT, para a abertura da Estrada Boiadeira e a sua exploração, que, antes da ferrovia, possibilitou a elevação do valor das terras do Pontal do Paranapanema, região que neste trabalho é melhor identificada como Alta Sorocabana. Articulações eram feitas junto aos governos com tal intuito. Com alguma similitude com a CVSPMT, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná mobilizou-se, em 1926, para estender um ramal ferroviário com vistas à valorização das suas terras, tendo adquirido uma concessão da Companhia Marcondes de Colonização:

Em sua terceira reunião, em 22 de julho de 1926, a diretoria incumbiu Arthur Thomas de preparar um mapa explicativo de sua pretensão: obter do Governo de São Paulo a concessão de um ramal da E. F. Sorocabana, ligando a estação de Regente Feijó ao Paranapanema. (COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 251).

Evidência e experiência no que se refere à relação entre a chegada dos trilhos da ferrovia e a elevação do valor das terras, já vinham se acumulando à medida que os trilhos da Sorocabana avançavam para o Oeste. Nos anos iniciais do século XX, quando a ponta dos trilhos estava em Ourinhos, naquele fim de linha, as terras valorizaram até 1.000 por cento quando começaram a correr os primeiros trens. Fenômeno que se reproduziu paulatinamente, à medida do avanço dos trilhos da Sorocabana em direção à Alta Sorocabana, da mesma forma do seu ramal em direção às terras do Norte do Paraná, onde surgiram cidades como Londrina, Maringá e Cambará. Referência à cidade de Cambará, permite a confirmação da valorização das terras, relacionadas à expansão da ferrovia:

[...]. O prefeito desta cidade, Willie Davids, um homem de grande visão, havia loteado algumas glebas urbanas de Cambará e vendia a 50 mil réis o lote de meio quarteirão. Pois bem. Quando as notícias da aproximação dos trilhos da estrada de ferro começaram a circular, os preços dessas datas foram subindo até atingirem, em um ano, até 50 contos de réis. É natural, portanto, que Lovat se mostrasse deslumbrado diante de uma valorização de mil por cento, quando na Inglaterra os bons negócios se faziam na base de cinco por cento ao ano. Estou convencido de que essa demonstração da boa oportunidade de lucro, possível com a aproximação de uma ferrovia e através de um plano inteligente de vendas de terras férteis, conscienciosamente divididas, constituiu a semente da Companhia de Terras Norte do Paraná. (COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 52-3).

A necessidade de ocupação do sertão nos primeiros anos da República, o que gerou um ímpeto especulativo sobre as terras do Oeste, foi marcada por uma circunstância em que os limites entre o que era “legal” ou “ilegal” estivessem numa situação tênue. Muitas vezes, companhias colonizadoras atuavam no campo da grilagem das terras; quase todas, via de regra, contavam com o apoio das instâncias do Estado, mesmo porque muitos acionistas eram homens que ocupavam espaços políticos institucionais. Em depoimento, João Sampaio, um dos acionistas fundadores da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, relata que:

[...] em começo de 1925, fomos procurados pela Cia. Marcondes de Colonização Indústria e Comércio, cujo presidente era o antigo diretor do Banco do Brasil, Custódio Coelho. Queriam, por empréstimo, dois mil contos de réis, para pôr em valor às ricas terras que essa S.A possuía, na bacia do Pirapó, [...]. Examinei cuidadosamente todas as escrituras e verifiquei que eram terras ‘griladas’, do domínio do Estado do Paraná. (COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 55).

O final deste período é marcado por problemas de gestão financeira na Companhia, perceptível quando o acionista Jorge Tibiriçá, alguns anos antes, em 1918, pede a palavra em Assembléia Ordinária, fazendo considerações de ordem pessoal e pretendendo que os saldos financeiros fossem transferidos aos acionistas. Tais saldos eram anunciados alvissareiramente em todos os balanços anuais, momentos em que a diretoria anunciava os excelentes resultados, “lisongeiros movimentos”, ou o “alargamento das transações” em todas as secções da Companhia durante os exercícios anteriores. A reação da maioria dos acionistas à proposta de Jorge Tibiriçá foi de contrariedade, tendo sido prometida alguma solução em trinta dias. Frente à recusa da diretoria ao seu pedido, ele renunciou ao seu

cargo. A solução prometida para trinta dias caiu no “esquecimento”. Entretanto, em Assembléia Ordinária de 28 de julho de 1921, o assunto volta à pauta, com a proposta do representante do Banco Comercial Francês Brasileiro, acionista da Companhia que, referindo-se ao saldo existente, solicita que o mesmo fosse distribuído aos acionistas, no valor de 10\$000 por ação. O valor a ser dividido entre os acionistas totalizava 150:000\$000 (cento e cinquenta contos de réis). Tal proposta foi aprovada desta vez, porém gerou polêmica, por causa da não materialização do ato de divisão, tendo sido convocadas mais duas Assembléias Extraordinárias para tratar do assunto, ficando constatada uma crise financeira, ou “desaparecimento” dos valores financeiros anunciados nos balanços anuais.

O tema da crise financeira volta à pauta em outubro de 1922, durante nova Assembléia Extraordinária, momento em que foi formalizada uma proposta de buscar saída através da contratação de financiamento junto ao Banco do Brasil, pois o governo federal havia anunciado uma linha de crédito subsidiado para atender aos proprietários rurais, decorrente de problemas com a superprodução e exportação de café. Diante do não equacionamento do problema, na Assembléia Ordinária de 13 de dezembro de 1923, como de praxe, foi discutido o relatório da diretoria e o parecer do conselho fiscal, relativos aos exercícios dos anos fiscais de 1921 e 1922, pendentes de aprovação por causa das condições anormais em que se achava a Companhia. Em tempo: na Assembléia de 15 de setembro de 1917, quando da aprovação do balanço de 1916, foi assunto de pauta uma ressalva, a de que teria ocorrido uma “[...] anormalidade em Mato Grosso com o estado de revolução que perturbou durante meses todas as relações comerciais com aquela zona” (CVSPMT, 15 set. 1917). A justificativa para as anormalidades financeiras foi a de que os negócios no Estado de Mato Grosso encontravam-se em situação de completa paralisia, resultando dessa crise um real prejuízo, tendo como consequência, pela primeira vez, o anúncio de um déficit de aproximadamente 254:000\$000 (duzentos e cinquenta e quatro contos de réis). O anúncio de tal crise significou que os referidos “negócios em Mato Grosso”, que estavam representados pelas operações de navegação, pousos de boiadas e travessia do gado, estavam parados. Da mesma forma, não foi encontrado nenhum indício de negócios de terras do Estado de Mato Grosso naqueles anos, muito menos projetos de colonização. Por fim, ficou aprovada a proposta de venda de 50.000 alqueires de terras, na

comarca de Presidente Prudente/SP, provavelmente da gleba “Mandaguari,”¹² e, para tal operação, ficou acertado como representante da venda da área em questão o antigo London&Brazilian Bank, naquele momento The Brasil of London&Facet América Limited, fazendo ver que as operações de especulação com terras envolviam operações financeiras de grande monta e envergadura, onde estavam implicadas empresas multinacionais.

No final deste período da história da CVSPMT, quando ela já estava basicamente vendida para os “alemães”, ou melhor, para Henrique Slomam, um problema relativo a terras veio à tona. A Companhia identificou a presença de pessoas e atividades em uma de suas glebas, e reagiu sob a forma de um Edital de Protesto, publicado no jornal A Voz do Povo, de Presidente Prudente. Na formalização do protesto, fazendo ver tratar-se de área de sua propriedade ou de seu direito de propriedade, informou que a área em referência era oriunda de um contrato de concessão feito pelo Governo do Estado de São Paulo, para a exploração da Estrada Boiadeira, conforme “[...] as leis nº 754 de 14 de novembro de 1900 e nº 913-A de 26 de julho de 1904 do Congresso Estadual Paulista” (VOZ DO POVO, jan. 1928), que estabelecia ainda que, junto com a concessão da exploração da Estrada Boiadeira, constava a concessão de terras devolutas existentes “[...] nas margens ou nas proximidades da estrada até o máximo de 72.000 hectares” (Id. Ibid.) e, estrategicamente, a área estendia-se da Estrada Boiadeira até a ferrovia. O protesto foi contra o cidadão Antonio Mendes Campos Filho, “[...] que por si e seus prepostos, fizera derrubadas e começara instalações nas proximidades da Estação de Presidente Venceslau e Caiuá [da Estrada de Ferro Sorocabana] e tratava de vender lotes de terras” (Id. Ibid.).

No Contra Protesto, o Sr. Antonio Mendes Campos Filho usou como apelação o fato de que “a Cia. não estava usando a terra, mas sim o protestado que usa a lei do Estado a seu favor”, informando estarem ocupando e usando a área há mais de trinta anos, “desde 1891 já ocupavam os réus a área por um seu preposto”.

Esse tipo de conflito também foi recorrente no período, diferente do grilo de terras. Tratava-se de uma situação que decorria de um contexto em que as empresas ou indivíduos que adquiriam concessões de terras devolutas estavam obrigados, pela própria lei de concessão, a explorar e usar as terras concedidas, bem como lotear parte delas e vender a

¹² Mandaguari é referência a uma área que se transformou em povoado, ou núcleo colonial, que pelos idos dos anos em questão, já tinha implantado alguns cafezais, o que significava valorização das terras. Atualmente, o lugar é denominado Espigão, distrito de Regente Feijó/SP

pequenos proprietários. Em sua grande maioria, os beneficiados com as concessões não cumpriam a lei e só mantinham suas posses por influências e arranjos políticos, aguardando a sua valorização, e foi o que ocorreu como consequência de alguns melhoramentos em infraestrutura, que, na maioria dos casos, era o Estado que os providenciava, como estradas de acesso. Na Alta Sorocabana dois foram os elementos que potencializaram o valor das terras: a abertura da Estrada Boiadeira e a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. A situação em foco é também ilustrativa do fato de que a CVSPMT, até aquele momento, muito pouco, ou quase nada, havia realizado, em termos de implantação de projetos de colonização, ou de abertura das fazendas. E, mais um detalhe: tratava-se de uma área muito próxima de uma estação ferroviária, o que facilitava os mecanismos de acesso a elas no sentido de transformá-las em áreas produtivas.

CAPÍTULO III

COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO MATO GROSSO: SEGUNDO PERÍODO (1927 A 1941)

Este tópico, denominado de Segundo Período, decorre de minha arbitrária constituição cronológica, justificada por se tratar de uma fase em que a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT) mudou de proprietário, aqui entendido como a presença de um acionista majoritário, tendo em vista tratar-se de uma sociedade anônima. No primeiro período, as ações majoritárias pertenceram ao alemão, naturalizado brasileiro, Arthur Diederichsen. Naquele momento histórico, a família Diederichsen já fazia parte da elite cafeeicultora brasileira, cujas propriedades encontravam-se na cidade de Ribeirão Preto/SP. Neste segundo período, elas foram adquiridas pelo também alemão, Henrique Sloman, proprietário de minas de salitre, no Chile. O recorte cronológico justificou-se, também, por se tratar de um período em que as táticas empresariais da Companhia tiveram alguma marca de singularidade, como por exemplo: o início do processo de formação de núcleos coloniais; a dinamização da navegação no Rio Paraná e seus afluentes; e a sistematização dos negócios comerciais com a criação da Companhia Comercial Alto Paraná, subsidiária da CVSPMT.

1 Os alemães assumem o controle

Marcas das mudanças nos rumos da Companhia apareceram durante a realização da Assembléia Extraordinária, de 28 de fevereiro de 1927, com a participação de Henrique Sloman, representando, como proprietário, a Companhia Comercial Consolidada, com sede em Santiago no Chile, que realizava operações nas minas de salitre, portando 9.375 ações, além de representante legal do Banco Alemão Transatlântico, portando 5 ações. Passam a constar como novos acionistas os seguintes nomes: Martin Spremberg; Paul Peterson; J Gehfeld; L. M. A. Burchard (180 ações); Georgius (1.665 ações); Romée (27 ações); e Mankievicz (12 ações).

Apesar dos novos acionistas passarem a compor, em bloco, uma nova hegemonia nas decisões da Companhia, permaneceram como acionistas alguns membros da família Diederichsen, como: Francisco Aguiar Diederichsen (1.000 ações); Francisco de Araújo Diederichsen (250 ações); Raul Diederichsen (250 ações); Arthur Diederichsen (1.950 ações), além da permanência de Antonio José Ribeiro da Silva com 270 ações.

Também, nessa primeira Assembléia Extraordinária, foram realizadas alterações nos estatutos, como indícios de mudanças de rumos, ou de novos rumos. As alterações sinalizaram tais mudanças, por estarem afirmadas estatutariamente, o que também foi possível ver nos documentos, como mapas e outros documentos elaborados nos anos seguintes.

Como elementos novos, decorrentes da mudança nos estatutos da Companhia, ficou estabelecido que a mesma passaria a ter por finalidade: explorar as concessões a ela transferidas pelos Srs. Arthur Diederichsen e Dr. Francisco Tibiriça, obtidas do Estado de São Paulo, por contrato de 06 de outubro de 1904, e do Estado de Mato Grosso, por contrato de 27 de agosto de 1902 e de 15 de abril de 1904, passando a constar como novos itens estatutários os seguintes:

Parágrafo 2. Explorar a industria de navegação e transporte no Rio Paraná e seus afluentes.

Parágrafo 3. Explorar o comércio de gado, para criação e para corte, e de mercadorias e gêneros do paiz.

Parágrafo 4. Dividir e vender em lotes, as terras de suas concessões e outras de sua propriedade, nellas estabelecer núcleos coloniais, ou cultivá-las por conta própria.

Parágrafo 5. Contratar com os governos a arrecadação de quauquer taxas ou impostos nas zonas de sua concessão. (CVSPMT, 28 fev.1927).

Nesta mesma Assembléia, ocorreu a renúncia de alguns diretores e membros do conselho fiscal. Em tempo: ao se afirmarem, estatutariamente, as novas finalidades da Companhia, depreende-se de que no período anterior tais atividades não foram levadas a cabo, mesmo estando nos estatutos. Ao mesmo tempo, deve-se atentar que, determinadas ações, por também constarem nos estatutos, não significou que tudo foi realizado. Ou seja, uma decisão de assembléia de diretoria, não pode ser tomada como uma “verdade” incondicional.

Um velho problema, o da crise financeira, que desde 1921 ocupou várias pautas das Assembléias da diretoria, é retomado em 30 de junho de 1927, momento em que os novos

acionistas tocam novamente na tecla, inquirindo sobre a “razão porque desapareceram certas verbas, que figuravam nos balanços anteriores, inclusive a de dividendos dos exercícios anteriores que não chegaram a ser pagos” (CVSPMT, 28 de fev,1928). Essa indagação já havia sido feita pelos acionistas Jorge Tibiriçá, em 1918, e pelo representante do Banco Comercial Francês Brasileiro, em 1921. Evidentemente que a questão estava dirigida aos antigos acionistas, os membros da família Diederichsen e Antonio José Ribeiro da Silva.

Tentando uma explicação para o “desaparecimento” de certas verbas, o acionista majoritário no período anterior, Arthur Diederichsen, apontou como saída, ou como evasiva, o direito que a CVSPMT tinha de reclamar e pedir indenização junto ao Governo Federal,

[...] pela ocupação militar do seu estabelecimento em Porto Tibiriçá, durante quatorze meses, e dos danos causados em sua flotilha, pelos revolucionários, a directoria está activando essas reclamações, baseadas aliáz, em clausula expressa do contracto de 31 de agosto de 1912, com o Governo Federal, esperando terminar afinal taes reclamações de maneira a ficar a Companhia coberta de parte ao menos dos grandes prejuízos, que teve nessa occasião. (CVSPMT, Ata da Assembléia Ordinária, 30 jun. 1927).

A alusão aos revolucionários é referencia às disputas políticas entre os grandes proprietários e chefes políticos do Sul do Estado de Mato Grosso, alguns articulados com a empresa Matte Laranjeira, concessionária dos vastos ervais da região, que, em 1915, arrendava uma área de 1.440.000 hectares e pleiteava a prorrogação para mais dez anos. Os contratos de arrendamento dos ervais foi um dos motivos de tais embates, pois seus opositores eram contrários à sua prorrogação, alegando como justificativa, a existência no Planalto do Amambaí de 20.000 brasileiros, fazendo ver que, contrariamente às justificativas dos defensores da Matte, que a região estava intensamente habitada por imigrantes, “particularmente gaúchos, e esses posseiros sul-mato-grossenses, (que) nesse período, usavam as forças das armas, mas tentam organizar uma oposição na Assembléia, para defender o reconhecimento e legalização de suas posses” (WEINGARTNER, 1995, p.59). Tendo sido rejeitada a proposta da Matte Laranjeira, desencadeou-se uma cisão política no Estado de Mato Grosso, sob a forma de “confrontos armados, congregando os coronéis correligionários do Senador Antonio Azeredo/Matte Laranjeira, representantes da

região Sul, contra o governo de Cuiabá” (Id. Ibid. p. 60). Tal confronto recebeu a denominação de “Caetanada”, alusão a Caetano de Albuquerque, presidente do Estado:

[...] que abriu caminho para a intervenção federal no estado, tomando posse como interventor (9.2.1917) Camilo Soares de Moura”. [...] A intervenção federal também encerrou a fase do caudilhismo que se caracterizou principalmente pela luta armada como estratégia de ascensão política e econômica em Mato Grosso. (CORRÊA, 2006, p. 137).

Além da intervenção federal sob a forma política, as tropas militares do governo federal utilizaram-se da infraestrutura de navegação do Porto Tibiriçá como parte dos esforços de apaziguar aquele estado de contendas armadas.

É possível inferir que o pequeno período da ocupação militar em Tibiriçá não seja a responsável pelo déficit financeiro em questão, ou pelo desaparecimento de verbas, mesmo porque a principal exploração regular das atividades da navegação estava circunscrita à travessia do gado de Mato Grosso para São Paulo, ou pelo menos, aquela que representava a maior receita financeira. Em tempo, a dinamização da exploração do transporte fluvial, no Paraná e seus afluentes, passou a ocorrer a partir de 1927, como ficou expresso na inclusão de artigo específico no estatuto para tal fim, apontado anteriormente. No período anterior a navegação funcionou apenas para atender aos interesses da Companhia, não existindo um plano estratégico para sua exploração enquanto um serviço de utilidade pública, com roteiros regulares entre os portos, apesar de concessão para tal fim.

Como está anunciado na Introdução, a utilização da literatura como base empírica, em partes deste trabalho permite tomar-se o relato de um viajante, Hermano Ribeiro da Silva, simbolicamente chamado de novo bandeirante, por Cassiano Ricardo, sendo possível, na medida do seu “olhar”, perceber algumas modalidades de funcionamento das atividades da CVSPMT, na Alta Sorocabana, bem como algumas minúcias do cotidiano da navegação, ao mesmo tempo em que permite ver certos aspectos da paisagem humana daqueles lugares que eram usados pelos vapores da Companhia como portos, ou pontos de abastecimento de madeira para as caldeiras.

Hermano saiu de São Paulo, pelo trem da Estrada de Ferro Sorocabana, e, em seu trajeto pelo interior do Estado, colheu impressões dos colonos que se dirigiam para as áreas

em processo de colonização, sobre os quais elaborou um retrato, que tinha como uma de suas características a presença de colonos imigrantes de várias origens:

Há feições polymorphas, percebem-se falas estranhas, ouvem-se risadas escandalosas de colonos louros, amarelos e pretos. Contudo, ao contrario da Babel bíblica, estas raças antagônicas se compreendem e se adaptam com prazer, de maneira que se torna divertido admirar a aliança simplória dos seus representantes, todos encardidos pela generosa poeira do amanho da terra. (SILVA, 1936, p. 25).

Quando, no percurso da viagem, próximo à sua chegada na estação de Presidente Epitácio, o viajante Silva fez ver as condições ou o estágio dos empreendimentos econômicos. O comboio da Sorocabana atravessava, então, extensas matas, repletas de perobeiras¹³, a vegetação característica das matas do Oeste de São Paulo. Aproximando-se da “vila”, que era Presidente Epitácio naquela época, a impressão de um lugar novo, plantado no meio da selva:

[...] villarejo que vae crescendo dia a dia, descobre-se de repente aos nossos olhos, desenhado em várias dezenas de construções alvas de cal, dispersas ao centro da vasta clareira aberta na mata. Desembarcados com o nosso aparelhamento tomamos um auto da Companhia de Viação São Paulo Mato-Grosso, que é a mais antiga e a maior empresa aqui localizada, afim de vencer cerca de uma légua de distancia que nos separa da sede, em Porto Tibiriçá, á margem do Rio Paraná, onde chegamos em breve tempo. A cavalleiro da encosta, em terreno de areão, levantam-se as numerosas casas de madeira que constituem o escriptorio, o armazém, o hotel e as moradias dos empregados. (SILVA, 1936, p. 27-8).

A CVSPMT mantinha, em Porto Tibiriçá, a estrutura necessária para atender as demandas da travessia de boiadas vindas de Mato Grosso, bem como, naqueles anos, os negócios de navegação, incluindo um estaleiro para a fabricação de vapores e oficina de reparos de todo o material em operação. Por obra da administração desse segundo período, foi construído um grande armazém da Companhia Comercial Alto Paraná, que servia de entreposto para o abastecimento dos dois outros armazéns que funcionavam, um em Porto Alegre, e outro em Entre Rios, no Mato Grosso. A Companhia Comercial Alto Paraná era uma concessionária da CVSPMT. Daquele lugar, Silva esboçou uma impressão fortemente

¹³ A peroba era uma das principais madeiras retiradas da mata, de grande valor comercial e de grandes aplicativos, principalmente na construção de casas. Depois de serrada, era comercializada, enviada pelos trens da estrada de ferro, para todas as cidades de São Paulo, principalmente a capital, São Paulo, em franco crescimento, naquelas primeiras décadas do século XX.

carregada de pendor “progressista”, com um crédito à sua anfitriã, a Companhia e às benesses da ferrovia como propulsora do progresso:

Faz uma dezena de annos, apenas, a floresta impenetravel cobria todos estes paramos, e um ou outro sertanejo mais afoito é que se aventurava a levantar rancho nas clareiras abertas no meio das selvas. Mas certo dia se deliberou prolongar a linha até Presidente Epitácio, e assim ella trouxe comsigo o instantâneo e milagroso apparecimento de um novo mundo. Construíram-se as choças de sapé e de madeira, do chão inculto e bravio brotaram as colheitas promissoras. E depois, como que por encanto, se formaram as villas e as cidades em que, a cada momento, se vão introduzindo as mais modernas conquistas do progresso. (SILVA, 1936, p. 29).

E, mais uma impressão de cunho jornalístico sobre o “progresso” na região, com a forte presença e imigrantes:

Na Alta-Sorocabana, nos sítios e fazendolas que se vão multiplicando, ou nas hospedarias, nas estações e nos trens, ressalta aos olhos o phenomeno do cosmopolitismo. Italianos, japoneses, portugueses, espanhoes, húngaros, alemães, russos, muitissimos delles já cruzados com os nossos caboclos, estão a plasmar um novo typo sertanejo, cujo vigor e cuja iniciativa constituem logicamente um índice altamente favorável para a nossa ascenção progressista. (Id. Ibid., p. 31).

Silva vaticina sobre o futuro sobre as obras da colonização:

Dentro do ambiente territorial brasileiro, ninguem porá em discussão que o ruralismo se realça como a directriz mais sabia em que deveriam empenhar-se as nossas administrações. As iniciativas que visem facilitar as communicações e povoar as glebas distantes, é certo, impõem estudos, planos e realizações complexas e vultosas. [...]. E as pobres criaturas dos sertões brasileiros nada perderiam por causa disso, recebendo, ao contrario, um vivificante bafejo de que tanto carecem. (Id. Ibid., p.31-2).

Como nos demais postos de administração da Companhia, Henrique Sloman colocou gente de sua confiança, regra geral, alemães. Em Porto Tibiriçá, ela estava a cargo do alemão Herman Hasebrouck, que introduziu no lugar e nas habitações, equipamentos e procedimentos para melhorar as condições gerais de habitabilidade, como na sua residência, que apesar de modesta, era limpa ao extremo, “[...] com as janelas e portas revestidas de telas de arame, afim de evitar a invasão dos mosquitos irritantes e malignos. Mas, apesar desses cuidados o latagão germânico não pôde furtar-se á trágica iniciação dos tremores da maleita e encontra-se de cama, derreado, após forte acesso” (SILVA, 1936, p.

44). A maleita, febre muito comum nos sertões, era um dos principais problemas de saúde naquelas áreas novas em processo de colonização.

Outro alemão, prestando serviços especializados na construção e reparos de embarcações, em Porto Tibiriçá, foi o engenheiro Koepcke, que:

[...] sendo alemão integral logo propõe bebermos forte aguardente, coisa que basta para inflamar os cérebros, gerando uma prosa animadíssima: e elle relata as mil peripécias da sua juventude, dos seus estudos universitários, da existência errante que passou nos Estados Unidos, do emprego que exerceu durante a construção do Canal do Panamá, dos trabalhos que empreendeu na extração do salitre no Chile. (SILVA, 136, p.44)

2 A Navegação no Rio Paraná e seus Afluentes

A primeira fase ou primeiro período de funcionamento da CVSPMT, como visto anteriormente, no que se refere à navegação no Rio Paraná e seus afluentes, dados por concessão pelos governos de Mato Grosso e de São Paulo, desenvolveu-se apenas no interesse da Companhia. Naquele período, ela esteve circunscrita, primeiramente, à travessia do gado de Mato Grosso para São Paulo, e, segundo, só no interesse esporádico da mesma. Deve-se entender como interesse esporádico, as viagens com regularidade mensal, de acordo com o contrato da CVSPMT com o Governo do Estado de São Paulo, que eram empreendidas pelos rios para provimento de madeira para as caldeiras dos vapores, compra de produtos da região em função de sua demanda, como: peles de animais silvestres e erva-mate, ou no atendimento às necessidades de sertanejos que viviam na região, nos pousos de boiadas em seu trajeto no Sul de Mato Grosso, dos quais destacou-se o pouso e porto Porto Alegre, que pela sua posição estratégica de encontro de boiadas, foi se transformando em importante armazém de abastecimento da região.

Naquele lugar funcionavam, além do porto fluvial, as instalações da fazenda Porto Alegre, mesma denominação do porto, ambos propriedade da Companhia. A sede da fazenda distava, aproximadamente, uma légua, ou cerca de seis quilômetros do porto fluvial. Ali funcionavam também, além da sede da fazenda, um armazém da Companhia Comercial Alto Paraná e um hotel, para atendimento de viajantes do sertão e boiadeiros, pois ali também era um pouso de boiadas. A fazenda Porto Alegre era ponto de cruzamento

das estradas de rodagem e boiadeiras, que demandavam a Campo Grande e ao Porto XV de Novembro, no Rio Paraná, por onde transitavam muitas boiadas e “caminhões que se destinam aos hervaes sulinos de Entre-Rios, de onde a razão de terem levantado uma hospedaria para os itinerantes.” (SILVA, 1936, p. 83).

Aquele local, pelo intenso fluxo de viajantes, comerciantes, boiadeiros, era lugar privilegiado para a observação das coisas da região Sul de Mato Grosso, como os carros de bois que por ali transitavam, diferentes daqueles das demais regiões do país, ali chamados de carretas, com “as rodas muito altas, bastante largas e têm aros, ficando os animais presos às cangas pelos chifres. Isto representa uma das numerosas influências exercidas nos hábitos da população local pelos paraguaios e gaúchos, que efectuaram avultada imigração nas glebas meridionais do Estado” (SILVA, 1936, p. 85), as rodas altas foram uma adaptação para o trânsito em regiões alagadas, muito comuns nas áreas próximas ao Rio Paraguai e nas áreas do Pantanal.

O Hotel da Fazenda Porto Alegre denominava-se Hotel Viação, “como pomposamente se denomina a hospedaria de chão de terra batida e construída de tabuas”(SILVA, 1936, p. 85). Durante a década de 1930, um casal de alemães administrou o hotel, o que dava às instalações, apesar de muito simples, uma “(...) nítida compreensão da higiene, e a limpeza e a comida não deixam de valer os doze mil réis de diária, proporcionalmente ao alto custo de existência que aqui perdura” (Id. Ibid.). Sobre aquele casal de alemães, Silva fez as seguintes observações:

Mostra-se agora digno de registro especial o par germânico que nos abriga. O marido, velho de sessenta anos, é professor aposentado na sua pátria e dedica-se na actualidade a estudos da fauna indígena, colaborando em várias revistas da Alemanha e prometendo ainda alguns volumes científicos para o futuro. O estranho personagem, unicamente em companhia da esposa, senhora de trinta e tantos anos apenas, já navegou bastante pela bacia do alto-Paraná, em busca de anotações a respeito da vida dos animais, e nessa peregrinação sofreu oito ataques de maleita. Mau grado a sua idade avançada, porém, se mostra rijo e pretende efectuar novas aventuras, desta feita percorrendo o litoral brasileiro em uma inacreditável canoa toda composta de lona, conforme catálogo que nos apresenta e que mandou vir da sua pátria. Explica a presente situação em que se encontra por medidas de economia, e assim é que, precisando plantar-se aqui por longo tempo, aceitou o encargo paradoxal de hoteleiro em troca da estada grátis. Frantz Engel, como se chama o nosso amigo, carrega consigo centenas de livros, e pelo que posso observar aí se estabelece a sua principal bagagem. (1936, p. 85).

Voltando aos problemas da administração da CVSPMT, os quais a nova diretoria tentou resolver ou equacionar, em mais uma Assembléia da Diretoria, de 01 de fevereiro de 1914, a pauta foi a precariedade ou o não cumprimento do serviço de navegação em concessão, quando o acionista Antonio José Ribeiro da Silva relembra aos demais acionistas a existência de recente contrato celebrado com o Governo para a navegação “do Rio Paraná e seus afluentes, entre os Saltos de Urubupungá e Sete Quedas, serviço que precisa ser devidamente desenvolvido e bem montado”. (CVSPMT, 01 fev, 1914)

Vale lembrar que na falta de um sistema de abastecimento regular na região, por comerciantes paulistas ou outros brasileiros dos principais centros econômicos do sudeste, tal abastecimento se dava pela Bacia Platina, realizada por comerciantes de Buenos Aires na Argentina, Assunção e Concepcion no Paraguai, ambos os países em articulação com comerciantes dos dois mais importantes portos brasileiros daquela região, o Porto de Corumbá e o Porto de Porto Murtinho. Por este, inclusive, escoava-se grande parte da erva-mate extraída dos ervais do Sul de Mato Grosso. Este fluxo econômico Platino será, paulatinamente, capitaneado por São Paulo, na primeira metade do século XX.

Outros dados relativos à navegação, que tentei trazer para esta pesquisa, foram os balanços semestrais e as estatísticas de passageiros e mercadorias que a Companhia apresentava ao Governo. Porém, a busca de tais informações no Arquivo Público do Estado de São Paulo, transformou-se em tentativa inglória. Não as encontrei. Mas, voltarei a buscá-las em outro momento.

Foi a partir de 1923, ainda no período anterior, quando já existiam problemas que suscitaram a venda da Companhia para o grupo alemão, que não só foi firmado contrato com o Governo do Estado de São Paulo, mas também foram estabelecidos os critérios para a concessão de subsídios. Isto, porque, ao serem tomados como referências os discursos sobre a navegação em voga, depreende-se que a Companhia sempre foi deficitária, ou seja, não conseguia manter-se com as receitas geradas pelos seus negócios.

Desse modo, foi dia 20 do mês de fevereiro de 1923 que, de um lado, o Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luis Pereira de Souza, e de outro, a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, representada pelo seu Diretor Presidente, Antonio José Ribeiro da Silva, firmaram contrato para regulamentar o Serviço de Navegação Subvencionada, a ser realizada entre o Porto Tibiriçá e os Portos de Jupia e Guaíra no Rio

Paraná; o Porto Tibiriçá e o Porto Alegre no Rio Anhanduí, afluente do Rio Pardo; o Porto Tibiriçá e o Porto Guassu no Rio Brilhante, afluente do Ivinhema. No contrato há uma descrição minuciosa de cada embarcação que atenderia o serviço, com seus respectivos tamanhos, calados, capacidade de carga, velocidades e potência em cavalos das caldeiras. Para iniciar os serviços entraram em operação os seguintes vapores; Amambay, à hélice; Paraná, com roda na popa; Brilhante, com roda na popa; e o Guairá, em fase de montagem. Todo o material de navegação deveria ser conservado pela Companhia em “boas condições de marcha, segurança, pintura, asseio e comodidade” (DIRETORIA DE VIAÇÃO/SP, 1923, pp. 1787-8), tudo sujeito a vistorias regulares feitas pelo Governo, que também estabelecia os valor das tarifas para o transporte de pessoas e cargas.

A CVSPMT, de acordo com o contrato, estava obrigada a executar uma viagem “redonda” mensal em cada uma das linhas citadas acima. Da mesma forma, os dias de saída dos vapores, a sua demora nos portos de escala e o prazo dentro do qual teria que ser feita cada viagem deveriam constar de tabelas organizadas pela Companhia com antecedência conveniente e aprovadas pelo Governo do Estado. Dado curioso constava no item IX do contrato, e que tem a ver com uma preocupação sobre a governamentalidade nos espaços dos sertões, espaços que, em verdade, eram da competência do Governo do Estado de Mato Grosso: “O governo prestará á “Cia” o auxílio necessário, ao seu alcance, para impedir que moradores ribeirinhos perturbem as condições de navegabilidade dos rios” (DIRETORIA DE VIAÇÃO/SP, 1923, p. 1787-8). Ora, não seria uma das finalidades do serviço “público” de navegação atender às populações ribeirinhas? A indagação apenas sugere a possibilidade de um outro objeto de pesquisa.

Quanto às subvenções, fica claro que a responsabilidade do Estado de São Paulo pelo seu repasse à Companhia, ficando estabelecido que ela receberia mensalmente do Tesouro do Estado a prestação de subvenção correspondente às viagens “redondas”, constantes das tabelas apresentadas pela Companhia, realizadas no mês anterior, que eram calculadas “à razão de réis... 50.000\$000 (cinquenta contos de réis) por anno” de acordo com a tabela abaixo:

Para 12 viagens annuaes redondas de Porto Tibiriçá ao Porto Jupyá –
300 km redondos (5:725\$200)

Para 12 viagens annuaes redondas de Porto Tibiriçá ao Porto Alegre –
420 km redondos (8:015\$200)

Para 12 viagens annuaes redondas de Porto Tibiriçá ao Porto Guassu – 700 km redondos (13:358\$800)
Pagamentos feitos mediante requerimento da Cia. (DIRETORIA DE VIAÇÃO/SP, 1923, p. 1787-8).

Alguns outros itens do contrato denotam aspectos interessantes, no que concerne ao objeto e à análise desta pesquisa, e apontam para indícios de alguma preocupação, por parte da instância estatal, de táticas voltadas para facilitar o trânsito de colonos em direção às terras do Oeste, sob a forma de tarifas preferenciais, e a garantia do trânsito de autoridades do Estado, seja com fins de controle, seja com fins voltados para o controle do fisco. Desse modo, a Companhia estava obrigada, por força do Decreto Federal nº 9.582, de 15 de maio de 1912, a transportar gratuitamente funcionários da repartição fiscal do Estado quando em serviço (tal gratuidade se manteve até os dias atuais). Abater em 50% das tarifas: para colonos e imigrantes, suas bagagens, ferramentas e utensílios de trabalho, quando em viagem para a localidade de sua fixação; autoridades, escoltas militares e policiais quando em serviço público, bem como suas bagagens e munições; de sementes e plantas remetidas pelo Governo para distribuição aos lavradores; de gêneros de qualquer natureza remetidos pelo Governo para socorros públicos. E, para situações excepcionais:

Quando houver necessidade de transportar força pública e material de guerra, a Cia effectuará promptamente, e de preferência a qualquer outro, os transportes dessa natureza, nas linha de navegação contractada, em viagens de tabella ou extraordinárias por metade dos preços estabelecidos e sem augmento de subvenção mensal. Se os mesmos transportes tiverem de se effectuar fora das linhas de navegação, a Cia porá, sem demora, à disposição do Governo o pessoal e material que lhe forem requisitados, mediante indemnização que se fixar de commum accordo ou, no caso de divergência, por arbitragem, na forma da clausula respectiva”. (DIRETORIA DE VIAÇÃO/SP, 1923, p. 1787-8).

A situação excepcional em referência na citação acima deixou de sê-la, naquele período, como decorrência dos conflitos no Sul de Mato Grosso, motivo pelo qual os equipamentos de navegação ficaram à disposição do Governo, como já foi apontado acima, e foi motivo de escamoteamento da crise econômica da CVSPMT, motivo de discussão em Assembléias da Diretoria, situação também já apontada.

O contrato, que, à primeira vista, ou como um documento específico, poderia ser tomado apenas como um acorde de interesses objetivos e específicos de duas partes, para seus assuntos peculiares, em verdade, a depender da interpretação, ou do olhar sobre ele,

revela imbricações maiores, ou elementos de maior envergadura conjuntural. É o caso, dentre outros, do item XXI, que expressa os interesses estratégicos de São Paulo, a cidade e o Estado, com sua economia em franca expansão, em busca da ampliação da sua área de influência em direção a outras regiões, neste caso a economia do Sul do Estado de Mato Grosso, atraindo para si novos fluxos econômicos. E foi exatamente o que ocorreu durante quase todo o século XX. Desse modo:

A “Cia” se obriga a facilitar o transporte de mercadorias procedentes do baixo Mato Grosso, intensificando a navegação dos Rios Pardo, Ivinheima, Brillhante, Iguatemi e, quando possível a dos Rios Verde e Vaccaria, para a estação Presidente Epitácio, da Estrada de Ferro Sorocabana. (DIRETORIA DE VIAÇÃO/SP, 1923, pp.1787-8).

Na mesma medida em que a CVSPMT, na exploração da navegação, estava assegurada por subvenção, também recaía sobre ela multas pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, por deixar de realizar qualquer uma das viagens da tabela aprovada pelo Governo, nas seguintes proporções:

[...] 100\$000 a 200\$000 além da perda da quota de subvenção, salvo motivo de força maior, a juízo do governo.
200\$000 por excesso de prazo, até 12 horas, que exceder à fixada para o início das viagens.
100\$000 a 400\$000 por demora na entrega, mau acondicionamento ou extravio de malas do correio. (DIRETORIA DE VIAÇÃO/SP, 1923, p. 1787-8).

Portanto, foi a partir de 1927, como foi visto nos estatutos descritos acima, que a CVSPMT direcionou seus negócios para a exploração mais sistemática daquilo que já estava legalizado, sob a forma de concessões oficiais para a exploração da navegação no Rio Paraná e seus afluentes. Acrescenta-se que, a partir do momento em que os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana chegaram à barranca do Rio Paraná, na Estação de Presidente Epitácio, em 1922, passou a ocorrer uma articulação de fluxos e negócios, entre a estrada de ferro e aqueles já existentes pela Estrada Boiadeira, inclusive o transporte de gado.

A Companhia de Viação colocou em operação os seus vapores, com o estabelecimento de horários de funcionamento da navegação no Rio Paraná e seus afluentes, como o Rio Pardo e Ivinhema, operando em tráfego mútuo com a Estrada de Ferro Sorocabana e demais estradas paulistas, de modo a atender aos passageiros que de Mato Grosso demandavam às cidades paulistas, e de outro lado, aqueles que, por vários motivos, dirigiam-se para o Mato Grosso. Naquelas décadas, final da de 1920 e 1930, os

horários regulares, que funcionaram, salvo algumas interrupções por problemas de navegabilidade, principalmente no Rio Pardo e Ivinhema, foram os seguintes (cf. figura 9, em anexo):

- a) Linha Porto Tibiriçá a Guairá, percurso pelo Rio Paraná (2 dias).
- b) Linha Porto Tibiriçá a Jupia, percurso pelo Rio Paraná (1 dia).
- c) Linha Porto Tibiriçá a Porto Alegre, percurso pelo Rio Pardo, passando por Porto Tupy, (4 dias).
- d) Linha Porto Tibiriçá a Porto Juracy, percurso descendo o Rio Paraná, entrando pelo Rio Ivinhema, devendo chegar até Entre Rios/MT, hoje a cidade de Rio Brilhante/MS (7 dias).

Um dos problemas para o cumprimento dos horários dos vapores com regularidade, era a existência de grande quantidade de pequenos portos nas margens de todos esses rios atendidos pela navegação. Sazonalmente existiam grandes demandas das populações sertanejas, pelos serviços de transporte, o que aumentava o período de duração das viagens, além das paradas regulares para o abastecimento com o combustível dos vapores, a “lenha” de madeiras retiradas das matas. Um outro problema encontrado pelo serviço de navegação eram as estações de pouca chuva, o que transformava o percurso em verdadeira epopéia para os marujos e, conseqüentemente, o não cumprimento dos horários estipulados, o que acarretava, às vezes, o corte das subvenções que o Governo fazia à Companhia.

Quando as águas dos rios baixavam, os problemas e dificuldades apareciam, sob a forma de travessões, que eram os bancos de areia que vão de uma margem a outra do rio; no Rio Pardo tal fenômeno se repetia com alguma regularidade. Para vencer tais obstáculos, era preciso muito esforço da tripulação em:

[...] empregar todas as nossas energias em um empenho titânico, e temos que beirar rente às margens, por onde impulsionamos a canoa agarrados aos galhos pendidos das árvores, durante a labuta de horas incessantes. Estropiados, fundeamos ao pé de uma gigantesca figueira, competindo a Chico fisgar boa quantidade de peixes, que são logo moqueados nas brasas. (SILVA, 1936, p. 52).

Os problemas se repetiam nos pontos do rio em que ocorriam os “rápidos” ou as corredeiras, o que transformava o leito bastante acidentado para a navegação, que em decorrência de as águas estarem baixas, as pedras afloravam à superfície e, assim como nos trechos rasos pela areia, o sistema adotado a fim de vencê-los, era o mesmo “[...] de

segurar na galharia que se debruça rente ás águas, impondo de quando em vez entrar em actividade o machado, com a finalidade de desimpedir as passagens fechadas pelas tranqueiras” (SILVA, 1936, p. 52).

Para tentar sanar parte dos problemas decorrentes da falta de condições de navegabilidade, em 1931 a Companhia solicita ao Governo do Estado de São Paulo, mudanças no contrato, com vistas a contemplar aquelas eventualidade. Sob a forma de novo Decreto, nº 5245, de 29 de outubro de 1931, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, tendo por motivo a diminuição do volume das águas nos rios de Mato Grosso em certas épocas do ano, ficou decretado que a “[...] linha Ivinheima-Brilhante será mantida em toda a sua extensão, de Porto Epitácio a Porto Guassu” (DOSP, 30 out. 1931, p.1), sempre que as condições de navegabilidade o permitissem. E, quando por insuficiência de água, a viagem completa fosse materialmente impossível, ficou acertado que o ponto terminal obrigatório “será Porto Gato Preto, tornando-se facultativo o complemento, até onde for possível a navegação” (Id, Ibid, p. 1). Somente em casos de seca excepcional poderiam as embarcações deixar de atingir o porto Gato Preto. Para tais alterações, ficavam também alterados os valores das subvenções, de modo que a Companhia recebia o valor correspondente aos quilômetros navegados e tais informações ficavam a cargo da mesma encaminhar ao Governo, para as providências necessárias. O Decreto foi ratificado nos mesmos termos, em “pública forma”, em 14 de julho de 1941, em decorrência da venda da Companhia a Jan Antonin Bata.

Naquele período, a navegação foi também explorada como “recurso turístico”, em especial o percurso entre Porto Tibiriçá – hoje a cidade de Presidente Epitácio e também Porto Epitácio - e Guaira, que a Companhia oferecia, nos seguintes termos (cf. fig. 10, em anexo):

Quer V. S. sentir-se empolgado pela natureza?
Visite Sete Quedas e Iguassu, as mais lidas e maiores cataratas do universo.
[...]
É cheia de atrativos e encantos uma viagem aos saltos de Sete Quedas e cataratas do Iguassu.
Servindo-se primeiramente do “Ouro Verde”, composição magnífica há pouco inaugurada pela Estada de Ferro Sorocabana que procura melhorar sempre com seus serviços, tem-se oportunidade de apreciar, de permeio a variadas e esplendidas culturas, as bellas cidades paulistas que, num percurso de 900 kilometros, surgem ao longo daquela ferrovia. (CVSPMT, 1938).

Após chegarem ao ponto terminal da Estrada de Ferro Sorocabana, na estação de Presidente Epitácio, os “turistas” dirigiam-se para o hotel que a Companhia mantinha no local, ou dirigiam-se diretamente para o vapor que seguiria a viagem pelo Rio Paraná, o qual oferecia condições confortáveis de hospedagem. A viagem pelo Rio Paraná, informava o documento em referência, que era o mesmo texto do “Guia da Estrada de Ferro Sorocabana”, possibilitava um vislumbre de um rio que, de tão largo, mais parece um mar e que, deslizando por entre ilhas maravilhosas, vai proporcionando ao viajante, a visão das cenas mais deslumbrantes e inéditas.

Como recurso da paisagem natural da região, às margens do majestoso rio, era possível apreciar, representando a flora brasileira, plantas de todas as espécies, que se apresentavam ao longo das margens do Paraná, árvores seculares engrinaldadas de majestosas parasitas. Flores esquisitas e variadas e na tonalidade verde que a vegetação exuberante emprestava ao ambiente; a fauna também se fazia representar de maneira brilhante, nas formas de:

Garças róseas e brancas, sempre em bando, oferecem uma nota sugestiva entre a inúmeras e originaes aves de que é farta essa região. Jacarés, macacos, capivaras são vistos na viagem e algumas vezes até o especimenn magnífico de nossas selvas – a onça pintada – é percebida no trajecto ao longo do Rio Paraná. (CVSPMT, 1938).

Depois de um dia de viagem pelo rio Paraná, chegava-se a Guayra, onde os turistas podiam observar os já famosos saltos de “Sete Quedas”, famosos pela beleza e pela poesia que apresentavam, como um grande espetáculo da natureza. Maravilhoso conjunto de 18 quedas de água que se arrojavam sobre o estreito canal da rocha, “[...] sob um véu de densa e alvinitente neblina, onde o sol estampa o mais bello arco-iris” (CVSPMT, 1938).

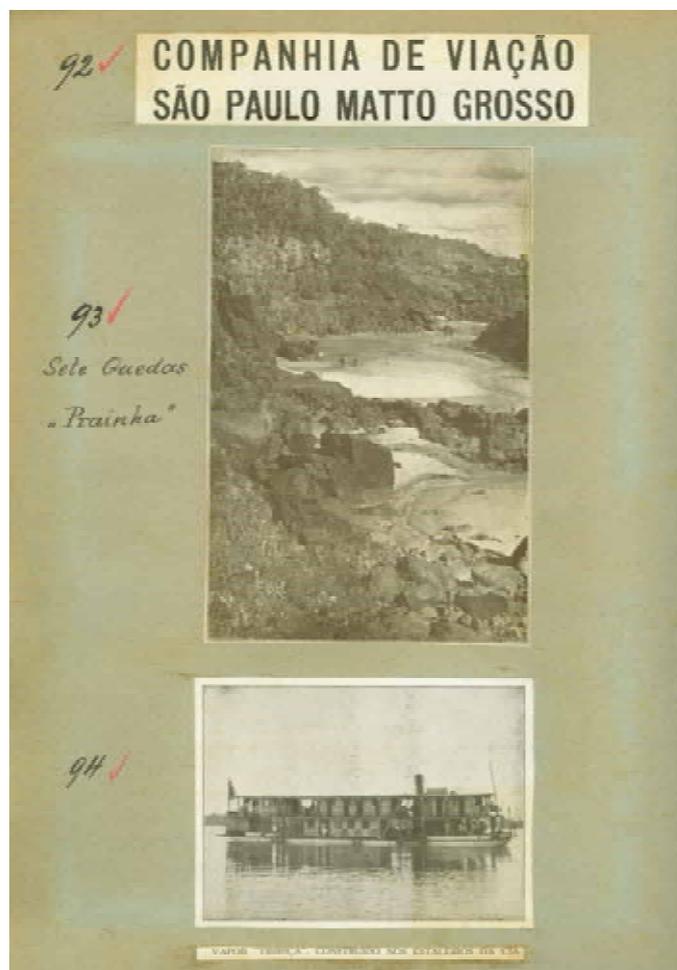


Fig. 1: Salto das Sete Quedas e o Vapor Tibiriçá, construído nos estaleiros da CVSPMT, em Porto Tibiriçá, hoje Porto Epitácio.

Fonte: Acervo digital. Centro de Documentação Histórica. UFGD. Dourados/MS

Em seguida, o trajeto, partindo de Guayra, dirigia-se à próxima parada em Porto Mendes, em menos de duas horas, e de Porto Mendes a Foz do Iguassu, por intermédio dos vapores argentinos que serviam o médio Paraná, para se atingir, então, o ponto culminante da viagem, as cataratas do “Iguassu”, consideradas como:

[...] as maiores e as mais bellas do universo, apresentam-se em toda sua magestade, numa real e virginal belleza. – O quadro espetacular dessa grande massa d’agua que se despenha de grande altura, a todos empolga.

É deslumbrante e indescritível o esplendor do cenário que as cataratas, quaes cortinas maravilhosas e diaphanas, dispostas como em anphiteatro, a todos apresenta. É fácil e acessível essa viagem. –Tanto a Sorocabana como a CVSPMT offerecem ao viajante o Maximo do conforto e comodidade em seus transportes. (CVSPMT, 1938).¹⁴

Portanto, a navegação no Rio Paraná e seus afluentes, empreendida pela CVSPMT, ocorria sob a forma de tráfego mútuo com a Estrada de Ferro Sorocabana, para as modalidades de transportes de modo geral e, em especial, para a exploração turística para a qual anunciava que havia informações disponíveis para os interessados em realizar a viagem, no “EXPRINTER”, para as seguintes cidades, para citar algumas: Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre; Buenos Aires, Argentina; Montevidéo, Uruguai; Santiago, no Chile; e Valparaíso; além de para as mais importantes cidades da Europa e Estados Unidos.

Tal “pacote turístico” acontecia dentro de um sistema articulado a outras instâncias do setor, o que pode ser percebido, pelo ofício de 29 de maio de 1934, do Touring Club do Brasil, associado à Sociedade Brasileira de Turismo, enviado à CVSPMT, possibilitando uma percepção do ambiente oferecido aos turistas durante o percurso no Rio Paraná, nos vapores da Companhia, destacando-se a figura de Arthur Silva, comandante de um daqueles vapores, o “Paraná”:

[...] o nosso profundo reconhecimento pela maneira efficiente e perfeita organização que os turistas encontraram a bordo do vapor “Paraná”, dessa Cia., por ocasião da excursão á Foz do Iguassu.[...] a distincção e gentileza que a todos dispensou o capitão Arthur Silva, comandante daquele vapor. (CVSPMT, 1934).

Navegando em um dos vapores da CVSPMT, o “Amambaí”, no final da década de 1930, Hermano Ribeiro da Silva, em seus relatos, possibilitou a percepção de alguns aspectos do universo da paisagem do entorno, bem como da ocupação humana naquele período. Sobre Hermano Ribeiro da Silva, e sua obra resultante daquela viagem, Cassiano Ricardo o colocou no plano dos “batedores que, partindo de São Paulo, retomam a trilha dos pioneiros e vão, com os mesmos riscos de outrora, completar-lhes a penetração geográfica e sertaneja” (RICARDO, 1970, p. 610). O qualifica como um desses “calções de couro”, “chefe de uma bandeira que partiu de São Paulo em 1937 em demanda a Mato

¹⁴ O texto acima, e em referência, foi elaborado pela CVSPMT, para ser inserido no Guia Oficial da Estrada de Ferro Sorocabana, a partir de 1938.

Grosso e das suas regiões ainda tão enigmáticas” (Id. Ibid., p. 611); o texto teve um forte tom de sensacionalismo, frente à natureza “bruta”, bem como frente ao elemento indígena e ao sertanejo.

Tendo o vapor atracado em determinado ponto do rio, cuja referência foi a “choça do Otilio Baiano”, um lenhador que prestava serviço para a Companhia, mais um daqueles que, “por toda a extensão destas barrancas, vivem entregues á derrubada das arvores, de que tiram o combustível para os navios da Viação. Com a melhor amabilidade acolhe-nos o sertanejo, tendo a optima lembrança do offerecimento de café acompanhado com bolinhos de fubá” (RICARDO, 1970, p. 49), deixando ver, parte das redes de sociabilidades que se constituíram, em função do funcionamento regular da navegação, além de parte do universo cultural daqueles personagens, como naquela parada, já fim de um dia, já em anuncio o crepúsculo, “[...] na quietude milagrosa ouvem-se apenas violões tristonhos de um grupo de marinheiros, que traduzem sentidas, profundas, máguas de nostalgia” (Id. Ibid.) sentimentos que, muito provavelmente, eram muito mais do narrador do que dos marujos que tocavam e cantavam.

Em outra parada da embarcação, para pousarem e se alimentarem, Silva (1936), referiu-se ao lugar como: o lenheiro do Godofredo e do Chico Paraguaio, onde a recepção cordial converteu-se em “[...] lauta ceia ao ar livre, em torno de uma fogueira, contando-se entre os petiscos uma galinha feita no espeto, peixes fritos e mandioca assada” (Id. Ibid., p. 54), momento em que as conversas entraram noite a dentro. Destaca-se, naquela prosa em torno da fogueira para o jantar, o relato de alguns dos homens, por terem participado como revolucionários em 1924, por isso, e por temor a problemas com a polícia, decidiram ficar no “sertão”. O autor em foco aproveita aquele momento para descrever um casal de sertanejos, usando como semelhança, a figura imagética do “Jeca Tatu”, portanto os recursos literários e de representação, que circulavam, em seu meio de origem, a cidade de São Paulo.

A bordo do vapor Amambaí, imagens construídas, encontradas no relato literário de Silva (1936, p. 54), fazem ver, em boa medida, quem eram, e, como eram alguns dos personagens que circulavam pelos sertões de Mato Grosso, naqueles tempos. Coisas ou impressões que outros documentos não deram conta de evidenciar. Como o clima de desembaraçada camaradagem com a tripulação e com os passageiros do “Anhambaí”, ocorria em lugares como aqueles, segregados dos refinamentos sociais, era costume

bastante usado indagarem-se todas as coisas, em uma espécie de inquirição policial em que o individuo se vê perfeitamente dissecado. Desse modo, foi possível ficarem sabendo, então, que o comandante era baiano; o piloto de emergência, que na ocasião substituiu o efetivo, era norueguês; que o maquinista era mineiro; que os seus ajudantes e os oito marinheiros restantes pertenciam a vários Estados do Brasil, com exceção de um húngaro e de um alemão de péssima catadura.

Realizava o vapor “Amambai” uma exclusiva viagem por mês, segundo Silva, portanto, diferente daquilo que estava acertado no contrato com o Governo, como foi visto acima. As viagens mensais do Amambai representavam o único meio de transporte, com maior capacidade de carga, que chegava a muitos daqueles lugares do Mato Grosso. Claro, existiam outros transportes, como os carros de boi, as viagens a cavalo, ou mesmo o trânsito pela boiadeira. Informou Silva (1936) ser o “Amambai” um dos mais antiquados da Companhia Viação, tendo como características: “fundo plano, e mede de ponta a ponta cerca de treze metros, por três na parte mais larga e um e meio de altura. Possui somente o andar ocupado pelo convés, em cujo centro, no porão, estão as machinas movidas por lenha” (p. 71), e acionado por hélice, a fim de evitar acidentes nos baixios e naqueles trechos empedrados, contrastando, entretanto, com os demais barcos da Companhia, que eram acionados por sistema de “rodas de água”. Os passageiros dormiam em redes no convés, fechado por cortinas de lona, ou na chata, em meio às cargas transportadas pelo vapor. Havia, ainda, um minúsculo gabinete na popa, completando-se assim:

[...] a photographia da nau auviçareira. Faz o “Amambai” o percurso de Porto Tibiriçá ao final da linha, na fazenda Porto Alegre, em seis dias, ou a média de quarenta kilometros de sol a sol, apesar da força de sessenta cavallos do seu motor, o que bem denuncia as difficuldades que se topam no decorrer da navegação. (SILVA, 1936, p. 71-2).

Continuando a descrição do vapor em que viajavam, Silva (1936) volta-se para os passageiros, compreendendo:

[...] cinco nacionaes e três syrios. Porem há uma parceria destacada pelo gênio communicativo e expansivo, composta por Simão Maluf e por Argemiro Cachoeira, que porisso mesmo se tornam mais íntimos das nossas relações. Simão foi tenente da legalidade em 1924, e para tanto abandonou a loja de armarinhos em Presidente Wenceslau. (p. 72)

Os serviços de navegação da Companhia relacionavam-se com os ervais do Sul de Mato Grosso, atendendo as suas demandas em transporte de erva-mate para os portos da região, e principalmente para o Porto de Tibiriçá, ponto importante de comércio de erva e de mercadorias em geral. Do mesmo modo, atendiam aquelas populações que habitavam as regiões dos ervais. Foi assim que um daqueles ervateiros, Hélio Serejo, tornou-se contista crioulo dos ervais. Em sua obra literária existem muitos cenários e episódios onde aparecem a navegação e seus personagens. Um episódio narrado em seus Contos Crioulos, referiu-se à própria experiência de vida de Helio Serejo. Foi num daqueles períodos em que o negócio de erva-mate andava mal, por causa dos preços baixos do produto, decorrente de tal fato, ele viu-se sem condições de enviar dinheiro para a sua família, que morava na cidade de Presidente Venceslau, no Oeste de São Paulo. Quando um vapor da Companhia atracou no Porto Baunilha, no Rio Ivinhema, para fazer reparos nas máquinas, Hélio Serejo procurou o comandante Arthur Silva, e lhe relatou sua situação financeira difícil. Daquela conversa surgiu uma proposta que resolveu os seus problemas financeiros. Para Serejo, “foi um trato salvador. Respirei profundamente aliviado. Estava garantida a mesada sagrada para a família carinhosa. O meu compromisso era ‘estocar’ lenha de primeira qualidade, para a caldeira do vapor, cujo pagamento seria feito em Presidente Epitácio”. (SEREJO, 1998, p. 67).

Além do comércio de lenha para os vapores, que se fazia com moradores das regiões ribeirinhas, outros negócios se viabilizavam pela navegação fluvial. Um desses negócios era o comércio de peles de animais silvestres, com mercado garantido na Europa e Estados Unidos. Naquele momento em que Serejo fechou negócio com o comandante Arthur Silva, para o fornecimento de lenha, um outro negócio também ficou acertado: a compra de couros de queixada, um tipo de porco do mato, “de comércio compensador na Alemanha” (SEREJO, 1998, p. 67). Sobre o corte e o preparo da lenha para abastecer os vapores, deu uma descrição detalhada, mesmo porque não era qualquer madeira que servia para as caldeiras:

Fui escolhendo, cautelosamente, as madeiras apropriadas, conforme constava da relação do comandante. O padrão da lenha era oitenta centímetros; a pilha, dez metros de comprimento por um metro de altura. Uma vez pronta, a pilha deveria ser coberta com tábuas, folhas e zinco, pindó ou encerado. A famosa ‘carpa argentina’, foi a grande e segura cobertura. Com esta exigência, a lenha permanecia seca e bem protegida. (SEREJO, 1998, p. 67).

A lenha retirada de madeiras especiais para tal fim era encontrada em lugares dentro do mato, às vezes distantes do porto, com o uso de machado, traçador, cunha e marreta. Após cortada, era necessário transportar as achas até a barranca do rio, em ponto não atingido pela cheia. O transporte até a beira do rio, em virtude do mato denso, era feita no ombro, em feixe amarrado com piola ou sovêu, “uma operação extremamente cansativa. Com o passar do tempo, vieram os ferimentos no ombro dos transportadores” (SEREJO, 1998, p. 67). Mesmo assim, conseguiram preparar várias pilhas de lenha. Para a caça das queixadas, a solução foi “o casal de bugre e o bugrinho coxo”, que deixaram o serviço de lenha “e passaram a caçar queixada, pois, seria mais uma fonte de renda para o patronto atormentado”(Id., Ibid.). Os caçadores foram bem sucedidos: em “duas semana abateram trinta e cinco queixadas, aproveitaram a carne e estaquearam o couro, após a lavagem com o líquido fornecido pelo comandante Artur Silva. O resto seria feito na ranchada com a fórmula curtidora”(Id., Ibid, p. 69). Tais atividades extras possibilitaram a Serejo não falhar as remessas de mesada para a sua família.

A trama acima possibilitou a percepção do funcionamento de redes de poder em esfera micro-histórica, de onde é possível indagar: por que o casal de bugres e o bugrinho coxo não entregavam diretamente as peles de queixada ao comandante Arthur? São as redes de sociabilidades que carregam relações de poder. Entre a caça e a pele, tinha o “líquido” do comandante, que permitia conservar o couro até esperar o processo de curtimento, compromisso que havia sido firmado pelas redes de sociabilidade entre Serejo e o Comandante Arthur, relações não definitivas, porém complicadas.

Ainda mais uma vez, a narrativa literária permitiu alcançar o vivido, na direção de perceber alguns funcionamentos de atividades econômicas, propiciadas pelo fluxo de navegação fluvial nos rios do Sul de Mato Grosso, e de uma modalidade de sociabilidade entre os alemães da navegação com as populações sertanejas, quando Serejo refere-se ao seu pai, também um sertanejo e ervateiro:

Estávamos a caminho de realizar um velho sonho de meu pai: produzir naquela região, arroz, feijão, farinha de mandioca, fumo e banha de porco, para comerciar com Presidente Epitácio, tal como já fazia com a erva-mate moída, cujos compradores eram os ‘gringos da navegação’ que procuravam, por todos os meios, serem simpáticos aos brasileiros. (SEREJO, 1998, p. 140).

No final deste período, quando então Jan Antonin Bata compra a CVSPMT, as atividades de navegação apresentavam fortes sintomas de agonização, por falta das subvenções, as quais o Governo Vargas recusava-se a dar continuidade em concedê-las e ao mesmo tempo ameaçava com a estatização, que também não acontecia efetivamente de modo a indenizar a Companhia com um valor satisfatório dos equipamentos de navegação e o principal: era uma atividade deficitária, num tempo em que as ferrovias e as estradas de rodagem representavam uma concorrência impossível de disputar posições.

Na sua primeira edição do *Jornal Ordem e Progresso*, de 30 de setembro de 1942, órgão de propaganda da CVSPMT, um artigo, sem autoria, que evidentemente expressava a opinião de seu proprietário, afirmava que a navegação da Companhia foi por muitos anos o problema dos estadistas em São Paulo, pois todos os anos eram necessárias grandes subvenções para que ela pudesse cumprir sua tarefa, fato que perdurou até o final do ano de 1941, quando as subvenções foram suspensas, tendo, no entanto, a Companhia de cumprir os horários. Por isso, “os acionistas da Cia tomaram-se de desânimo e não foram poucas as sugestões para que se vendesse a empresa a um grupo capaz de obter novas subvenções, e outras para que ela fosse nacionalizada” (*JORNAL ORDEM E PROGRESSO*, 1942, p. 2). Passado um ano em negociações com as autoridades do Governo Federal, nada havia se resolvido.

No ano de 1942, o Governo mostrou-se desinteressado em nacionalizar a navegação que era deficitária e, da mesma forma, colocá-la em situação de renovação ou remodelação, sobrando para a CVSPMT, a resolução do dilema: administrá-la de forma a transformá-la em uma empresa lucrativa ou liquidá-la. Antes de chegar às últimas conseqüências, era preciso tentar alguma possibilidade e, para tanto, a Companhia fez um apelo ao corpo de funcionários, para esforço de parte deles, de modo que “os empregados da navegação, maquinistas, e foguistas, contadores e cozinheiros compreendam a situação e reiniciem as suas atividades com um espírito diferente daquele usado até agora.” (*JORNAL ORDEM E PROGRESSO*, 1942, p. 2), ou seja, independente da receita gerada pelo negócio, os seus salários estavam garantidos. Agora, frente à nova situação, a navegação teria que produzir para a sua capacidade de transporte, “abrir novos caminhos até hoje desconhecidos, e frutificar cada viagem pela sua própria razão de ser, para o transporte de mercadorias” (Id., *Ibid.*). Na avaliação da nova diretoria da Companhia, as condições existiam, uma vez que, nas barrancas do Rio Paraná e seus afluentes,

encontrava-se uma infinidade de produtos que demandavam transporte e comercialização como: madeira; erva-mate; borracha; resinas; gado; couros; animais do sertão; pedras, tijolos e telhas, mercadorias para as “nossas fazendas e para a população de Mato Grosso. Encontra-se ali gente que precisa entrar em contato com o leste, e terras que esperam colonização” (Id., Ibid.).

Condições objetivas para a continuidade da navegação já estavam dadas, pela tradição da navegação em atender o transporte de passageiros, inclusive com fins turísticos; o que estava colocado era o fato de que “as viagens precisam ser ainda mais cheias de alegria e contentamento. E isso fica nas mãos dos empregados”, e, quase em tom de ameaça: “findou-se o tempo em que tínhamos a certeza de que os nossos salários nos chegariam às mãos embora não tivéssemos produzido o equivalente em serviço”. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1942, p. 2)

A nova tarefa, então, passou a ser norteadada por tocar a atividade sem subvenção estatal e transformá-la em uma organização lucrativa, para a qual a Companhia conclamava a todos para a realização da nova “missão”, em sintonia com o sentimento patriótico, sintomático daqueles anos de Estado Novo:

Sim, haveremos de vencê-la. Não sem dificuldades, não sem esforços, dos nossos colaboradores, empregados, mecânicos, etc., mas com eles.
E para quem venceremos? – Para a Companhia? – Sim, um pouquinho.
Mas o beneficiado real será o POVO dessa região, a NAÇÃO BRASILEIRA, a REPÚBLICA.
Assim estaremos cumprindo uma tarefa que nos foi entregue pelo nosso Presidente: “A MARCHA PARA O OESTE”! (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1942, p. 2).

Naquele mesmo ano de 1942, Jan Antonin Bata realizou uma viagem a Mato Grosso, utilizando-se da navegação, por um vapor pertencente à Companhia. Tudo indica ter sido aquela a sua primeira viagem à região onde se localizavam algumas das suas glebas de terras ainda inexploradas. Partindo do Porto Tibiriçá, a bordo do vapor “Brilhante”, Jan A Bata, acompanhado de alguns homens de sua comitiva, entrou como parte do roteiro, na “boca do Rio Pardo”, para, logo em seguida, do outro lado do Rio Paraná, aportar no Porto da Fazenda XV de Novembro, do qual fez um breve relato do objetivo daquela parada e do movimento da tripulação: “aqui, no terreno chamado Matinha, o Brilhante precisa carregar lenha... Muita lenha. Os marinheiros gritam

alegremente. Alguns entoam o ‘Lero-Lero’, ‘Moreninha’ e outras canções populares” (BATA, 1942, p. 1).

O vapor Brilhante, fazendo a sua rota de viagem até o Porto Alegre, levava, além da comitiva de Jan Bata, muitos passageiros, dentre os quais fazendeiros com suas famílias, voltando para suas propriedades. Muitos, após desembarcarem do vapor, no porto de destino, continuavam sua viagem, de muitas léguas, a cavalo ou em carros de boi até as suas fazendas.

Sobre os lugares reais ou imaginados e observados durante o percurso do vapor, relatou algumas de suas impressões da viagem, com as seguintes palavras:

No sertão é a força que vale. E o Brilhante é o imperador do Rio Pardo, o rio invencível. [...] Agora tudo é silencio... Os passageiros passeiam no convéz, procurando sempre não se aproximarem do leme, porque sabem eles que ali está o ‘celebro’ do navio. Os pilotos que o dirigem, se acham compenetrados da responsabilidade que pesa sobre seus ombros. A vida dos passageiros, o navio, o horário das chegadas, enfim tudo que se relaciona com a viagem do vapor. Não conhecem dificuldades e não temem o perigo, tanto nas correntezas como em noites de tempestade. (BATA, 1942, p. 1).

A depender da estação do ano, o nível das águas impunha maiores dificuldades à navegação naqueles rios, o que às vezes aumentava o tempo de percurso, mas no entanto os vapores ofereciam serviços de bordo, como refeições aos passageiros. Jan Bata descreve o jantar a bordo do Brilhante:

O jantar foi encantador. O cardápio esteve a altura das grandes cosinhas. Princiamos por um fino prato de frios, depois frango ao sugo e bolas de arroz, e, como sobremeza um delicioso pudim de bananas. A musica durante o jantar foi improvisada pelos marujos de bordo. Tivemos um cantor que nos deliciou, com a sua voz maviosa, as mais lindas canções seresteiras do Brasil. Foi uma noite encantadora e inesquecível... (BATA, 1942, p. 1).

Após o jantar todos se recolheram para dormir. No dia seguinte, ao alvorecer, com “o cantar sonoro dos pássaros na mata virgem, o frio refrescante da manhã e as belíssimas paisagens,[...]. Tudo é belo e encantador... ali é um sucuri dependurado no tronco de uma árvore. Acolá um jacaré” (BATA, 1942, p.1), e descreve intensamente e minuciosamente as paisagens naturais, sempre enaltecendo positivamente os lugares... “[...] quem ainda

não viu o nosso sertão em flôres, não pode imaginar quanto é rica nossa flora. O Ipê com as suas flores amarelas, e as variadíssimas rosas silvestres que cobrem as duas margens do rio em todas as cores” (Id. Ibid.). Era o olhar de um europeu recém chegado ao Brasil e do empresário cioso de tornar a navegação um negócio rentável. Seguindo viagem, o vapor atracou no porto Saleiro, como parte de seu roteiro de viagem, cenário que mereceu a atenção de Jan Bata, o qual ele também relatou. Tratou-se de sua observação sobre uma personagem feminina que desembarcou no porto. Era uma senhora de 61 anos de idade, que, “sorrindo nos mostrou os seus dentes alvos e sadios, que mais pareciam um rosário de pérolas. Descobrimos então, que, esta senhora fora educada em um convento no Rio” (de Janeiro) (Id. Ibid.). Esta senhora, após concluir seus estudos, casou-se com um fazendeiro e logo após foi para o sertão, ajudar o marido a formar suas fazendas. “Tem muitos filhos e todos eles fazendeiros no Mato Grosso” (Id. Ibid.).

E, a bordo do “velho e valente” Brillhante, Bata despediu-se do sertão, da vida simples e do “indomável Rio Pardo... Adeus... Não... até breve...” (BATA, 1942, p. 1)

Nos anos seguintes, o serviço de navegação no Rio Paraná e seus afluentes acabou sendo nacionalizado pelo Governo de Getúlio Vargas, que criou a estatal Companhia de Navegação da Bacia do Prata, mantendo os roteiros de viagem mais rentáveis, inclusive a linha turística até o Porto Guaira, e às Cataratas do Iguassu. A CVSPMT manteve apenas algumas chatas para o transporte dos materiais de seus interesses para os projetos de colonização, como a extração de madeira e o abastecimento do armazém da Companhia Comercial Alto Paraná, no Porto Alegre.

CAPÍTULO IV

COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO MATO GROSSO: TERCEIRO PERÍODO (1941 A 1960)

Dentre as muitas companhias colonizadoras a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso foi uma das mais antigas, fundada em 1908 por Francisco Tibiriçá e Arthur Diedericksen. Foi somente em fins 1939 e início de 1940 que Jan Antonin Bata assumiu o controle da empresa, tendo adquirido todas as cotas da Sociedade Anônima. Em 1949, foi iniciada a colonização de uma gleba no Sul de Mato Grosso, resultando na fundação de Bataguassu, que já em 1953 foi elevada à categoria de município, localizado na região do Porto XV de Novembro, sendo marco inicial das atividades colonizadoras da empresa em Mato Grosso. Nos períodos anteriores, a Companhia explorava os serviços de navegação no Rio Paraná e seus afluentes, como o Rio Pardo e Rio Ivinhema, mantendo linhas regulares entre seus portos, desde Porto Jupia até o Porto de Foz do Iguaçu, serviços interrompidos como exploração privada com as nacionalizações durante o Estado Novo.

Em 1953, outro núcleo de colonização foi iniciado na região do Rio Samambaia, afluente do Rio Ivinhema. Em uma área de 20.000 hectares surgiu a vila de Batayporã, mais tarde Município de Batayporã.

Contemporâneos a tais projetos, muitos outros surgiram, destacando-se a iniciativa do Governo Federal com a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), na região de Dourados. Dessa forma, com o movimento colonizador que se iniciou naquele período, o perfil histórico da região Sul de Mato Grosso passou por profundas transformações, alterando radicalmente as formas de exploração econômica; a densidade demográfica foi sensivelmente aumentada com a chegada de centenas de imigrantes de varias regiões do Brasil, bem como de outras nacionalidades; no mesmo sentido, ocorreu a mudança na constituição sócio-cultural da população, com intensas e profundas interações culturais entre os que chegaram e os que já estavam na terra.

O primeiro pólo ou núcleo das operações da CVSPMT no sertão foi Indiana. Por volta de 1905, foi organizada, de início, como um armazém para servir de apoio aos trabalhos da abertura da Estrada Boiadeira e montagem do Porto Tibiriçá, no Rio Paraná; logo em seguida, desenvolve-se como vila. Porém, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, o lugar foi paulatinamente perdendo o foco de pólo de atividades na região para outras localidades. A Alta Sorocabana, a partir do início da década de 1920, passa por uma intensa concorrência entre os patrimônios ou cidades, surgidos a partir das estações da estrada de ferro, concorrência que promoveu o retardamento da preeminência de um sobre os demais. Foi assim que a cidade de Presidente Prudente, recém surgida no sertão, passa a ocupar a posição de pólo de atração e de difusão regional, por uma série de razões. Segundo Monbeig, a cidade tinha sido:

[...] aberta por um dos mais importantes vendedores de terras. Ao passo que outros patrimônios não dispunham senão de uma delgada faixa de terras cultivadas, à beira da estrada de ferro, para recrutar sua clientela, foi Presidente Prudente o centro comercial de uma zona lateral mais extensa. Não lançou esta cidade o movimento pioneiro para o oeste, mas no rumo do norte, em direção ao Rio do Peixe, ou para o sul, no rumo do Paranapanema. Foi lateralmente que ela pôde exercer a função de boca de sertão. (MONBEIG, 1984, p. 351).

Porém, tal situação é característica das décadas iniciais, quando se implantava a ferrovia e em torno das estações foram surgindo cidades. Porque, mais tarde, a partir da década de 1930, a influência da cidade como pólo se estende também para o Oeste até as regiões do Sul de Mato Grosso, muito embora Indiana guarde uma peculiaridade, a de ter surgido como o primeiro armazém naquele sertão, antes da construção da ferrovia, armazém construído para abastecer a fundação do Porto Tibiriçá e os trabalhos da abertura da Estrada Boiadeira.

Esse terceiro período foi aquele no qual os empreendimentos colonizadores mais se desenvolveram, no geral, em vários lugares, incluindo os núcleos de colonização oficial, ou estatal e, especificamente, aqueles engendrados pela CVSPMT, com o estabelecimento dos núcleos coloniais de Mont'Alvão, Mariápolis, Bataguassu e Batayporã, entre outros (cf. figuras 16, 18, 19 e 20, em anexo), e também pela transformação da CVSPMT em parte de algo maior, a organização Bata no Brasil.

Nos anos iniciais de sua atuação, a Companhia funda um jornal, o *Ordem e Progresso*, e, no primeiro número, na segunda página, no artigo *Primeiras Palavras*, Jan

Antonin Bata anuncia a que veio, informando que o periódico teria a sua tarefa clara e certa: “o de servir ao melhor entendimento entre a direção das nossas empresas e seus amigos, colaboradores, camaradas e ao povo da vizinhança do nosso trabalho” (BATA, 1942, p. 2). Na primeira página, ou capa, foi estampada uma fotografia do Presidente Getúlio Vargas.

No artigo em referência, Jan A. Bata diz ter testado uma experiência de gestão, tendo, nos dois anos iniciais, já passados, desde que adquiriu a empresa, em deixar “para o povo”, e mesmo para os seus próprios colaboradores, a escolha das idéias, do pensamento e sistema, que deveriam nortear os rumos da Companhia, tendo a experiência resultado em alguns enganos de ambas as partes. Tal situação teria sido decorrência daqueles tempos de inquietações, quando era “comum ver gente interessada em promover rumores procurando atrapalhar nosso trabalho” (BATA, 1942 p. 2) e que, todos os problemas seriam esclarecidos “pouco a pouco nas colunas deste periódico. Tudo será esclarecido” (Id. Ibid.), referindo-se ao Jornal Ordem e Progresso, instrumento que servirá para:

Mostrar aos nossos colaboradores a nossa obra e as nossas tarefas de uma maneira facilmente compreensível. [...], os nossos desejos de servir, sempre na frente, o desenvolvimento do país.

Com o nosso trabalho queremos melhorar a vida da gente trabalhadora na agricultura e na indústria.

Alguns nos felicitam pelos dois anos de trabalho, outros preferem suspeitar dos nossos esforços e da sinceridade das nossas ações, por intenções políticas.

O lema da Bandeira nacional – Ordem e Progresso – é o nosso lema sagrado. Por isso usamo-lo como título deste boletim. (BATA, 1942, p. 2)

Naquele primeiro número do Jornal Ordem e Progresso, um outro imigrante, também tchecoslovaco, que já trabalhava no grupo Bata em Zlin, e, no Brasil, foi um dos diretores da Companhia, tornou públicas as intenções e propósitos da nova administração nos seguintes termos: “foi na visita comercial ao Brasil, em 1940, que o Dr. Jan Bata teve a idéia de fundar uma sociedade que reunisse os setores agrícola e industrial de maneira a que todos os produtos do primeiro setor passassem para o segundo e fossem transformados para entregar ao consumidor.”(HNILICA, 1942, p. 2-3)

Após a compra da CVSPMT, grande parte das operações e a gerência foram transferidas para Indiana/SP, quando também foi criada a Companhia CIMA-Companhia

Industrial Mercantil e Agrícola, subsidiária da CVSPMT, instalada em terrenos que foram comprados naquela localidade, quando também começaram a ser realizadas experiências agrícolas e construção da cidade industrial. Foram instaladas serrarias (ver produto da serraria figura 12, em anexo) e um parque de transportes para toras. Para beneficiar o algodão, produzido na região pelos colonos dos núcleos de colonização, foi instalada uma máquina de beneficiamento que passou a aproveitar o caroço para a fabricação de óleo.

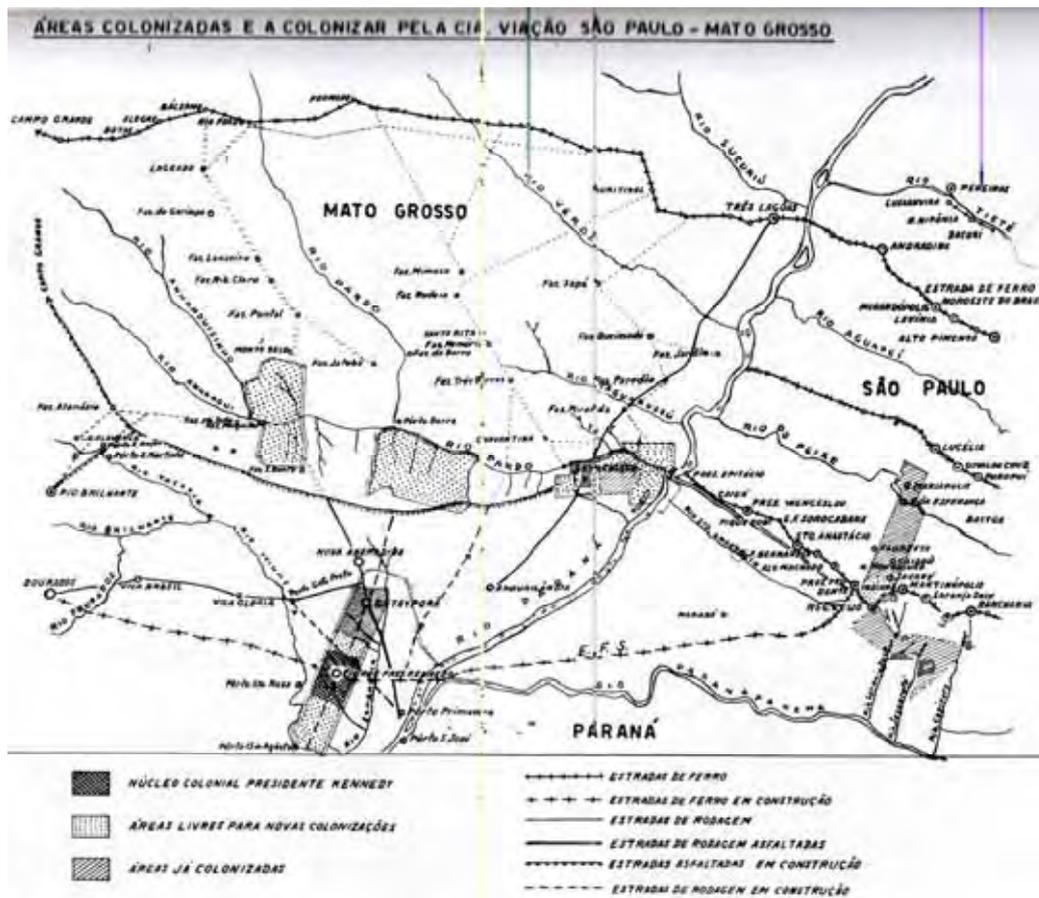


Fig. 2: Áreas colonizadas e a colonizar da CVSPMT, década de 1950.
Fonte: Acervo digital do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã, MS.

1 Os empreendimentos colonizadores

Estamos na fase da formação social em que os destinos da nacionalidade tomam rumos definitivos. Produzir, industrializar, converter em riqueza efetiva a nossa riqueza potencial; abrir caminhos, estender a rede de comunicações, estabelecer ligação

permanente entre as diversas regiões do país, educar, preparar moral e tecnicamente os moços, fazê-los fortes de espírito e de corpo, dar às novas gerações a consciência das suas responsabilidades – tudo isso é tarefa fundamental e urgente, que nos cabe levar a termo, para transformar em realidade o ideal de engrandecimento crescente da Pátria, dentro da ordem, do trabalho e da paz (VARGAS, Discurso à Nação pelo advento do ano novo, 1941).

Do ponto de vista geográfico, os empreendimentos colonizadores não tiveram no grande Rio Paraná uma fronteira ou empecilho, muito pelo contrário, atravessaram o Rio Paraná como parte dos caminhos de ir e vir para pessoas, cargas, projetos. Durante um certo período, explorou-se o serviço de navegação nos referidos rios, só interrompidos quando da nacionalização daqueles serviços e setores, considerados como estratégicos e questão de segurança nacional durante o Estado Novo. O elemento central a partir do qual se buscam referências empíricas é a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso.

O objeto tomado para reflexão é a colonização contemporânea entre as décadas de 1900 e 1960, priorizando como recorte espacial dois “oestes”: o Oeste do Estado de São Paulo, especificamente a região da Alta Sorocabana, e parte do Sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, compreendendo áreas dos vales do Rio Pardo e do Rio Ivinhema. Ressalta-se que tais áreas ou regiões estão contidas numa região maior, qual seja, a Bacia Platina

O processo de colonização, temática a que esta pesquisa está interessada, encontrou o apogeu daqueles empreendimentos colonizadores durante o Estado Novo, formulado sob a expressão estratégica “A Marcha Para o Oeste”, muito embora o quadro de análise remonte aos anos iniciais do século XX e estenda-se até a década de 1960. Como referência à Marcha Para o Oeste, existe uma vasta bibliografia e é possível encontrar uma infinidade de trabalhos que se utilizaram da expressão, aplicando-a a fenômenos, situações ou períodos que não são referentes àquele em que foi formulado, durante o Estado Novo. Isso significa que a expressão já incorporou uma forte carga simbólica, sendo utilizada freqüentemente como uma expressão simbólica para referir-se a contextos e universos pretendidos, e que pudessem ter ou virem a ter alguma similitude com aquele período que engendrou forte significado, ou forte carga simbólica, no que diz respeito, por exemplo, à configuração e constituição dos espaços da nação brasileira e da própria nacionalidade. A título de ilustração de tal fenômeno, a obra *A Marcha Para o Oeste*, de Ildefonso Escobar, da década de 1940, foi escrita a partir de intensas similitudes entre Couto de Magalhães e

Getúlio Vargas, fazendo crer que todos os trabalhos do General Couto de Magalhães, nas últimas décadas do século XIX, estiveram circunscritos à Marcha Para o Oeste.

É possível afirmar que o projeto de civilização, que começou a se formar a partir da chegada dos europeus portugueses na América, sempre engendrou “uma marcha para o Oeste” e continuou nas décadas subseqüentes às do Estado Novo, porém com formulações, modalidades, estratégias específicas para cada contexto histórico, constituindo-se, no mínimo, anacronismos os esforços na direção de empastelar tantas especificidades em torno da Marcha Para o Oeste, como uma peculiaridade do Estado Novo, que significou, dentre tantas outras coisas, a sistematização de um modelo de projeto de colonização. Esta pesquisa debruça-se exatamente sobre um desses projetos realizados, dentre dezenas de outros e de outras empresas, a opção foi pela empresa particular Companhia de Viação São Paulo- Mato Grosso.

Tratou-se de um período cuja preocupação estratégica para o Governo brasileiro foi a de ocupar os “espaços vazios” das imensas regiões dos oestes, no plural porque abarca, geograficamente, espaços desde o Oeste dos Estados de São Paulo e Paraná, e a grande totalidade dos espaços dos Estados de Mato Grosso e Goiás, espaços em relação aos quais foi preciso empreender o seu reconhecimento, iniciado em finais do século XIX e intensificado sistematicamente nas primeiras décadas do século XX, como foi tratado na parte I deste trabalho, para, a partir do conhecimento dos referidos territórios, engendrar um novo modelo de gerenciamento dos espaços, neste trabalho analisado como táticas e estratégias de governabilidade.

Nas décadas finais do século XIX, e nas décadas iniciais do século XX, perduravam questões cruciais que estavam a representar entraves estruturais, considerados centrais por parte de lideranças políticas do período, para a materialização do projeto republicano brasileiro, bem como da própria condição do estatuto de modernidade do Estado Nacional. Tais questões passavam pelo problema da população; pela precariedade da existência objetiva dos “corpos” do Estado em muitos lugares do território; pela presença de grupos estrangeiros (problemas para alguns e solução para outros) em muitos setores de atividades; bem como pela falta de definição de quem seriam os agentes das novas estratégias de governamentalidade, dentre outros.

Neste sentido, naquele período, tornou-se crucial que a nação deliberasse estratégias oficiais que dessem conta da organização e da exploração racional dos seus

recursos, contidos nas vastidões de seus espaços pouco explorados, e que estes, na opinião de Alberto Torres, “não devem ser alienados aos estrangeiros em nenhuma hipótese” (TORRES, 1978, p. VIII). A presença de estrangeiros na exploração dos recursos naturais pode ser qualificada na figura de Sindicatos, como o Farquhar, que se dedicava a varias atividades no Brasil, como a criação de gado em extensas propriedades rurais no Estado de Mato Grosso; a exploração da industrialização de carne bovina para exportação; a construção e exploração da concessão de estradas de ferro; a exploração de minério de ferro, bem como outras iniciativas de capitais inglês, francês, belga e norte-americano.

Nas estratégias formuladas, então, vislumbrava-se como condição indispensável a possibilidade e a necessidade de capitais estrangeiros para fomentar o desenvolvimento econômico do país, bem como de braços estrangeiros para a equação do trabalho, considerados ambos, soluções problemáticas, como um dos:

[...] abrigos a que se tinha acolhido a nossa indolência e o nosso despreparo, em face dos problemas da nossa economia, que, não sabendo solver, iludíamos por essa forma. Esse apelo não tem por si o apoio de nenhuma teoria. Ninguém concebeu jamais o crédito como meio de solução às crises de prodigalidade e da desorganização econômica, nem à importação de gente, às da desorganização do trabalho: é simples recurso protelatório, explorado por intermediários que vivem nas capitais e cercam os governos, e implorado pela necessidade sequiosa da produção, em eterna falência, enquanto os dirigentes, sem capacidade para dar soluções práticas, continuam a comprometer os povos nos riscos de suas concepções fantasistas. (TORRES, 1978, p. 14).

No que tange à falta de um espírito de nacionalidade, Alberto Torres analisa a condição incipiente de tal sentimento, na medida em que “nenhum outro povo tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso. O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio a seus palácios e de suas avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegâncias e de vagos idealismos” (TORRES, 1978, p.14-5). Denota-se nesta análise uma concepção de projeto de nação, para a qual corroborava outro intelectual daquele período, Monteiro Lobato, com posições marcadas por uma forte defesa das coisas e valores nacionais, sem deixar, contudo, esses defensores, de se posicionarem de forma crítica em relação a tais coisas e valores, diferindo de outros grupos que apregoavam um profundo descrédito pelas mesmas coisas em questão, como pelo povo brasileiro, pela cultura brasileira, pela natureza, percebidos como decaídos, em estado de degenerescência. Em tal contexto, e “com uma civilização de cidades ostentosas

e de roupagens, de idéias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social.” (Id., Ibid.).

As formas de exploração econômica mostravam-se, nas primeiras décadas do século XX, perdurantes de um modelo de soberania política, conceito antagônico daquele que se almejava, o do controle pela eficácia da governamentalidade, portanto, ainda carente de sistematização e regularidade, de modo a que “[...], toda a nossa aparente vitalidade consta, de extremo a extremo do país, de extração de produtos e de limitado esforço de exploração intensiva, em que a nossa terra vai cedendo tudo quanto possui em riqueza natural, ao alcance da mão ou de rudimentaríssimos processos de trabalho” (TORRES, 1978, p. 16). Sobre esse aspecto, o da riqueza ao alcance da mão, ele foi analisado no Capítulo I deste trabalho.

Outra questão que perdurava como grande problema era o da solução do trabalho, (este assunto também foi discutido no Capítulo I), que passava pela definição ou indefinição de quem seria o trabalhador nacional, aquele que se incumbiria da tarefa direcionada de derrubar as matas, “desbravar” os espaços dos sertões, via projetos de colonização, quando estes estivessem também definidos. Em relação ao problema do trabalho e do trabalhador, foram sintomáticos, no período, os debates pautados pelas teses eugênicas, em torno das quais, também as posições mostraram-se antagônicas entre aqueles que acreditavam na “verdade” da existência de raças superiores e inferiores. Para os defensores da eugenia, as raças componentes da nação brasileira estariam condenadas à degenerescência. Naquele debate, em que perduraram teses eugênicas, e para as quais a solução para o problema do homem, associado ao trabalho, seria a imigração européia. Opondo-se a elas, Torres, cujas posições guardam similitudes com Couto de Magalhães, defendia a tese da defesa da adaptação do indígena aos moldes do trabalho sistemático e disciplinado:

De parte a questão da capacidade destas raças para o aperfeiçoamento, a conclusão que resultaria, do fenômeno da seleção natural mesológica, é que as raças autóctones tenderiam, por natureza, a fortalecer-se, e as outras a decair; mas, como a perfectibilidade daquelas raças está demonstrada pelos fatos, uma outra conclusão se impõe: se o “meio artificial”, formado pelas condições da vida no estado de civilização, permite a adaptação de indivíduos de outras raças em meios naturais estranhos, o conjunto destas condições, cooperando com os fatores

mesológicos naturais, deve favorecer particularmente as raças indígenas. Ora, a nossa população, contendo, infelizmente, fração pequena dos antigos povoadores do solo, mas podendo aproveitar ainda muito das tribos em estado selvagem, conta grande número de tipos de raças oriundas de meios idênticos: os negros; e consta, em suas camadas superiores, de descendentes das raças mediterrâneas, raças do “meio-dia” europeu, quase tropicais, em cujo sangue se encontra grande mescla do sangue das raças trigueiras do Oriente e do Norte da África. (TORRES, 1978, p. 18).

Em continuidade da defesa de sua tese, enfatiza que “[...] não há motivo para crer, por outro lado, na degeneração das nossas populações. Fisicamente, o conjunto do nosso povo não tem feição menos robusta que a dos japoneses, de franceses[...]”. Ilustra sua posição com impressões extraídas de experiências de observação quando de suas viagens pela Europa, abalizando que “nos grandes centros europeus não é raro que o aspecto dos indivíduos impressione pela fraqueza do corpo e pela morbidez das fisionomias, sendo comum verem-se figuras evidentemente degeneradas.” (TORRES, 1978, p. 18).

Das experiências anteriores com a colonização, empreendidas contando principalmente com o braço do imigrante, e da pouca eficácia no sentido da ocupação efetiva dos espaços, a opinião de muitos ainda guardava certa descrença, dada à “incapacidade para observar e adquirir experiência dos fatos damos prova na simplicidade com que insistimos na política de colonização, apesar da prova evidente de seus desastrosos resultados” (TORRES, 1978, p. 22), tendo-se como referência para tais desconfianças os problemas decorrentes da imigração italiana no século XIX, tendo ela gerado incidentes diplomáticos entre o Brasil e a Itália, bem como com outros países.

Entretanto, a questão da mão-de-obra como item fundamental para os objetivos da expansão pela colonização perdurou, o que, para parte significativa, senão a maioria daqueles ocupados com a questão, uma saída continuava a ser a promoção da imigração européia. Enfim, a questão estratégica de ocupar os sertões dos oestes, preocupação do Estado brasileiro desde o Império, sempre se deparou com obstáculos no problema da população. Porém, aqueles que o ocupavam originalmente não constavam nas estratégias do poder, apesar das insistências combativas de Couto de Magalhães e de Alberto Torres; para aquelas populações sobraram, como alternativa, o extermínio, o confinamento em reservas ou deambular marginalmente nos lugares ocupados pelos empreendimentos coloniais e nas cidades e vilas do interior, quando muito como serviçais de terceira categoria.

A população negra “liberta” pela Lei Áurea encontrava-se desprovida de meios de adquirir terras pela compra, único meio no Brasil para tornar-se proprietário rural; acrescente-se a isso, o desejo das elites brasileiras de “branquear” a população, dedicando-lhes o esquecimento. Nesse sentido, as populações que constavam nas perspectivas dos projetos de colonização foram aqueles constituintes da população branca ou mestiça com algum recurso (inclui-se neste grupo uma grande maioria de negros, mulatos e morenos), descendentes de imigrantes, e imigrantes europeus e asiáticos; estes últimos só foram aceitos depois de um longo percurso de intensos debates entre as elites nas primeiras décadas da República, que estavam hesitantes em aceitá-los, acreditando-os também degenerados etnicamente.

A imigração europeia sempre foi alvo das políticas de imigração do Governo brasileiro que, desde o Império, foi largamente utilizada em substituição ao trabalho escravo nas lavouras de café. Nesse sentido, na década de 1950, Jan Antonin Bata, proprietário da CVSPMT, escreveu o trabalho *Estudos Sobre a Migração*, especificamente com o objetivo de tentar promover a imigração de regiões do Leste Europeu, com vistas a atender às demandas de colonos nos núcleos coloniais da Companhia no Oeste de São Paulo e Sul de Mato Grosso, aspecto que foi discutido no Capítulo V, tópico 2.

As possibilidades oferecidas pelas regiões do Oeste podem ser consideradas, ou são mesmo equivalentes, no imaginário ocidental, ao Eldorado, e este dado está presente em muitas narrativas relativas à expansão da Marcha Para o Oeste, cuja conquista foi assegurada paulatinamente pelos pioneiros, instrumentalizados pelas suas experiências anteriores: seja da colonização em terras mais próximas do litoral; seja pelas centenas de nordestinos migrantes para o sudeste, mas que acabaram por se dirigirem para o Oeste, estimulados pelas campanhas das companhias colonizadoras ou pelo Governo brasileiro; ou ainda pelas experiências dos imigrantes europeus, no que se refere às práticas agrícolas e atividades urbanas. Entretanto, “muitos deles tiveram que se render à evidência de que o oeste exigia métodos específicos de desbravamento e que, sem o conhecimento deles, estavam condenados ao fracasso” (FOHLEN, 1989, p. 16), ou à opção de grande parte daqueles imigrantes de se estabelecerem em cidades, em detrimento do que eram as estratégias daquelas empresas e governos que as fomentaram.

Pelo viés do universo da imigração europeia, pelo caminho estratégico da imigração/colonização, Moacir Scliar, em sua obra de ficção *A Majestade do Xingu*,

baseado em fatos e personagens históricos, dedicado ao seu amigo de infância Noel Nutels, médico sanitário que dedicou sua vida a proteger a saúde dos índios brasileiros, faz referência ao contexto da imigração européia, da qual suas famílias participaram, e eles próprios enquanto crianças, de modo a fazer ver o tipo de relação e o imaginário, motivadores da decisão de imigrar para o Brasil nas primeiras décadas do século XX:

Nós não tínhamos respostas para tais questões, mas havia quem as tivesse. Um dia um homem veio à nossa aldeia, um judeu de Kiev. Trabalhava para uma companhia de colonização agrícola, a Jewish Colonization Association, JCA ou ICA, fundada por filantropos judeus da outra metade da Europa, a Europa dos Rotschild, dos Montefiore. Estavam preocupados conosco, aqueles ricos financistas e empresários. Sabiam que a situação na Rússia era explosiva e que, como de costume, os judeus se constituiriam no bode expiatório do conflito. Queriam nos tirar de lá, levar-nos para outras terras – para a América do Sul, lugar promissor, onde tudo estava por fazer, onde grandes empreendimentos estavam em curso: o vice-presidente da ICA, Franz Philippson, era diretor da Companhia de Estradas de Ferro da Argentina e do Rio Grande do Sul. Ao longo da ferrovia grandes extensões de terra estavam sendo adquiridas e ali poderíamos começar nova vida, como nova vida tinham começado os colonos alemães e italianos.

O homem de Kiev, bem vestido – até cartola usava – e bem falante, reuniu-nos na sinagoga, explicou-nos essas coisas e depois distribuiu panfletos coloridos em cuja capa havia um desenho que ficou gravado na minha memória. Sob um céu esplendorosamente azul um homem trabalhava a terra com uma enxada. Ao fundo árvores – laranjeiras. E aí vem o detalhe que mais nos impressionou. O chão estava juncado de laranjas, doutor. Aparentemente, ninguém se dava ao trabalho de apanhá-las; tanto que estavam sendo comidas por uns porquinhos que andavam por ali. O senhor há de perguntar o que faziam porquinhos num panfleto distribuído a judeus, mas não era aquilo que importava, o que importava, o que nos encantava, era a abundância de laranjas; laranja na Rússia era coisa rara, importada não sei de onde; vinha enrolada em papel de seda e quando a gente – por acaso, só por acaso – conseguia uma laranja, ela era dividida, um gomo para cada pessoa. Mas naquele lugar, o Brasil, havia laranja à vontade; e banana, e tudo de bom que se pudesse imaginar. O homem então explicou que podíamos viver no Brasil, a ICA nos levaria para lá, nos daria terra, ferramentas agrícolas, gado, sementes, escola para as crianças, médico, enfim, todo o apoio necessário.

Como o senhor pode imaginar, doutor, aquele anúncio causou um verdadeiro reboiço na aldeia. Muitos não acreditavam na história, achavam que era mais uma promessa mirabolante. Outros, pelo contrário, viam na América a solução de nossos problemas. Minha mãe era das mais entusiasmadas; queria que partíssemos imediatamente, a Rússia é um inferno, dizia, o Brasil é um paraíso. (SCLIAR, 1997, p. 16 -7).

Quando da chegada ao Brasil, o contato com o desconhecido, manifestações de preocupações com o novo, o que provocou algumas reações, como por exemplo, em relação aos índios:

Agora nesse medo entrava um componente de realidade. Porque o próprio marinheiro – que não ocultava sua admiração pelos índios, ‘são sinceros, são autênticos, são grandes seres humanos’ – comentara, em tom casual: alguns ainda comem gente. Noel aparentemente não deu muita bola para a informação (anos depois numa conferência, diria a uma impressionada senhora: os índios comem gente, sim, mas não por via oral) mas eu fiquei assustado. Escapar dos cossacos para cair na panela dos canibais, era aquele o destino que me estava reservado? (SCLIAR, 1997, p. 38)

Após estabelecerem-se no país, e após alguns anos já fazendo parte da sociedade brasileira, cada um em sua atividade, uma referência à Marcha Para o Oeste, em circunstâncias e em decorrência das opções de Noel Nutels:

Não queria ficar na epiderme bronzeada do país; queria se aprofundar, mergulhar no hinterland como os bandeirantes, como os missionários jesuítas. E aí desencadeou a Marcha para o Oeste, da qual a Fundação (Fundação Brasil Central) era um instrumento. Tudo bem, era um projeto político, fazia sentido. Agora: por que Noel teria de marchar para o Oeste? Que tanto Oeste ele queria, o Noel? Que tinha ele contra o Leste, contra o Rio, contra São Paulo? No país atrasado que era o Brasil, o Leste era civilização, o Leste tinha cidades com lojas, livrarias. No Oeste era uma aldeia aqui, outra duzentos quilômetros adiante, aldeias ainda mais isoladas e miseráveis que as da Rússia. (SCLIAR, 1997, p. 100).

A década de 1940, período em que ainda perdurava a busca e a aspiração do encontro de um Brasil original, “[...] o Noel não parava quieto: ele ia avançando, embrenhando-se mata adentro, cada vez mais dentro do Brasil, cada vez mais brasileiro, brasileiro como a paca, brasileiro como a onça, brasileiro como o saci.” (SCLIAR, 1997, p. 101). E, esboça um breve painel de personagens que buscavam esse Brasil do Sertão, do Oeste, em seus múltiplos interesses:

[...] qual é o negócio desse comunista, desse russo, desse judeuzinho? Qual é o negócio do Noel Nutels? O que quer ele com os índios? Que sacanagem está tramando? As dúvidas desse homem tinham alguma razão de ser, doutor. Poucos se aventuravam a penetrar no Brasil central por amor à natureza ou aos índios. Rondon era exceção, doutor. Os irmãos Villas-Boas eram exceção. A regra era o João Mortalha: o safado

atrás de terras ou riqueza. Algumas vezes eram estrangeiros. O cara que está em busca da Cidade Perdida, conhece o tipo? Como o Fawcet.[...]O Brasil incendiava sua imaginação: os índios loiros, as minas de Muribeca, as cidades dos fenícios, o Eldorado, todas essas lendas do sertão brasileiro o atraíam irresistivelmente. (Id, *Ibid.*, p. 131).

As citações acima fazem ver aspectos e circunstâncias motivadoras da imigração européia, dos impactos e primeiras impressões dos momentos da chegada no novo país, bem como a materialização de uma das preocupações de parte dos órgãos e entidades que procuravam incentivar a imigração européia, preocupações que gravitavam em torno da questão do destino dos imigrantes, quando estes aqui chegavam. Nesse sentido, era recorrente que muitos dos imigrantes não aceitavam ou não se adaptavam às condições oferecidas pelas empresas colonizadoras, levando a grande maioria a se estabelecerem em cidades, pois nelas as condições de sobrevivência e alguma perspectiva de prosperidade mostravam-se mais promissoras.

Daquela comunidade de judeus que migrou, da qual Noel Nutels era membro, provavelmente só ele interessou-se pelo sertão, o restante acabou se instalando em cidades, dedicando-se a atividades, cujas experiências traziam na bagagem. Para muitos imigrantes a opção de ir para o Oeste, para o sertão, era marcada pelo estranhamento, como em relação à opção do Noel Nutels: da ficção/realidade.

2 Núcleo colonial de Mariápolis

O início dos projetos que visaram transformar aquela gleba em núcleo colonial e em pólo produtor de riquezas, data do ano de 1940, portanto, logo após Jan Antonin Bata ter comprado a CVSPMT. As terras que formaram o núcleo colonial de Mariápolis (cf. figura 15 e 17, em anexo), hoje município de mesmo nome, foram vendidas pelo Coronel Delfino Cerqueira à Companhia no ano de 1911, tendo permanecido floresta “virgem” até então, corroborando para uma inferência contida nesta tese: a de que, efetivamente, só a partir da década de 1940 é que se acelerou a formação dos núcleos de colonização para além do eixo ferroviário com suas estações. O novo proprietário da Companhia, Jan Antonin Bata, que tendo comprado as terras da CVSPMT junto com os demais bens, manifestou a sua posição, que seria o norte das ações a partir daquele momento, no que se referia às propriedades rurais, imensos latifúndios, tanto no Oeste de São Paulo como em Mato Grosso, dizendo: “não quero orgulhar-me em possuir terras, que não posso cultivar.

Minha tarefa de dono está em transferi-las mais depressa e, para melhor vantagem aos donos permanentes, definitivos, que são os pequenos agricultores” (CVSPMT/ Mariápolis, 1943, p. 1-2), em perfeita sintonia com as estratégias do Estado Novo.

Jan Antonin Bata manifesta a sua concepção de como deveria ser implementado o núcleo colonizador, sob os mais variados aspectos:

Não seria útil, nem para eles [refere-se aos colonos], nem para mim, vender só terras no mato, sem cuidar de muitas coisas, das quais o pequeno sítieiro não é capaz de cuidar por muito tempo.

Temos que construir uma ponte sobre o Rio Peixe, para facilitar a ligação entre as zonas da Paulista e da Sorocabana.

Temos que derrubar o mato para formarmos caminhos de rodagem, ligando o futuro patrimônio com a civilização do norte e sul, leste e oeste.

Temos que construir serraria para facilitar as construções não de rancho e sim de casas permanentes dos agricultores, que comprariam a terra.

Temos que construir olaria lá, para facilitar a construção ainda mais definitiva e evitar coberturas de palha, perigosa e pouco saudável... (CVSPMT/ Mariápolis, 1943, p. 1-2)

Ressalto que tais enunciados foram táticas adotadas pela Companhia, para a implantação dos núcleos coloniais de Mariápolis no Estado de São Paulo, Bataguassu e Batayporã, no Estado de Mato Grosso, lugares desprovidos de infraestrutura que estimulassem a atração de colonos interessados em comprar lotes de terras, da mesma forma que servissem de suporte à implantação de lavouras e o escoamento da produção. Para tanto, na maior parte dos eventos daquela natureza, o poder público entrava com contrapartidas sob a forma de construção de estradas, pontes, etc., o que não ocorreu nem em Mariápolis, Bataguassu e Batayporã, pelo menos nos anos iniciais. Tal circunstância, a falta de apoio por parte do poder público, foi decorrência da falta de relações de sociabilidades de Jan Antonin Bata no campo das relações políticas com os grupos de poder nas regiões em que atuou. Tal situação é compreensível, pois era ele um imigrante, refugiado de guerra, recém chegado no Brasil, e além do mais, ele foi alvo de algumas ingerências diplomáticas que tentaram criar empecilho às suas atividades no Brasil (esta problemática é analisada no último Capítulo deste trabalho como um esboço biográfico).

De outro modo, é possível encontrar uma sintonia na formulação das táticas enunciadas acima, com aquelas formuladas pelo Estado Novo, na direção do saneamento das áreas sertanejas, perceptível na concepção de moradia para os colonos. Quando aponta

a necessidade de se construir casas higiênicas, esta era uma preocupação com epidemias que representavam grandes problemas da população, como a presença do “bicho-barbeiro”, transmissor da esquistossomose, que proliferava nas habitações rústicas dos sertanejos.

Para a realização daqueles planos, foram necessários investimentos significativos, o que gerou alguma reação entre os acionistas e diretores da Companhia, manifestada na seguinte expressão: “Mas senhor chefe está ciente, que isso tudo dentro do mato? Custaria uma fortuna fazer isso tudo!...” (CVSPMT/ Mariápolis, 1943, p. 1-2). Mas, como acionista majoritário, a posição de Jan Antonin Bata prevaleceu:

Para desespero de seus diretores, Bata gastou mais do que um milhão de cruzeiros em planejamento, medições, construção de ponte custosa e sólida sobre o Rio Peixe, construiu uma fazendinha e retiro de gado para poder abastecer bem os moradores no desbravamento, antes de chegar o primeiro comprador de terras para Mariápolis. (Id., Ibid).

Os planos de Bata são por ele enfatizados:

Temos que fazer um plano geral da cidade e lotear a terra, para que seria assegurada a vida dos agricultores como a existência da cidade, que lhes deve proporcionar amparo em higiene, saúde, escolas, centro de comércio e de divertimento. Temos que planejar todas as necessidades de antemão, sem deixar nada hazarde [expressão não reconhecível]. Uma vez a cidade começou a ser construída, custa muito mais tentar completar o que foi esquecido no início. (CVSPMT/ Mariápolis, 1943, p. 2).

E, fazendo valer a sua posição de proprietário da Companhia, e de que os rumos deveriam estar de acordo com as suas determinações, “antes de aceitar os planos dos ingenieros, Bata foi para Mariápolis com suas filhas e verificou, que está bem feito e corrigindo os erros dos técnicos. Só depois permitiu que se começasse com vendas de terrenos (CVSPMT/Mariápolis, 1943, p. 2).

Na citação acima, está anunciada a preocupação com a montagem de uma olaria e de uma serraria. Essa foi uma das atividades extrativa-industriais que a CVSPMT, a partir de 1941, vai adotar e implantar em todos os núcleos coloniais, além das olarias da CIMA, em Indiana, na estação de Bartira e na Barrinha, que abasteceram a região da Alta Sorocabana e outras regiões do Estado de São Paulo com telhas, tijolos e demais produtos

de cerâmica, como os filtros de água, “de vela”, instrumento bastante difundido para melhorar o padrão da água usada para o consumo da população.

A colonização foi implementada pela Companhia Industrial, Mercantil e Agrícola (CIMA), concessionária da CVSPMT, com sede em Indiana/SP. A implantação inicial se deu a partir da formação da primeira fazenda, e para garantir o acesso e ligação de Mariápolis à Indiana e Presidente Prudente, este, o mais importante pólo urbano da região naquele período, foi construída uma ponte sobre o Rio do Peixe, o que possibilitou o desencadeamento do processo de exploração de madeiras, a partir da derrubada das matas, ainda “virgens”.

Em 1943, Jan Antonin Bata, acompanhado de um agrimensor e demais membros da gerência da companhia colonizadora, determinou o “espigão da colina da gleba, ainda em plena mata virgem, para localização da futura cidade, estabelecimento de estradas e plano de urbanização das ruas e praças”. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Abr. 1958). A denominação “Mariápolis” foi adotada em homenagem à esposa do proprietário e presidente da Companhia, Maria J. Bata.

No mesmo ano de 1943, imediatamente após o levantamento topográfico da área, foi feita a divisão da mesma em pequenos lotes e a elaboração da planta do núcleo urbano. Iniciou-se a venda dos lotes da zona urbana, tendo como primeiro comprador o senhor Antônio Jacomeli. A administração do núcleo estava sob a responsabilidade de dois funcionários de origem tchecoslovaca, Josel Kielkowski e João Fonsek - Jan A. Bata sempre se referia aos seus funcionários com a denominação de “colaboradores”.¹⁵

Os primeiros colonos que adquiriram lotes rurais implantaram de início as lavouras de arroz, algodão, milho, café e amendoim, bem como a criação de gado bovino, suíno, animais de tração, como cavalos, burros e mulas, além de toda uma diversidade de gêneros e produtos, típicos de um núcleo colonial. No ano de 1945, no dia 12 de abril, foi inaugurada a primeira linha de transportes de passageiros, em veículo coletivo, com horários diários e regulares, até as principais cidades circunvizinhas, como Adamantina,

¹⁵ A cronologia da evolução política administrativa de Mariápolis é a seguinte: em 1948 o núcleo é elevado à categoria de Distrito de Paz, como parte do município de Adamantina, Estado de São Paulo; elevado a Distrito de Adamantina pela Lei nº 233, de 24.12.1948; conquistou a emancipação política como Município independente, pela Lei nº 2456, de 30.abril de 1953, e instalado em 03.01.1955. Em 30.12.1953, o Jornal Diário de São Paulo, em matéria sob o título “Confiante o Povo de Mariápolis”, anuncia que, em São Paulo uma comissão do Distrito acompanhou o processo de emancipação política do Município, sob a liderança dos senhores José Alves Rodrigues e Leoni Bom. A sua população era de 9.661 habitantes, dados do censo de 1950, passando para 11.741 habitantes, em 1955.

Lucélia; Indiana, Martinópolis e Presidente Prudente. Até então, o transporte era feito em veículos de particulares que não tinham aquela finalidade, sendo portanto esporádicos. No início da década de 1950, a cidade já contava com o abastecimento de energia elétrica. No setor educacional, em 1950 existiam 02 grupos escolares e 13 escolas rurais, o que garantiu que o índice de alfabetização atingisse a cifra de 46% alfabetizados.

3 Núcleo colonial de Bataguassu

À guisa de ilustrar ou conhecer a presença e participação de homens “civilizados” naquele lugar, que hoje é a cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, é preciso lembrar que foi nas primeiras décadas do século XVIII que grupos de mineradores paulistas e mineiros começaram a construir o caminho para as minas de ouro de Cuiabá, no Mato Grosso, e que, para tanto, subiram e desceram o Rio Pardo, movimento histórico conhecido como as Monções.

O Rio Pardo era um dos trajetos da rota dos monçoeiros. Por se tratar de viagens que demandavam meses de percurso, o número de pousos de monçoeiros era grande. A foz do Rio Pardo, onde se localiza Bataguassu, de acordo com relatos mais pretéritos, já apontava a presença de pioneiros. De acordo com os relatos da expedição de Teotônio José Zuzarte, no dia 10 de Maio de 1762, “navegando chegamos à barra do Rio Pardo pelas três horas e meia da tarde” (DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO, 2000, p. 57). E, já naquela época, eram registradas outras presenças, apontando-se o lugar como parte das estratégias de ocupação do território colonial:

[...] aqui neste pouso achamos cartas de uns cuiabanos que tinham passado, as quais se costuma deixar dentro de uma cava que se faz de uma grossa árvore, que metendo-se-lhe dentro as cartas ficam guardadas, de sorte que outro viandante, que passa as conduz. (DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO, 2000, p. 57).

Ilustra a presença dos monçoeiros, a representação materializada na pintura a óleo Pouso no Sertão (Rio Pardo).



Figura 3: Pouso no Sertão, às margens do Rio Pardo no Estado de Mato Grosso.
Fonte: Diário de Navegação, 2000.

No início do século XX, toda extensão territorial compreendida entre os rios Ivinhema e Pardo, onde hoje se localizam os municípios de Bataguassu, Anaurilândia, Nova Andradina, Angélica, Rio Brillhante, Batayporã e Taquarussu, que permanecia agreste apesar de seu solo rico e das águas piscosas, sendo conhecida como o “Grande Sertão”, ou Sertão do Uerê, era habitado por indígenas Guarani, às margens do Rio Paraná. Os “desbravadores” de origem branca eram pessoas vindas principalmente de Minas Gerais.

Administrativamente, o município pertencia à Vila de Entre-Rios, a qual passou a ser chamada de Caiuás e finalmente de Rio Brillhante, no Estado de Mato Grosso do Sul.

No princípio de 1900, o bandeirante Manoel da Costa Lima resolveu construir um caminho que poderia estabelecer ligação entre Campo Grande e o Estado de São Paulo. Partindo de sua fazenda Ponte Nova, na região de Vacaria, empreendeu uma expedição rumo ao leste, em busca do Rio Paraná. Adquiriu uma lancha a vapor, a “Carmelita” e transportou pelas águas do Rio Paraguai até onde foi possível. Depois, prosseguiu, carregando a lancha em cima de um imenso carretão, mas regressaram antes de atingir o objetivo e sem saber que estavam tão próximos.

No ano de 1904, o sertanista empreendeu nova expedição com grande comitiva, incluindo seus familiares e novos companheiros, munidos de mais equipamentos. Alargando as primeiras trilhas para a passagem dos carros de bois, instalou um acampamento num local chamado Matinha, para o plantio de cereais e prosseguindo até a foz do Rio Pardo e Paraná, onde finalmente encontraram o local apropriado para o porto fluvial. Por ser aquele, o dia 15 de novembro, batizaram-no como “Porto XV de Novembro”. Dessa forma, concluía-se também a ligação Campo Grande-Porto XV de Novembro, ligando o Sul de Mato Grosso à dinâmica economia de São Paulo. Em 1906 estabeleceram-se no “Sapé”, iniciando o processo de abertura de novas fazendas, das quais a primeira recebeu o nome de Fazenda “Uerê”.

Pelos idos da década de 1940, estimulados pela “Marcha para o Oeste” do Governo de Getúlio Vargas, através de projeto de colonização, denominado Bataguassu, a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso realiza o loteamento, quando chegaram aproximadamente 100 (cem) imigrantes, vindos principalmente dos Estados do Nordeste e São Paulo. Instalam-se, também, as colônias tcheca, japonesa, assim como a húngara e a alemã. Assim, relatou o ex-funcionário da Companhia colonizadora, Afonso dos Santos Souza (25 mar. 2008): “Viemos todos de Indiana-SP, era uma turma, muitos trabalhadores [...] trabalhar na construção, serraria[...] muitos maquinários[...]. Cheguei aqui com quinze anos de idade. Nesse tempo existia muita caça, era permitido”.

Mesmo antes de iniciar efetivamente a colonização em terras da região de Bataguassu, a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso já tinha definido a área como objeto de um ou mais núcleos coloniais. Os projetos já estavam definidos.

Em artigo de capa do Jornal Ordem e Progresso, de 1945, a Companhia conclama os agricultores não possuidores de terras, para as possibilidades que ela oferecia. Afirmava que, para garantir o bom emprego dos capitais que porventura tais agricultores tivessem disponíveis, as terras à venda da Companhia eram a melhor solução. A Companhia, que há muitos anos vinha promovendo o povoamento através de projetos de colonização, enfatizou que:

[...] o povoamento desta rica zona, possui, hoje, mercê de sua larga experiência, o mais perfeito plano de colonização, podendo proporcionar aos interessados as maiores vantagens na aquisição de terras a prestações. Nada há, atualmente, com maior certeza de lucros do que

esse emprego de capital. A tendência única e notável é para a contínua alta de preços. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1945, p. 1).

Especificamente sobre a região de Bataguassu, afirmou:

Possue ainda a Cia. milhares de alqueires de outras terras em rica região do Estado de Mato Grosso, para a venda em grandes e pequenos lotes, além de chácaras e datas nos patrimônios de Batapolis a Bataguassu. Os preços são bastante acessíveis, e o nosso plano de vendas, baseado na nossa longa experiência no ramo, permite-nos oferecer aos snrs. Lavradores as maiores vantagens e as mais sólidas garantias. (Id. Ibid.).

Colocando a colonização como o grande problema de Mato Grosso, a Companhia anuncia seus objetivos no sentido da colonização. Em referência ao Presidente da República, Getúlio Vargas, e a sua estratégia nacional, na forma do programa “Marcha para o Oeste”, e, nos termos de contraponto à tradição da “velha e retrógrada civilização praieira, agarrada à faixa litorânea, já teve a sua época que passou” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1945, p. 1), anuncia-se naquele momento uma nova civilização pautada pela ‘hinterlandia’. Ainda, toma para si o papel simbólico da figura do bandeirante:

[...] a Cia. de Viação São Paulo Mato Grosso, com mais de 30 anos de experiência e “bons serviços à Nação, rasgando estradas e semeando cidades depois de relevantes e ainda perdurantes serviços à gloriosa Piratininga das ‘entradas’ e bandeiras arrojadas, em cujo solo fecundo levantou as cidades e vilas de Teodoro, Cerâmica, Regente Feijó, Laranja Doce, Mandaguari, Presidente Venceslau, Mariápolis, e Indiana, vem de algum tempo a esta parte operando em Mato Grosso, em terras do Sul, onde como fruto de seu esforço de bandeirante da Marcha Para o Oeste levantou a ridente vila – melhor se diria cidade – Sant’ana do Rio Pardo, uma espécie de centro cívico da metrópole, com hotel moderno, serraria, marcenaria carpintaria, pensão operária, delegacia de policia, estaleiros para navegação, residências proletárias, luz, etc. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1945, p. 1).

Buscou informar com alguma precisão a localização do novo projeto de colonização de Bataguassu iniciado no ano de 1948, a colonização da Gleba Bataguassu, no Estado de Mato Grosso, nas margens do Rio Paraná e Rio Pardo, e afluentes dos Córregos ‘Sapé’ e ‘Guassu’.

Na edição do Jornal Ordem e Progresso, de junho de 1950, um outro anúncio de propaganda de venda de terras refere-se à Bataguassu, chamando-a de “O Vale da Lua”, e fazendo alusão à região como o paraíso do lavrador de hoje e do futuro, e como uma das

zonas mais saudáveis onde o homem pode atingir a avançada idade de 120 anos. No que se refere à possibilidade de longevidade para quem vive na região é feita referência a uma personagem pioneira da região, a Senhora Maria Leme, que tem sua fotografia estampada à página 03 do referido jornal, com a seguinte legenda: “D. Maria Leme, com 120 anos, reside em Bataguassu desde que se casou, há 95 anos” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1950, p. 3). Uma fotografia, feita na época, simbolizou aquele momento, pois estão pousados na foto personagens representantes dos dois momentos históricos em mediação: a senhora Maria Leme e um seu filho, representando os pioneiros sertanejos, e Jan Antonin Bata e Vladimir Kubik, representando o novo momento que se instaurava com o projeto de colonização (cf. figura 4):



Fig. 4: Registro dos primeiros contatos da colonização em Bataguassu. Da direita para a esquerda: Jan Antonin Bata; Hnlica Vendelim; Maria Leme; Vladimir Kibik; Ambrósio Leme; e Elias.
Fonte: Acervo fotográfico digitalizado do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

E continua o artigo, apontando as venturosas possibilidades para quem desejasse viver e morar na região de Bataguassu, indagando:

Deseja constituir sua família onde o ser humano não necessita de medicamentos e pôde atingir a longevidade de 120 anos, como o caso documentado de Dona MARIA LEME, em Bataguassu? Então venha habitar no ‘VALE DA LUA’ da Gleba BATAGUASSÚ, diretamente além do Rio Paraná, de Porto Epiácio, onde poderá satisfazer os seus sonhos do futuro! (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1950, p. 3).

Alguns anos antes, a CVSPMT tentou implantar um núcleo na Fazenda Santana na margem esquerda do Rio Pardo, mas com as dificuldades principalmente da mão-de-obra trazida do Estado de São Paulo, o núcleo não vingou, “apesar de funcionar uma serraria, fabrica de moveis, casas pré-fabricadas. Mudou para outro lado do Rio Pardo, fundando a cidade de Bataguassu, hoje em franca expansão na margem da rodovia que liga Estado de São Paulo com Campo Grande e demais cidades de MS” (TRACHTA, 1981, p. 2).

Nos anos iniciais de implantação de Bataguassu, providência comum a todos os demais núcleos da CVSPMT, como uma opção de lazer para nova comunidade que se formava, e ao mesmo tempo, parte dos esforços de “civilizar” os corpos e hábitos, foi criada em abril de 1951, uma associação esportiva, o Esporte Clube Bataguassu, com a respectiva eleição da sua primeira diretoria, que ficou constituída pelos seguintes membros: “Presidente de honra: Dr. Jan Bata; Presidente: Nelson de Oliveira; Vice-Presidente: João Roberto; 1º Secretario: Luiz Barbato; 2º Secretario: José Gimenez; 1º Tesoureiro: Astrogildo Rodrigues; 2º Tesoureiro: Joel Moreira; Diretor-esportivo: Henrique Trachta; Orador oficial: Dr. Luiz Porciúncula” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1951, p. 8).

4 Núcleo colonial de Batayporã

A primeira iniciativa da CVSPMT, em relação às suas terras que compunham a Fazenda Samambaia, ocorreu quando das avaliações realizadas por uma equipe de técnicos da empresa de Jan Antonin Bata, no momento em que negociava a compra da Companhia. Os técnicos, que pertenciam a várias especialidades, tomaram um vapor em Porto Epitácio, e após subir o curso do Rio Ivinhema, aportaram em terras da referida fazenda, muito provavelmente no Porto XV. Após percorrerem vários pontos da fazenda, produziram um relatório sobre as possibilidades e potencialidades econômicas. Isto ainda em 1940. Tais informações, além de servirem de pauta para as negociações de compra da Companhia, serviram também, mais tarde, para o planejamento do Núcleo Colonial de Batayporã.

A Fazenda Samambaia era uma das grandes áreas de terras que a Companhia possuía no Estado de Mato Grosso, pertencente ao município de Entre Rios, hoje Batayporã. Os técnicos informaram que na fazenda existia grande quantidade de madeira, e que a maioria dos terrenos estava coberta de matas virgens. Tal descrição revelava o

desconhecimento ou o não reconhecimento das atividades de extração ervateira que, ao sabor da existência de ervais, eram estabelecidas em toda a região, à revelia do sistema de propriedade particular, naquele período em fase de consolidação, no que se refere ao esquadramento sistemático dos espaços, via levantamentos topográficos.

Referiram-se à existência de pastagens nativas, encontradas em pastos de tamanho variável entre dez e vinte alqueires aproximadamente, constituindo-se em dados importantes para o início da criação de gado pela Cia., e que, “atualmente no tempo da nossa visita, em 1940 temos visto gado bravo nos matos perto da fazenda, que aproveitavam os pastos distribuídos no mato” (CVSPMT, 3 nov. 1942, p. 1). Para a criação sistemática de gado seria necessário derrubar as matas para plantar capim e formar pastagens, formar retiros, e demais equipamentos de uma fazenda de pecuária, “deixando-lhes sempre ainda madeira para as construções das cercas e para aproveitamento deles na indústria de serraria, destilação e pasta mecânica” (Id. Ibid.). Tais apontamentos de possibilidades refletiam os interesses de negócios a serem desenvolvidos pela CIA. para além daqueles voltados para a colonização, denotando as estratégias do Grupo Bata no Brasil, abarcando também negócios industriais e comerciais.

O documento já apontava os lugares estratégicos para a instalação de serrarias na Fazenda Samambaia, como os seguintes: uma na esquina SE da fazenda, sobre a barranca do Rio Samambaia; outra na barranca do Rio Baile, na metade da largura da fazenda; outra na barranca do Rio Esperança ou Perdido; e outra a 15 quilômetros do Porto Itapetininga. As previsões eram de que cada serraria estaria organizada para produzir diariamente 20 metros cúbicos de madeira, cuja solução técnica estaria pautada pelo sistema de serras verticais, mais conhecidas como serra “francesa” construída de madeira do próprio local e outras máquinas introduzidas pela Companhia.

A solução para o transporte da madeira retirada das matas passaria pela utilização do sistema fluvial da região, já explorado pela Cia. desde a sua criação em 1908. Para tanto, cada serraria precisava de dez chatas com capacidade para 20 toneladas, para seu uso próprio, conduzindo as madeiras até o Rio Paraná, ou até o Porto Itapetininga na barranca do Rio Ivinhema, onde os vapores recolheriam a madeira, conduzindo-as até o Porto Tibiriçá, de onde embarcariam pela Estrada de Ferro Sorocabana, pela qual chegariam até aos grandes centros consumidores, principalmente às cidades do Estado de São Paulo,

especialmente à capital, São Paulo, que desde as décadas iniciais do século XX experimentava um grande crescimento urbano e industrial.

Ainda no que se refere ao aproveitamento do potencial florestal, o estudo, na verdade um relatório, apontava a grande diversidade de espécimes de árvores encontradas. A formação florestal da região compreende um prolongamento da formação Mata Atlântica, que se estende até a Serra da Bodoquena, também em Mato Grosso. O estudo ocupou-se daqueles espécimes, potenciais produtores de resina, muito embora a maioria das árvores do cerrado e matas contenha resina, ela é um produto fundamental para a indústria química, “um kg da resina pura, extraída dos arvores vale 2 mil reis no local. – Com transportes e tudo chegando até 3 mil reis, ainda dá para a destilação, rendendo calophonia, terebentem e gases” (CVSPMT, 3 nov. 1942, p. 2). Destilarias para tal fim não representavam um problema por tratar-se de processo simples, bastando um forno com caldeira e destilador dos vapores, de modo que o “terebentem chega da destilação no liquido, junto com a água. – Sendo graxa, divide-se momentaneamente da água, formando o parte separada acima no tambor”(Id.Ibid.), e o calophonio, que “podemos usufruir como cola nas briquetas de carvão vegetal, para que obteremos um carvão duro, capaz de estar utilizado nos altos fornos. Tais briquetas vale até 1:200 posto Volta Redonda, ou São Paulo, substituindo o coque”(Id. Ibid.). Curioso que se previu como mão-de-obra para a coleta de resina o trabalho das mulheres e crianças.

Prevenia-se que as árvores potenciais fornecedoras de resina não deveriam ser derrubadas antes da retirada da resina, pois que depois de derrubada a madeira perde 60% de sua resina. As previsões do negócio de resina eram de que tendo as 4 serrarias funcionando e produzindo 1000 metros cúbicos de madeira, produziria o equivalente em resina de 1 tonelada por quinzena. Ainda as madeiras desprovidas de resina melhorariam substancialmente a sua qualidade.

Outras possibilidades viáveis apontadas pelo estudo eram a criação de jacarés, pois “nos baixios da serraria Itapetininga podemos instalar criação dos jacarés. Uma pele do jacaré custa m/m 15 mil reis, - se está em boa condição. – Isso paga bem para a criação” (CVSPMT, 3 de nov./ 1942, p. 2) E, continua mostrando a viabilidade de tal empreendimento, especialmente sua articulação com a indústria de calçados em fase de instalação em Batatuba, SP:

Uma fêmea jacaré dá até 12 criações num prazo de 5 meses. Quando o animal está com 4 meses, o couro vale demais. Isso dá então um negócio bastante interessante, enquanto teríamos os couros para a produção dos sapatos finos, de luxo. Vi ilustrações duma chácara norte americana em Florida com milhares de animais, criados para este fim. – Não é nada novo. Dum couro ganham-se até três pares dos sapatos. – Podemos contar com 30.000 couros anualmente. – 360:000 movimento anual. Além dos jacarés, podemos também criar os sapos-boi, cobras non-venenosas e jacarinhas brancas. (CVSPMT, 3 nov/ 1942, p.2).¹⁶

Tais perspectivas, como a da criação de animais silvestres não se materializaram, talvez em decorrência de dificuldades para a implantação desse tipo de atividade na época, coisas como uma autorização estadual para tal fim. De outro modo era grande o número de animais selvagens caçados com o intuito da venda de seus couros, como está em outra parte deste trabalho.

Só mais tarde, em 1953, é que começaram os trabalhos para a colonização da Fazenda Samambaia, composta das glebas Cayuás, Iguassu, Machado e Recanto que deram origem ao Distrito de Batayporã, mais tarde transformado em município. Naquele momento, juntamente com os planos de colonização de Batayporã, surgiu também “uma grande esperança com o plano Kenedyba – que deveria ser financiado a longo prazo (15 milhões de dólares) - que transformaria Batayporã num município próspero tanto na agricultura como na pecuária intensiva e indústria, que aproveitaria potencial dos recursos naturais – o transporte fluvial foi planejado até Presidente Epitácio e nos portos do Estado do Paraná.” (TRACHTA, 1981, p. 1). Batayporã e Kenedyba faziam parte de um plano de transformar aquela região num grande centro agroindustrial, mas:

Infelizmente, o que já estava quase certo, pela morte do presidente Kenedy e logo em seguida do Dr. Bata, o sonho de expansão econômica se desvaneceu.

O Dr. Bata visitou Batayporã pela última vez no dia 28.10.1963, assistindo os levantamentos na margem do rio Ivinhema para o projeto Kenedyba. Voltando para Batayporã, foi acometido por um mal súbito e foi transportado de avião para São Paulo. Nunca mais voltou. Faleceu no Hospital da Beneficência Portuguesa, na capital de São Paulo, dia 25 de agosto de 1965 (dois dias após a inauguração da ponte sobre o Rio Paraná, ponte pela qual também lutou desde o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Com a morte do Dr. Bata modificou muito o destino de empreendimentos em Batayporã. (TRACHTA, 1981, p. 3).

¹⁶ Nas citações acima, bem como em outras, optei por manter a grafia do original, ao que se pode perceber as dificuldades dos imigrantes tchecos com o idioma nacional brasileiro.

No ano de 1953, o gerente geral da CVSPMT, o também imigrante tcheco Vladimir Kubik, ficou encarregado de escolher o lugar que melhor pudesse acolher o núcleo urbano do projeto, para em seguida iniciar as vendas dos lotes tanto urbanos como as pequenas glebas aos colonos interessados. Logo em seguida, escolheu-se o nome para o povoado, numa associação do idioma guarani, y = água, mais porá= boa, precedidos do sobrenome Bata.

Um novo personagem viria logo em seguida dar a sua contribuição na construção do lugar. Um tcheco, nascido em Zeravice, no sul da Morávia, de nome Jindrich Trachta, por problemas políticos com o novo Governo comunista, e forte candidato à prisão, foge para o Brasil. Chegando ao Brasil em fins de abril de 1950, trabalhou por pouco tempo no Rio de Janeiro. Conhece Zdenek Pracuch, que em 14 de maio de 1950 o apresentou a Jan Antonin Bata, o que resultou no convite para que ele fosse trabalhar em Bataguassu, então em início de colonização. Viajou para Indiana, sede das operações da CVSPMT, onde aguardou a sua partida para o Mato Grosso. No dia 16 de maio de 1950, seguiu para Presidente Epitácio, de onde saiu por um vapor de transporte de toras, chegando em Bataguassu. Ali, o gerente geral dos negócios para Mato Grosso, o Comandante Nelson Verlangieri de Oliveira, genro do Sr. Bata, o contrata, iniciando

[...]a sua trajetória na Companhia Viação. Engaja-se em serviços como: extração de madeira; olaria; serraria; e contabilidade. Em 1951 casa-se com Sra. Marina Gonçalves do Amaral, trabalhando e permanecendo em Bataguassu até o ano de 1954. Muda-se para Batayporã e lança-se no trabalho da colonização do novo núcleo, ajudando inclusive a construir a casa onde foi sua residência com a família, a segunda casa do lugar. (ARAMBASIC E SILVA, 2003, p.67).

No novo núcleo de colonização de Batayporã, Jindrih Trachta, cujo nome foi abasileirado, quando de sua naturalização em 1969, para Henrique Trachta, passou a gerenciar as atividades de vendas de terras e implantação dos elementos de infraestrutura, como construção de estradas e pontes, implantação de serraria, olaria, fábrica de amido, campo de experiências agrícolas e criação de porcos, em parte para atender:

[...] aos colonos que adquiriram os lotes de terras da Cia.. Esses lotes adquiridos pelos colonos possuíam no máximo 30 hectares, e vinham fechados de mata, o que possibilitava que eles retirassem as madeiras, que acabavam sendo vendidas para a serraria da Cia. Já a produção da

serraria era, em sua maior parte, vendida no Estado de São Paulo. Existem também registros de extração de erva-mate, na década de 1950. (BONFIM, 2009, p.86).

À medida que o número de colonos foi aumentando, foi criada a primeira escola para os seus filhos, o que aconteceu em 04 de março de 1955, pelo Decreto nº 2066 e publicado no Diário Oficial de 10 de março do mesmo ano, tendo como professora a Sra. Eunice Mustafá, naquele primeiro ano com 70 alunos, cujo sistema de ensino era baseado em classes multisseriadas, ou seja, uma só professora lecionava para as quatro séries iniciais ao mesmo tempo.

Nos anos seguintes, o núcleo colonial se consolidou, com centenas de famílias estabelecidas em suas glebas, sendo, em sua maioria, de origem nordestina. E, como regra geral, para o movimento de migração dos colonos, muitos já haviam se estabelecido anteriormente em núcleos coloniais no Estado de São Paulo e Paraná. Da mesma forma, o patrimônio cresceu como núcleo urbano, e no início da década de 1960 se transformou em novo município do então Estado de Mato Grosso. Nas décadas iniciais, as culturas agrícolas que prosperaram foram as lavouras de algodão e amendoim que, na década de 1970, entraram em declínio em toda a região, como também na região da Alta Sorocabana.

Após o falecimento de Jindrich Trachta, em 27 de novembro de 2000¹⁷, por iniciativa da família Trachta, foi inaugurado em setembro de 2001 o “Centro de Memória Jindrich Trachta”, contendo o acervo histórico-cultural deixado por ele, que foi juntado e guardado durante toda a sua vida. O Centro de Memória está instalado em parte da antiga casa gerencial da CVSPMT, que desde a sua construção foi residência do Sr. Jindrich Trachta. A parte onde está instalado o Centro de Memória é a parte da casa que funcionou, em um dos cômodos, como escritório, e outro como quarto de dormir de Jan Antonin Bata, que os utilizava quando visitava o núcleo colonial. O acervo contém objetos, documentos, narrativas e fotografias da época da colonização, cumprindo papel de centro de pesquisas da história da região e da história do município de Batayporã.

Para abrigar e gerenciar o Centro de Memória foi idealizada, pela família do Sr. Jindrich Trachta, a criação de uma Fundação, visando garantir a manutenção e a

¹⁷ Dias antes de sua morte, o Sr. Jindrich Trachta escreveu uma carta, sem endereçamento, manifestando o seu pesar e ao mesmo tempo o desejo de que a memória e história da cidade e região, materializadas nos documentos que guardou durante toda a sua vida fossem guardados, conservados, para estarem disponibilizados para a comunidade.

conservação daquela vasta documentação, além de uma biblioteca com, aproximadamente, 3.000 exemplares de livros e mais outras centenas de exemplares de revistas, abrangendo assuntos diversos, para que possam estar à disposição de toda a comunidade.

O Centro de Memória está localizado à Rua José Antonio Mourão, nº 1756, na cidade de Batayporã, MS, com uma exposição de fotografias retratando, paralelamente à vida do Sr. Jindrich, a trajetória histórica de Batayporã, desde o início da colonização até a década de 1990, além de diversos objetos. Além de fotos, objetos e documentos sobre a cidade e região, inclusive sobre a Alta Sorocabana, compõem o acervo livros, fotos, vídeos e informações culturais e turísticas sobre a República Tcheca e República Eslovaca. Desde a sua constituição e fundação, o Centro de Memória, que abriga também a Oficina Cultural Tcheco e Eslovaca do Brasil, tem se tornado pólo de referência para muitos turistas oriundos da atual República Tcheca em visita ao Brasil, tendo acontecido, também, várias visitas oficiais do Consulado, da Embaixada, e autoridades da República Tcheca, funcionando como uma “ponte” entre os dois lugares.

A aproximação com a Embaixada e Consulado Tchechos no Brasil resultou em apoio financeiro para a elaboração e apresentação de uma exposição de fotos e mapas, em 2004, que funcionou de forma itinerante, intitulada “Passos Tchechos em Terras Brasileiras”. O Centro de Memória Jindrich Trachta e a Oficina Cultural Tcheco Eslovaca no Brasil têm funcionado nos últimos anos como espaço cultural, oferecendo para a comunidade cursos de música, de idioma tcheco, além de manter um grupo de dança folclórica tcheca, com 23 trajes típicos nacionais tchechos, alguns, inclusive, com mais de cem anos. A coleção de trajes pertenceu à Sra. Ludmila Batova Arambasic, filha de Jan Antonin Bata, e hoje pertence à filha de Ludmila, Dolores Ljiljana Bata Arambasic, presidente da Oficina Cultural.

Logo após a criação do Centro de Memória, foi formalizada, por Evandro Trachta do Amaral e Silva, neto de Jindrich Trachta, a proposta de uma participação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na organização do acervo documental. A participação se deu através de um projeto de pesquisa, vinculado ao Departamento de Geociências e de História do Campus de Aquidauana da mesma universidade, intitulado “Resgate e Construção da Memória e da História da Colonização do Sudeste de Mato

Grosso do Sul”¹⁸, com a viabilização financeira do FUNDECT- Fundação de Apoio à Pesquisa de Mato Grosso do Sul, tendo sido concluído em 2004.

5 O núcleo colonial idealizado Presidente Kennedy

O Núcleo colonial deveria localizar-se entre os Rios Ivinhema, Paraná e Pardo, mais próximo ao Ivinhema. Atualmente e muito próximo do núcleo inicial, está o município de Taquarussu, distante, aproximadamente, 30 quilômetros do município de Batayporã, no Mato Grosso do Sul.

Dentre os 21 núcleos colonizadores organizados pela Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, 19 foram no Estado de São Paulo: Prudentina; Regente Feijó; Indiana; Sucuri; Caiabú; Ouro Branco; Boa Esperança D’Oeste; Mariápolis; Vila Alegrete; Mandaguary; Jacaré; Carrapicho; Anhumas; Laranja Doce; Olaria Barrinha; Olaria Bartira; Formoso e Rancharia; Celeste; e Batatuba (Sapaco) (cf. figura 14 anexo). 2 núcleos foram formados no Mato Grosso: Bataguassu e Batayporã, localizados em áreas entre os Rios Pardo e Ivinhema. O último, que completaria o número de 22 núcleos, o Presidente Kennedy, ficou apenas no projeto, não se materializando por falta de financiamento e de aprovação pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Segundo Jindrich Trachta, o principal motivo da não implantação do novo núcleo foi a morte de Jan Antonin Bata, o idealizador, do mesmo modo a morte do Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, com quem Jan Bata teria contratado um vultoso empréstimo para o projeto.

No projeto, manifestou-se a preocupação de não se permitir que os agricultores ocupassem, isoladamente, essas últimas reservas de terras virgens e férteis, e de que não repetissem nelas o mesmo sistema de exploração usado pelos seus antepassados, de

¹⁸ O projeto de pesquisa foi coordenado pelo professor Dr. Luiz Carlos Batista, com a participação do professor Ms. José Carlos Ziliani, historiador do Campus de Três Lagoas, e do professor Dr. Carlos Martins Junior, historiador do Campus de Aquidauana, além de alunos da graduação em projetos de iniciação científica. Dessa iniciativa, resultou a apresentação de trabalhos acadêmicos em vários eventos científicos da área de história e geografia, e uma das acadêmicas que participou do projeto como iniciação científica concluiu dissertação de mestrado sobre o tema, no programa de mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2009, além dessa pesquisa que ora apresento sob a forma de tese de doutoramento.

derrubadas indiscriminadas, do fogo e da agricultura nômade e, no mesmo sentido, evitar que aquelas áreas se transformassem em pastagens.

Porém, os sertanejos que ocupavam aquelas áreas, as exploravam de forma rudimentar e pouco dano causaram ao ambiente “natural”; centenas dedicavam-se ao extrativismo da erva-mate, sem falar nas populações originárias constituídas majoritariamente pelas etnias Guaraní e Caiuá, todos classificados como indolentes, preguiçosos, avessos ao trabalho, “incivilizados e bárbaros”. Contrariando os pressupostos do projeto, a região passou a ser fortemente marcada pela presença hegemônica da exploração pecuária até os dias atuais, e toda a madeira foi extraída pelas serrarias e comercializadas nos grandes centros consumidores.

O projeto preconizava a colonização planejada daquelas terras novas, adotando, como critério, a divisão das terras em pequenos lotes, de tamanho adequado ao trabalho de uma família, “pois é essa a forma de promover a reforma agrária no País, sem o dispêndio de volumosos recursos” (BATA; OLIVEIRA, 1962, p. 4).

Em relação aos sítios que seriam vendidos aos colonos, consta que eles estariam equipados com todos os elementos necessários para a imediata produção, como: casa, paiol, animais de trabalho e de criação, terreno arado, pasto cercado, máquinas agrícolas, etc. Nos primeiros seis meses seria oferecido um financiamento especial para a alimentação da família do colono antes da primeira colheita.

Sobre as edificações construídas para os colonos, ainda hoje é possível encontrar algumas remanescentes, constituídas por casa e paiol ou tulha, em estado original, nos municípios de Batayporã e Bataguassu, e muito provavelmente também encontráveis na região de Dourados, os quais poderiam ser entendidos como Patrimônio Arquitetônico da história da colonização. Questão polêmica, pois ainda perdura a idéia da “Pedra e Cal”.

A concepção inicial idealizou a formação de um conjunto agroindustrial na sede do núcleo, que se chamaria cidade Presidente Kennedy, visando aproveitar as matérias primas produzidas nos sítios, minorando o problema do atacadista-atravesador. O conjunto agroindustrial permitiria o aproveitamento integral de madeiras de todos os tipos da região, que, de um modo geral, eram queimadas quando dos desmatamentos. Dessa forma, o aproveitamento integral dos recursos florestais se daria através de serraria (via de regra em todo projeto colonial), marcenaria, fábrica de prensados, laminados, compensados e de pasta mecânica para papel, destilação seca de madeira, fábrica de barris e de cabo de

ferramentas. Teria, ainda, uma olaria para atender a região com tijolos e telhas, unidades de beneficiamento e aproveitamento de produtos agrícolas dos colonos, máquinas de beneficiamento de algodão, indústria de óleo de caroço de algodão, fábrica de laticínios e um pequeno frigorífico.

Em se tratando de infra-estrutura e comunicações, a Companhia colonizadora contava, como parte da rede de transportes, o atendimento do núcleo com um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana:

[...], deve ser ressaltado que a Estrada de Ferro Sorocabana está construindo um ramal que, partindo da cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, deverá ir até o Pontal do Rio Paranapanema, na sua foz com o Rio Paraná e daí atravessará este rio em direção às cidades de Dourados e depois Ponta Porá, em Mato Grosso. Este ramal deverá passar dentro das terras a serem colonizadas ou muito perto delas. (BATA; OLIVEIRA, 1962, p. 9).

No que se refere aos aspectos sócio-culturais,

[...], os colonos gozarão, também, de inúmeros benefícios de natureza social, educacional, recreativa e religiosa que serão oferecidos no centro urbano e nas comunidades distritais, a serem organizadas nas diversas áreas rurais do Núcleo. A assistência técnica e social será estabelecida através de convênios com os órgãos filiados à ABCAR, que já mantém tradição desse serviço no Brasil. Serão instalados nas Comunidades Distritais, equipes extensionistas, constituídos de um agrônomo, um enfermeiro e uma economista-doméstica que visitarão os agricultores e lhes proporcionarão a assistência necessária. (BATA; OLIVEIRA, 1962, págs. 6-7).

Buscar-se-iam ainda estratégias gerenciais de promoção de desenvolvimento de comunidades rurais, “para promoverem em bases modernas o fortalecimento dos centros comunitários e ensinarem os habitantes a se unirem racionalmente na execução dos serviços de interesse comum” (BATA e OLIVEIRA, 1962, p.7), estando assim afastados os perigos de outros tipos de organizações, como os sindicatos de trabalhadores ou aquilo que, naquela década, provocava ruídos na região Nordeste: as Ligas Camponesas. Ressalta-se que, sob este aspecto, havia uma seleção de candidatos à compra de lotes, com o objetivo de evitar a entrada nos núcleos de colonização de “elementos indesejáveis”. E, ainda, apesar de todo esforço de Jan Bata em promover a imigração européia, a grande

maioria dos colonos era oriunda da região Nordeste do Brasil, o que produziu nos núcleos coloniais de toda a região um processo intenso de trocas culturais, até o momento pouco estudado.

Em relação ao tipo de exploração agropecuária, estavam previstos para a pecuária, a criação de bovinos para carne e leite, porcos, cabras e aves. Para a agricultura, em todos os planos, estava previsto o cultivo de algaroba como reserva florestal e alimentação suplementar do gado, lavouras de arroz, milho, algodão, mandioca, feijão, abóbora, além de pomar e horta.

Tais planos serviram de referência para os cálculos de capacidade de pagamento dos financiamentos e da compra dos lotes; evidente que colonos oriundos de regiões com hábitos peculiares introduziram outros cultivos que não vão aqui relacionados, sem contar que, por se tratar de uma região de matas pouco exploradas e muitos rios, a caça e a pesca constituíram-se em modalidades de alimentação e sobrevivência e em muitos casos para a produção de um excedente da receita dos colonos, das quais podemos apontar a extração de mel nativo, couros de onça, queixada ou caititu, elementos estes ainda muito pouco estudados pela historiografia, posto não se incluam nos grandes ciclos da economia capitalista. Em relatos de história de vida, tomados pela pesquisa, é comum colonos pioneiros dizerem terem criado a família com grande número de filhos à custa de carne de caça e de peixes.

Avaliando a importância do Núcleo colonizador para a economia da região Sul de Mato Grosso, foi feita a seguinte projeção:

[...], os colonos farão, com suas produções, um movimento financeiro de cerca de 4.2 bilhões de cruzeiros e as indústrias na sede do Núcleo deverão movimentar cerca de 960 milhões de cruzeiros, perfazendo assim um total ponderável para o Estado de Mato Grosso, cuja Renda Interna em 1959 foi calculada pela Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas em apenas 12.6 bilhões. (BATA; OLIVEIRA, 1962, p.7).

É possível imaginar a preocupação que empreendimentos dessa natureza provocaram nas lideranças locais, como a família Barbosa Martins que, na época, representava a maior expressão política da região, na figura política, popularmente conhecida como Gato Preto; e a família Costa Lima, da região de Bataguassu, que poderia ter percebido, em tais empreendimentos, um certo ofuscamento de seu poder. É sabido que

quando os núcleos coloniais se transformavam em municípios, essas forças locais disputaram ferrenhamente espaços e que, muitas das vezes, antagonizavam-se com os interesses das companhias colonizadoras, geralmente constituídas por elementos “de fora”. Mas, também, muitas vezes apostava-se na composição de sociabilidades, como no caso do projeto de colonização de Bataguassu, quando, inicialmente, o Sr. Ênio Martins, membro da família Barbosa Martins, incorporou-se à Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, em atividades de olaria, tendo logo em seguida disputado as eleições municipais, assim que o município foi criado, em 1953. Neste caso, o primeiro prefeito foi indicado pela Companhia, mas, a partir do segundo mandato, passou a ser eleito, e a partir de então, as forças políticas regionais entravam em cena. O Sr. Ênio Martins foi prefeito por duas legislaturas e seu irmão Wilson Barbosa Martins foi prefeito de Campo Grande e, depois da divisão do Estado de Mato Grosso, em 1977, quando surgiu o Mato Grosso do Sul, foi eleito Governador do Estado.

CAPÍTULO V

O HOMEM, O TEMPO E AS AÇÕES CIVILIZADORAS

Este Capítulo contemplou quatro tópicos; o primeiro segue logo abaixo e pretendeu tratar, de forma breve, a trajetória do imigrante tchecoslovaco Jan Antonin Bata, desde a sua saída da Tchecoslováquia, passando pelos Estados Unidos, e finalmente se estabelecendo no Brasil. Tratar especificamente de um personagem em um trabalho, que teve como objeto a CVSPMT e como tema a colonização, só fez sentido na medida exata em que o personagem em foco foi proprietário da Companhia no período em que efetivamente ocorreram projetos de colonização, os quais, por seu lado, tiveram forte marca da personalidade e visão empresarial de Jan Antonin Bata. Ele foi alvo de um grande complô, o qual teve como um dos “pivôs” seu sobrinho, Thomas Bata Junior, que morava nos E.U.A., além de autoridades de vários países e alguns de seus colaboradores, cujo objetivo foi afastá-lo das empresas e apropriarem-se dos seus bens.

No segundo tópico, foi tomado como referência um trabalho escrito por Jan Antonin Bata, a pedido do Papa, e que tratou do problema da migração internacional, usando como referência as suas experiências com a colonização no Brasil. O trabalho chamou-se Estudos da Migração, que teve imbricações com os problemas do Brasil relativos à **questão** da mão-de-obra para ocupar os sertões.

Nos itens terceiro e quarto estão analisadas as ações da CVSPMT, em seus núcleos coloniais, na direção do disciplinamento dos trabalhadores, através de táticas culturais e esportivas, especificamente o futebol.

1 Esboço biográfico de Jan Antonin Bata: o homem, o espaço e o tempo



Fig.5: Jan Antonin Bata

Fonte: Arquivo do Centro de Memória Jindrich Trachta

Jan Antonin Bata nasceu no dia 7 de março de 1898, na cidade de Uherské Hradiste, na região Sul da Morávia, que, quando ele, nasceu fazia parte do Império Austro-Húngaro, hoje República Tcheca. Veio para o Brasil em 1941, com 43 anos de idade.

Seus pais, Antonin Bata e Ludmila, eram viúvos quando se casaram. O pai, Antonin, levou para o segundo casamento três filhos: Tomás; Ana; e o filho Antonin. A mãe, Ludmila, um filho de nome Josef. Do novo casamento tiveram vários filhos, mas apenas cinco sobreviveram e foram eles: Leopoldo; Jindra; Bohus, Jan Antonin e Maria. O pai de Jan Antonin morreu quando ele tinha seis anos de idade. “As crianças estudam e aprendem o ofício de sapateiros, na família, desde 1576”. (ARAMBASIC E SILVA, 2003, p. 19).

Pouco depois, e por insistência do irmão mais velho, Tomás, Jan Antonin Bata mudou-se para Zlín, onde os irmãos começaram com uma companhia de calçados. Com nove anos de idade ele já exercia algumas atividades na fábrica. Aos 17 anos, Tomás o envia para a Alemanha, para que ele fosse trabalhar em algumas fábricas de calçados, com o objetivo de que pudesse observar e aprender o sistema de produção daquele país, e adquirir experiência pessoal e profissional. Quando voltou, iniciou uma inovação na fábrica da família, oferecendo treinamento para os empregados, e Tomás o faz instruir-se sobre todo o andamento das empresas.

Naqueles anos iniciais do século XX, a Europa atravessava o período da corrida armamentista, quase todos os países voltavam parte de seus esforços de produção para o fortalecimento de seus exércitos. Centenas de jovens eram recrutados para o exército. Jan Antonin Bata, assim como muitos jovens, tentavam escapar do recrutamento, fazendo verdadeiros malabarismos para não chegar ao destino estipulado pelas autoridades militares: “tomavam trens errados; ficavam viajando de um lugar para outro; perdiam horários e conexões. E nessa confusão proposital, Jan Antonin nunca chegou a servir o exército austríaco”. (ARAMBASIC e SILVA, 2003, p. 20). Ao mesmo tempo, ele e o irmão Tomás souberam usar as circunstâncias daquele momento para a empresa Bata.

Pela falta de couro, tiveram uma experiência inovadora, com a fabricação de um calçado de lona e solado de borracha, daí a idéia: “e se, em lugar de um coturno pesado de couro, ele fosse feito de lona firme e resistente? Seria um calçado mais leve e poderia ser usado pelos soldados da artilharia!” (ARAMBASIC e SILVA, 2003, p. 20-1) Daquele modo, Jan Bata vai a Viena vender a idéia, quando é recebido pelo General Lager e este quis saber quantos pares a Bata poderia fabricar. Ele informa ao General que, com os 1200 operários, poderia fabricar 5000 pares por dia, mas o exército Austro-Húngaro necessitava de 500.000 pares. O negócio foi fechado, porém, com o compromisso do exército em não recrutar os jovens empregados das fábricas e os novos que seriam contratados para dar conta do contrato. Um grande negócio e, ao mesmo tempo, milhares de jovens se livraram do recrutamento militar e da guerra.

Quando Jan Antonin Bata estava próximo de completar vinte anos, conheceu e começou a namorar Marie Gerbecová, mais tarde sua esposa. Ela, “filha de uma família de intelectuais, é formada pela Academia Comercial de Praga, tem modos refinados, toca piano e torna-se secretária de Tomás na empresa” (ARAMBASIC e SILVA, 2003, p. 21),

e, pela sua dedicação e confiança, foi enviada para trabalhar no escritório da companhia, em Londres. Ao mesmo tempo, Jan Bata foi designado pelo irmão para viajar aos Estados Unidos, para abrir uma filial da empresa Bata em Lyn, Estado de Massachussets. Quando ele volta “para casa”, casou-se, e, em 1921, nasce a primeira filha Jana; em 1923, Ludmila Amália e em 1925, Edita. Edita, hoje com mais de 80 anos, mora em Presidente Prudente/SP e Jana, em Martinópolis/SP. Jan Bata também teve um filho, Jan Tomas Bata, que morreu em acidente automobilístico, na década de 1970, perto de Atibaia/SP, onde moravam.

As indústrias Bata muito rapidamente transformaram-se na Organização Mundial Bata, como vai descrita abaixo. Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial Bata ficou conhecido como o “Rei dos Sapatos”, espalhou pelo mundo cerca de seis mil lojas de calçados, nas quais, além de vender calçados de todos os tipos (cf. figuras 6 e 7), sempre adaptados aos hábitos e costumes das culturas locais, instalou serviços de consertos rápidos, serviços de pedicure e manicure e conserto de meias de seda. “Na Tchecoslováquia fundou várias cidades-indústrias, semeando oportunidades para a população, principalmente nas regiões que eram pobres de terra cultivável”. (TRACHTA, 11 ago. 1981. p. 1) Em Zlin construiu um grande hospital para a cidade, e, nas fábricas, mantinha três hospitais para atendimento aos trabalhadores. Implantou na cidade os três primeiros “troleibuses” trazidos da Suíça.



Fig: 6 e 7: Calçados fabricados pela Cia. Sapaco, em Batatuba/SP.
Fonte: Acervo particular de Dolores L. Bata Arambasic. Batayporã/MS

Estruturou um verdadeiro sistema de formação de trabalhadores, que consistia em “recrutar” os operários entre os “[...] moços e moças acima de 14 anos, dando oportunidade para cada um conforme os testes de seleção” (TRACHTA, 11 ago. 1981. p. 1), descobrindo assim as inclinações de cada um. Estes operários em formação

Viviam no sistema de internato, trabalhando 4 horas por dia nas fábricas e 4 horas estudando nas salas de aula, onde recebiam todos os conhecimentos referentes ao ramo de profissão que estavam abraçando. Era verdadeira ‘Escola de Trabalho Bata’. Além deste horário podiam estudar de noite em diversos cursos, principalmente línguas estrangeiras, onde os professores eram chamados dos países estrangeiros para estes cursos. (TRACHTA, 1981, p.1).

As indústrias da Organização Bata não produziam apenas sapatos, mas também os equipamentos e insumos para as fábricas de sapatos, além de artefatos de borracha, pneus, câmaras de ar, sapatos-tênis, brinquedos de borracha, bolas de tênis, pequenos aviões, produtos que eram exportados para vários países do mundo. Em Zlín, a Organização mantinha um estúdio de cinema, instituições e clubes que ofertavam lazer à população, além de um Instituto de Pesquisas para testar e desenvolver produtos voltados à produção.

A Organização Mundial Bata teve a sua gênese em uma produção artesanal de calçados da família Bata, que passou a se constituir como empresa industrial no início do século XX, pela liderança de Thomas Bata, “meio irmão” (por parte de mãe) de Jan Antonin Bata, que foi seu braço direito na Organização, a partir dos anos 1920.

Em 1931, por razões pouco conhecidas, Thomas Bata fez, com o irmão, contrato de compra e venda de todo o acervo da Organização, transferindo para Jan A. Bata todo o patrimônio. Segundo Dolores, sua neta e que mora em Nova Andradina/MS, o motivo foi que Tomás Bata, “com 54 anos e devido a um problema de saúde [...] decide fazer o seu testamento. É um homem precavido e naquele tempo qualquer cirurgia era considerada perigosa”, e, diante da indagação de Jan Bata do motivo de tal atitude, Tomás teria respondido que “caso algo aconteça, é um crime deixar tudo assim no ar. Aqui se trata do nosso trabalho e da vida de nossa gente que está ligada a nós para construir o seu bem estar” (ARAMBASIC e SILVA, 2003, p. 25). Em 1932, Tomas Bata faleceu em um desastre de avião, em decorrência do qual, foi aberto o seu cofre pessoal, onde estava o seu testamento, confirmando o contrato do ano anterior e a distribuição dos seus bens pessoais,

sua casa e um crédito que tinha com Jan Antonin Bata foi destinado à sua esposa e ao seu filho menor de idade e uma parte aos seus operários.

Foi efetuado o procedimento legal para a distribuição dos bens inventariados e nomeado um curador para o menor, que tentou modificar o testamento, o que não conseguiu. Todos os documentos existentes no cofre foram entregues a Jan Antonin Bata que, mediante protocolo, os recebeu e os recolocou no mesmo cofre. (OLIVEIRA, 1992, p. 2).

Após a morte do irmão, Jan A. Bata assumiu a direção da Organização Mundial Bata, que atravessou os anos seguintes, por uma fase de forte expansão. Vale lembrar que a década de 1930 foi fortemente marcada pelos efeitos da crise econômica decorrente da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, nos Estados Unidos, efeitos que não atingiram os negócios da Organização Bata, pois ela:

[...] ampliou o seu quadro de operários, que era de cerca de sessenta mil, para aproximadamente, de cento e sessenta e cinco mil, de 1932 a 1939 [...]

A organização era constituída da empresa “Bata A. S. Zlin”, sediada na cidade de Slin, na Tchecoslováquia, que era a empresa mãe e que fabricava suas próprias máquinas de calçados e exportava o excedente e a fábrica de calçados que produzia um milhão de pares por semana, além da fábrica de meias. Além destas, existiam minas de carvão; fábrica de pequenos aviões; máscaras contra gases (feitas para atender o povo durante a guerra); estrada de ferro; canal de navegação; empresa de navegação e outras empresas menores, além de cerca de seis mil lojas de vendas de calçados e meias. (OLIVEIRA, 1992, p. 2).

Provavelmente esse paradoxo de um crescimento em meio a um cenário de crise internacional ajude as análises, que venham a se constituir objeto de pesquisa, para se compreender o quadro do “ardil” que se construiu em torno do personagem, nos anos da Segunda Guerra Mundial e principalmente nos anos da “Guerra Fria”, quadro que o incluiu na “lista negra”, a lista que apontou todos aqueles que foram entendidos e julgados como colaboradores da Alemanha nazista.

Jan Antonin Bata, para o gerenciamento dos empreendimentos, se pautava por algumas convicções, no que se refere a um modelo ideal para a formação de um núcleo urbano, relativamente semelhante ao tipo de concepção de cidade que o grupo Bata esboçava e que tentou implementar nos núcleos fundados por eles, mas, que não se tornou

num modelo “vitorioso”; muito pelo contrário, a tendência contemporânea foi a da formação de grandes metrópoles.

Porém, a orientação de Jan Antonin Bata, que norteava as ações do grupo, para as mais de 80 cidades fundadas em vários lugares do planeta, ficou registrada numa carta que escreveu, demonstrando suas preocupações com o crescimento de Zlin, em julho de 1939, tendo já saído da Tchecoslováquia, carta essa dirigida a um dos empresários do grupo:

Fiquei muito preocupado quando você escreveu, no final da sua carta, que por causa da grande produção, estão faltando trabalhadores. Temo, que por causa disso crescerão tanto a cidade Zlin como a firma Bata, até virarem monstros com todas as suas dificuldades que já conhecemos. É preciso ter cuidado até mesmo com o aumento da produtividade – como você mesmo pode ver. A cidade de Zlin não deveria ter mais do que 24 mil habitantes e eu não gostaria, se vocês aumentassem este número. (BATA, 2005 (d), painel 2/1).

Além de uma concepção peculiar no que se refere à constituição de uma cidade industrial, tinha também uma concepção de arquitetura urbana e da formação de vilas ou bairros operários, tendo em vista uma relação da arquitetura com a concepção de uma economia liberal, no que tange ao cultivo do individualismo, base da competição capitalista, que acreditava nos seguintes termos:

Agora todos os prédios das fábricas e dos apartamentos devem ter uma arquitetura um pouco diferente conforme a finalidade e a localização. ... É o fim de prédios padronizados... Teremos aproximadamente 30 modelos diferentes de casas, obtidos pela combinação de cinco elementos básicos com diferentes detalhes no acabamento, localização em relação aos pontos cardeais, varandas diferentes [...] obtendo-se assim a individualidade de cada casa. É uma incoerência querer ensinar a individualidade e, ao mesmo tempo, obrigar o nosso pessoal a viver em tolas casas padronizadas. (BATA, 2005 (e), painel 2/1).

Como uma organização internacional, segundo Nelson Verlangieri de Oliveira, tendo uma parte situada fora da “Cortina de Ferro” e algumas outras partes dentro dela, seu controle era feito por uma *holding* suíça, a “Leader AG”, com sede em Zurich, da qual Jan Antonin Bata detinha 100% das ações, as quais trouxe consigo quando fugiu do expansionismo alemão na região dos sudetos e depois em toda a Tchecoslováquia, tendo ido para os Estados Unidos da América. Lá, depositou aquelas ações em cofres dos bancos americanos, aos quais só tinham acesso ele e o homem de sua maior confiança, Frank

Muska. A “Leader AG” era dirigida por quatro pessoas da confiança de Jan A. Bata: Wetstein; Jucker; Meyer (uma mulher); e Berger. As fábricas controladas pela *holding* eram em número de oitenta¹⁹. Das fábricas, Jan Antonin Bata possuía entre 45% a 49%, de modo que a concorrência nunca sabia quem era o seu verdadeiro dono. Os outros 51% a 55% pertenciam à “Leader AG”. Com a morte de Wetstein, em 1945, assumiu a chefia do grupo suíço, Jucker, que se aliou ao filho de Thomas Bata, Thomas Bata Junior, promovendo, inclusive, o casamento deste com a filha de Wetstein. Alguns desses componentes da rede de poder da Organização fizeram parte do “complô” que mais tarde, afastou Jan A. Bata da direção do grupo e o alijou de direitos sobre a sua propriedade, como acionista majoritário.

Em 1939, nos Estados Unidos, onde existiam fábricas de calçados Bata, ele sofreu ataques de forte campanha jornalística contrária à sua permanência naquele país, movida pelos seus concorrentes americanos, “tendo à frente a ‘United Shoe’. Lá, além de fabricar calçados, produzia máquinas de fabrico de calçados para aluguel²⁰. Foi quando recebeu convite do então Presidente Getúlio Vargas para vir se estabelecer no Brasil” (OLIVEIRA, 1992, p. 3).

Em carta endereçada a Josef Hlavnicka, provavelmente um dos gerentes das empresas nos Estados Unidos, em Belcamp (cf. figura 8), uma cidade industrial do grupo Bata, demonstra suas preocupações com os ataques da mídia dos Estados Unidos, bem como a noção de que tais ataques eram sustentados economicamente por grandes e fortes recursos:

[...] Mantivemos todas as coisas ligadas aos negócios rigorosamente em ordem e tentamos trabalhar de tal maneira, que ninguém tivesse nenhum motivo para se queixar. Mas não obtivemos sucesso. [...] Estou

¹⁹ Muitas dessas fábricas nasceram junto com um projeto de cidade conjugada, ou seja, além de fundar uma fábrica, fundava também uma cidade, que deveria funcionar em articulação com a dinâmica da fábrica. Assim foi no Brasil com a fundação e criação de Batatuba, o pólo calçadista do grupo no Brasil, que abastecia uma rede varejista de calçados, a “Lojas Imperatriz”.

²⁰ A imprensa americana, a partir do outono de 1939, iniciou uma fortíssima campanha contra os negócios da Empresa Bata nos Estados Unidos. Atacava seus métodos de trabalho, principalmente seu sistema escolar que dava ênfase na formação técnico-profissional, os quais denominavam de neocolonial. Praticamente todos os periódicos chamavam, mais ou menos abertamente, as atividades do Bata de “quinta-coluna” da Alemanha hitlerista, e a ele próprio, de sapateiro do Hitler que pretendia contribuir para o início da expansão da economia alemã no hemisfério ocidental, principalmente na América do Sul. Tais acusações buscaram fundamento para tais afirmações no fato de Bata ter adquirido extensa área na Patagônia, Argentina, além de ter iniciado as negociações para a compra da CVSPMT, também possuidora de extensas áreas no Brasil.

convencido, que Belcamp alcançará tal posição, que será motivo de inveja de muitos empresários daqui. Como acontece com outras empresas, também aqui vai levar muito tempo para se conseguir sair das dificuldades iniciais. O pior, é que nossos adversários são experientes e ricos e para eles não faz diferença gastar na luta contra nós um milhão ou dois. Pudemos verificar que até agora foram gastos aproximadamente 80.000 dólares nas ações contra nós na imprensa. Os sindicatos receberam o dobro para as ações que realizaram contra nós após o natal. Não sabemos de onde vem todo esse dinheiro empregado na luta contra nós. Sabemos apenas que são somas consideráveis. (BATA, 2005 (c), painel 1/3).



Fig. 8: Fábrica de calçados em Belcamp/EUA.

Fonte: Acervo particular de Dolores L Bata Arambasic. Batayporã, MS.

Jan Antonin Bata transferiu-se para o Brasil definitivamente em 1940, quando então fundou a cidade de Batatuba (cf. figura 14, em anexo), distrito de Atibaia, no Estado de São Paulo, e a fábrica de calçados Bata, a primeira de uma série de outras que pretendia

construir no país. Além disso, foi o responsável pela fundação de três cidades: Mariápolis, no Estado de São Paulo; Bataguassu; e Batayporã, ambas no Estado de Mato Grosso e já citadas em outras partes deste trabalho, resultantes de projetos de colonização da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso. Foi neste mesmo ano de 1939, que Jan A. Bata teve que fugir da Tchecoslováquia para não ser preso pelos nazistas. Passou, desde aquele tempo, “a ser o maior contribuinte, em pecúnia, para o movimento de “resistência tcheca”, sem que aparecesse o seu nome” (OLIVEIRA, 1992, p. 2), contrariamente ao que afirmaram aqueles que o incluíram na “lista negra” como colaboracionista do regime nazista. Em tempo: tal revisão dos fatos só foi possível, recentemente, nas últimas décadas, pela possibilidade de consulta aos arquivos de Praga, na República Tcheca, após o desmembramento da União Soviética.

Por apresentação do Presidente Getúlio Vargas, o interventor pelo Estado de São Paulo, Fernando Costa, indicou a Jan A. Bata a compra de uma empresa, a CVSPMT, que possuía áreas de terras de grandes extensões no Estado de São Paulo, na região da Alta Sorocabana e na região Sul do Estado de Mato Grosso, naquela época de propriedade dos irmãos Sloman, alemães interessados em vendê-la. Constituíam-se, então, da referida Companhia: várias fazendas de criação de gado; concessão para navegação do Rio Paraná e seus afluentes; concessão para exploração da travessia de gado entre os Estados de Mato Grosso e São Paulo; além dos pousos de boiadas, existentes na Estrada Boiadeira em seu percurso, tanto em Mato Grosso como em São Paulo.

Assim que ele chegou ao Brasil, para se estabelecer definitivamente, em 1940, enfrentou muitas dificuldades, decorrentes de sua condição de imigrante foragido, acrescentando que foi naquele momento que os ingleses o incluíram em sua lista negra e, logo em seguida, os americanos. A inclusão de seu nome na referida lista ocorreu, “sem que, até hoje, fosse dada qualquer explicação. Hoje, os ingleses dizem que foi por precaução e os americanos, ainda atualmente consideram o assunto um ‘Segredo de Estado’” (OLIVEIRA, 1992, p. 4) entendendo-se o “hoje”, como início dos anos 1990, momento em que o documento em referência foi elaborado. Jan A. Bata tentou um apelo junto ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, tendo este exigido “do embaixador americano Caffery que Jan Antonin Bata fosse retirado da ‘lista negra’, mas o Governo americano não deu qualquer satisfação ao Governo brasileiro” (Id., Ibid, p. 4).

Foi também no momento de sua fuga da Tchecoslováquia e a vinda para o Brasil, que começaram a se formar os elementos que foram utilizados de diversas formas para afastá-lo de suas empresas, e colocá-lo em posição desfavorável no jogo diplomático internacional, e a miná-lo, também, como figura do mundo empresarial internacional:

Parece que aí começou a trama do sobrinho de Jan Antonin Bata que montou uma conspiração contra seu tio que, no Brasil, estava isolado do mundo, por força da ‘lista negra’. Em primeiro lugar ele casou-se com a filha do Dr. Wetestein, chefe do grupo suíço que dirigia a ‘Leader A.G.’. Com a morte de Frank Muska, Jan Antonin Bata acreditava que as ações estavam bem guardadas nos cofres dos Bancos: ‘Chase Manhattan Bank’ e ‘Garanty Trust Company’. (OLIVEIRA, 1992, p. 4).

O desfecho de tais circunstâncias, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, no que se refere àquelas ações pertencentes a Jan A. Bata, é que elas foram primeiro nacionalizadas e depois confiscadas pelo Governo comunista da Tchecoslováquia, legitimadas naquele país pelo Tribunal Nacional, podendo-se incluir tal processo de “legitimação” nos crimes judiciários, quando foram condenados, também, centenas de antigos militantes comunistas, acusados de dissidentes e executados com a pena de morte. Em tempo: ocorreram tentativas de promover a deportação de Jan A. Bata, do Brasil para a Tchecoslováquia, para incluí-lo nos processos de execução, o que representava risco eminente da própria vida, pois os homens de “importância no país, com exceção dos comunistas e dos poucos políticos que voltaram do estrangeiro”, após terminada a Segunda Guerra Mundial, “[...] como membros do parlamento e governo comunistas, foram declarados traidores e colaboradores dos nazistas” (BATA, 1946, p. 3), e mesmo muitos membros do próprio Partido Comunista, dos quais, muitos foram condenados e executados.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um expansionismo da influência do regime comunista no leste europeu, contexto exaustivamente visitado pelas pesquisas históricas, momento em que os Partidos Comunistas estiveram empenhados na construção de uma “nova sociedade”. Naquele processo, tornou-se uma das preocupações a definição de que atitudes deveriam ser tomadas com relação aos “inimigos da classe”. Nesse sentido, na Tchecoslováquia, em outubro de 1948, o Partido fez com que o Parlamento votasse uma lei para a “proteção da República” que,

[...] mais tarde, seria fatal não somente para a presumida oposição anticomunista, mas também para dezenas de milhares de membros do Partido, incluindo alguns de seus altos funcionários. Por força dessa lei

foi organizada a maioria dos processos que eram, em realidade, crimes judiciários, os mais numerosos talvez e os mais horríveis de todo o bloco comunista, com exceção da URSS, como as revelações mais recentes acabam de confirmar”. (TIGRID, 1970, p. 37).

Aquela resolução, sob a forma de lei, resultou numa ação política, que significou uma luta impiedosa declarada contra todos os inimigos presumidos do Partido e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), incluindo-se entre os inimigos os seguidores do General Tito, da Iugoslávia, chamados “titoístas”, bem como todos os empresários capitalistas. Evidentemente, estava aí incluído Jan Antonin Bata e suas empresas. Daquele modo, pode-se dizer que ocorreu uma “limpeza” realizada contra os meios anticomunistas, e da mesma forma contra centenas de outros comunistas categorizados como dissidentes e “inimigos da classe”, preparados e articulados:

[...] pelo poder e pela sua polícia em colaboração, primeiro indireta, depois direta, com os ‘especialistas soviéticos’. Instalou-se assim o terror e o arbítrio judiciário. Marcou ele não somente os vinte anos do comunismo estalinista na Tchecoslováquia mas tornar-se-ia finalmente uma das causas principais da queda de seus responsáveis supremos. (TIGRID, 1970, p. 37).

Os procedimentos judiciários também chamados de “processo de Slansky”, e que com o movimento da “Primavera de Praga” passaram a ser entendidos como “crimes judiciários”, foram desenvolvidos de acordo com as exigências do ritual dos expurgos judiciários ordenados por Stalin. Tais procedimentos ocorreram de modo a dar a eles visibilidade pública, sendo transmitidos pela Rádio Nacional como um grande espetáculo, quando então, os acusados foram constrangidos a reconhecerem, eles próprios, os seus crimes. Para a execução de tais práticas, “[...] não foi, portanto, por acaso, que Stalin decidiu finalmente escolher de preferência a fração do PC tchecoslovaco composto de funcionários dogmáticos, não muito inteligentes mas prontos a fazer qualquer coisa”. (TIGRID, 1970, p. 49)

Passou a vigorar e a funcionar uma forma de Governo em que:

Os métodos centralistas e diretos de administração que foram empregados contra os restos da burguesia e para solidificar o poder sob as condições de uma tensão internacional agravada depois de fevereiro de 1948 foram, nesta situação, inexplicavelmente incorporados à etapa posterior de desenvolvimento e se transformaram lentamente num

sistema burocrático. Na vida interior da República, apareceram o sectarismo, a opressão dos direitos democráticos e das liberdades do povo, atentados à legalidade e elementos de arbitrariedade e de abuso do poder. (REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, set. 1968, p. 11)

Após a morte de Stalin, porém lentamente, aqueles processos começaram a ser revistos, e em sua totalidade foi possível perceber que se trataram de processos sem fundamento legal, do ponto de vista das regras jurídicas internacionais. Da mesma forma, todos os processos de acusação contra Jan Antonin Bata foram revistos e anulados, embora tardiamente nos primeiros anos do século XXI, pautados pela mesma lógica, a de um consenso da prática jurídica que movem as relações internacionais.

Tocar nestes aspectos da história da Tchecoslováquia significa tocar, ou fazer uma revisão histórica de um tempo e um momento da história do século XX, de sérias e importantes repercussões para o tempo presente e seus dilemas. Sem ser objeto desta análise, não poderia passar ao largo de algumas considerações, embora superficiais, mas que podem sugerir uma reflexão para aquelas experiências históricas do “socialismo real”. Uma consideração, que me parece necessária, é avaliar minimamente os reflexos, ou resultados para a sociedade tcheca, de todo aquele esforço da direção do Partido Comunista, em punir tantos homens e mulheres, às vezes com as suas próprias vidas, e tendo passado vinte anos, em 1968, um conjunto de reflexões já apontavam situações contraditórias para aquele projeto de uma sociedade nova, quando dos debates realizados em sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia, já foi possível a percepção de algumas questões que não estavam “bem”, como no discurso de Frantisek Serm, presidente da Academia Tchecoslovaca de Ciências, ao aludir a uma pesquisa realizada, no final da década de 1960, pelo Instituto de Pesquisa de Opinião Pública, portanto, vinte anos após a tomada do poder, que apontou:

[...] os problemas econômicos se colocaram em primeiro lugar. E de modo geral, é considerado como fato mais importante o se colocar pessoas instruídas, responsáveis e honestas nos postos dirigentes. Imediatamente após vem a questão habitacional e em terceiro lugar o princípio segundo o qual um salário mais alto deve ser concedido a todo trabalho mais responsável e mais qualificado. (SERM, 1968, p. 125).

Quando em 1968, passados aqueles 20 anos de experiência, os mesmos não foram capazes de produzir uma cultura nova, uma cultura socialista, provavelmente pela atenção demasiada ao aspecto econômico da sociedade, pois:

O processo de divisão em esferas de atividades levou-nos tão longe que nos ocupamos seriamente em provar que a cultura não consegue ganhar o seu pão. As fronteiras entre as esferas começarão a desaparecer quando a produção adotar a cultura como uma coisa naturalmente necessária ao seu desenvolvimento, como uma das condições do seu próprio bem após a construção da base material, quando entre os objetivos políticos figurar também o nível cultural da produção e dos produtos, quando os dois foram compreendidos como uma das manifestações dos direitos democráticos dos cidadãos deste país à propriedade comum dos meios de produção. (GECÁR, 1968, p. 131).

E, mesmo os aspectos econômicos não serviram de alento para a defesa de um modelo novo, ou de atender aquelas demandas básicas dos operários, fazendo com que estes pudessem, por isso, defender a manutenção do sistema; muito pelo contrário, como atestou o processo de transformações no Leste europeu nas décadas de crise do Bloco Socialista, seja durante os anos da Primavera de Praga, ou mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, no sentido das seguintes indagações, feitas pelo Ministro das Águas e Florestas:

Era do interesse da classe operária produzir, trabalhar, competir, suportar o peso de todas as insuficiências que sofremos na indústria e ver os resultados de seu trabalho se transformar em parte, em grande parte, em estoques invendáveis ou que se exportavam e se exportam a preços de *dumping*? Era de seu interesse trabalhar em más condições, com máquinas velhas, sem medidas suficientes de segurança de trabalho e mesmo sem condições sociais e higiênicas suficientes?[...]. Mas, o mais terrível: neste período em que se falava tanto da política operária nascia entre nós este fenômeno realmente indigno de um “meio” político e do gangsterismo imoral. (SMRKOVSKY, 1968, p. 135).

No que se refere aos descaminhos da Revolução Socialista, já em 1946 foi possível perceber seus indícios em carta escrita em 13 de maio de 1946 por Jan A. Bata, em Batatuba/SP, e enviada ao Ministro da Economia da Tchecoslováquia. Evidente que as posições dele, naquele momento, eram posições de combate ao processo revolucionário que se instaurava, resultado do qual ele estava em “vias de”, ou já tinha perdido todos os seus bens:

Estou lhe escrevendo para chamar sua atenção sobre as Empresas Estatais Bata. [...] Que o senhor vá a Zlin e verifique o que aconteceu com o trabalho das famosas fabricas tchecoslovacas Bata, 10 meses após o término da guerra. O senhor verá o seguinte:

1. Gastaram, inutilmente, um bilhão de coroas thecoslovacas, que estavam guardadas para a reconstrução das fábricas destruídas pela guerra.
2. Tomaram emprestados mais de 300 milhões de coroas tchecoslovacas porque não tinham mais nada para gastar.
3. Expulsaram aproximadamente 2.000 pessoas experientes que ocupavam cargos de chefia e cuja formação levou décadas. Alguns foram presos e torturados até perder a saúde.
4. Aumentaram os preços dos sapatos, tornando-os inacessíveis ao povo.
5. Acabaram até com a disciplina do trabalho que construímos durante 50 anos. Prova disso é que necessitam até cinco vezes mais operários para executar o mesmo serviço do que era necessário durante a minha administração. (BATA, 2005, painel 1/5).

O processo de estatização das empresas Bata levou o Tribunal Nacional a buscar uma fórmula jurídica , de modo a não transparecer falta de critério, de uma ação que desse conta de todos os negócios da Organização, pois, como foi visto acima, quando da fuga, Jan Antonin Bata levou consigo as ações da Companhia. Desse modo, o Ministério da Indústria publicou alguns critérios que atingiram as empresas Bata, ou o consórcio Bata, nos seguintes termos:

[...] O decreto presidencial deve, também, declarar como inválidas todas as transferências de ações ocorridas no período de 28 de setembro de 1938 até a data da publicação do decreto, para impedir a fuga dos bens antes da estatização. Para evitar que o decreto cite a indústria de calçados, foi proposto, afinal, o seguinte texto que atingiria a Empresa Bata: “Serão estatizadas todas as empresas com o capital acima de 500 milhões de coroas”. A empresa Bata era a maior empresa acionária do país porque seu capital chegava perto de um milhão de coroas. A vantagem desta fórmula era que o decreto não deixava transparecer que o objetivo era atingir diretamente a Empresa Bata. (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN BATA, 2005, Painel 1/6).

Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, e os tempos já não eram mais tão sombrios, e ainda no Brasil, Jan Antonin Bata iniciou imediatamente o pedido de sua naturalização brasileira, o que lhe permitiria ter um passaporte e poder viajar. Tentou, ainda, algumas ações para retomar as suas posições frente à Organização Bata. A primeira delas foi chamar o seu sobrinho, filho de Thomas Bata, Tomas Bata Junior, então morando no Canadá, o qual se recusou a vir ao Brasil, momento em que foi possível a Jan A. Bata

perceber a dimensão da trama que o sobrinho e outros colaboradores, alguns deles advogados do grupo Bata, haviam montado durante o período em que ele esteve “isolado”, por conta da “lista negra”. A segunda, foi chamar, também ao Brasil, o senhor Jucker, então principal elemento do grupo suíço na “Leader A.G.”, depois da morte de Wetstein, já descrito anteriormente. Naquele encontro com Jan A. Bata, este solicitou a Jucker a providência de recursos da “Leader A.G.” para serem investidos no Brasil, na ampliação das indústrias de calçados e em negócios ligados à colonização no Oeste de São Paulo e no Sul de Mato Grosso, etc., solicitações que Jucker recusou-se a atender, evidenciando-se que:

[...] Já aliado a **TOMAS BATA JR.**, o que viemos a saber logo depois de sua volta a Suíça, ele alegou que não sabia a quem pertenciam as ações da “Leader A.G.” depositadas nos bancos e que ele não poderia tomar posição em favor de qualquer dos dois lados, uma vez que as mesmas ações estavam sendo motivo de uma disputa por parte de **TOMAS BATA JR.** Entretanto, a declarada “neutralidade”, não impediu, o escritório suíço chefiado pelo mesmo Sr. **Jucker**, que firmasse com uma suposta empresa de acessoria de **TOMAS BATA JR.**, sediada no Canadá, um contrato pelo qual este receberia o correspondente a 3% (três por cento) do movimento bruto de toda a “Organização Bata”, a título de “assistência empresarial”: algo parecido com a respeitável soma de 20 milhões de dólares anuais, com as quais sustentava a maior firma de advogados do mundo: “Sullivan Crowel”, dos irmãos **Dulles**, sendo **John Foster Dulles** o poderoso chefe do Departamento de Estado Americano e **Allan Dulles** o chefe da não menos poderosa C.I.A.. De outro lado a justiça americana estendeu seus braços interferindo na Soberania Brasileira, decidindo que **JAN ANTONIN BATA** não poderia dispor livremente de qualquer de suas propriedades no Brasil e, se o fizesse, deveria usar o dinheiro somente para pagar os empregados e impostos, depositando o saldo no “City Bank” à disposição da justiça americana. No caso de desrespeitar esta “ordem”, **JAN ANTONIN BATA** seria julgado como revel no processo nos EE.UU.” (OLIVEIRA, 1992, p. 5)

O seu sobrinho, Tomas Bata Junior, aliado dos advogados da Sullivan Crowel, tentou até conseguir apropriar-se das ações de seu tio Jan, as ações da “Leader A.G.”, que encontravam-se depositadas nos bancos dos Estados Unidos. Para tanto, Tomas e seus advogados usaram de algum artifício, ainda não elucidado por tratar-se, ainda hoje, de documento sigiloso, formalizando contra Jan Antonin Bata uma acusação que o levou à prisão, quando de uma de suas viagens aos Estados Unidos, tendo sido preso em cadeia comum, situação, frente à qual, os advogados tentaram persuadi-lo com uma proposta de capitulação no processo das ações, em troca de sua liberdade. Não tendo sido aceita a proposta, “o que lhe custou quarenta dias em prisão comum, entremeado de criminosos

comuns. Depois de muita luta, os advogados de Jan Antonin Bata conseguiram libertá-lo e também da decisão judicial e eliminar a lei que dera motivo ao achaque” (OLIVEIRA, 1992, p. 5).

Animado com as ações dos seus influentes advogados, Tomas Bata Junior tentou, também, apropriar-se de 45% das ações da “Bata Best”, da Holanda, essas também pertencentes a Jan Antonin Bata, não tendo conseguido naquele momento, pois a justiça holandesa deu ganho de causa a Jan A. Bata, por julgar que tais ações pertenciam à Organização Mundial Bata Mais tarde, com o agravamento da situação internacional de Jan A, Bata, decorrente da lista negra, o sobrinho conseguiu atingir os seus propósitos. Vale ressaltar que, para enfrentar tais demandas jurídicas com o sobrinho, ele enfrentou muitas dificuldades, pois:

[...] não teve a possibilidade de conseguir retirar da Tchécoslováquia todos os documentos que lhe dariam a condição total de desmascarar Tomas Bata Junior e seus protetores tão poderosos. Com a vigência do regime comunista e com estes tentando, também, roubar-lhe a propriedade aqui no Brasil, tudo lhe era negado. (OLIVEIRA, 1992, p. 7).

Cabe acrescentar que, no Brasil, apesar de algum apoio do Presidente Getúlio Vargas, e depois do Presidente Eurico Gaspar Dutra que lhe concedeu a cidadania brasileira, em outras esferas do poder existiram algumas dificuldades com autoridades que agiram em articulação, ou com o sobrinho Tomas Bata Junior, ou mesmo com as autoridades do novo regime tchecoslovaco; sobre tal fato, segundo Nelson Verlangieri de Oliveira:

[...] existe um relatório do então CMG, Sr. Lúcio Martins Meira, à época, subchefe do Gabinete Militar do Governo do Presidente eleito, Getúlio Vargas que, depois de examinar inúmeros documentos, a mando do então Sr. Presidente, concluiu que o governo brasileiro deveria tomar posição a favor de seu cidadão, **JAN ANTONIN BATA**. Lamentavelmente não foi possível, em mais àquela oportunidade, o “grupo Foster Dulles”, utilizando-se dos poderes de pressão do Governo Americano e aqui ajudado pelo embaixador, Sr. João Neves da Fontoura, então Ministro das Relações Exteriores, que era o advogado das empresas confiscadas pelo Governo Comunista Tcheco, conforme confessou-me, pessoalmente, boicotou à ação. (OLIVEIRA, 1992, p. 7-8).

A citação em referência evidencia, de algum modo, um quadro do contexto da “Guerra Fria”, para além das questões apenas ideológicas que dividiam as relações internacionais entre nações socialistas e capitalistas: implicavam, como foi o caso da organização Bata, negócios de ordem e de interesses econômicos de grupos econômicos e pessoais. Faz ver, ainda, em que medida passaram a ocorrer as interferências norte-americanas em assuntos latino-americanos, que foram, em última instância, até aos golpes militares das décadas de 1950, 1960 e 1970. No que se refere ao tema desta pesquisa, tal interferência americana, com vistas aos bens de Jan A. Bata, ela teve algum reflexo nos projetos de colonização da CVSPMT na Alta Sorocabana e Sul de Mato Grosso, na medida em que “correram boatos”, em Indiana, Presidente Prudente e região, de que as propriedades da Companhia seriam confiscadas, o que, de algum modo, atrapalhou as vendas de lotes a pequenos lavradores. Para dissipar tal “mal entendido”, Jan Antonin Bata publica no Jornal Ordem e Progresso, Folheto de Propaganda da Organização Bata na Zona Sorocabana, em seu número 24, de dezembro de 1946, da CVSPMT, edição integralmente dedicada ao assunto, e na íntegra um Edital de Contra-Protesto, do Cartório do 2º Ofício, da Comarca de Martinópolis, em nome da Companhia Industrial, Mercantil e Agrícola “CIMA”; Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso; e Companhia Comercial Alto Paraná, trazendo em destaque, na primeira página, e alertando que: “para as publicações que se seguem chamamos a atenção de nossos amigos em geral, e muito especialmente aos nossos compradores prestamistas de terras” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, dez. 1946, p. 1)

Segundo o contra-protesto, apresentou-se na comarca de Martinópolis um cidadão de origem tchecoslovaca, Francisco Stepanék, dizendo-se munido de poderes que “lhes teriam sido outorgados por uma exquisita e *sui generis* ‘Administração Nacional’, [...] sem visus de qualquer prova, a qualidade de acionista da BATA A.S. Zlin, sociedade esta, de natureza anônima, estabelecida naquela republica” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, dez.1946, p.1) e com o propósito de apoderar-se de todos os bens móveis, imóveis, e semoventes, constantes do patrimônio das Companhias citadas acima, todas localizadas em Indiana, cidade a alguns quilômetros de Martinópolis, ambas no Estado de São Paulo.

Em sua primeira investida, Francisco Stepanék não foi bem sucedido, tendo sido repellido pela justiça, na instância do exame, temerário e doloso, nos termos jurídicos, e que “metido no seu cavalo de tróia, - a ‘Administração Nacional’, - e extravasando toda a bilis

que lhe acumulara, com o insucesso do golpe frustrado, voltou á carga, [...] e assim interpor um inócuo, ridículo e doloso protesto judicial contra as suplicantes” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, dez. 1946, p. 1) com a intenção ou interesse de lançar dúvidas e confusões, “imaginárias e injustificáveis, implantando a desconfiança em meio aos compradores de terras e demais terceiros que mantêm relações de negócios com os requerentes, e obstando, assim, a formação de contratos e a realização de negócios lícitos”.(Id, Ibid, pp. 1-2).

Como resposta às acusações de Stepanék, o contra-protesto, chancelado pelo Cartório de Martinópolis, apresenta as condições legais de Jan Antonin Bata, nos termos de que ele era o legítimo titular detentor daquelas companhias, com domínio pleno, e que as ações de Stepanék estariam “pisando” no direito de propriedade, garantido pela Constituição brasileira, constituindo-se mesmo em caso de polícia política, por envolver um estrangeiro em crime de estelionato:

[...] previsto no artigo 171, do Código Penal, pois os autores do protesto estão procurando obter vantagens ilícitas, em prejuízo alheio, induzindo e mantendo terceiros em erro, mediante artificios, ardis e outros meios fraudulentos, [...] embaraçarem as atividades e a vida normal das Cias. requerentes, cuja constituição se baseia no direito de propriedade e obedeceu aos moldes traçados pelas leis brasileiras; e cuja obra colonizadora, nesta rica zona, já lhes outorgou a faculdade de fazerem jus ao honroso título de colaboradores eficientes da economia nacional. [...] Porque todo o mundo sabe que os títulos de domínio das terras da Cia. de Viação São Paulo Mato Grosso e Companhia Comercial Alto Paraná, - organizações antigas, e de incontestável idoneidade -, se revestem da maior garantia e segurança, sendo mesmo os melhores títulos desta zona;”. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1946, dez, 2).

Com os argumentos do contra-protesto, demonstra-se que ficaram legalmente e publicamente esclarecidas as controvérsias acerca da legitimidade das propriedades, bem como dos demais negócios da Organização Bata no Brasil, em especial os negócios relativos à colonização na Alta Sorocabana e Sul do Estado de Mato Grosso. Na mesma edição do Ordem e Progresso em voga, Jan Antonin Bata escreveu um artigo comentando o edital de contra-protesto, transformando os principais argumentos em texto de melhor entendimento para a população em geral, e ao mesmo tempo dando ênfase a um aspecto de seu interesse, qual seja, desqualificando o novo regime comunista em seu país de origem.

Pertinente tal atitude, pois a publicação era dirigida às comunidades da região, onde as Companhias tinham os seus negócios, e em se tratando das décadas de 1940 e 1950, os índices de analfabetismo eram em torno de 50% a 60% da população, e portanto, para a maioria das pessoas a compreensão de um texto técnico-jurídico não era, e não é, tarefa fácil. Desse modo, afirma:

O edital contendo tal protesto é de uma redação tão complicada, que as pessoas simples não poderão tê-la entendido em vista das expressões jurídicas e secas como palha, propositalmente destinadas a impossibilitar um juízo claro das coisas aos leitores. Por isso, venho explicar o caso com palavras simples. (BATA, 1946, p. 3).

Jan Bata inicia o artigo, construindo a sua genealogia, informando ter a família Bata fundado em 1894, em Zlin, na Tchecoslováquia, uma indústria que em 1939 empregava 45.000 operários, que naquele momento, aquela indústria lhe pertencia, conforme os estatutos estavam a comprovar, a quem se interessasse, e ninguém, na Bata A. S. Zlin, “senão o seu proprietário pleno, o seu presidente, poderá outorgar poderes a outrem, falar em nome dela e representá-la em juízo ou fora dele”.(BATA, 1946, p. 3) E, para dissipar qualquer dúvida acerca dos motivos que o levaram a sair de seu país e estabelecer-se no Brasil afirma:

Quando em 1939, os nazistas ocuparam a Checoslováquia, fui preso por eles. Libertado pelo governo Checo, não esperei pela segunda onda de aprisionamentos e dirigi-me aos Estados Unidos, onde me alcançou o convite do Governo Brasileiro para estabelecer-me no Brasil. As minhas empresas ficaram na Europa; no Brasil eu nada tinha. Transferir bens da Europa, após 1939, e especialmente dos países ocupados pela Alemanha, era quase impossível desde que, penas de morte eram estabelecidas para os autores de tais atos quando clandestinos. (BATA, 1946, p. 3).

Aproveita para esclarecer, num cenário então conturbado de sua fuga, sem poder trazer consigo bens ou capitais, como foi possível adquirir a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, sua concessionária, a Companhia Mercantil Alto Paraná, detentoras de um patrimônio significativo em termos de quantidade de terras. Em tempo: a Companhia Industrial, Mercantil e Agrícola (CIMA), foi criada pelo grupo Bata após 1940. Para realizar o negócio com os antigos proprietários da CVSPMT, os alemães, irmãos Sloman,

ele usou de um malabarismo, ou artifício, que lhe permitiu usar parte do seu capital “preso” nos bancos alemães:

Comprei no Brasil, de um alemão, que o governo Brasileiro indicou, as fazendas da Cia. de Viação São Paulo Mato Grosso e o acervo mercantil da Companhia Comercial Alto Paraná; as fazendas, velhas e improdutivas, vinham sofrendo prejuízos há mais de 20 anos. Compra e transferência foram, pois, autorizadas pelo governo. A minha Companhia, a BATA A.S. Zlin, possuía em Berlin, 10 milhões de marcos congelados, sem poder efetuar compra alguma na Alemanha; usei esses marcos para pagar o valor das ações no Brasil. Ao vendedor alemão coube providenciar a permissão das autoridades do seu país. (BATA, 1946, p. 3).

Na Tchecoslováquia a sua situação era muito pior, pois terminada a Segunda Guerra, o Partido Comunista assumiu o poder e adotou a política de nacionalização das empresas capitalistas, criando um clima de hostilidade para todos aqueles que estivessem de algum modo ligados aos empresários. Era vital iniciar o julgamento e o mais rápido possível, e o instrumento foi o Tribunal Nacional e não a justiça comum, pois condenar Jan Antonin Bata representou condenar o sistema capitalista de economia liberal, condenação fundamentada nas novas representações construídas em torno da empresa Bata, na maneira anti-social e amadorística de se dirigir uma empresa, esforços para derrubar o mito de uma administração impecável e de um método progressista de trabalho. Evidentemente, para aqueles indivíduos ligados ao grupo Bata não poderia ser diferente, “[...] com os meus diretores aprisionados, espancados até quase a morte, humilhados; e com minha família martirizada - apoderou-se das empresas um bando de comunistas”, e no que se refere aos seus bens, “para justificar o furto dos bens da minha Companhia, a Bata A.S. Zlin, caluniaram-me como traidor, e colaboracionista”. (BATA, 1946, p. 3).

Nos anos que se seguiram, de 1948 até o fim do regime comunista, o Partido Comunista produziu um conjunto de imagens e textos para desqualificar o empresário Jan Antonin Bata e assim, os conceitos de empresário bem sucedido, que causava a admiração internacional e aterrorizava a concorrência, inverteram-se. A imprensa ajudou a compor uma nova imagem, a partir de representações objetivadas em seus novos negócios no Brasil e na Argentina, por exemplo: como a de um homem maluco e incompetente, que insistia em realizar os planos mais loucos; notícias sobre seus planos de exportação de banha de formigas como remédio contra o reumatismo; a construção de uma tubulação que levava leite de Batatuba até São Paulo; e que a praga de gafanhotos, que atacava o Brasil,

vinda da Argentina, poupava as propriedades de Jan Bata, porque lá, graças a uma administração desastrosa, não havia nada para comer. E, como empresário em seu país de origem:

A imagem do Jan Antonin Bata surgida após a 2ª guerra mundial e, principalmente, após fevereiro de 1948, permanece na memória do público até hoje. Jan Antonin Bata é tido, como um traidor e colaborador dos nazistas, condenado por isso pelo Tribunal Nacional, e, por outro lado, como um sucessor incompetente do seu genial irmão Tomás e que chegou ao posto de chefe da Empresa Bata quase que por engano e que não faliu apenas graças aos chefes qualificados que vieram junto com a herança do seu irmão. (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA, 2005, Painel de Abertura).

Na República Tcheca, onde se localiza a cidade de Zlin, que se constituiu como nação independente a partir do desmembramento da URSS, separando-se da Eslováquia, a revisão histórica da trajetória das indústrias Bata e de Jan A. Bata só veio a público recentemente, com a realização de uma exposição de cunho histórico, patrocinada pelo Departamento de Estado da República Tcheca, denominada Tribunal Nacional Contra Jan Antonin Bata, no ano de 2005²¹.

Mais uma vez, para tentar desfazer qualquer mal entendido quanto às suas vinculações políticas e ideológicas, anunciou que “não sou e nunca fui comunista; colaboracionista dos nazistas também nunca fui e nem poderia ser”, muito pelo contrário, e estando a atestar a sua conduta no período imediatamente anterior, na década de 1940, “trabalhei durante toda a guerra no Brasil; sempre á vista das dignas autoridades brasileiras, que muito bem sabem disso” (BATA, 1946, p. 3).

Mesmo estando e morando no Brasil, Jan A. Bata mantinha-se mais ou menos em contato com os acontecimentos da Tchecoslováquia através de seus antigos colaboradores e familiares que lhe enviavam cartas e recortes de jornais. Por esses meios, tomou conhecimento da acusação que lhe dirigiu o Ministro dos Correios, Sr. Hála, acusando-o de colaborar com os alemães. Como tentativa de reação à acusação, escreveu uma carta em 23

²¹ A exposição constituiu-se de 19 painéis ilustrados com fotografias de época, pertencentes ao Arquivo Público da Morávia, em Brno, complementadas com textos explicativos dos principais episódios da condenação de Jan A. Bata, patrocinada pelo Departamento de Estado da República Tcheca. O material ganhou tradução para o português e veio para o Brasil no mesmo ano de 2005, tendo sido exposto na sede do IPHAN, em Campo Grande/MS, bem como nos Campus de Três Lagoas e Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e na Universidade da Grande Dourados, em Dourados/MS. O material da exposição encontra-se no acervo histórico do Centro de Memória Jindrich Trachta, na cidade de Batayporã/MS, do qual também faz parte a Oficina Cultural Tcheco e Eslovaca do Brasil.

de abril de 1946, de Batatuba, endereçada ao Ministro dos Correios, tentando alguma explicação ou defesa da acusação dizendo:

[...] Queriam que eu fizesse uma declaração pública contra Hitler. Neguei-me fazê-lo por dois motivos. O primeiro foi o meu orgulho. O segundo foi a mesma preocupação de qualquer pessoa honesta, de não querer fazer nenhum mal aos meus parentes e amigos, entregues ao bel prazer dos carrascos e dos invasores.

[...] O senhor acha que meus amigos, que estavam com o “pescoço na forca” e que mal conseguiram sobreviver durante os 6 terríveis anos, não significavam nada para mim? Como não lembrar dos 40.000 companheiros de trabalho e da minha mãe, das irmãs, das cunhadas e de outros dentre quase 50 membros de minha família? (BATA, 2005 (a), painel ½).

E reclama dos efeitos nefastos de ter sido incluído na “lista negra”:

[...]... Fui fuzilado pelo senhor em Londres, por causa da sua opinião em relação à lista negra – não pude nunca mais participar ativamente de nada, só se for em troca do desmonte das nossas empresas no nosso país e do sacrifício das vidas da maioria dos meus fiéis e queridos. [...] Quem quer bater num cão sempre acha um pedaço de pau – pois inventaram, que meu pessoal no exterior gastava meus milhões com a Resistência contra a minha vontade, por causa do patriotismo deles. – Mas isto é mentira. [...]. O senhor emitiu falso testemunho. (Id., Ibid.).

Logo após o término da Segunda Guerra, avaliando o quadro de possibilidades, Jan Antonin Bata percebeu-se da solidez das articulações de seu sobrinho Tomas Bata Junior em apropriar-se de seus bens fora da Tchecoslováquia e, ao mesmo tempo, do quadro sombrio de possibilidades de voltar ao seu país, que inclusive desmembrou-se em República Tcheca e República Eslovaca. Para tanto, entrou com uma solicitação de cidadania brasileira, livrando-se, em tempo, de uma possível deportação e condenação sumária na República Tcheca. Com as autoridades tchecas, sempre atentas aos seus movimentos, imediatamente, em 26 de abril de 1946, o Ministério do Interior avisa a Comissão de Investigações do Comitê Nacional de Zlin, através do Departamento de Comunicação Política, que Jan A. Bata já havia requerido, ou mesmo já teria adquirido, a nacionalidade brasileira. Em tempo: a conquista da cidadania brasileira teve como efeito imediato a solicitação da retirada das empresas brasileiras pertencentes a ele, da lista negra,

tendo recebido apoio de parte das embaixadas americana e britânica no Brasil. Outro efeito imediato da conquista da cidadania brasileira foi o impedimento de sua extradição, o que era a pretensão das autoridades tchecas, na medida em que não existia nenhum tratado de extradição de criminosos entre a Tchecoslováquia, quiçá com a recém criada República Tcheca, e o Brasil. Mesmo assim, as autoridades tchecas tentaram criar empecilhos para o seu processo de naturalização como brasileiro.

No final do ano de 1946, Jan A. Bata escreveu uma carta para o Tribunal Nacional comunicando o seu novo endereço brasileiro, deixando transparecer a sua intenção e disposição em apresentar-se ao Tribunal Nacional, de forma a apresentar a sua defesa, o que nunca aconteceu. Em 05 de março de 1947, de Batatuba/SP, escreve uma carta para a sua sogra, na Tchecoslováquia, na qual aparecem referências à concessão de passaporte, à concessão da naturalização, bem como a sua disposição de se estabelecer definitivamente no Brasil:

[...] Quando solicitei, um ano atrás, meu passaporte (aos órgãos tchecoslovacos), riram de mim. Disseram que expedirão meu passaporte apenas para uma única viagem, porque não necessitarei dele mais para voltar para cá. E quando solicitei, por causa disso, a concessão da nacionalidade daqui, fizeram de tudo, inclusive ilegalidades, para impedi-lo. Não há de ser nada. No dia 25 de fevereiro, após uma longa luta contra obstáculos de toda espécie, causados principalmente pelos nossos embaixadores, o senhor presidente Dutra assinou a minha nacionalidade brasileira e ofereceu-me, em nome do governo, todo tipo de ajuda diplomática, jurídica e política para defender meus direitos de cidadão e proprietário. A embaixada teve uma grande surpresa, pensavam que conseguiriam impedir minha naturalização. Erraram. [...] Não é tão ruim como parecia no início. Infelizmente, fomos obrigados mudar de país, ao qual serviremos com nosso trabalho. Este país merece ser servido com todo nosso coração, da mesma maneira como fazíamos em casa. Nunca esquecerei que fui aceito por ele quando meu próprio país me chutou e condenou. E por que tudo isso? Só porque servi fiel e honestamente ao meu povo? Só porque desejava o melhor do mundo para meu país e buscava sempre o melhor? (BATA, 1947, painel 1/4).

À revelia da existência de uma prova material objetiva, de alguma relação com os alemães, e mesmo sem a presença do réu, o processo de acusação prosseguiu. Um indício das contradições presentes no processo de condenação foi uma comunicação da embaixada tchecoslovaca no Rio de Janeiro, em 22 de março de 1946, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, declarando que os representantes das embaixadas britânica e americana afirmaram que naquela data não existiam mais “motivos para manter as empresas do Sr.

Jan Bata na lista negra anglo-saxônica, já que não existe, de fato, nenhum registro sobre algum contato indevido dele com os alemães durante a guerra” (TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN BATA, 2005, painel 1/3). Não podendo usar outro elemento de defesa, que não o do envio de cartas a algumas autoridades, insiste em que “nunca fiz nada na minha vida, que poderia prejudicar o meu país. Pelo contrário. Do mesmo modo, nunca fiz nada para merecer ser posto na lista negra dos aliados” (Id. Ibid.), e sobre a falta de acusação concreta, e a sua ausência nos julgamentos, “não havia acusação e fui posto na lista negra sem ser ouvido. Até hoje não sei por que e por quem” (Id. Ibid.). Para além das estratégias de tais discursos contidos nas cartas, e sem deixar transparecer traços de ingenuidade, na tentativa de isentar-se de culpabilidade, fez inferências objetivas ao contexto político do “novo” jogo de forças da Tchecoslováquia, objetivamente ao tipo de ação engendrada pelo Tribunal Nacional.

[...] O governo da Tchecoslováquia me mantém na lista negra para que eu não possa me opor à estatização das minhas propriedades... Solicitei a prorrogação do meu passaporte e dos meus familiares. Após cinco meses fui informado, que podem prorrogá-los apenas para retornar à Tchecoslováquia, somente para uma viagem – apenas para lá, [...] com a finalidade de me atrair ao país para me julgar pela justiça revolucionária e para acertar as contas comigo... [...] Caso o governo realmente ache que meu caso requer um julgamento, estou disposto a comparecer de bom grado perante a justiça para ser julgado pelos juízes independentes, não pertencentes ao partido, apartidários e imparciais (*sic*). Não sou culpado de nada, a não ser de servir a nação como um homem de negócios. Nunca fui político porque não quis. E o senhor sabe disso”. (BATA, 2005 (b), painel 1/2).

Jan Antonin Bata foi julgado na Tchecoslováquia, pelo já referido Tribunal Nacional, que funcionou até 04 de maio de 1947. O Ministério do Interior enviou ao Procurador Geral a acusação criminal contra ele em 12 de dezembro de 1946, e sua culpabilidade estava descrita em quarenta e cinco páginas, que chegaram ao Tribunal Nacional, na cidade de Praga, em 19 de março de 1947, período em que ele se encontrava em Batatuba/SP e acompanhando os negócios de colonização na Alta Sorocabana e Sul de Mato Grosso. Na acusação constava, dentre outras coisas, que Jan A. Bata, na primavera de 1939, negociou com Göring o fornecimento de borracha para a Alemanha e planejava transferir a nação tcheca para a Patagônia, na Argentina. A acusação sobre o fornecimento de borracha procedeu, existiram provas evidentes do negócio.

Ressalta-se que o empenho do novo governo tchecoslovaco deveu-se, em boa medida, ao fato de que o nome de Jan Bata tinha forte representação naquele país, bem como as empresas do grupo Bata, condição que levou o Governo comunista a tentar aproveitar-se da visibilidade que tais referências produziam, utilizando-se da imprensa como instrumento difusor, para assim melhor alcançar seus propósitos políticos. Já foi dito acima, da inversão de representações conceituais sobre o personagem. No esforço de convencer a sociedade sobre a seriedade do caso e ganhar o apoio da opinião pública para a condenação de Bata, “[...] advertiam sobre a conspiração de todos os membros da família dele, descrevendo-os como pessoas perigosas, que visavam apenas os bens materiais em detrimento da honra” (DOBES, 2005, painel 1/6).

A campanha contra Jan A. Bata aproveitou-se dos problemas dele com o sobrinho, Tomas Bata Junior, dizendo que a conspiração era do Tomás Bata, posto que foi este quem apresentou ao Tribunal Internacional uma queixa, previamente acertada, contra J.A.Bata, “alegando a nulidade do testamento do seu pai para poder escapar do confisco dos seus bens na Tchecoslováquia” (DOBES, 2005, painel 1/6). Por fim, Jan Antonin Bata acabou sendo julgado, sob forte pressão do partido comunista, pelo Tribunal Nacional e, apesar de fisicamente ausente, foi condenado a 15 anos de reclusão em regime fechado. Portanto, voltar ou aparecer em seu país de origem passou a significar entregar-se a tal condenação.

As mudanças do novo cenário mundial, entre 1989 e 1991, decorrentes do desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da queda do muro de Berlim, criaram as condições para que os herdeiros começassem a se mover na direção de rever o processo de acusações e perjúrios contra Jan Bata, bem como aos pedidos de indenizações. Os esforços dos descendentes e demais membros da família Bata tiveram, nos últimos anos, a acolhida diplomática da República Tcheca, o que resultou, no ano de 2007, um processo de revisão oficial de todos os processos que existiam contra ele, tendo sido considerado inocente, posto que todos os processos tiveram a marca da fraude jurídica, possíveis de serem assim entendidos, pela abertura dos arquivos oficiais, após o desmembramento da URSS. Dentre os documentos revisitados, um deles foi o testamento original de Thomas Bata, que havia sido falsificado.

Neste novo cenário, de uma volta do país a um “regime democrático”, não mais como Tchecoslováquia, mas como República Tcheca, o sobrinho de Jan Antonin Bata, Tomas Bata Junior também tentou pleitear uma indenização pelas perdas da Organização

Bata naquele país. A resposta do governo tcheco a Tomas Bata Junior foi a de que não lhe cabia qualquer direito, pois todas as propriedades do grupo Bata naquele país pertenciam a Jan Antonin Bata, bem como aos seus herdeiros legítimos, e somente a estes pertence o direito de pleitear a reparação pelos confiscos realizados pelo governo comunista após 1945.

1.1 Indicação ao Prêmio Nobel da Paz

No ano de 1957, o nome de Jan Antonin Bata foi recomendado, como cidadão brasileiro, para concorrer à premiação do Prêmio Nobel da Paz. Após aceita a sua recomendação, ele desistiu de concorrer, em apoio a outro brasileiro concorrente, o Marechal Cândido Mariano Rondon, considerado um importante ativista pela paz.

O nome de Jan Antonin Bata já havia sido indicado ao Comitê do Premio Nobel da Paz, para concorrer à referida premiação em 28 de janeiro de 1953, como representante brasileiro, indicação apresentada pelo Dr. Jan Karsten, de Zurique, na Suíça. Aquela proposta foi recusada em carta resposta em 2 de fevereiro do mesmo ano, pelo fato de que a pessoa que apresentou a indicação não atendeu às exigências daquele Comitê. A apresentação de proposta de candidatos à premiação deveria ser formalizada por pessoa plenamente qualificada, em atendimento às “Disposições Especiais” do regulamento da premiação, que, entre outras, deveria ser professor universitário de História.

Desse modo, atendendo às disposições regulamentares, em 1956 a indicação foi encaminhada pelo Professor Doutor Vlastimil Kybal, da cadeira de História da Europa Ocidental, da Universidade Charles, em Praga, na Tchecoslováquia, que também acumulava em seu *currículum* a função de Emissário da Tchecoslováquia para a Itália, Espanha, Brasil, Argentina, México e América Central.

O Doutor Vlastimil Kybal submete a indicação informando inicialmente que:

Conheço o senhor Bata há cerca de trinta anos. De fato, encontrei-o pela primeira vez em 1925 no Rio de Janeiro, onde eu era Ministro Plenipotenciário da Checoslováquia. O Senhor Bata foi o primeiro industrial importante da Checoslováquia que estabeleceu relações diretas de comércio entre os dois países. Em minhas ‘Memórias Diplomáticas’, volume I, página 52, caracterizei o senhor Bata da seguinte forma: ‘Jan Bata empreendeu no Brasil um trabalho pioneiro de alto nível e na forma

de uma representação industrial muito digna. Por esta razão o apoiei incondicionalmente'. (KYBAL, 29 dez. 1956).

Muitas foram as qualificações do personagem que lhe deram o mérito da indicação, como o de ter constituído uma equipe de colaboradores altamente qualificada, que lhe permitiu, frente a grandes dificuldades, construir com sucesso relações diretas entre o Brasil e a Tchecoslováquia, de maneira prática, contribuindo para a cooperação pacífica entre as nações “civilizadas”. A carta do Dr. Kybal enfatizou o fato que, em decorrência da morte do irmão, Tomas Bata, em 1932, ele assumiu o controle das empresas, que na época empregava entre 15.000 e 20.000 trabalhadores, e, a despeito das dificuldades decorrentes da Grande Depressão de 1929, não só manteve os empregos como também aumentou o número de operários em suas empresas, em expansão, para 100.000 pessoas.

Outro dado relevante para a submissão à premiação foi a sua posição política em recusar a Presidência da República Tchecoslovaca, após a renúncia de Edward Benes, em 1938, por perceber e acreditar que assumir a Presidência naquele momento só seria possível com o consentimento dos nazistas, na pessoa de Hermam Göhring, o que significaria transformar-se em fantoche de Göhring. A recusa levou-o à prisão, pela Gestapo, em Marienbad, porém, logo libertado pelo Governo Tcheco.

O documento realçou a sua trajetória como fugitivo que tendo ido para o Brasil, adquiriu terras “selvagens”, nas quais assentou milhares de famílias de colonos, contabilizados em 65.000 indivíduos em 1953, chegando a 100.000 no final de 1956. Tais projetos de colonização, em franco desenvolvimento e expansão em áreas na parte Sul do Estado de Mato Grosso, como os novos assentamentos Bataguassu; Batayporã, Batorama, Batápolis, onde, entre “5.000 a 8.000 pessoas encontram novos lares anualmente” constituindo-se mesmo num “trabalho gigantesco que Bata está empreendendo numa selva como a do Brasil, civilizando-o e fazendo-o ficar em boas condições para seres humanos em desgraça”. (KYBAL, 29 dez., 1956)

As descrições acima denotaram a percepção que a Europa e outros países do hemisfério norte tinham sobre o Brasil, ainda como uma “selva a desbravar”. A concepção de paz, a ser laureada, era uma paz com fortes “conotações ocidentais”, quando desqualifica o “outro”, entendido o outro como os países da órbita soviética, pois mesmo “desprovido dos frutos do seu trabalho e visado pelos comunistas, os quais confiscaram

tudo dele, Bata continua a mostrar a seu modo como servir a humanidade”. (KYBAL, 29 dez. 1956).

Foi também lembrado o encontro de Jan Antonin Bata com o Papa Pio XII, em Castel Gandolfo, em 1951, do qual resultou, a pedido do Papa, a elaboração de um plano de Migração para a paz, a cujo trabalho Jan A. Bata deu o título de “Estudo Sobre a Migração”²², publicado e encaminhado ao Papa em 1951, o qual teve como objetivo nortear o planejamento e execução de um plano para a migração de populações excedentes da Europa e outros países super-populosos, para “áreas vazias”, tendo como base a experiência do Brasil, em especial aquelas realizadas por Jan A. Bata, através da CVSPMT na Alta Sorocabana e no Sul do Estado de Mato Grosso. Um ponto que se destacou foi a realização dos referidos projetos de colonização sem apoio ou subsídio do poder público, mantendo-os com recursos próprios, inclusive construindo obras de infraestrutura como pontes e estradas, etc.

O professor Kybal finalizou o documento com as seguintes palavras:

Gostaria de acrescentar que decidi submeter esta proposta ao seu Comitê por causa da natureza não-política do trabalho de Bata pela paz, pelo seu escopo social-humanitário e por causa de sua base financeira confiável. Raramente na história um projeto foi concebido e mantido com sucesso por um indivíduo. Como “padrinho” de Jan Bata, anexo meu *curriculum vitae* para seu conhecimento. (KYBAL, 29 dez. 1956)

2 Dilemas acerca da imigração e da colonização

As digressões das páginas seguintes privilegiam como fonte histórica, compreendidas como dispositivos da colonização, dois documentos. Um deles é *Estudos Sobre a Migração*, de autoria de Jan Antonin Bata (1951); o outro é o *Ante-Projeto do Núcleo de Colonização Presidente Kennedy*, elaborado por Jan Antonin Bata e por Nelson Verlangieri de Oliveira (1962), além de outros colaboradores. Ambas publicações têm caráter institucional, na medida em que foram publicadas pela própria Companhia e tiveram circulação na medida dos seus interesses e estratégias administrativas e gerenciais.

Curioso ou sintomático é o período da publicação da obra de Bata, ou seja, em 1951, período em que os debates acerca do problema imigratório já havia se arrefecido no

²²O texto em questão, Estudos Sobre a Migração, foi analisado e serviu de principal fonte para as digressões do tópico 2, Capítulo V, intitulado Dilemas acerca da imigração e da colonização.

Brasil, e pelas circunstâncias em que Jan A Bata migra para o Brasil, o que remete à peculiaridade dos *Estudos Sobre a Migração*, que nas suas três primeiras páginas pontua-se o envio de uma carta ao Santo Padre Pio XII, agradecendo-lhe a audiência concedida a Jan Bata e à sua esposa no dia 20 de junho de 1951, em Castel Gandolfo, momento em que ele se apresenta ao Papa nos seguintes termos:

Rogo o privilégio de apresentar-me a Vossa Santidade. Sou sapateiro mundial Bata, de origem tchecoslovaca, expatriado por Hitler, condenado pelos comunistas, cidadão do milagroso continente Católico que é o Brasil. Antes da Guerra, colonizei, mediante minhas industrias sapateiras, 100.000 famílias operárias em 70 cidades e países do mundo. Creio ter sido dirigido pela vontade de Nosso Senhor para o Brasil, onde meu serviço de colonizador industrial foi trocado pela colonização agrícola. Neste serviço, e a despeito das limitações da guerra, coloquei em minhas terras, nos Estados de São Paulo e Mato Grosso, cerca de 60.000 pessoas em novas aldeias e cidades. (BATA, 1951, p. 2)

Naquela época, Jan A Bata já havia sido naturalizado cidadão brasileiro, cujo processo justificou-se como “naturalização por interesse nacional”. Entretanto o contexto internacional configurou-se desfavorável a ele, por ter sido incluído na “lista negra” dos aliados e condenado pela Tchecoslováquia como inimigo da causa comunista, logo após a inclusão daquele país na esfera de influência da URSS, tendo em decorrência suas empresas nacionalizadas.

Ressalta-se que, nos últimos anos, os descendentes da família Bata no Brasil moveram processos jurídicos e conseguiram a revisão de todos os processos que haviam recaído sobre Jan A Bata e suas empresas, sendo absolvido e provado que os processos fizeram parte de um grande “ardil” internacional para minar as empresas do grupo Bata, o que pode constituir-se em outro projeto de pesquisa.

Não é demais lembrar que naquele período pós Segunda Guerra Mundial, o contexto internacional era fortemente marcado pelo que se convencionou chamar de Guerra Fria, transformando o mundo em dois blocos de interesses. De um lado, os interesses dos países capitalistas, especialmente os ocidentais, tendo como maior liderança os Estados Unidos. De outro, os interesses dos países comunistas, especialmente os do Leste Europeu, tendo como maior liderança a Rússia.

Nesse sentido, as posições de Jan Bata, manifestadas nos trabalhos tomados aqui como referência para análise, refletem esse contexto internacional, a sua trajetória e participação, como se percebe em suas palavras:

Odeio a guerra que causou a morte de três dos meus irmãos. Odeio o comunismo, contra o qual lutei com êxito durante 30 anos e que agora tenta deflagrar a terceira guerra mundial. Mas os resultados das duas guerras foram justamente de destruir o espaço vital ocupado, sem formar espaço novo. Tais tentativas trouxeram somente a miséria, a morte, a fome e o caos, além do pior de tudo: o Desespero que fomenta o comunismo. (BATA, 1951, p. 1).

Este estudo em referência, preocupado com a migração, visualiza objetivamente alguns grupos que seriam então objeto de uma política migratória, aqueles da sua região de origem - o Leste Europeu - que conhecia muito bem, e de onde imaginava ser possível promover uma imigração organizada em direção às regiões consideradas como “lugares vazios”, nos quais a Companhia possuía terras e onde se iniciavam projetos de colonização, como foram os casos de Bataguassu, Batayporã e logo depois o Núcleo de Colonização Presidente Kennedy, ambos localizados no Sul do Estado de Mato Grosso. Este último não se materializou por não ter sido aprovado pelo Governo do Estado de Mato Grosso., e pela morte de Jan A. Bata, em 1965.

Classificando problemas do mundo àquela época, em número de três, dois deles privilegiam a idéia de espaços vazios, afirmando:

1. Transferência de 30 ou 50 milhões de seres humanos da Europa para países vazios dentro de 7 anos;
2. Civilizar e povoar os países vazios ou pouco povoados de além-mar, nas Américas, etc. (BATA, 1951, p. 2)

O documento elencava quais seriam as populações objeto de incentivo às migrações, todos pertencentes ao leste da Europa, e que se encontravam em circunstâncias precárias decorrentes da guerra, e, em seu julgamento, pelas mudanças políticas decorrentes da expansão da União Soviética:

Os povos católicos da Europa foram, justamente, os mais atingidos pela guerra e pelo comunismo: Tchecoslováquia, Polônia, Hungria, Croácia, Rumania e Bulgária, Lituania e Letônia. Tirar os povos destes países do inferno comunista e colocá-los, ao mesmo tempo, nos países católicos de além-mar, é também boa estratégia da Igreja. (BATA, 1951, p. 2).

Fazendo alusão à guerra e relacionando-a com a possibilidade da migração para a colonização, calculava que a morte de cada soldado custou efetivamente “104.000 dólares (Wolds Almanac 1946)” (BATA, 1951, p. 2), valores desperdiçados e responsáveis pelo empobrecimento das populações européias e de seus países. Esses mesmos 104.000 dólares sob a forma de empréstimos com prazos de pagamento em torno de 15 anos ofereceriam “a possibilidade de providenciar nova vida de abundancia, trabalho na própria fazenda e contentamento como esperança para 104 filhos de Deus, agora sofrendo miséria e desespero na Europa superpovoada” (BATA, 1951, p.2), configurando-se como proposta, vindo a se constituir em alternativa na medida da possibilidade de mobilizar interesses que só se materializariam em função de decisão política de governos interessados.

Entretanto, são conhecidas as dificuldades daquele período histórico para as migrações, dadas as inúmeras restrições que quase todos os países impunham para tal. A título de ilustração, no Brasil, desde o Estado Novo, e se estendendo para o período subsequente, o Departamento de Colonização e Imigração exercia um controle periódico sobre as populações dos núcleos coloniais, exigindo listagens nominais a cada seis meses, de todas as companhias de colonização, atento à proporção entre brasileiros e estrangeiros (à base de 75% de colonos nacionais obrigatórios), e de olhos atentos às “pessoas indesejáveis”. Normalmente, os indesejáveis era uma referência àquelas pessoas com algum envolvimento político, sintomaticamente com movimentos de esquerda. Seria aqui, de caráter apenas hipotético, afirmar que a questão racial ainda estivesse presente em tais preocupações oficiais, posto que nas décadas iniciais do século XX, as discussões e os debates em torno das “raças” que deveriam ser aceitas como imigrantes dividiam opiniões. Sobre tais questões é imprescindível, dentre outros, o trabalho de Alcir Lenharo (1986), *Sacralização da Política*.

Avaliando positivamente a eficácia e os benefícios do empreendimento imigratório e para a vida de cada imigrante

[...], empregado na pré-fabricação das novas zonas de colonização agrícola, com estradas de ferro, usinas elétricas, estradas de rodagem, portos e navegação, hospitais e Igrejas, escolas e institutos e na derrubada das matas, loteamento, plantação inicial, casas modernas e de moradia para os novos colonos, que teriam a responsabilidade de pagar o empréstimo durante 15 anos com juros, os próprios capitalistas com isso lucrariam. (BATA, 1951, p. 3).

Jan Bata volta a comparar as duas realidades: a da Europa com a do Brasil, mediadas pela potencialidade da migração, e frente às despesas com os subsídios decorrentes do Plano Marshall para a Europa do pós-guerra:

É bem provável que o total para outros países, tais como: Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Suécia, Holanda, Noruega, Bélgica, Espanha, Portugal, Áustria, Dinamarca e Irlanda, dispendem pelo menos outros 6 bilhões de dólares por ano na manutenção dos deslocados e desempregados. Verifica-se, pois, que a miséria custa na Europa, hoje, 12 bilhões de dólares, o que poderia ser aplicado em benefício e felicidade das mesmas pessoas deslocadas e para maior entusiasmo do capitalismo, se soubéssemos, nós, os capitalistas de todos os países, dar ao capital em nosso poder a força criadora da felicidade humana através da migração. (BATA, 1951, p. 4).

Analisar o olhar e as posições políticas de Jan Bata para as questões apontadas aqui, remete-nos para uma grande gama de questões, que vão desde o seu anticomunismo militante e, no sentido inverso, à defesa incontinente do capitalismo, até a sua concepção de migração. Tais questões não estão elencadas como objetivos desta pesquisa e não estão contemplados nesta tese, posto que não daria conta de questões tão abrangentes e polêmicas, convertendo-se em novas pesquisas ou nova tese. Entretanto, necessárias são algumas ressalvas em retro-visão, como por exemplo: o entendimento de que o período histórico em referência, dos anos 1950 até pelo menos 1970, no que se refere ao aspecto econômico, teve como marca uma das fases de maior prosperidade do capital, de expansão das atividades econômicas em quase todos os setores, levando, por exemplo, à absorção de quase todo o excedente de mão-de-obra no período, questões estas analisadas por Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos*. Para a realidade da Europa, que Bata aponta, tal progresso econômico gerou em muitos dos países do continente o estado do “Bem Estar Social”, inviabilizando uma política de emigrações para fora da Europa.

Voltando à questão do problema migratório, insistiu em que o “Dinamismo da Paz depende da migração”(Bata, 1951, p.7), constituindo-se no próprio ovo de Colombo daqueles tempos, único caminho para a reconquista da paz e de um futuro promissor, caso contrário seria a condução da “humanidade ao pânico e a uma situação calamitosa de que ainda não tivemos conhecimento nos últimos 2.000 anos!” (Id. Ibid.).

Referindo-se à experiência brasileira, as 120 companhias “colonizadoras colocaram em suas terras aproximadamente 700.000 pessoas”, e é baseado neste tipo de colonização que decorrem os planos de Bata “para colonizar pelo apoio financeiro capitalista mundial cerca de 5.000.000 de pessoas das quais 30 a 50 milhões ‘excedentes’ na Europa” (BATA, 1951, p.10), para os quais prevê um custo não em despesas, mas sim em empréstimos de 15 anos de prazo para o pagamento e “seria na base de \$ 1.000 por pessoa, estando tudo aí incluído”. Nesse sentido, anuncia algumas particularidades que seriam pressupostos das formas de implementação dos projetos coloniais para o Brasil, ficando subentendido que se tratam das terras da região Sul do Estado de Mato Grosso:

Se planejamos povoar as terras vazias, temos que estruturá-las em trechos de cidades e distritos, para que a vila ali se apresente segura e aceitável, assim obtendo o entusiasmo do homem e de toda a sua família.

Polícia, médico, escola, Igreja, hospital, transportes, estradas de rodagem, estradas de ferro, água e esgoto, eletricidade, tudo isso são partes da civilização, da qual não seria prudente, nem inteligente, dispensar. Ao contrário, tem que ser preparado de bom grado, antes que lá cheguem as primeiras famílias européias. Tal serviço cabe aos operários locais e nacionais, e isto é a honra dos pioneiros. (BATA, 1951, p. 11).

Cabe aqui a ressalva de que os critérios para os projetos coloniais estavam bem definidos pela legislação brasileira, no Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispunha sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações, bem como pelo Decreto nº 2,079, de 15 de setembro de 1938, que regulamentou o Decreto-Lei nº 58. Da mesma forma, o Departamento de Colonização e Migração do Governo Federal incumbia-se pela definição de demais normas operatórias. Vale ainda outra ressalva sobre a questão, mas que não vai aqui ser analisada: a de que a grande maioria daqueles que adquiriram terras devolutas do Estado de Mato Grosso durante o período passou ao largo de tal legislação.

No texto em referência, *Estudos Sobre a Migração*, o critério para a formação de núcleos urbanos estava pautado na cifra de 10.000 habitantes, como limite, para que as estratégias se desdobrassem em novos projetos para absorver uma possível superação das cifras estabelecidas. Apontava a experiência do núcleo colonizador de Mariápolis, no Oeste do Estado de São Paulo. Iniciado em 1944, com 360 habitantes, em 1951 atingiu a

cifra limite de 10.000 habitantes, o que elevou “o seu valor para Cr\$ 147.500.000,00. Isto, aliás, sem qualquer financiamento aos colonos, que utilizaram os seus próprios recursos, levantando Mariápolis com suas próprias forças” (BATA, 1951, p.14).

A alusão a Mariápolis é feita com o intuito de mostrar que eventuais outras experiências apoiadas por financiamentos teriam muito mais eficiência econômica, e indica a possibilidade de um novo núcleo colonizador em Batápolis (que não se materializou, e realizou-se como Bataguassu), às margens do Rio Paraná e Rio Pardo, demonstrando que em 15 anos do empréstimo, seria possível o seguinte resultado:

[...] 2.000 pessoas colonizadas terão, pelo pagamento de Cr\$ 250.000,00 cada, (prestação e juros), um valor em gado e mobílias de cerca de Cr\$ 500.000,00 e, fora deste valor adquirirão, por meios de mobílias e gado e industrias, cerca de Cr\$ 600,00 cada um, ou seja Cr\$ 1.200.000.000,00, se tomássemos, para isso, o resultado médio possível conforme o calculo contido neste estudo. (BATA, 1951, p. 14).

Para a possibilidade de realizar tais intentos e planos, Bata pede o auxílio e apoio a várias instâncias: ao Papa; ao Governo Nacional Imigrador; às autoridades internacionais (UNESCO, ONU, Cruz Vermelha); aos governos dos imigrantes; à criação de Bancos de Migração; empresas particulares, e demonstra a viabilidade e lucratividade de cada um deles caso investissem na proposta.

No estudo, comparou mais uma vez duas possibilidades com custos diferentes. Tomou como dados os custos dos imigrantes europeus para cidades grandes, como São Paulo, Santos ou Rio de Janeiro, onde um imigrante custaria de 5 ou 6 dólares, computados os meios despendidos para conseguir trabalho, preços de terrenos, materiais de construção, meios de transportes, etc. De outra forma, tendo como destino as áreas de colonização, afirma:

No mato, o material de construção, ou seja, madeira serrada Cr\$ 600,00 o m³ (na cidade Cr\$ 1.600,00); telhas Cr\$ 800,00 o milheiro (na cidade Cr\$ 1.400,00), e assim por diante. A organização numa aglomeração bem organizada fica bem mais barata, cerca de 30 a 40% do que nas cidades.

Eis a explicação geral. Além disso, vem o fato de que a vida na cidade pequena ou aglomeração rural, é sempre mais calma, moral mais elevada do que nas grandes cidades, onde reina a animosidade. (BATA, 1951, p. 31).

E, como resultado das experiências já realizadas, utilizou como parâmetro para avaliação o grande o número de colonos que pagou suas dívidas muito antes do prazo estipulado, o que mostrava a viabilidade de tais empreendimentos.

3 Civilizar homens e espaços

Tentar compreender o processo de civilização de homens e espaços na região da Alta Sorocabana e região Sul do Estado de Mato Grosso, a partir de uma companhia de colonização, significou um exercício de experimentar a construção de análise de um processo histórico, tendo como perspectiva metodológica a observação e a busca empírica em um universo “micro-histórico” e, na mesma direção, buscar perceber os funcionamentos dos mecanismos de poder em esfera microfísica. Tal empreendimento viabilizou-se na medida exata da existência de um instrumento, o jornal *Ordem e Progresso*, espaço de escritura, onde a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, imprimiu suas práticas discursivas, fazendo funcionar as suas táticas e estratégias, impulsionadoras de seus negócios. No mesmo sentido, mas com outra medida, será preciso perceber de alguma forma as interfaces desse universo micro com o contexto político daquele momento, as primeiras décadas da República e, mais especificamente, o Estado Novo, quando os jogos de poder moveram-se pela busca de uma nova soberania pública e sua identificação com “um local central e estável: com uma capital que acolhe a autoridade política, o seu aparelho simbólico, o seu séquito, mas também, e, sobretudo, as administrações que asseguram a gestão efectiva do país” (REVEL, 1989, p. 104). Neste exercício de perceber a civilização dos homens e dos espaços, estou usando como foco de análise as ações da Companhia Colonizadora- CVSPMT, visíveis nos seu jornal periódico.

Desse modo, e buscando entender o periódico, o primeiro número do jornal trazia a informação de se tratar de um instrumento de comunicação, de Distribuição Interna da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, com exceção do nº 32, que estampou ser um *Jornal Noticioso Informativo*. Funcionou periodicamente de 1942 até 1951, tendo sido publicado do número 1 ao número 36, e, apesar de algumas interrupções, sobre as quais não foi possível compreender o motivo, manteve certa regularidade mensal. A partir do nº 6, passou a ser Órgão de Propaganda da Organização Bata na Zona Sorocabana, e a ter como redator, o Sr. A. Rocha Camargo durante o período de junho de 1944 até junho de

1945, logo depois substituído pelo Sr. Otavio do Amaral Motta. A partir do nº 32, um dos últimos exemplares, de 15 de abril de 1951, passa a ter um Diretor, o Sr. Elpídio M. de Mattos e Redator o Sr. Manoel Carlos Costa, mantendo-se até o nº 36, sendo o último exemplar encontrado em novembro de 1951. Até o número 31, tinha o caráter de Distribuição Interna, o número 32 manifestou ser Jornal Noticioso Informativo, mas no número seguinte voltou a ter característica de Distribuição Interna. Na edição nº 6, de 15 de agosto de 1943, aparece a informação de ser um órgão registrado no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), tendo saído de circulação desde 31 de dezembro de 1942, por problemas gráficos.

O jornal trouxe estampado em sua capa da primeira edição, de 30 de setembro de 1942, a fotografia do Presidente Getúlio Vargas, legendada pela frase: “Só a Ordem Assegura a Confiança e a Estabilidade”.

Nessa primeira edição, Jan Antonin Bata, proprietário das Organizações Bata, da qual faziam parte a CVSPMT, CIMA, Comercial Alto Paraná, ambas as últimas de Indiana/SP, e a Companhia Industrial SAPACO (indústria de calçados) de Batatuba/SP, em artigo intitulado “Primeiras Palavras”, explicita os objetivos do periódico Ordem e Progresso afirmando que este deveria “[...] servir ao melhor entendimento entre a direção das nossas empresas e seus amigos, colaboradores, camaradas e ao povo na vizinhança do nosso trabalho” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, set. 1942, p. 2). Tendo adquirido a CVSPMT em 1940, portanto há poucos anos do lançamento do jornal, informa que “[...] pelas suas páginas vamos mostrar aos nossos amigos e colaboradores, a nossa obra e as nossas tarefas de uma maneira facilmente compreensível” (Id., Ibid.). Em relação ao contexto nacional demonstra afinidade com as diretrizes do Estado Novo, de modo que o “[...] nosso trabalho e da nossa capacidade que são unicamente dirigidos no sentido de satisfazer os nossos desejos de servir, sempre na frente, o desenvolvimento do País” (Id., Ibid.).

E, continua demonstrando, de forma orquestrada, que o Grupo Bata, apesar de pertencer a um imigrante recém chegado ao Brasil, compreendeu e apreendeu perfeitamente o espírito do Estado Nacional Brasileiro, bem como do Presidente da República, afirmando:

Com o nosso trabalho queremos melhorar a vida da gente trabalhadora na agricultura e indústria. O Exmo. Presidente da República, Dr. Vargas, no decorrer da sua proclamação nas primeiras horas deste ano, declarou que o Brasil conhece só duas classes de gente: a que serve o País e a que aqui vive com o desejo de prejudicá-lo. Afirmou mais, que a primeira classe dos que desejam trabalhar e servir, será considerada amiga do País. Alguns nos felicitam pelo trabalho já feito nesses poucos meses. Outros preferem suspeitar dos nossos esforços e da sinceridade das nossas ações, por intenções políticas. O lema da bandeira nacional – Ordem e Progresso – é o nosso lema sagrado. Por isso usamo-lo como título deste boletim. O único interesse para nós e para o país é o trabalho. Há 50 anos que esse é o nosso credo. E nós nunca o alteramos. O trabalho precisa de ORDEM para poder atingir o PROGRESSO. Então: ORDEM E PROGRESSO! (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, SET. 1942, p. 2).

Na direção da construção de sociabilidades no novo país, o Brasil, que o acolhera após ter fugido de seu país, a Tchecoslováquia, após as invasões dos sudetos pelas tropas nazistas e das perseguições decorrentes daquele contexto, quando foi procurado por uma comissão de representantes do Aero Clube de Presidente Prudente, em 22 de setembro de 1942, Jan Bata fez a doação de um avião, e, como troca de cordialidades, o avião recebeu o nome de batismo do irmão de Jan Antonin Bata, Thomas Bata, morto em acidente aéreo em 1932, na Europa. Do ato de doação, um artigo do jornal publica minúcias da repercussão em vários níveis. No âmbito local:

O simpático gesto do dr. Bata calou no coração dos seus colaboradores, tanto que quando a transmissora de Presidente Prudente, deu às 10,30 a notícia da doação e leu o telegrama que a comissão do aéro clube local enviou às autoridades brasileiras, todos ergueram brindes ao Brasil e à sua gloriosa aviação. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 30 set.1942, p. 3).

No âmbito nacional, a comissão enviou radiotelegramas a várias autoridades, entre elas, o Presidente da República, o Interventor Estadual Fernando Costa, Salgado Filho, Assis Chateaubriand, o Secretário de Segurança Pública, o Diretor do Departamento das Municipalidades, o Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda e Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo, etc., redigido nos seguintes termos:

Neste dia feliz, em que com o pensamento na Pátria estremecida, visitamos o Município de Regente Feijó, numa campanha patriótica em prol do Aéro Clube de Presidente Prudente, para brevetear 100 pilotos,

procuramos o benemérito industrial Senhor Jan A. Bata, no distrito de Indiana, grande amigo do Brasil, e este, num gesto que bem diz do seu entusiasmo pela nossa terra ofertou, espontaneamente, um avião de treinamento para o Aéreo Clube. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 30 set. 1942, p. 3).

Durante o Estado Novo uma das estratégias do Governo brasileiro para promover a aceleração da integração dos espaços, foi a tentativa de dinamização dos sistemas de transportes. Para tanto, a aviação recebeu uma atenção especial com a Campanha Nacional pela Aviação, buscando instrumentalizar e aparelhar os aeroclubes. O Jornal do Comércio de Campo Grande deu destaque ao assunto informando que teria ocorrido naquele ano “[...] mais de 500 cerimônias de incorporação de aviões aos aeroclubes de todo o Brasil” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1944, p. 1), por iniciativa dos próprios clubes, além de doações particulares: “Muitos doadores figuram entre os que já demonstram seu patriotismo ofertando aviões à juventude” (Id, Ibid, p. 4), contribuindo para a máxima daquela campanha nacional na direção de formar “Pilotos Para o Brasil”. Mais uma vez Jan Antonin Bata agiu, tendo uma perfeita percepção, apesar de estrangeiro recém-chegado, das táticas do Estado Novo.

Após Jan Antonin Bata adquirir a CVSPMT, em 1940, ela foi incorporada a um novo modelo que englobou os setores agrícola e industrial. Vale ressaltar que pelos estatutos da CVSPMT, desde a sua fundação em 1908, ela estava vocacionada, dentre outras, para as atividades de colonização, sem ter conseguido até aquele momento implementar nenhum núcleo colonial, apesar de algumas tentativas de seus segundos proprietários, os alemães Irmãos Sloman.

O novo modelo administrativo pressupunha e passou a operacionalizar um sistema que compreendia a articulação dos três setores da atividade econômica, produzindo desde a matéria prima até o produto final industrializado. Para tanto, foi criada a Companhia Industrial, Mercantil e Agrícola-CIMA, com sede em Indiana, adquirindo terrenos no município “para experiências agrícolas e construção da cidade industrial” (HNILICA, 1942, p. 2-3).

Para melhorar a logística da atividade madeireira, “[...] modernas máquinas procederam a limpeza dos terrenos para a alimentação das serrarias instaladas em Indiana, a Cia organizou um grande parque de transporte, para toras” (HNILICA, 1942, p. 3). E, tendo em vista o beneficiamento dos produtos agrícolas dos núcleos colonizadores da Cia.

e da região, “fez instalar ainda, na parte industrial, uma máquina de beneficiamento” de algodão e “pretende aproveitar o seu caroço para a extração do óleo” (Id, Ibid.).

No que se refere à tática da minúcia da governamentalidade, e no que tange às dificuldades do período decorrente da Segunda Guerra Mundial, refere-se ao trabalhador, ao homem comum dizendo: “[...] estou plenamente convencido de que, com a colaboração de todos os seus empregados, a Companhia. poderá vencer todos os obstáculos e conseguir a realização total dos planos estabelecidos pelo sr. Jan Bata” (HLINCA, 1942, p. 3).

Na edição de 29 de setembro de 1950 aparece uma nota informando sobre a posição do jornal com relação às questões políticas, expressas em um “NÃO” maiúsculo e que “este periódico, apesar dos insistentes pedidos recebidos, faz saber que não insere em suas colunas propaganda ou assuntos políticos” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 29 set. 1950, p. 4). (Este parágrafo parece ter ficado deslocado.

Com a tática de organização e programação de regras e de condutas, a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT) fez circular através do seu jornal de propaganda, na Alta Sorocabana, a publicação de um conjunto de 16 regras, sob o título Para Vencer, assegurando serem recomendações oriundas do milionário Rothschild, pelas quais ele justificava seus êxitos na vida:

- 1º - Examinar cuidadosamente todos os negócios e seus detalhes.
 - 2º - Refletir bastante antes de decidir em definitivo.
 - 3º - Caminhar sempre para a frente.
 - 4º - Estar sempre com disposição para tudo.
 - 5º - Suportar as contrariedades com paciência.
 - 6º - Procurar ter valôr nas lutas da vida.
 - 7º - Manter a honradez como coisa sagrada.
 - 8º - Não cultivar amizades inúteis.
 - 9º - Não procurar ser mais do que é.
 - 10º - Pagar rapidamente as dividas.
 - 11º - Não usar bebidas fortes.
 - 12º - Empregar bem o tempo.
 - 13º - Não contar com o acaso para nada.
 - 14º - Ser polido com todos.
 - 15º - Não desanimar nunca.
 - 16º - Trabalhar com energia e ser confiante no êxito final.
- (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 27 set. 1943, p. 2).

Estavam em jogo, como um paradoxo para aquele contexto histórico, duas modalidades de exercício do poder. De um lado, a persistência do modelo da soberania,

como já foi dito em outras partes deste trabalho, sobrevivência do período colonial e imperial. De outro, o modelo de um governo do controle social, buscando as minúcias em seu exercício, tendo como tônica central o disciplinamento das condutas dos sujeitos, percebendo a disciplina como fator primordial para que se obtivesse sucesso em todos os empreendimentos da Companhia, cuja pertinência do seu exercício fazia-se necessária, tendo em vista os lugares onde ela operava, lugares estes constituintes de “lugares do sertão”, onde os comportamentos dos homens e mulheres tinham a marca da diversidade, pois lá estavam sertanejos e seus descendentes, imigrantes nordestinos recém chegados dos vários Estados do Nordeste brasileiro, além de uma miscelânea de imigrantes europeus de várias nacionalidades, o que foi possível constatar nas fichas de empregados e de colonos, constantes dos arquivos da CVSPMT.

Frente àquele contexto de uma formação cultural multifacetada, os esforços direcionados para a normalização e padronização, bem como seus efeitos, estão um pouco evidentes por toda a parte: “na codificação das obras e nos critérios do gosto, na reforma da conduta social e das formas lícitas de sociabilidade e, ainda nas normas da moral coletiva” (REVEL, 1989, p. 87). Acrescente-se que este perfil da população foi a característica de todo o Oeste de São Paulo, bem como do Sul de Mato Grosso onde se desenvolveram projetos de colonização por empresas particulares e naquela implementada pelo Governo brasileiro, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, hoje município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, que depois de Campo Grande, a capital, é o segundo pólo urbano mais dinâmico e maior desse Estado.

Era muito comum e recorrente, nos lugares dos sertões, a predominância de problemas que representavam entraves para a consolidação de uma modernidade almejada, como: problemas de transporte; educação; ensino; saúde; povoamento e trabalho; nacionalização; segurança e defesa de fronteiras, problemas de cunho nitidamente e integralmente nacionais. Em Mato Grosso, nas áreas de fronteira com o Paraguai, tendo em vista a ausência, ou presença precária do Estado, para as primeiras décadas do século XX, “desapareceram totalmente as garantias. Os roubos organizados, os assaltos à mão armada, as invasões estrangeiras, são acontecimentos de todos os dias” (MELO E SILVA, 1989, p. 168). Acrescente-se a isso a precariedade na prestação de serviços corriqueiros, nos municípios de fronteira do Estado, “onde o conserto de uma carreta ou de uma cadeira constitui a preocupação ou o vexame de dois anos. Fica-se uma eternidade aguardando a

boa vontade de quem ponha a fechadura em uma porta, conserte uma bomba de puxar água, a máquina de costura, remende um sapato ou uma panela” (Id, Ibid, p. 144), situação que se repete quando se referia ao trabalho agrícola dos homens da fronteira, afirmando-se que:

[...] não manejam a foice, instrumento agrário que o caboclo nordestino, paulista ou mineiro utiliza com muita perícia e vantagem, na derrubada dos capoeirões ou capoeiras, o nativo fronteiro ou paraguaio prepara a muito custo qualquer trato de terra, onde haja mato. Pode-se afirmar com segurança que o trabalho que o caboclo nordestino ou paulista executa em uma semana, com o uso da foice, e aproveitando bem, como é do seu costume, as horas menos quentes do dia, o nativo referido fará em um mês, usando o seu *machête*, e interrompendo o seu serviço, a cada passo, com o seu pernicioso *tereré*. (MELO E SILVA, 1989, p. 126).

As citações em referência são do advogado Melo e Silva, nordestino do Estado do Ceará, que, tendo se tornado juiz, foi trabalhar nas comarcas da fronteira, como Bela Vista e Ponta Porã em Mato Grosso, entre as décadas de 1930 e 1940. Esse nordestino é um referente do protótipo de civilizador dos sertões, enunciador de práticas discursivas, que apontam na direção do que se está analisando, a busca da civilização dos costumes, com a peculiaridade que ele desqualifica os sujeitos do lugar, em contraponto aos homens de outras regiões do Brasil. Como lenitivo que pudesse, então, modificar tal perfil indesejado, vaticinava a necessidade de introduzir naquele meio outras normas de vida, outros costumes e hábitos “mais consentâneos com a nossa moral e com o nosso direito”, através da introdução naqueles lugares de elementos capazes de construir a nacionalidade através “do nordestino, do paulista, do mineiro e de elementos europeus, nessa longa faixa da nossa fronteira com o Paraguai”, e, em grande quantidade, “de genuínos brasileiros, para que impregnem aquele ambiente de coisas que só tenham sentido nacional” (MELO E SILVA, 1989, p. 126-7).

Acreditava que a educação, sob várias modalidades, poderia ser um outro grande instrumento para a civilização e nacionalização da fronteira, ou do lugar. Na citação seguinte, enfatiza a cultura musical como uma tática para guiar a população em formação, naquele trecho de Brasil “inculto”, quando aponta:

E que se organizem ao longo de nossas fronteiras, excelentes bandas de música, maravilhoso processo educativo, forma inigualável de saturar de

nacionalismo aquêles corações que não pulsam pela harmonia dos nossos costumes, aquelas almas que ainda não vibram ao ritmo e som das marchas, sambas e tangos brasileiros. (MELO E SILVA, 1989, p. 138).

Para uma tarefa grandiosa como aquela preconizada, não seria possível apenas a partir de homens abnegados, mas de um projeto do Estado brasileiro, com a adoção de programas de colonização, nos seguintes termos:

Não cremos, porém, no povoamento daquela terra, na educação do homem e na conseqüente nacionalização daquele meio, se o Governo Federal não clamar a si, integralmente, essa tarefa, ampliando o regime de colonização, criando novos núcleos, interferindo na distribuição das terras, fiscalizando as escolas primárias, rurais e urbanas, mantendo escolas normais e profissionais. (MELO E SILVA, 1989, p. 133)

Para Melo e Silva (1989), um dos problemas era o de que o ensino na fronteira, ao invés de harmonizar as condutas dos homens, rendia-se aos costumes do lugar, onde a idéia de trabalho era quase sistematicamente repelida, e no que se referia aos hábitos cotidianos estavam voltados para diversões de todos os tipos, jogos, vadiagens “e outras práticas nocivas ou pouco recomendáveis, não sendo de mencionar-se a propensão que determinado número denota para o pastoreio”,(p. 135), decorrente de que a principal atividade econômica da região era a pecuária extensiva, que ele entendia um meio não recomendado como modelo a se cultivar, mas que se buscassem mesmo meios de despertar naquela população a cultura do amor pelo e para o trabalho, para hábitos sistemáticos e disciplinados, chegando a imaginar uma pedagogia que segregasse o indivíduo de seu ambiente cultural, do seguinte modo:

Há todavia muitos que se poderão modificar em escolas profissionais e até nos campos experimentais de agricultura, sendo aliás imprescindível, para alguns, o segregamento, como forma de afastá-los de pais ou mães que levam vida pouco recomendável, às vezes em verdadeiros prostíbulos. (MELO E SILVA, 1989, p. 136).

Enfatizou-se que, além da disciplina coletiva, a autodisciplina que seria “o ponto de partida para se chegar a perfeita disciplina das massas humanas”, tendo o homem o dever de controlar-se diante de todas as circunstâncias enfrentadas cotidianamente, a começar pelo seu ambiente familiar, passando pelo ambiente de trabalho, e no geral nos comportamentos coletivos, “e para que seja controlado deve possuir em perfeito grau de equilíbrio o seu EU, o que consegue mediante a metódica coordenação dos seus atos”;

habitualmente a tal procedimento, “o homem vê na disciplina um dever, em nada é sujeito e faz tudo com espontaneidade” (OSANCRO, 1943, p. 2). Enfatizando-se que a luta entre os homens, sendo temporária ou esporádica difere, entretanto, da luta pelo “pão nosso de cada dia”, que é eterna enquanto existir a vida, decorrendo que “cumpre-nos pois ser perseverantes e disciplinados para que possamos cumprir condignamente o nosso sacrosanto dever que é o TRABALHO”. (Id., Ibid.). Curioso é que o autor, Osancro, faz uma analogia da vida social com a vida dos insetos, muito provavelmente derivada de uma concepção do darwinismo social, perspicaz, na medida em que o jornal *Ordem e Progresso*, no qual o artigo em questão foi publicado, dirige-se principalmente aos trabalhadores rurais da Companhia em seus vários núcleos de colonização, retiros, glebas e demais setores, nos seguintes termos:

Vejamos por exemplo, a formiga, a abelha e outros pequeninos insetos no seu labor constante e constataremos quão maravilhosa é sua capacidade produtiva! Cada um desses “individuosinhos” tem a sua função definida no meio em que vive e luta, e todos estão subordinados a chefes e sub-chefes, sendo notável a disciplina aí reinante. Si a abelha, a formiga e outros pequeninos insetos se sujeitam às determinações dos seus maiores, porque razão, nós os homens, não deveremos sujeitar-nos às determinações dos nossos? (OSANCRO, 1943, p. 2).

Automaticamente, Osancro transpõe a questão para a sociedade humana, tomando como referência a lógica dos insetos (se é que insetos têm lógica), nos termos de que aos chefes cumpre idealizar e dirigir, e, aos subordinados cumpre executar. Taticamente, é um apelo de poder que se direciona para a “base, no ponto em que terminam as relações de poder”, como instrumentos “efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro”, como também podem ser entendidos como aparelhos de verificação, onde o “poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber”(FOUCAULT, 1999, p. 40). Osancro não deixa ainda de referir-se à contingência da ocorrência de ‘erros’ individuais cometidos em várias instâncias da vida social, porém, enfatiza-se sempre o mundo do trabalho, momento em que um outro aspecto configura-se, qual seja, a percepção de que estão em questão dois tipos de sociedade: uma, a da soberania e a outra, a da sociedade do controle.

A questão é abordada tendo como premissa a máxima “popular” para a qual “errar é humano”, mas que “reincidir no erro é negligência. Mas como determinar si o erro é

resultante duma inépcia do mentor ou duma incúria do executor? Pelo grau de disciplina” (OSANCRO, 1943, p. 2), donde se infere que, com elementos disciplinados, os erros são facilmente reparados, ao passo que com elementos negativos os erros são agravados, “pois sem ordem jamais haverá progresso”. E, a distinção entre duas formas de sociedade, que pareciam ainda presentes, explicita-se, seja simbólica ou concretamente, nas relações de trabalho:

Não confundamos porém disciplina com servilismo.
 O disciplinado impõe-se pelo mérito.
 O disciplinado dedica-se com fé ao trabalho, procurando fazer jus áquilo que, embora modestamente, possa garantir a sua subsistência e relativo bem estar.
 O servil péca pelo sofisma.
 O servil ama o dinheiro acima de tudo, e, embora não o mereça, procura obte-lo pelos meios ao seu alcance, pouco se lhe importando que tais meios sejam ou não o fim das aspirações justas e nobres.
 Assim é entre os homens.
 Será mesmo assim entre a Cigarra e a Formiga? (OSANCRO, 1943, p. 2).

O texto carrega um forte apelo moralista e ideológico, por dirigir-se a uma realidade idealizada no que diz respeito aos fins do trabalho e de toda a atividade econômica, cujo indivíduo que aí aparece é condenado por amar o dinheiro. Não será esta a lógica geral da sociedade capitalista, a busca pelo lucro e pelo progresso, à revelia de uma série de questões sociais? Não terá sido esta lógica que imperou nos sertões devastando o ambiente com tudo o que nele estava contido, inclusive as sociedades originárias, indo dos indígenas aos caboclos das frentes de expansão? Mais uma vez, percebe-se o funcionamento do jogo e do julgamento relativo a duas concepções de poder, já analisado em outras partes deste trabalho, qual seja: a defesa da sociedade do controle, em detrimento da sociedade de soberania, modelo que deveria ser definitivamente abolido, onde ainda subsistisse, o que é possível perceber em quase toda a estratégia do Estado Novo, sempre quando ele se remete ao gerenciamento e controle da população e dos espaços.

Outra estratégia do controle da população foi o sanitarismo, em voga desde o início do século XX, visível nas primeiras campanhas de vacinação em massa. Aqui, uma tática foi a preocupação em calçar a população, o que passou pela adoção do sapato popular, e, construindo uma possível similitude com a figura inventada por Monteiro Lobato, o sapato

como mais um remédio para os males do Jeca Tatu. Nesse sentido, foi através da ação “que o Estado deveria fazer chegar a todos os recantos do país por preço simbólico,” além do calçado uma série de itens ou produtos capazes de promover e elevar os níveis da saúde pública, “[...] a anquilostomíase, que julgava contaminar 70% da população, seria erradicada por meio da obrigatoriedade de se construírem fossas e instalações sanitárias ‘simples, rudimentares que fossem’, do uso do calçado e da distribuição, gratuita ou por valor ínfimo” (DE LUCA, 1999, p. 213), além de um conjunto de táticas sanitárias com vistas a “[...] reabilitar e valorizar o brasileiro, ou melhor, discipliná-lo, adestrá-lo, moralizá-lo para transformá-lo em um agente capaz de concretizar as inumeráveis potencialidades da terra, esse o ideal apregoado pelos apóstolos do discurso higienizador” (Id, Ibid., p. 216).

Atentos ao aspecto de que os dispositivos funcionam em todas as direções, sob as mais variadas modalidades e interessados tanto pela questão ideológica do sanitarismo, como também vislumbrando a expansão dos seus negócios relativos à fabricação de calçados, no ano de 1944, “[...] reuniram-se na Coordenação, no Rio de Janeiro, os fabricantes de sapatos, afim de resolver com o Cel. Rui de Almeida, responsável pelo Setor de Vestuários, a questão do ‘sapato popular’”. A notícia informava que, provisoriamente, só seria beneficiado o sexo masculino, ficando para mais tarde a resolução sobre o calçado feminino. Em reunião posterior, “foi fixado o preço de Cr\$ 40,00 para o calçado do sexo masculino” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º ago. 1944, p. 2).

No evento de lançamento do calçado popular, cuja solenidade de abertura teve o caráter de acontecimento nacional, a estréia foi um sucesso. No Rio de Janeiro, no primeiro dia do lançamento, a indústria de calçados Sapaco, do Grupo BATA, do qual fazia parte a CVSPMT, preparou um lote do sapato popular do “tipo Coordenação, ao preço de Cr\$ 40,00 o par, foram vendidos desde logo 2.000 pares dos 6.000 destinados ao Distrito Federal” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º set. 1944, p. 4).

Buscando dar visibilidade à questão do “sapato popular”, na edição de 01.11.1944, em matéria de capa, o Jornal Ordem e Progresso fez circular, sob a forma de artigo, o texto: *O Calçado e a Civilização*, associando o hábito de usar sapatos ao grau de civilização de uma sociedade, fazendo eco, no sentido da influência do uso do calçado pelo homem do nosso século, ao Boletim nº 68 da Associação Comercial de São Paulo, sob o título supra, onde se publicou também um interessante estudo sobre o assunto. Ampliando

a relação entre o uso do calçado e o nível de civilização, faz ver que a “utilização, que o homem do nosso século faz do calçado, se acha intimamente associada a sua concepção de existência. Os povos descalços são sempre povos fadados a vegetar na pobreza e no pauperismo” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º nov. 1944, p. 1).

Por isso mesmo é que toda e qualquer campanha, que resultasse na maior difusão do calçado no Brasil, era entendida como uma campanha patriótica e um testemunho de que “desejamos realmente elevar-nos na escala da civilização, granjeando o respeito e a consideração internacional”. E, mais adiante, dentre outras considerações: “Explica-se essa maneira de pensar, por isso que a utilização que os povos fazem do calçado, varia inquestionavelmente como seu conteúdo de riqueza, o seu poder aquisitivo, o seu padrão de vida” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º nov., 1944, p.1) A seguir, expõe tabela de produção nacional de vários países, bem como a relação de pares por mil habitantes: o Brasil produzia em 1940, “19.884.000 pares, numa relação de 41 pares por 100 habitantes: a Argentina 19.424.000, relação de 119 pares por 100, os Estados Unidos 404.151.000, relação de 300 pares por 100.” (Id., Ibid)

Pode-se inferir, a partir das cifras acima, que até aquele período, a década de 1940, período abrangido pela estatística referida, o Brasil ainda estava, relativamente ao número de seus habitantes, quase descalço.

Assim, a Companhia, entrou na concorrência para “calçar o Brasil”, isto é, calçar especialmente as populações rurais. Acresce-se a tais dados, o fato de que a população rural, no período, era superior à população urbana. Daquele modo, a Cia. Sapaco para Comércio e Indústria S.A, com fábricas em Batatuba, estação de Canêdos, da Estrada de Ferro São Paulo Railway. A fábrica, pertencente à Organização Bata no Brasil, mantinha, também, instaladas, e em funcionamento, em todo o Estado de São Paulo, cerca de 60 lojas de varejo, denominadas “A Imperatriz”, para a venda dos calçados de sua fabricação a preços “facilmente acessíveis às bolsas modestas”, era com essa expressão que as lojas A Imperatriz faziam propaganda de seus produtos. O número dessas lojas crescia constantemente, pois era intenção da Companhia instalá-las em todas as cidades do Estado de São Paulo, expansão essa que, futuramente, atingiria outros estados vizinhos. Além das lojas instaladas no interior, existiam outras tantas em diversos bairros da capital paulista, sendo que o estoque destas, pela sua localização, era constituído de calçados de luxo, não deixando de oferecer também outros de preços mais acessíveis. Segundo a Organização

Bata, aquelas lojas concorriam grandemente para o incremento da venda e difusão do calçado popular, instituído pela Coordenação da Mobilização Econômica.

A Companhia Sapaco, para a propaganda dos seus produtos e orientação das gerências de suas lojas, editava dois folhetos, sob os títulos O Bom Vendedor Bata e Novidades de Batatuba, onde a empresa difundia um conjunto de regras e procedimentos como orientações e recomendações a todo o corpo de seus funcionários. Ressalta-se que a Companhia Sapaco era parte da Organização Bata no Brasil, da mesma forma que a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, portanto, conjugavam os mesmos princípios e diretrizes.

De outra forma, mas na mesma direção, o da civilização e nacionalização dos homens e espaços, indo às raias do papel que seria do Estado brasileiro no sentido da defesa, difusão e cultivo do espírito nacionalista, a Companhia, por meio do seu jornal, faz circular entre os seus trabalhadores um Catecismo Cívico do Brasil Novo, sob a manchete “Brasil – País Formidável”, com a justificativa de “ser uma divulgação de grande interesse nacional, não só presente, quanto futuramente, iniciamos hoje a publicação, por capítulos, do Catecismo Cívico do Brasil Novo”. O Capítulo I, sob o título A Nacionalidade, de início formula a seguinte questão: O que é a Pátria e que significação deve ter ela para cada um de nós? e, responde, informando que a Pátria é formada pelo território do Brasil e pela reunião de todos os brasileiros (JORNAL ORDEM A PROGRESSO, dez. 1944, p. 1 e 4).

Outra tática da civilização dos espaços e dos homens foi pelo viés da higienização e do sanitarismo, que a Companhia também toma para si a tarefa, fazendo ver o empenho de levar as campanhas de vacinação a todos os espaços dela, como informou:

Foram vacinados todos os empregados da Companhia contra a varíola. Estiveram em Indiana dois enviados do Serviço de Saúde [...].estiveram na sede da nossa Cia. e vacinaram todos os nossos colaboradores. Os empregados das fazendas também foram vacinados, pois, os funcionários do Serviço de Saúde, não deixaram de visitar todas as casas das colônias. Desta maneira todos os nossos colaboradores acham-se imunizados contra a terrível moléstia que é a varíola. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 30 set. 1942, p. 4).

Se na década de 1940 a euforia estava focada no nacionalismo associada à vontade de progresso, a partir da década de 1950 o foco estará centralmente voltado para idéia de

progresso. Para tanto, tornou-se imperativo orquestrar a força de trabalho à nova “sinfonia”, a nova tática passou pela formulação de uma política educacional que desse conta do novo desafio da economia nacional. Nesse espírito, a CVSPMT, e de modo geral o grupo Bata, mobiliza esforços nesta direção, “obcecados com o desejo de intervenção prática e social”. Na sua maioria, tais ações ou táticas, “reflectem uma questão fulcral: de que modo se poderia gerir a sociedade? Qual seria a melhor maneira de introduzir melhoramentos e inovações?” (REVEL, 1989, p. 95). Dessa forma, a Companhia Industrial Mercantil e Agrícola (CIMA) anunciou a criação em Indiana, na Fazenda “Dr. Jorge”, de uma escola para atender os trabalhadores da Companhia, voltada prioritariamente para o ensino prático e teórico da agricultura. E justifica a necessidade de tal empreendimento, de modo a se fazer entender pelo mais simples homem do campo, no seguinte tom:

É comum ouvir-se alguém dizer: ‘vá plantar favas!’ ou ‘vá plantar batatas!’, Mas, plantar favas ou batatas é necessário saber, pois isso exige conhecimentos, e somente quem os possui, quem sabe plantar é que colhe os resultados. Os que não sabem, colhem pouco ou nada, o que não chega na maioria das vezes para a sua subsistência, embora não morra de fome. É por isso que a Cia. ‘Cima’ pretende ministrar, em sua escola, conhecimentos úteis aos seus atuais colaboradores, e também aos moços que serão os seus colaboradores no futuro. Nem tudo no mundo existe perfeito; tudo porem, é suscetível de se aperfeiçoar. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 31 dez. 1942, p. 2).

Os ensinamentos agrícolas que seriam ministrados na escola agrícola da Companhia “Cima” teriam um fim prático, não deixando de abranger todas as matérias necessárias ao conhecimento de “um bom lavrador especializado e técnico” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 31.dez. 1942, p. 2). Além do conteúdo técnico voltado para ensinamentos de agricultura e pecuária, “[...] o aspecto cultural recebeu um tratamento privilegiado, pois o objetivo era o de transformar a mentalidade dos camponeses e torná-los receptivos às inovações tecnológicas do campo e à sociedade moderna em geral” (BARREIRO, 1994, p. 150), podendo-se subsumir que ainda estava em voga a vontade de civilizar os homens, muito embora a abordagem tivesse outra tônica para o assujeitamento. Mas, a constatação era a de que a população camponesa ainda era “inferior” e “atrasada” do ponto de vista cultural.

Na década de 1950, o Governo toma a iniciativa naquela direção, ao criar um Programa Nacional, denominado Campanha Nacional, tendo como suporte as Missões

Rurais, formado por grupo de educadores que teriam a missão de levar ao homem do campo tais ensinamentos.

4 Futebol na roça como dispositivo de disciplinamento

Como vem sendo analisada neste trabalho, a construção do Estado Nacional brasileiro em regiões onde a sua presença, através de suas várias instituições e órgãos, era ainda precária ou de pouca eficácia no sentido do controle, terá grande impulso a partir da década de 1930, tendo como acontecimento balizador a Revolução de 1930. Neste contexto, entendemos que foi, também, em grande medida, um atributo de uma série de outros corpos que não só aqueles institucionais propriamente ditos. Percebeu-se que a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT), e, provavelmente, outros empreendimentos colonizadores do período, cumpriu de forma objetiva um papel nesse sentido, quer dizer, fazendo as vezes do Estado, ou de outro modo, atuou buscando as minúcias, as particularidades, nas glebas, nos retiros, nos pequenos distritos e vilas, onde a Companhia desenvolvia algum empreendimento, servindo para tal universo os modos de análise sugeridos por Michel Foucault (2001) em *A Microfísica do Poder*. Naqueles espaços, que eram os lugares de gerenciamento e administração dos seus negócios relativos à venda de lotes a pequenos proprietários, criação e comercialização de gado, comercialização de produtos agrícolas, indústria ceramista e madeireira etc, a Companhia também lançou mão de uma série de táticas relativas ao Governo ou gerenciamento dos homens, das coletividades, no sentido do disciplinamento para o trabalho e para a convivência ‘civilizada’ de um modo geral. Nesse sentido, a prática do futebol foi uma daquelas táticas para o disciplinamento, ou para a civilização dos costumes naqueles lugares do sertão.

Entendendo o futebol, não apenas como uma prática esportiva, mas também como uma prática cultural, é sugestivo, como em Gruppi (1978), tomar como referência a distinção analítica bastante útil que Antonio Gramsci propõe entre a sociedade civil e a política, na qual a primeira é composta de associações voluntárias, ou, pelo menos, racionais e não coercitivas, como escolas, famílias, sindicatos, associações esportivas, clubes de futebol; (neste tópico, pontuam-se os times de futebol fomentados ou mantidos pela CVSPMT) e a última é constituída de instituições estatais, como os partidos políticos,

o exército, a polícia, a burocracia central, instituições essas cujo papel na vida política é a dominação direta. Desse modo, o futebol tomado aqui como uma prática cultural, “é claro, deve estar em operação dentro da sociedade civil, onde a influência de idéias, instituições e pessoas não funciona pela dominação, mas pelo que Gramsci chama consenso” (SAID, 2007, p. 34). Evidentemente, não se podendo esquecer que, em algumas circunstâncias, certas formas culturais predominam sobre outras, como formas de hegemonia, podendo ser assim entendidas algumas manifestações da “cultura de massa”, conceito, ou modo de análise fundamental para possibilitar a compreensão da questão cultural, pelo menos na maior parte das sociedades do mundo capitalista industrial.

O futebol, como uma parte significativa da literatura sobre o assunto aponta, tem uma mesma origem, e parece ter chegado ao Brasil, assim como em quase todos os lugares onde ele passou a ser praticado

[...] vindo da Grã-Bretanha. A partir de suas origens, o jogo se espalhou no final do século XIX e início do século XX, como consequência direta do domínio marítimo pelos britânicos. Os países da América do Sul, por exemplo, cujos jogadores dominaram o futebol na última metade do século XX, aprenderam a jogá-lo com marinheiros escoceses e ingleses que passavam por Montevidéu, Rio de Janeiro, Caracas e outros portos importantes em suas rotas de comércio. (DOUGAN, 2004, p. 30).

No que se refere às práticas esportivas, especialmente o futebol, enquanto uma modalidade, e, durante o Estado Novo, ele funcionou como uma das táticas de governamentalidade do Governo brasileiro e materializaram-se em tentativas de intervenção nas referidas práticas esportivas como uma forma de fazer o controle chegar à grande maioria da população. “Os esportes tinham o papel de construir o ‘novo homem’ e, por conseguinte, uma nação brasileira” (FERREIRA, 2008, p. 21). Interessante notar que o futebol enquanto prática esportiva não tinha o apelo popular que passou a ter incisivamente no período, tendo sido até então um esporte de “elite”. Ferreira cita “a popularização do futebol paulista ocorrida na década de 1930,” e podemos tomá-lo e compreendê-lo como um fenômeno brasileiro, quiçá internacional, não circunscrito apenas a São Paulo, já que o “[...] período que coincide, em grande parte, com a construção do Estádio Municipal do Pacaembu, iniciada em 1936 e concluída em 1940, durante o regime estadonovista. [...], representa, entre outras coisas, a sedimentação do futebol como esporte de massas” (FERREIRA, 2008, p. 17).

Ressalta-se que, já desde o início do século XX, o futebol no Rio de Janeiro começou a ser difundido e a cidade passou a assistir “ao coroamento de um processo que, tendo neste jogo seu apogeu, dava forma definitivamente a um novo fenômeno que tomava conta do Rio de Janeiro: a febre do futebol, que nos últimos anos espalhara-se como uma vertigem pela capital federal. Até aquelas primeiras décadas do século ele era uma prática reservada a elementos da elite da cidade; entretanto, se até aquele momento “o jogo ainda podia ser visto por alguns como um evento para poucos, ele rapidamente se transformaria, ao lado do carnaval e da malandragem, num dos marcos da nacionalidade e da identidade brasileira”, mas que evidentemente tal processo de popularização só se materializou efetivamente como espetáculo de massas no período do seu “apogeu na década de 1930, quando o governo de Getúlio Vargas tentaria transformá-lo num grande símbolo da nação” (PEREIRA, 1997, p. 24).

Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira experimenta a emergência naquele momento das classes populares como “sujeito político que viria a romper com a estrutura oligárquica da chamada República Velha. O Estado e seus agentes seriam, assim, elementos importantes no processo de popularização e conseqüente nacionalização do futebol” criando-se dessa forma as condições para que o jogo de futebol passasse a ganhar um novo estatuto, aquele de espetáculo público, uma espécie de instrumento ou tática “[...] de manipulação e de dominação, do qual os grupos iletrados seriam meros objetos” (PEREIRA, 2008, p. 24).

Comparativamente, “[...] se na Inglaterra ele já arregimentava grandes públicos desde meados do século XIX, constituindo-se mesmo como um elemento de identidade operária, no Brasil da virada do século ele era um jogo para poucos – constituindo-se em um fator de distinção.” (PEREIRA, 2008. p. 26). No mesmo sentido, “uma área, mais do que qualquer outra, era favorável para que se conquistasse o interesse da população: o amor ao esporte e à cultura física estava intrinsecamente ligado à formação da sociedade soviética” (DOUGAN, 2004, p. 110), como em quase todas as formações sociais que passavam pelas transformações decorrentes de intensa industrialização e formação de uma sociedade de “massas”.

Do ponto de vista da instrumentalização ou institucionalização do futebol como estratégia, visível nas ações da CVSPMT em criar e implantar clubes em todas as suas instâncias administrativas, como já dito, nos núcleos coloniais, retiros de suas fazendas e

mesmo em sua sede em Indiana, tal forma esteve presente como tática instrumental desde os primeiros anos da introdução do esporte no Brasil.

No contexto da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, também foi característico o apoio de empresas na formação de times de futebol, como quando “um grupo de funcionários ingleses da Companhia Progresso Industrial tentava havia anos, sem sucesso, fundar uma agremiação semelhante – o que finalmente conseguem, com o apoio de sua fábrica, em abril de 1904” (PEREIRA, 2008, p. 26). Decorrente da dinâmica do processo, no ano de 1905 foi criada a Liga Metropolitana de Futebol, e, em 1906 começou a promover os campeonatos cariocas.

No entanto, nos primórdios da introdução do futebol no Brasil, este esporte teve uma forte característica de um esporte para as classes privilegiadas, podendo-se afirmar que tinha uma forte marca aristocrática, visível na forma de constituição da Liga Metropolitana de Futebol do Rio de Janeiro, “[...] que cobrava duzentos mil-réis para filiar os clubes, além de uma mensalidade de vinte mil-réis – faz dos jogos por ela patrocinados verdadeiros eventos sociais para a mais distinta mocidade carioca” (PEREIRA, 2008, pp. 26-7). Acrescente-se que, para aqueles que participavam como esportistas daqueles clubes, era uma atividade que proporcionava *status* de prestígio social, pois, “ser um sportsman era, assim, estar a par do que havia de mais moderno e elegante, constituindo-se como um grande elemento de distinção”. E, passou a ser referência de um “oásis de elegância em meio ao crescente prestígio que o jogo ia ganhando por entre os mais diversos grupos sociais” (Id, Ibid., p. 30).

Porém, a expansão do futebol, à medida do passar do tempo, e como possibilidade de lazer e sociabilidades, caiu nas graças da maioria da população, que “costumava jogá-lo nos terrenos baldios”, ou onde houvesse espaço, como nas ruas menos movimentadas, e, em função da dificuldade em comprar uma bola apropriada, inventivamente qualquer objeto redondo e passível de ser chutado caía nas graças das pessoas, como “bolas de borracha ou até mesmo laranjas ou embrulhos de papel” (PEREIRA, 2008, p.30).

Dessa forma:

Longe de continuar como diversão exclusiva dos círculos mais ricos da cidade, o futebol tornava-se rapidamente um fenômeno social que em muito extrapolava os pequenos grupos de jovens da alta sociedade que antes detinham a exclusividade do jogo de bola. (PEREIRA, 2008, p. 31).

Sintoma do esforço do Estado em capitalizar a grande mobilização da população em torno do esporte, para os interesses na direção do disciplinamento e controle, no Rio de Janeiro, em 1919, quando da realização do campeonato sul-americano, tendo o Brasil se classificado para a decisão final contra o Uruguai, “o jogo literalmente paralizou a cidade. Nas repartições públicas, por ordem do Presidente da República, houve ponto facultativo. Os bancos não funcionaram no dia da grande final, e grande parte do comércio fechou suas portas às 12 horas para que os funcionários pudessem acompanhar o jogo” (PEREIRA, 2008, p. 32).

Efetivamente foi na década de 1930, quando então ocorre “uma repentina transformação do futebol em fenômeno de massas” com a “consolidação social do nacionalismo nas décadas seguintes [...] compondo durante o Estado Novo uma das bases do ufanismo nacional apropriado pelo governo de Getúlio Vargas, seria cristalizado como um grande símbolo da identidade brasileira” (PEREIRA, 2008, p. 36). Entretanto, longe de se pretender compreendê-lo apenas como parte do maniqueísmo das táticas do Estado no sentido do controle da sociedade, da constituição de hegemonia política, ou seja, numa única direção, pelo contrário, o esporte foi sendo incorporado nas práticas populares como uma modalidade de cultura do lazer, passando por infinitas inventividades, e por redes de sociabilidades, em decorrência de necessidades de adaptação da prática do futebol em circunstâncias específicas de cada lugar e de cada grupo social.

Ressalta-se ainda que a estratégia dos esportes vinha se configurando como tática pelos sanitaristas e eugenistas desde as primeiras do século XX que:

[...] insistiam nos benefícios trazidos pela sua prática, que exigia espírito de disciplina, articulação de esforços, subordinação a uma causa geral, cooperação e coordenação, presença de espírito, longa e paciente preparação, além de desenvolverem a força, a virilidade e o sangue frio[...] e de suma importância para a constituição de um povo forte, resistente, trabalhador e produtivo. (DE LUCA, 1999, p. 231).

Atuando, sem ser um corpo específico como aqueles do Estado, mas fazendo “às vezes de”, vislumbrando a possibilidade de que “qualquer coletividade pode apresentar-se como um corpo e obter os privilégios deste na sociedade do” Estado Nacional em busca de unificação e centralização, porém, não perdendo de vista que “cada uma delas constitui-se legitimamente apenas ‘para proveito e para o bem de todos’, atribuindo-se a execução de

uma tarefa de interesse geral”, tornando-se dessa forma “uma realidade jurídica acompanhada de uma pessoa moral. Em troca deste reconhecimento, que lhe serve de base, recebe uma autonomia de funcionamento interno; determina as suas próprias leis e organiza a polícia no seu sector de atividade desde que por meio delas não se infrinjam os estatutos” (REVEL, 1990, p. 188) e os demais preceitos constitucionais relativos a tais procedimentos. Foi desse modo que a CVSPMT, a partir do início da década de 1940, momento em que a Companhia muda de mãos por ter sido comprada pelo imigrante tcheco Jan Antonin Bata, passa a adotar um conjunto de práticas estratégicas, aqui compreendidas, também, como parte do dispositivo da nacionalidade, representadas pela implementação de práticas sistemáticas do futebol, dentre outras, nos núcleos coloniais, setores e seções da Companhia. Em dezembro de 1942, em seu jornal de propaganda, manifesta-se pela implantação da prática do futebol entre seus empregados nos seguintes termos:

É sabido que a prática de qualquer esporte desenvolve a estrutura física do homem e da mulher. Visando esse objetivo a nossa Cia, por iniciativa do Sr. Gebauer, engenheiro construtor e dirigente da nossa secção de olaria, já deu início a formação de um quadro de futebolistas, cujos elementos, naturalmente, estão sendo selecionados dentre os auxiliares daquela dependência. O campo já está preparado, e nos seus últimos retoques. A pelota e demais apetrechos necessários já foram em parte providenciados. Os treinos já se iniciaram e prosseguirão até que os jogadores, em forma, possam enfrentar outros quadros locais ou vizinhos. Os nossos parabéns ao sr. dr. Gebauer pela salutar iniciativa. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º dez. 1942, p. 4).

Tal iniciativa, do “Dr. Gebauer”, um engenheiro da CVSPMT, bem como de outros técnicos especializados, vindos recentemente da Tchecoslováquia, não parece ser uma iniciativa isolada, ou um caso singular da atuação da Companhia na Alta Sorocabana e Sul de Mato Grosso, pois, como afirma Dougan (2004, p. 30), em seu estudo sobre o futebol na Ucrânia, lá também encontrou a presença de engenheiros tchecos, onde uma das correntes de pensamento sobre o assunto afirma que “o futebol foi introduzido por engenheiros tchecos que trabalharam em projetos industriais locais”, onde, também, a forma de organização de times se deu de modo que “os times, em sua maioria, foram criados em clubes esportivos já existentes em fábricas, escolas, escritórios e unidades militares” (Id, Ibid, p. 33), portanto, de uma prática de lazer espontânea de trabalhadores, logo começou a se organizar por iniciativas da sociedade civil, e também política, no caso as unidades militares.

No Brasil, e da mesma forma na Ucrânia, bem como em muitos outros lugares, o futebol, no decorrer dos anos iniciais do século XX, foi deixando “de ser apenas uma simples diversão e tornou-se uma paixão fanática para centenas de milhares de jovens ucranianos” (DOUGAN, 2004, p. 33) Ainda, em suas pesquisas, Dougan aponta a presença de outro tcheco ligado ao futebol, e este funcionando como estratégia, naqueles tempos difíceis por causa da ocupação nazista, e logo depois da guerra pelos “controles de Moscou”:

Mas a chegada de Kolya na padaria parece ter desencadeado uma idéia que estava dando voltas na cabeça de Kordik há algum tempo e que tinha origem na sua convicção de que os operários se beneficiariam se houvesse algo em suas vidas além do trabalho, algo que pudesse afastar de suas mentes sua existência massacrante. O que eles precisavam, Kordik acreditava, era de um time de futebol. [...] Num certo momento, Trusevich, que apesar da falta de instrução formal era um homem inteligente, começou a achar a idéia interessante. Talvez tenham sido engenheiros checos que introduziram o jogo em Kiev, na virada do século, após aquela feira de Lvov, em 1892. E agora era outro checo que se esforçava para salvar a nata do futebol ucraniano. (DOUGAN, 2004, p. 100-1).

De volta ao contexto de Indiana, em frase de rodapé da página do jornal anteriormente citado, como parte da articulação, também, de uma pretensa construção de civilidade, faz-se uma referência à máxima do esporte com a expressão latina: “‘MENS SANA EM CORPORE SANO’ diziam nossos ancestrais. Corpo são, e mente sã: o esporte cuida do primeiro e este da segunda” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º dez. 1942, p. 4).

No mês de dezembro do ano de 1942, os trabalhadores da fazenda “Dr. Jorge”, uma das propriedades da CVSPMT, a exemplo do que fizeram os trabalhadores da secção da Olaria Barrinha, formaram, também, o seu quadro de futebol, atitude que a Companhia enaltece e estimula dizendo que: “Dia a dia cresce o entusiasmo nos jovens futebolistas, - que apesar dos seus múltiplos afazeres diários, lavrando, carpinando e plantando neste solo fecundo, não descuidam também, em cultivar o esporte, que proporciona saúde e alegria”. Como de praxe, a questão é abordada sempre na perspectiva de colocar a prática esportiva no contexto universal, sua origem européia, insinuando por isso um modelo a ser seguido, e sua importância no contexto dos interesses patrióticos nacionais:

Mesmo com a atenção voltada para o trabalho, que lhes dá o pão de cada dia, esses moços tornaram-se mestres exímios do esporte bretão, e, freqüentemente desafiavam os craks da Olaria da Barrinha, que apesar do seu constante treinamento, tem sofrido pesadas derrotas frente ao nosso quadro.

Mas, o desafio continua... Chegará o grande dia também para o clube da Olaria, e, então, veremos coroados de êxitos os seus louváveis esforços. Estão portanto de parabéns os fazendeiros (sic), pela sua dedicação e educação esportiva, e fazemos votos, que continuem firmes, sempre merecendo o nosso mais franco louvor, e que nunca se desviem do caminho trilhado com tanta honra e patriotismo. E, o clube da olaria deve seguir o exemplo dos rapazes da Fazenda, compreendendo que o esforço, o trabalho e a prática podem as vezes produzir verdadeiros milagres. Continuando pois, se esforçar como até agora tem feito, eles um dia também serão mestres na prática do futebol. Os que trabalham na Serraria, também estão com idéia de formar o seu quadro, mas até agora nada conseguiram. Será que lhes falta coragem? Ação rapazes! A marcha do progresso nunca parará enquanto houver jovens decididos que ostentem o verdadeiro lema da vitória.

‘QUERER É PODER’ (JORNAL ORDEM E PROGRESO, 1º dez. 1942, p. 4).

Em relação à origem européia do futebol, no caso a Grã-Bretanha, em artigo da A Revista do Brasil, é esboçada uma indagação, que é ao mesmo tempo respondida: “[...]Sabem onde reside grande parte do segredo britânico? No uso do esporte. Cada geração que nasce é em todos os sentidos melhor do que a precedente. Homens e mulheres são mais robustos e a prole condensa os valores somáticos dos genitores. Em tais condições o aperfeiçoamento é fatal” (NEIVA *apud* DE LUCA, 1999, p. 231).

O *Jornal Ordem e Progresso* teve sua publicação interrompida por um período de sete meses, de janeiro a julho de 1942, só voltando em agosto, trazendo no cabeçalho a inscrição “Registrado no DIP”, registro obrigatório para qualquer veículo de imprensa e difusão. Muito provavelmente, os times de futebol não estavam constituídos juridicamente, o que se faz perceber pela matéria esportiva veiculada na publicação de agosto, fazendo crer que tais eventos esportivos estavam regularmente sob o controle estatal, coisa que não conseguimos apurar objetivamente. O *jornal* volta com o mesmo formato e, dentre os demais assuntos, continua dedicando uma coluna aos esportes, informando apenas que no próximo número será dado amplo noticiário relativo à fundação do Cima Esporte Clube, com a publicação da Ata da Assembléia Constitutiva realizada no dia 3 do mês de agosto de 1943, “[...] na sede da Companhia Cima, bem como a relação nominal dos contribuintes

para as despesas preliminares de sua instalação” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 15 ago. 1943, p. 2).

São então publicados, como havia sido anunciado na “Coluna Esportiva”, os resultados da Assembléia Constitutiva do ‘Cima Esporte Clube’, realizada aos 3 dias do mês de Agosto de 1943, ocorrida nas dependências da sede da Cia Cima, em Indiana, para a eleição da primeira diretoria provisória. “Presentes diversos interessados incorporadores do referido Clube, e exposto o objetivo da reunião, estabeleceu-se a votação (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 27 set.1943, p. 3).

Após a realização da votação para a eleição da diretoria, o Presidente Efetivo pronunciou-se e:

[...] aventou também a idéia, por todos imediatamente aprovada, de uma subscrição inicial afim de ser angariada entre os Diretores, Chefes de secções e funcionários em geral da Cia. uma cota livre, na medida das possibilidades de cada um, para fazer face ás primeiras despesas. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 29 set. 1943, p. 4).

A contribuição aprovada constava de valores que foram de Cr\$ 500,00 oferecida por Jan Antonin Bata, até cr\$ 2,00 por funcionários, totalizando Cr\$ 3.492,00.

Naquele momento inaugural de lançamento da “pedra fundamental” da Associação Esportiva,

[...] a Cia. CIMA prontificou-se desde logo a concorrer com o serviço de trator para o preparo do campo, e bem assim ao fornecimento da madeira aparelhada que for necessária, ajuda esta digna deste registro. Além disso, o snr. dr. Gebauer, engenheiro da Cia., por sua designação, já procedeu á necessária localização e medição do campo. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 29 set. 1943, p. 4).

No Jornal Ordem e Progresso de 22 de dezembro de 1943 foi publicado o balancete do Cima Esporte Clube, onde constam como despesas: compra de livros; camisas para o 1º quadro; confecção de carteiras para os sócios; serviços de preparação do campo, compra de camisas para o 2º quadro; calções, meias, 2 bolas e bomba; e fretes, sobrando saldo de Cr\$ 1.045,60. Nesse mesmo informe, a Diretoria do Clube solicita aos funcionários que durante as férias coletivas não se ausentem de Indiana, que colaborem nos serviços relativos á adaptação definitiva do campo, afim de que sejam iniciados os treinos para a escalação das equipes que deverão atuar nos jogos de 1944. Tais estratégias, que envolvem tanto

instâncias da empresa, como individualmente cada trabalhador da Companhia, representaram esforços no sentido de gerir a população, e “[...] gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente ao nível de seus resultados globais”, quer dizer a somatória dos produtos agropecuários vindos de cada colônia ou de cada atividade específica, ou ter informações sobre o comportamento das pessoas, “gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente no detalhe” (FOUCAULT, 2001, p. 291).

Dando continuidade aos trabalhos de implantação do futebol nas comunidades da Companhia, o campo do Cima Esporte Clube finalmente já se achava, em abril de 1944, com condições para os treinos iniciais. Segundo o clube, “estão sendo apenas ultimados os retoques finais para um perfeito nivelamento, o que tem sido dificultado pela grande quantidade de terra que foi necessário remover” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 27 abr. 1944, p. 2). Para acelerar o tempo de entrega do campo para a realização de jogos, a Companhia Cima, “tomou a si o encargo de custear os trabalhos de terraplanagem finais, serviço esse que está sendo ultimado. Já foram colocadas as traves, e alguns treinos já se realizaram”.

Tendo se passado quase um ano da tomada de posse da primeira diretoria do Cima Esporte Clube, e alguns membros terem mudado de atividade, ou de secções, foi convocada para 20 de junho de 1944 nova Assembléia para a realização de eleição de novos membros da Diretoria, em substituição àqueles que se mudaram de secções, e de fora do distrito.

E, em continuidade aos jogos entre os clubes, realizou-se dia 25 de julho um jogo entre o CIMA e o União Esporte Clube na cidade de São Sebastião. Sobre o evento, informa o jornal: “Os nossos jogaram admiravelmente, e muito embora o ‘Cima Esporte Clube’, perante os demais da Alta Sorocabana seja considerado ‘caçula’, o prélio terminou com a contagem de 3x3. O jogo, de um modo geral tanto de um lado quanto de outro, foi ótimo e cheio de peripécias, e, o que é de salientar circunscreveu-se a uma louvável disciplina esportiva” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º ago. 1944, p. 3).

Outro jogo movimentado foi em 9 de julho entre o Cima Esporte Clube e o Juvenil Esporte Clube, ambos de Indiana, quando então ocorreu um incidente entre dois jogadores, desencadeado quando um jogador do “Juvenil” agrediu a ponta-pés o jogador do Cima, fato que motivou a suspensão da partida, resultando em aglomeração no campo,

comentários e protestos, tendo o juiz expulsado os dois jogadores. Os jogadores do Juvenil não aceitaram a expulsão e o tumulto voltou ao campo. Decorridos 15 minutos, o juiz reformulou a decisão e os dois jogadores voltaram ao campo e a partida continuou, porém sem animação. Final do jogo: Juvenil 2 x Cima 0.

No incidente ocorrido durante a partida de futebol, sintomaticamente estiveram presentes rixas e outros problemas de rivalidades entre as duas equipes decorrentes de fatores externos, do cotidiano, pois é possível inferir que os trabalhadores da Companhia Cima, pelas condições oferecidas por ela, como melhores salários, melhores condições de habitação, eram distinguidos com possuidores de melhores condições em relação aos demais trabalhadores do distrito de Indiana. Também o próprio Clube Cima era tido como o que possuía melhores “condições” já que recebia subvenções da CVSPMT. Essas afirmações se sustentam por uma série de documentos analisados e referidos em outras partes deste trabalho.

Enfatiza-se novamente que a prática esportiva do futebol representava naquele momento uma tática no contexto geral de uma almejada governamentalidade, e de uma estratégia de civilização dos costumes, porém tais dispositivos não conseguiram atingir a totalidade dos indivíduos. Podemos pensar tais comportamentos como destoantes da norma, como uma forma de resistência, que se dá “necessariamente onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder; assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte” (REVEL, 2005, p. 74).

Formas de resistência da sociedade, materializadas nas práticas esportivas do futebol, estiveram presentes desde os primeiros anos do século XX, quando ele se transformou em esporte de massas. Ao mesmo tempo em que o futebol virou esporte de massas, ocorrem manifestações destoantes, e, que podem ser compreendidas, também, como uma forma de resistência ao esporte como instrumento de controle social, pois, passou a ser comum em treinos de times e em partidas ou torneios mais organizados, a população mostrar o seu descontentamento “vaiando e perseguindo jogadores que não fossem de seu agrado, para desespero daqueles que queriam ver no futebol um estímulo à fraternidade e ao trabalho em grupo” (PEREIRA, 1997, p. 32), ao comportamento disciplinado e civilizado.

Entretanto, reagindo a tais incidentes, a Cia. Cima aproveita o ensejo para renovar seus esforços em privilegiar seus quadros com reforço positivo na direção do incentivo e valorização do comportamento “civilizado;” tal questão pode ser analisada no contexto das análises de Norbert Elias (1994) que pressupõe o entendimento de como os homens se tornaram educados, e começaram a tratar-se com boas maneiras, com a cortesia da urbanidade, desenvolvendo modos de conduta no caminho da “civilização dos costumes”, “congratulamo-nos com os nossos, os quais mais uma vez mostraram bôa disciplina, e jogaram bem, principalmente Otacílio, Ico e o veterano Ângelo, este último sem sorte na pontaria, pois, a barreira oposta por Bubi foi formidável!.” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º ago.1944, p. 3).

O Cima Esporte Clube, desde sua criação, em menos de um ano, rapidamente articulou-se com o contexto futebolístico regional, como no dia 23 de julho, quando o recebeu o time do “João Ramalho Futebol Clube,” da cidade de João Ramalho. O time de João Ramalho venceu o 1º quadro por 3 x 2, e o 2º quadro por 4 x 0, momento em que o jornal ressaltou que “[...] o último ponto do ‘João Ramalho’ foi conseguido já ao escurecer e em virtude de um ‘penalty’. Oportunamente o Cima Esporte Clube’ retribuirá a visita.” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º ago.1944, p. 3), demonstrando preocupação da Cia Cima com os efeitos negativos da derrota perante as comunidades da região. Da mesma forma, dia 30 do mesmo mês, em Indiana, o Cima Esporte Clube recebe o time Horlandelli Futebol Clube, do distrito vizinho de Mont’Alvão, tendo como resultado o seguinte placar: 1º quadro ‘Cima 2 x ‘Horlandelli 1; 2º quadro Cima 1 x Horlandelli 1, e mais uma vez o Cima afirma que “oportunamente retribuirá a visita. (Id., Ibid.).

Dando continuidade na participação nos torneios regionais, dia 13 de agosto de 1944, o Cima joga com o “Vila Jesus Futebol Clube” de Presidente Prudente, tendo o jogo ocorrido naquela cidade, momento em que “os nossos jogadores foram atenciosa e amistosamente recebidos. A partida foi interessantíssima, empolgando a grande assistência” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 1º set. 1944, p. 3). O resultado do embate foi: no primeiro tempo, 1º quadro Cima 1 x Vila Jesus 0, “[...] a vitória final, como era de se prever, foi dos campeões locais por 5 x 2”. A Diretoria do ‘Cima’ agradece as atenções dispensadas aos seus elementos, e aguardará com prazer a visita dos valorosos componentes do Vila Jesus F.C.” (Id. Ibid.). O artigo do jornal informa ainda que no domingo, dia 03 de setembro de 1944 enfrentou o “valoroso e disciplinado esquadrão do

‘Operário’ F.C. de Martinópolis”(Id. Ibid.), outra cidade vizinha. O desfecho do evento esportivo, mais uma vez escapou ao controle dos organizadores, conforme foi relatado:

Se o encontro era esperado, aliás, com interesse, inesperado foi o desfecho dessa partida. O jogo decorreu normal e entusiasticamente até quase finalizar o tempo dos primeiros quadros, perante numerosa assistência, e uma torcida uniformizada e frenética de moças vindas com os visitantes. Quando, porém, a contagem andava pela casa dos 2 x 1, e os locais atacavam decididamente para empatar, surgiram na assistência alguns novos atritos entre elementos estranhos (porque já se tinham verificado outros, anteriormente), elementos esses que pretenderam empanar o brilho da competição.(JORNAL ORDEM E PROGRESSO, out. 1944, p. 2).

No novo encontro do CIMA E. C. versus Indiana E. C., dia 17 de setembro, transcorreu uma “pugna limpamente esportiva, não se registrando qualquer incidente desagradável” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO out. 1944, p. 2), tendo como desfecho o placar de 3 x 0 a favor dos visitantes, cuja justificativa do Cima E. C. foi a superioridade absoluta dos visitantes e pelo fato de que alguns elementos do ‘Cima’ escalados não compareceram, tendo sido substituídos na última hora por elementos destreinados. E, mais uma vez “a assistência numerosa e entusiasmada” (Id. Ibid.)

Em tempo: no sentido da articulação do futebol na Alta Sorocabana com o sistema estadual, a Federação Paulista de Futebol, o “CIMA E. C.” recebeu da Federação o ofício nº DR/06358, datado de 11 de setembro de 1944, passando instrução para a filiação do Clube à entidade.

Em novembro de 1944 realizou-se Assembléia Geral para nova eleição da Diretoria do CIMA Esporte Clube, com a incorporação ao clube de elementos remanescentes do clube de futebol da fazenda “Dr. Jorge”, e a iniciativa de organização de Livro de Ouro, além da decisão para a confecção de bandeiras do clube. O jornal informa que “o campo do CIMA Esporte Clube está sendo convenientemente adaptado, e, com vagar, será um dos melhores da zona” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, nov. 1944, p. 3).

No mês de dezembro de 1944, a Diretoria do Formiga Esporte Clube, agremiação que existia desde 1938, mais tarde transformada em 9 de Julho Esporte Clube, enviou convite ao CIMA Esporte Clube para um amistoso a ocorrer no dia 10 de dezembro, porém o convite chegou dia 12. O Cima desculpou-se pelo transtorno do atraso da

correspondência e portanto, do não atendimento do convite. Naquele mesmo mês, o CIMA E. C. viajou a Presidente Epitácio tendo jogado com o Esporte Clube de Pres. Epitácio e empatado por 2 x 2, depois com Esporte Clube Fluvial, no Porto Tibiriçá, também resultando em empate de 1 x 1.

Em maio de 1945 realizou-se o Campeonato Municipal de Futebol de Regente Feijó, cidade vizinha de Indiana, com seguintes clubes: CIMA E. C.; União Esporte Clube; Mandaguary Futebol Clube; Peterlini Futebol Clube; 9 de Julho Esporte Clube (novo nome do Formiga Esporte Clube); e Quiabo Moreno Futebol Clube.

Na viagem do CIMA para participar dos jogos ocorreu um incidente, o que determinou a não realização do jogo entre o Cima E. C. com o 9 de Julho E. C., “em virtude do lamentável acidente verificado na viagem do caminhão que conduzia os nossos jogadores para aquela localidade, do qual resultou ficar gravemente ferido em ambas as pernas o nosso valoroso meia-direita Nilo Mantovani”. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, mai. 1945, p. 19).

Ressalta-se que muitos dos jogos realizados pelas equipes de futebol da região foram possíveis e viabilizaram-se em decorrência da utilização da Estrada de Ferro Sorocabana como meio de transporte das equipes, como foi o caso dos jogos do Cima Esporte Clube em Presidente Epitácio, última estação da Estrada de Ferro Sorocabana, às margens do Rio Paraná, cidade distante aproximadamente 100 quilômetros de Indiana. De outro modo, os transportes rodoviários eram muito precários, praticamente impossíveis na maior parte do ano, pois as estradas de rodagem eram todas de terra e muito mal conservadas. E, como quando ocorria de o traslado se dar por via rodoviária, este era feito com caminhões e os jogadores transportados na carroceria, o que poderia acarretar em acidentes traumáticos, tal como o verificado quando a Equipe do CIMA E. C. dirigia-se para Regente Feijó, cidade a poucos quilômetros de Indiana.

Mais uma vez, escapando aos desejos de ordem e disciplina pelo esporte, um novo incidente acabou por tumultuar uma das partidas, tendo resultado em desfecho pouco esportivo, conforme relato:

Atuou como juiz da partida o Snr. Dr. Deraldo de Miranda, durante meio tempo, havendo o mesmo passado o pio, posteriormente, a um elemento de Indiana, estranho ao nosso quadro. No segundo tempo, havendo nós conseguido um ponto por intermédio de Ribas, não se conformaram os

nossos contrários, pelo que se retiraram do campo sem terminar a partida. Nada houve de nossa parte que pudesse ou possa merecer qualquer censura, conforme poderá atestar, em sua consciência, o Sr. Dr. Deraldo de Miranda. Se houve discussões e algum atrito, isso se verificou tão somente entre os elementos do quadro visitante, sem qualquer interferência nossa. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, mai. 1945, p. 4).

No mesmo sentido da indisciplina dos participantes do evento, “contrariamente ao que era esperado, e pela segunda vez, o Quibabo Moreno Futebol Clube, domingo, dia 6, não compareceu ao campo do CIMA Esporte Clube, para a disputa de um dos jogos do campeonato” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, mai.1945, p.4), decepcionando e constringendo os demais participantes e os organizadores do evento.

No mesmo campeonato citado anteriormente, em outra disputa realizada no distrito de Mandaguary, núcleo urbano surgido de projeto de colonização da CVSPMT, hoje Espigão, distrito de Regente Feijó, ocorreu novo incidente violento, envolvendo a torcida e os jogadores, sobre o qual a diretoria do CIMA Esporte Clube envia relatório ao Presidente da Comissão Promotora do campeonato nos seguintes termos:

...Logo no início do primeiro tempo verificamos a parcialidade escandalosa do juiz local em nosso desfavor. Faltando cerca de 20 minutos para finalizar o segundo tempo, sem qualquer incidente entre os disputantes, elementos exaltados da assistência, que então se tornara francamente hostil e agressiva (contra os elementos do Cima), atacaram a socos e ponta-pés o nosso goleiro o qual ficou ferido nos lábios, havendo mesmo perdido um dente. Entrementes, no tumulto que se estabeleceu, o nosso jogador Diamantino esteve em vias de ser apunhalado pelas costas, e se disso se livrou foi unicamente devido a intervenção oportuna de outras pessoas; o pretendido agressor é pessoa sobejamente conhecida em Mandaguari, e não será difícil identificá-lo desde que a isso V. S. se proponha, - pois nós não pretendemos citar nomes visto não ser nosso escopo fazer acusações pessoais. Por ocasião desse incidente a contagem era de 3 pontos a nosso favor contra 2 dos locais, tendo estes conseguido o terceiro em virtude de haver o nosso goleiro sido empurrado, violentamente, para dentro do arco com a bola, por elementos da assistência, um dos quais chegou a sacar de enorme facão afim de agredi-lo. À vista disso resolvemos dar por finda a partida, e nos retiramos, não sem apupos e vaias, e, segundo o testemunho insuspeito de elementos nossos, algumas pedras ainda foram atiradas contra o caminhão que os conduzia de volta. Como se vê, o desfecho foi lamentável. Lamentáveis também o foram incidentes vários anteriormente verificados, todos eles, aliás, promovidos por maus e indisciplinados elementos estranhos, que se imiscuíram entre os assistentes pacatos. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, jun. 1945, p. 4).

Por volta de 1950, o número de equipes de futebol funcionando na zona rural em glebas, fazendas e secções da Companhia, era significativo, destacando-se as seguintes: Barrinha, Carrapicho, Cascata, Estiva, Sapesal, todos localizados em glebas arrendadas pela Organização Bata, e que estavam sob a direção dos esportistas. Em fase de organização estavam os das glebas Laranja Doce e Bartira, mesmo assim já anunciando para o ano de 1950 um campeonato entre eles no campo do Cascata.

No distrito de Mariápolis, outra cidade fundada pela CVSPMT, a partir de projeto de colonização, pertencente à jurisdição do município de Adamantina, foi construído e inaugurado em 25 de junho de 1950 um estádio de futebol que recebeu o nome de batismo do fundador da cidade, o proprietário da Companhia, Jan Antonin Bata. E, seguindo o padrão das solenidades públicas, herdadas da última década passada, durante o Estado Novo, “o ato inaugural será revestido de intenso brilhantismo com o desfile dos atletas e Diretores do Mariápolis Atlético Clube e do Ouro Verde Futebol Clube (outra cidade da região), com a presença de todos os escolares de Mariápolis, que, às 14 horas, apresentarão á assistência interessantes números de ginástica” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 27 jun. 1950, p. 4). A prática da exibição pública de números de ginástica foi também uma estratégia instaurada durante o Estado Novo.

Naquele momento, o futebol do Estado de São Paulo já apresentava uma estrutura organizada e centralizada, nos moldes federativos, e, dentro deste sistema federativo, a região de Indiana, Presidente Prudente e outros município figuraram como parte do 17º setor da 5ª zona do interior do Estado, materializando-se, assim, parte do que foi preconizado pelo modelo criado pelo Estado Brasileiro na Era Vargas, ou seja homogeneizar, harmonizar e orquestrar as práticas sociais como um todo e, especificamente, neste caso, o futebol. O projeto político do regime varguista direcionou-se “para a intervenção em diversas esferas da vida social, seus ideólogos viam nos esportes um meio eficaz de controle. Palavras de ordem – como educar, aperfeiçoar, regenerar, disciplinar – eram constantes nos discursos presidenciais” (FERREIRA, 2008, p. 20).

Apesar de terminado o período varguista com a deposição de Getúlio em 1945, o modelo de gestão e muitas das práticas políticas permaneceram durante o Governo Dutra e até pelo menos o seu segundo mandato. E ainda, com algumas modificações, a prática das solenidades cívicas pautadas pelos esportes sobreviveu durante o regime militar das décadas de 1960 e 1970. Pode-se mesmo afirmar que o futebol configurou-se ao longo do

tempo como o esporte mais praticado pelos brasileiros e uma modalidade capaz de criar comportamentos.

No final do ano de 1950, apareceram em Indiana algumas pessoas que tentaram introduzir outras práticas esportivas, como o boxer e o voleibol, porém, ao que tudo indica, ou seja, pela falta de documentação para organizá-las legalmente, elas não frutificaram.

Em janeiro de 1951, o campo de futebol do CIMA E. C. passou por uma reforma, e como de costume, a comunidade, especialmente os jogadores que também eram funcionários da Companhia CIMA foram os responsáveis pelos serviços,

[...] Num ambiente de sã alegria e entusiasmo, os jogadores, após o cumprimento dos seus deveres em suas secções, empunharam as ferramentas e trabalharam com afínco e entusiasmo. É isso, portanto, a demonstração do ânimo esportivo e social dos operários da CIMA, merecedores dos nossos aplausos. (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, jan. 1951, p. 6).

Após jogo com o Mariópolis, o CIMA Esporte Clube teve desfecho desagradável por causa da péssima atuação do juiz, e de ataques verbais entre os jogadores, momento em que foi novamente retomado e reatualizado o espírito esportivo, como foi afirmado na matéria do jornal: “O esporte deve servir sempre de traço de união entre cidades, estados e nações, e nunca um pomo de discórdia. Por isso, senhores esportistas de Mariópolis, vence quem sabe vencer honesta e galhardamente” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, 29 set. 1951, p. 4).

No ano de 1951, quando já funcionava o novo núcleo de colonização, no Sul de Mato Grosso, na recém criada cidade de Bataguassu, a mesma dinâmica da implantação do futebol como esporte coletivo se materializou na constituição do time Esporte Clube Bataguassu e a eleição de sua primeira diretoria. Como as demais Associações Futebolísticas da CVSPMT, o Presidente de honra mais uma vez foi Jan Antonin Bata e os demais membros majoritariamente, representantes da Companhia.

Por fim, a disseminação da prática do futebol por vários lugares da Alta Sorocabana, em articulação com Bataguassu no Sul de Mato Grosso, do modo a se constituir uma grande rede de sociabilidade entre os vários povoados, vilas, portos, podem ser percebidos, no âmbito dessas “novas” comunidades, em seu sentimento de pertença ao

novo lugar como uma forma em que tudo se passa como se procurasse ser compensada com um melhor domínio do território.

A concentração do poder impõe em troca que se conheça melhor o país, o Brasil, materializado nesses novos lugares, mas ao mesmo tempo, que se seja conhecido pelas pessoas que concentram tal poder, perceptível na visibilidade dada pelo jornal da Companhia, até quando descreve sobre práticas desportivas. “A constituição de administrações hierarquizadas, o desenvolvimento dos processos de recurso, a utilização do inquérito”, das estatísticas da produção econômica, dos dados demográficos, das cifras em impostos, etc. “constituem outras tantas respostas a esta nova necessidade, tornada mais urgente pela expansão espacial” (REVEL, 1989, p. 105) do território do país, que foi incorporando aquelas áreas, antes sertão, agora, território. E o futebol foi um desses indícios, ou, uma modalidade de estratégia de ação da construção do território.

CONCLUSÃO

Após a leitura e a reflexão sobre o longo processo histórico de ocupação dos sertões, as várias frentes ou fases de expansão, podemos afirmar que elas devastaram os recursos prodigiosos que estavam “ao alcance da mão”, sem nos esquecermos de milhares de colonos e suas famílias que, pela precariedade de seus recursos, pelos insucessos de suas primeiras lavouras nos novos lotes em que estavam assentados, ou pelos seus salários insuficientes, também lançaram mão do que havia nas matas em termos de caça, pesca ou extrativismo. Companhias nacionais ou estrangeiras e iniciativas individuais, as quais apropriaram-se de imensas propriedades nos vastos sertões, puderam iniciar os seus empreendimentos a “custo zero”, pois, no “armazém de Adão”, nada nem ninguém estava a contabilizar os “produtos” tirados das matas. Das centenas de toneladas de carne de cervo do pantanal, caçados pelos índios, exportados como pasta de carne bovina, da mesma forma suas peles, pela Brazil Land and Cattle Company do Sindicato Farkhar, na Fazenda Descalvado, no Mato Grosso, ninguém cobrou a fatura. Da madeira, passando pela infinidade de outros produtos extrativos citados anteriormente, até a alimentação provida da caça e da pesca e as peles comercializadas principalmente na Europa, muito pouco sobrou.

Nas centenas de pequenos povoados, vilas, patrimônios e pequenas cidades, do Oeste de São Paulo, Sul de Mato Grosso do Sul, e oestes afora, lugares por onde “passaram” as ondas do “progresso” e da “civilização”, restou uma realidade de muita penúria, onde as possibilidades de emprego ou trabalho tornaram-se (e são ainda hoje) bastante irrisórias. Já desde a década de 1950, momento aquele em que, em muitos lugares a colonização planejada desenvolvia-se a todo vapor, com o impulso modernizador da economia brasileira, milhares de colonos abandonaram o interior/sertão pela expectativa de vida melhor nos grandes centros industrializados, onde foram compor os conglomerados de favelas.

A prosperidade econômica, a expansão e a diversificação das atividades produtivas nos sertões do Oeste de São Paulo e Sul de Mato Grosso, materializaram-se sob a forma do

aumento e diversificação das indústrias, como olarias, serrarias, marcenaria, beneficiamento de algodão e amendoim, etc. Da mesma forma ocorreu com a diversificação agropecuária, sob a modalidade mais contemporânea do agronegócio e, especialmente, no que tudo isso representou em termos de aumento da riqueza e da melhoria das condições gerais da qualidade de vida, já que estas não se estenderam à grande maioria da população, ou seja, os problemas estruturais da sociedade brasileira não se alteraram de forma significativa. Talvez fosse interessante pensarmos no grande número de presídios existentes hoje na região Oeste do Estado de São Paulo.

Estando a atestar tal afirmativa, ainda para o período da pesquisa, expõem-se os dados relativos à mortalidade infantil, publicados quando da inauguração do Posto de Puericultura na cidade de Indiana no Estado de São Paulo, cidade que funcionava como sede das operações da CVSPMT. Quando do lançamento da pedra fundamental, em seu discurso, Jan A. Bata diz:

O escritor Stefan Zweig me disse: ‘é fato que no Brasil se dá mais cuidado com o bezerro do que com a criança’. Para terminar esse veredicto feito em Indiana, está sendo criado aqui o posto de puericultura. A mortalidade infantil em Indiana era uma coisa horrorosa, com mais do que uma criança em duas, que cobre a terra areiosa. (JORNAL ORDEM E PROGRESO, 15 abr. 1951, p. 7)

Naquele clima de solenidade oficial, em entrevista concedida ao referido jornal, o juiz de direito da Comarca de Matinópolis, cidade vizinha a Indiana, corrobora afirmando que “o problema mais crucial aí é o da maternidade e da infância, em face do número alarmante de óbitos infantis que se verifica notadamente nesta zona do Estado”, (Id., Ibid, p. 8) indício de que todo o progresso da modernidade ocorrida na região da Alta Sorocabana, bem como em outros lugares, em substituição aos espaços da barbárie e dos sertões bravios, em substituição à “civilização caingangue”, deveria ter representado uma alternativa de projeto para a melhoria de vida coletiva e/ou para a construção de um ser humano melhor, redimido das misérias materiais, das misérias humanas. Quiçá o “desbravamento” das matas dos sertões tenha contribuído para edificar um homem mais disciplinado, mais “civilizado”, mais solidário.

No aspecto da organização política, podemos realçar que nas fazendas concedidas, funcionaram, durante a República Velha, e perduraram até a metade do século XX, as seções eleitorais que garantiram as eleições de presidentes da República, governos

estaduais e municipais. Foram os já decantados “currais eleitorais”, controlados por aqueles que conseguiam concessões em terras devolutas, direitos de explorar portos e vias fluviais, pousos de boiadas, taxas e impostos, etc., que fizeram parte do complexo jogo do poder.

Aqueles homens em seu tempo, como: Major Cecílio, Francisco Tibiriçá, Jan Antonin Bata e muitos outros, muito mais do que heróis míticos ou heróis fundadores, visíveis em narrativas de caráter memorialista ou como fazem ver outras narrativas, eram pessoas movidas por interesses pessoais ou de grupos, e os muitos outros homens e mulheres, às centenas ou aos milhares, que se dirigiram para o Oeste o fizeram por uma motivação essencial: a luta pela sobrevivência e muito trabalho.

Os empreendimentos colonizadores, os seus discursos e as diversas práticas levadas a termo, que se dedicaram à construção da Nação, naqueles lugares do sertão, passaram por uma nova distribuição de poderes e pela instituição de uma espécie de transparência fundamental nas relações entre os homens. Para aqueles grupos que resistiram, passou a valer a fórmula fundada no princípio de que uma nova Constituição Nacional e a liberdade pública são mais vantajosas do que os privilégios que gozam alguns, cujo sacrifício é necessário à íntima unidade de todas as partes da nação, ou seja, declarou-se que todos os privilégios particulares locais, de etnias originárias, das municipalidades ou dos Estados da Federação foram abolidos sem remissão, e permaneceram confundidos no direito natural de todos os brasileiros. Afirma-se, assim, a prioridade absoluta da unidade nacional e atribuem-se a si própria os meios legais de realizar as táticas e estratégias da construção do Estado Nacional Brasileiro, portanto, de imposição de uma uniformização jurídica que passou a ser a base de novas relações sociais.

Os projetos de colonização e as políticas oficiais não deram conta de promover uma modernidade idealizada, especialmente no Sul do Estado de Mato Grosso, após 1977, Mato Grosso do Sul, pois perduraram estruturas econômicas arcaicas na maioria dos espaços ou lugares, de modo que na década de 1970, ainda:

[...] o criador atual do sul de Mato Grosso, longe de dominar o meio ecológico, está, ao contrário, estreitamente subordinado a ele, na medida em que seu gado depende quase que exclusivamente de uma parte da fitomassa natural da savana para sua alimentação. Não obstante, é freqüente que, durante o inverno, os animais emagrecem várias dezenas de quilos. Agosto a setembro são, a este respeito, meses críticos porque nessa época o criador procede à queimada geral a fim de limpar suas

pastagens e acelerar o recrescimento vegetativo da primavera. Assim, durante 15 dias a 3 semanas, os animais enfraquecidos enfrentam um verdadeiro período de fome, embora a carga seja então de um U.G.B. para 6 hectares, contra uma cabeça por 2 a 3 hectares em período chuvoso e quente. Aliás, o equipamento das fazendas de criação continuou bastante indigente. (PEBAYLE, 1981, p. 8-9).

A devastação do ambiente pela ocupação colonizadora, a marcha pioneira “destruidora de riquezas naturais” foi a segunda fase da valorização do Sul de Mato Grosso. Aqui, entretanto, o avanço foi ao mesmo tempo conquista e reconquista. Foi a conquista pioneira nas florestas atingidas pela marcha na direção do Oeste, dos plantadores paulistas e paranaenses, “Homens por demais apressados”, ao qual “a economia do mundo pioneiro impôs uma técnica agrícola devastadora” (Id. Ibid, p. 9). Isso de 1940 a 1965, mais ou menos. Mas ela é também reconquistada pelos homens do Rio Grande do Sul que, pelos fins dos anos 1960, empreenderam transformar a exploração dos espaços criadores dos campos limpos. Embora iniciados em datas diferentes e em meios geográficos diversos, estes dois avanços têm em comum o fato de terem sido, no seu início, tipicamente predadores em relação ao meio ecológico. Mas, tratou-se “apenas de um tempo, mais ou menos longo, ao qual sucederá esta ‘espécie de movimento de volta à marcha pioneira’, que, suspeitada por M. P. Mombeig, em 1950, hoje se revela plenamente nos espaços meridionais de Mato Grosso” (PEBAYLE, 1981, p. 11), a Mato Grosso do Sul.

Tanto para a região da Alta Sorocabana, abarcando a Pontal do Paranapanema, como para grande parte do Sul de Mato Grosso do Sul, depois de mais ou menos setenta anos de ocupação pela frente pioneira, em boa medida, fruto de projetos de colonização, cabe uma indagação sobre os seus resultados ou efeitos delas, pois:

[...] a imensidão das superfícies desmatadas, as milhares de cabeças de gado abrigadas por cada fazenda de criação surpreendem um pouco. Serão todos esses fazendeiros donos de grandes fortunas de São Paulo ou do Paraná para, assim, se permitirem povoar tão rapidamente, com zebus, milhares, e, às vezes, dezenas de milhares, de hectares? Nem sempre é assim, e aqui descobrimos todo o segredo da frente pioneira brasileira, o qual consiste precisamente nos cálculos e meios que esses homens imaginam para lograr uma grande exploração a partir de um investimento inicial relativamente pequeno. Na origem, existe essa floresta que, ainda em 1972, se vendia a Cr\$ 500,00 0 hectare. O próprio desmatamento é financiado por certos órgãos de crédito ou, com maior freqüência, realizado pelo intermediário agricultor. (PEBAYLE, 1981, p. 24).

Na década de 1970 e 1980, o processo de desmatamento, após a retirada de toda a madeira de maior valor, ocorria a quebra do mato com a utilização dos “correntões” arrastados por dois potentes tratores de esteiras, que derrubavam tudo o que estivesse pela frente, logo em seguida todo o material orgânico era amontoado em leiras e queimado, para grande prejuízo ao meio ambiente, ou, o que era pior pelo seu efeito residual no ambiente, a aplicação do “famoso” Tordon, também conhecido por “agente laranja”, um desfolhante, subproduto da guerra do Vietnã, proibido em quase todo o mundo, mas aqui ajudou a fazer a fortuna de muito vendedor de “veneno”, além de diminuir substancialmente os custos da limpeza dos terrenos, pois, para grandes áreas o produto era aplicado por avião agrícola. No caso do financiamento por agências de crédito:

No primeiro caso, o banco não hesita em correr os riscos de um financiamento e médio prazo, pois, além de tomar em hipoteca a terra que ele sabe destinada a uma rápida valorização, não ignora que o primeiro venderá bastante madeira às serrarias e daí retirará um substancial lucro. O Recurso ao agricultor é mais raro, pelo menos no estágio de desmatamento. Ao sul de Naviraí, no entanto, famílias japonesas agrupadas em cooperativas aceitaram um contrato mediante o qual desmatam centenas e centenas de hectares cedidos por seu proprietário sem recursos, obtendo o direito de cultivar neles o algodão, pelo espaço de três anos. O criador exige, por seu lado, a devolução das terras desmatadas e cultivadas na forma de pastagens artificiais, findo o contrato. Certas empresas de colonização privadas também montaram aos poucos fazendas de criação de milhares de hectares, dividindo suas terras em duas partes: uma vendida sob a forma de lotes aos colonos, outra desmatada e explorada progressivamente pela criação, valendo-se dos lucros auferidos com a venda daqueles lotes. (PEBAYLE, 1981, p. 25).

Em suma, a essência do sistema repousou sobre a associação do capital imobiliário com uma força de trabalho largamente disponível e bem pouco exigente. E, segundo Georges Duby, a história continua. Desse modo, o avanço da “nossa” civilização industrial, nos moldes liberais continua, buscando sempre os “espaços vazios”, encontrados ainda hoje nas regiões amazônicas.

Na perspectiva da cultura como um campo de lutas por espaços de afirmação de identidade, foi no núcleo colonial mais a Oeste, o último deles, em Batayporã, que desde o ano 2000 iniciou-se um movimento de valorização da memória e da história do lugar, através do Centro de Memória Jindrich Trachta, e simultaneamente buscando produzir uma identidade local. A referência central a essa constituição identitária é ainda a Companhia Viação São Paulo Mato Grosso e o fundador da cidade, Jan Antonin Bata. O mesmo

fenômeno, o da retomada da construção da identidade, buscando alguma legitimidade na história e pautada pelos mitos fundadores, ocorreu nos últimos anos no município de Bataguassu, no Estado de Mato Grosso do Sul, cidade também fundada pela CVSPMT. Nas duas cidades, Batayporã e Bataguassu, existe um busto de Jan Antonin Bata em praça pública.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dióres Santos. **Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo**. O comércio de gado. São Paulo: Revista Brasileira de História, nº 105, USP, 1976.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru/SP: 2000. (Coleção História)
- _____. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista/Campus de Assis.
- BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. Educação Modernizadora e Educação de Classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período Vargas e Juscelino. In: **Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964**, vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH; Marco Zero, 1994.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Tentativas de fixação do povoamento no Estado de São Paulo e de integração do Vale do Paranapanema durante o governo Jorge Tibiriçá (1904-1908)**. Anais de História – Departamento de Filosofia Ciências e Letras de Assis. Assis/SP, Ano VII, 1975, pp. 31-47.
- BONFIM, Juliana Sanches Silva. **Colonização particular: a atuação da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1940-1960)**. Dourados/MS: UFGD, 2009. Dissertação de Mestrado.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cenários e Momentos da Vida Camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, Ana Maria de., e GODOI, Emilia P. de. **Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena e os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998. pp. 133-66.
- BRIGGS, Asa. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- BROWN, Dee. **O faroeste: a história épica do oeste americano, vivida pelos homens que ajudaram a construir uma nação**. Rio de Janeiro: Record, sd.
- BURITY, Joanildo A.(organizador). **Cultura e identidade: perspectivas Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- _____. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.
- MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.(Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- CASTRO, S. Pereira, et all. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: EDUFMT, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

- _____. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2.** Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. **A invenção do cotidiano: 1.** Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. A “Nova” história cultural existe?. In: **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações/** organizadores Antonio Herculano Lopes (et al.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- _____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943.** Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2006.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- DE LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- _____. Um Repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. In: **ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 8, n.13. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, 2006, pp. 97-107.
- DONATO, Hernani. **Chão bruto.** São Paulo: Círculo do Livro, sd.?)
- DOUGAN, Andy. **Futebol & Guerra: resistência, triunfo e tragédia do Dínamo na Kiev ocupada pelos nazistas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- DUBY, Georges. **A história continua.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1993.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- FERREIRA, João Fernando. **A construção do Pacaembu.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FOHLEN, Claude. **O faroeste (1860-1890).** São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GECÁR, Jiri. Os Problemas do Meio de Vida e a Construção de Habitações. In: **Revista Civilização Brasileira: Tchecoslováquia, análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1968, pp. 131-3.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de. O Sistema do Lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria de., e GODOI, Emília P. de. **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena e os estudos rurais e os estudos urbanos.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998. pp. 97-131.
- GRESSLER, Lori Alice e SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao Município de Dourados.** s. l.: DAG Gráfica Editorial Ltda. 1988.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

JAMESON, Fredrich. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KLADSTRUP, Don e Petie. **Vinho & Guerra**: os franceses, os nazistas e a batalha pelo maior tesouro da França. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MARCON, Telmo. **Memória, história e cultura**. Chapecó/SC, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Frente pioneira**: contribuição para uma caracterização sociológica. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos/Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, Cadernos n° 05, 1972, pp. 102-12.

MARTINS JUNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Doutorado.

MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

_____. **História das ciências sociais no Brasil**, vol 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PÉBAYLE, Raymond e KOEHLIN, Jean. As Frentes Pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. In: **Revista Espaço e Conjuntura**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia. 1981.

PEIXOTO, Fernanda Áreas. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras, 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.) **História das ciências sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. pp. 477-531.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Pelos campos da nação**: um goal-keeper nos primeiros anos do futebol brasileiro. In: **Estudos Históricos**: Indivíduo, biografia, história. Rio de Janeiro: FGV, 1997, vol. 10, n° 19, pp. 23-40.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PONTES, Heloisa. Brasil com Z: a produção estrangeira sobre o país, editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1988. In: MICELI, Sérgio (org.) **História das ciências sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995. pp. 443-77.

_____. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.) **História das ciências sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. pp. 419-76.

- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos/SP: Claraluz, 2005.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SAID, Edward W. **Representações do intelectual – As conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALGADO, Fernando C. Fonseca, LEITE, José Ferrari e ALEGRE, Marcos. **No pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: UNESP/Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/Departamento de Geografia, 1970, pp. 06-55.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERM, Frantisek. Elaborar Completamente a Teoria do Socialismo. **In: Revista Civilização Brasileira: Tchecoslováquia, análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1968, pp. 124-5.
- SMRKOVSKY, Josef. As Reabilitações, a Política Operária e a Posição Internacional. **In: Revista Civilização Brasileira: Tchecoslováquia, análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1968, pp. 135-40.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- THOMAS, Keith. Entrevista. **In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- TIGRID, Pavel. **A primavera de Praga**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Editora Laudes, 1970.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978 (col. Brasileira)
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da colônia Várzea Alegre (1957-1970)**. Assis, 1986. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP.
- VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FONTES

ARAMBASIC, Dolores Ljiljana Bata, e SILVA, Evandro Amaral Trachta e. **Passos tchecos em terras brasileiras**. OCTEB-Oficina Cultural Tcheca e Eslovaca do Brasil, Batayporã, 2003.

A VOZ DO POVO. Edital de Protesto. janeiro de 1928. Presidente Prudente/SP.

BATA, Jan Antonin. **Estudos sobre a migração**. Batatuba-SP: se, 1951.

_____. **Primeiras palavras**. Jornal Ordem e Progresso. Indiana/SP, nº 01 de 30.09.1942.

_____. **Uma viagem no Rio Pardo**. Jornal Ordem e Progresso. Indiana/SP, nº 03 de 31.10.1942.

_____. **Nova cidade a surgir no sertão**: impressões de uma viagem a Monte Alegre. Jornal Ordem e Progresso. Indiana/SP, nº 06, 15.08.1943.

_____. **Uma aventura tenebrosa**: os invejosos emagrecem com a gordura daqueles a quem invejam. Jornal Ordem e Progresso. Indiana/SP, nº 24, dez. 1946.

_____. Carta ao Ministro da Economia. Painel 1/5. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005, e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

_____. Carta ao Ministro dos Correios, 23. abr. 1946. Painel 1/2. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005 (a), e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

_____. Carta ao Ministro da Justiça, 27. abr. 1946. Painel 1/2. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005 (b), e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

_____. Carta a Josef Hlavnic, 29. jul. 1939. Painel 2/1. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005 (d), e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

_____. Carta a Josef Hlavnic, 11. jul. 1940. Painel 1/3. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005 (c), e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

_____. Carta de Nova Iorque, 24. jul. 1939. Painel 2/1. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005 (e), e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

_____. Carta para a sogra, Batatuba/SP, 05. mar. 1947. Painel 1/4. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005, e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

- CUNHA, Comandante Pereira da. **Viagens e caçadas em Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Livraria Francisco Alves, 1922.
- CIRCULAR enviada ao Secretário do Governo do Estado de Mato Grosso, pela Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, Rio de Janeiro, 06 de junho de 1908.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria**. 24 de maio de 1909. São Paulo, 1909.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria**. 13 de novembro de 1913. São Paulo, 1913.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria**. 07 de janeiro de 1914. São Paulo, 1914.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria**. 17 de janeiro de 1914. São Paulo, 1914.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria**. 01 de fevereiro de 1914. São Paulo, 1914.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Ordinária da Diretoria**. 15 de setembro de 1917. São Paulo, 1917.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria**. 28 de fevereiro de 1927. São Paulo, 1927.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Ordinária da Diretoria**. 13 de dezembro de 1923. São Paulo, 1923.
- CVSPMT. **Ata da Reunião Ordinária da Diretoria**. 30 de junho de 1927. São Paulo, 1927.
- CVSPMT. **Estudos Sobre Possibilidades na Fazenda Samambaia**. Batatuba, 03.11.1942. Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS. (Caixa 16, envelope 18)
- CVSPMT. **Mariópolis**. 1943. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.
- CVSPMT. **Texto elaborado para o Guia da Estrada de Ferro Sorocabana**. 1938. Acervo digital do Centro de Documentação Histórica, UFGD, Dourados/MS.
- CVSPMT. **Touring Club do Brasil**. 1934. Acervo digital do Centro de Documentação Histórica, UFGD, Dourados/MS.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 30 out. 1931. **Decreto nº 5245** de 29 de outubro de 1931, p. 01.
- DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO. Jonas Soares de Souza e Miyoko Makino (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- DIRETORIA DE VIAÇÃO/SP. **Contrato** que a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso e o Governo do Estado de São Paulo assinam para o Serviço de Navegação do Rio Paraná e Afluentes. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 08 mar. 1923. pp. 1787-1788.
- DOBES, Jan. Decretos Retributivos – uma norma jurídica ou uma arma de combate. Painel 1/6. TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005, e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

DOCUMENTO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Campo Grande/MT, 25 de março de 1908.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Mariápolis. IBGE, abril de 1958. Estado de São Paulo.

ESCOBAR, Ildefonso. **A marcha para o oeste:** Couto de Magalhães e Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1941.

GOULART, Pe. José Dias. **Bandeirante do século XX:** fundação de Presidente Prudente narrada pelo seu fundador (1917-1967). Caxias do Sul/RS: Gráfica São Paulo das Edições Paulinas, 1967.

HNILICA, Vendelin. **Dois anos de atividade!**. Ordem e Progresso, nº 01, 30.09.1942, Indiana/SP, pp.2-3.

KRUG, Dr. Edmundo. **As margens do Paranapanema:** excursão realizada no anno de 1905. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 186, janeiro – março de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. pp. 369-461.

KYBAL, Vlastimil. Carta ao Presidente do Comitê Nobel da Noruega. Washington, dezembro de 1956.

LIMA, General João de Mendonça (Ministro da Viação e Obras Públicas). **Comunicações, transportes e obras públicas no decênio 1930-1940.** Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, 1941. D.I.P.

MAGALHÃES, Couto de. **O selvagem.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (Coleção Brasileira, vol. 52)

_____. **Viagem ao Araguaia.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Coleção Brasileira, vol 28)

METELLO, Adriano. O Sul de Mato Grosso. In: **Revista do Brasil**, v. 20, nº 77, pp. 43-53.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. **Urupês.** 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **Idéias de Jéca Tatu.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

NEIVA, Frei Sebastião da Silva. **Através de campinas e matagais.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1949.

OLIVEIRA, Nelson Verlangieri de. **Breve relatório.** Presidente Prudente, 15 de agosto de 1991. Acervo de documentos da Família Bata, Presidente Prudente/SP.

OLIVEIRA, Sebastião Almeida. **Vestígios de hábitos aborígenes nos usos e costumes sertanejos.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XXXV. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, dezembro de 1938, pp. 183-197.

OSANCRO. **Disciplina e servilismo.** Jornal Ordem e Progresso. Indiana/SP, nº 07, 27.09.1943

PELLEGRINI, Domingos. **Terra vermelha.** São Paulo: Moderna, sd.

PETRONE, Pasquale. **No Rio Paraná, de Porto Epitácio a Guairá:** relatório de viagem. Boletim Paulista de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Regional de São Paulo, nº 21, outubro de 1955, pp. 55-94.

PIZA, Marcelo. **Notas sobre os Caingangos**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XXXV. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, dezembro de 1938, pp. 199-209.

PUIGGARI, Umberto. **Nas fronteiras de Mato Grosso**. São Paulo: Edição da Casa Mayença, 1933.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e boiadas**. Goiânia: Ed. UFG: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998. (Coleção Belamor, 3)

REIS, Raul. **Aparecida D'Oeste e sua história**. Aparecida d'Oeste/SP: Editora Bom Jesus, dez. 2000.

RELATÓRIO, da Repartição de Terras, Minas, Colonização e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 13 de abril de 1908.

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. **Editorial**. Caderno Especial: Tchecoslováquia, análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto, ano IV, nº 03, setembro de 1968. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970.

ROOSEVELT, Theodore. **Nas selvas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SAMPAIO, Teodoro. **Considerações geográficas e econômicas sobre o valle do Rio Paranapanema**. Boletim da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, nº 04. São Paulo: Typographia King, 1890.

SCLIAR, Moacyr. **A majestade do Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SEREJO, Hélio. **Contos crioulos**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 1998.

SILVA, Hermano Ribeiro da. **Garimpos de Mato-Grosso: viagens ao sul do estado e ao lendário Rio das Garças**. São Paulo: Empresa Editora J. Fagundes, 1936.

TAUNAY, Visconde de. **Visões do sertão**. São Paulo: Officina Graphica Monteiro Lobato&C, 1923.

TRACHTA, Jindrich. **Jan Antonin Bata, Dr. Honoris Causa**. Batayporã, 11.08.1981. Documento datilografado. Acervo do Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS

TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005, e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. Comunicação da Embaixada Tchecoslovaca no Rio de Janeiro. Painel 1/3. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005, e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

TRIBUNAL NACIONAL CONTRA JAN ANTONIN BATA. Registro de um documento no Ministério da Indústria, 17. ago. 1945. Painel 1/6. **Exposição de painéis com fotos e textos**. Elaborado na República Tcheca em 2005, e trad.?. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã/MS.

Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. **Depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada.** Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 2ª Edição. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1977.

Ante-Projeto do Núcleo de Colonização “Presidente Kennedy”. **Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso.** Estado de Mato Grosso, 1962.

Catálogo dos Produtos Enviados pelo Estado de Mato Grosso para a Exposição Nacional de 1908. **Governo do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá-MT: Estab. Avelino de Siqueira, 1908.

Primeiro Translado de Escritura de Organização da Sociedade Anônima Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de São Paulo.** Sábado, 13 de junho de 1908.

Primeiro Translado de Escritura de Constituição Definitiva da Sociedade Anônima Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, Em Aditamento a Outra Lavrada Nestas Notas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo.** Sábado, 13 de junho de 1908.

Estatuto da Terra. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. São Paulo: Editora Saraiva, 1986. (Série Legislação Brasileira)

ORDEM E PROGRESSO, **Folheto de propaganda da organização Bata na zona Sorocabana.** 1942 a 1951, nº 01 a 36. Indiana/SP.

KRÁSNÝ POZDRAV ZE ZLÍNA: **Pohlednice z let 1898-1945.** Muzeum Jihovýchodní Moravy ve Zlíne, 2004. (República Tcheca).

Artigos sem autoria

DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Confiante o povo de Mariópolis.** 30.12.1953.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Um centro de puericultura em Campo Grande.** Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 1944, pp. 01 e 04.

ORDEM E PROGRESSO. A nova escola profissional. **Folheto de propaganda da organização Bata na zona Sorocabana.** Indiana/SP: nº 01, 30 set. 1942. p. 4.

ORDEM E PROGRESSO. Cima Esporte Clube. **Folheto de propaganda da organização Bata na zona Sorocabana.** Indiana/SP: nº 07, 29 set. 1943. p. 3.

ORDEM E PROGRESSO. Comarca de Martinópolis. Cartório do 2º Ofício. Edital de contra-protesto requerido pela Cia. de Viação São Paulo Mato Grosso, Cia. Comercial Alto Paraná e Dr. Jan A. Bata. **Folheto de propaganda da organização Bata na zona Sorocabana.** Indiana/SP: nº 24, dez. 1946. p. 1 a 3.

_____. O Calçado e a Civilização. **Folheto de propaganda da organização Bata na zona Sorocabana.** Indiana/SP: nº 15, nov. 1944, p. 01.

_____. A Navegação no Rio Paraná. **Folheto de propaganda da organização Bata na zona Sorocabana.** Indiana/SP: nº 01, 30 de nov. 1942, p. 2.

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 29 de maio de 1951. Pauta dos Gêneros Sujeitos ao Imposto de Exportação, taxa de 5% para vigorar no 2º semestre de 1951.

Entrevistas

SOUZA, Afonso de Santos. **Entrevista**. 25 de março de 2008. Arquivo Histórico do Núcleo de Cultura/Secretaria de Educação/Bataguassu/MS.

ILUSTRAÇÕES

Acervo Particular. Dolores L. Bata Arambasic. Batayporã/MS (Figuras 6; 7; e 8).

Arquivo Histórico. Núcleo de Cultura, Prefeitura Municipal de Baraguassu/MS (Figura 11).

Arquivo Provisório. UNESP/Presidente Prudente/SP (Figuras 16; 17; 18; 19; e 20).

Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã/MS (Figuras 2; 4; 5; 12; 13; 14; e 15).

Centro de Documentação Histórica. UFGD/Dourados/MS (Figuras 1; 9; e 10.)

DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO. Jonas Soares de Souza e Miyoko Makino (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. (Figura 3).

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO NÚCLEO DE CULTURA. Secretaria de Educação. Prefeitura Municipal de Bataguassu, MS.

ARQUIVO HISTÓRICO “PROVISÓRIO”. Unesp/Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, SP.

ARQUIVO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO BARBOSA RODRIGUES. Campo Grande, MS.

ARQUIVO PESSOAL DE DOLORES LJILJANA BATA ARAMBASIC. Nova Andradina, MS.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande, MS.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, MT.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, SP.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE. Presidente Prudente, SP

ARQUIVO PRIVADO DA FAMÍLIA BATA. Presidente Prudente, SP.

BIBLIOTECA DO CAMPUS DE ASSIS. Assis, SP.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA. Unesp/Campus de Assis, SP.

CENTRO DE MEMÓRIA JINDRICH TRACHTA. Batayporã, MS.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, GO.

MUSEU HISTÓRICO DA RÁDIO COMERCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Presidente Prudente, SP.

ANEXOS

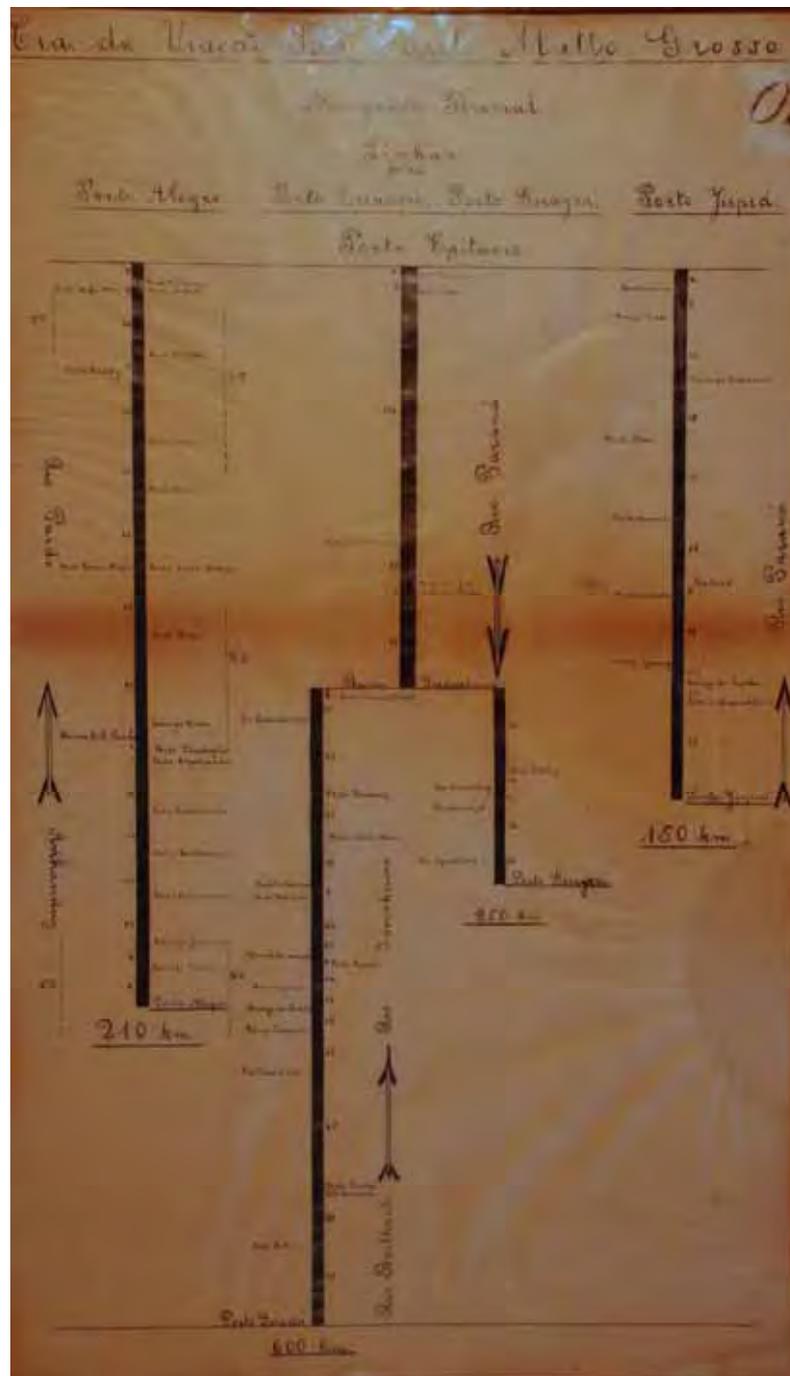


Fig.9: Roteiros da navegação.
Fonte: Acervo digital do Centro de Documentação Histórica/UFGD. Dourados/MS.

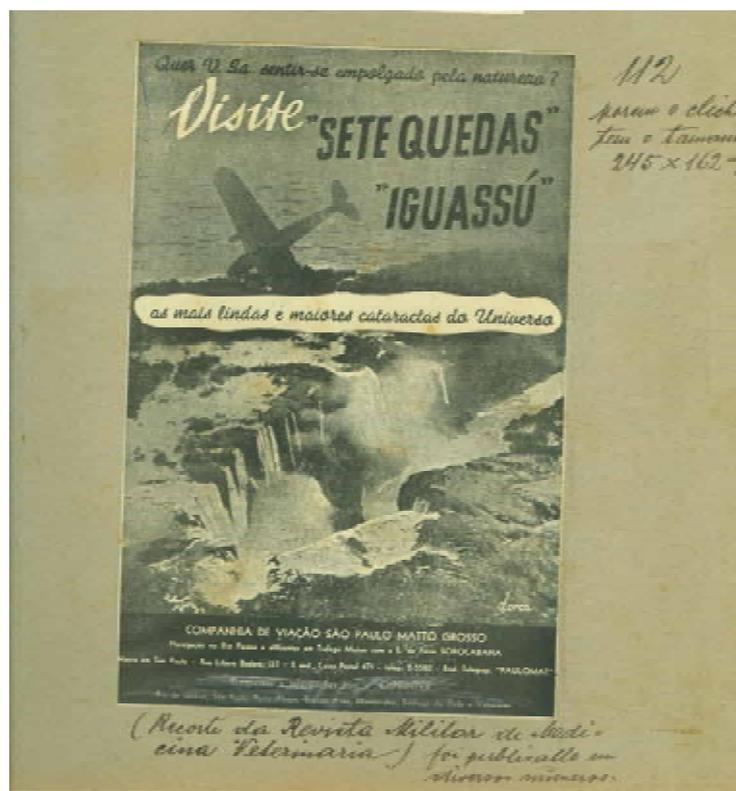


Fig. 10: Cartaz promocional da navegação turística pelo Rio Paraná até Foz do Iguassu.
 Fonte: Acervo digital. Centro de Documentação Histórica. UFGD. Dourados/MS.



Fig. 11: Pequenas embarcações da CVSPMT.
 Fonte: Acerto fotográfico. Arquivo Histórico. Núcleo de Cultura.
 Secretaria de Educação de Bataguassu, MS.



Fig. 12: Equadrias em madeira fabricados pela Companhia CIMA. Indiana.
Fonte: Acervo digital. Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.



Fig. 13: “Madeirovia”. Na falta de trilhos de ferro, trilhos de madeira, em Indiana, SP.
Fonte: Acervo digital. Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

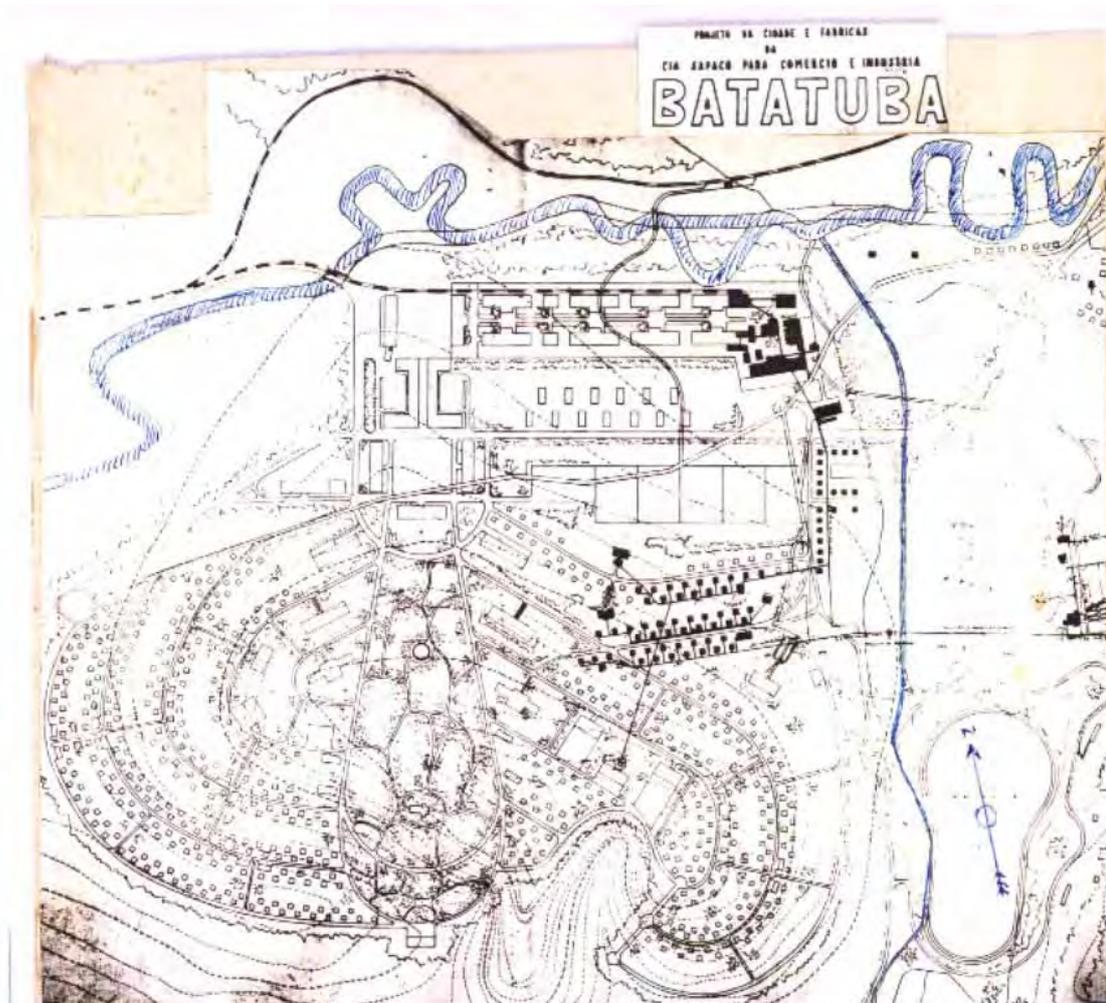


Fig. 14: Projeto da cidade industrial de Batatuba, SP.
Fonte: Acervo Digital. Centro de memória Jindrich Trachta.



Fig. 15: Croqui com localização do Núcleo Colonial e Patrimônio de Mariópolis, SP.
 Fonte: Acervo digital. Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã/MS



Fig. 16: Planta Vila Boa Esperança, SP, década de 1940.
Fonte: Arquivo provisório/UNESP/Pres. Prudente

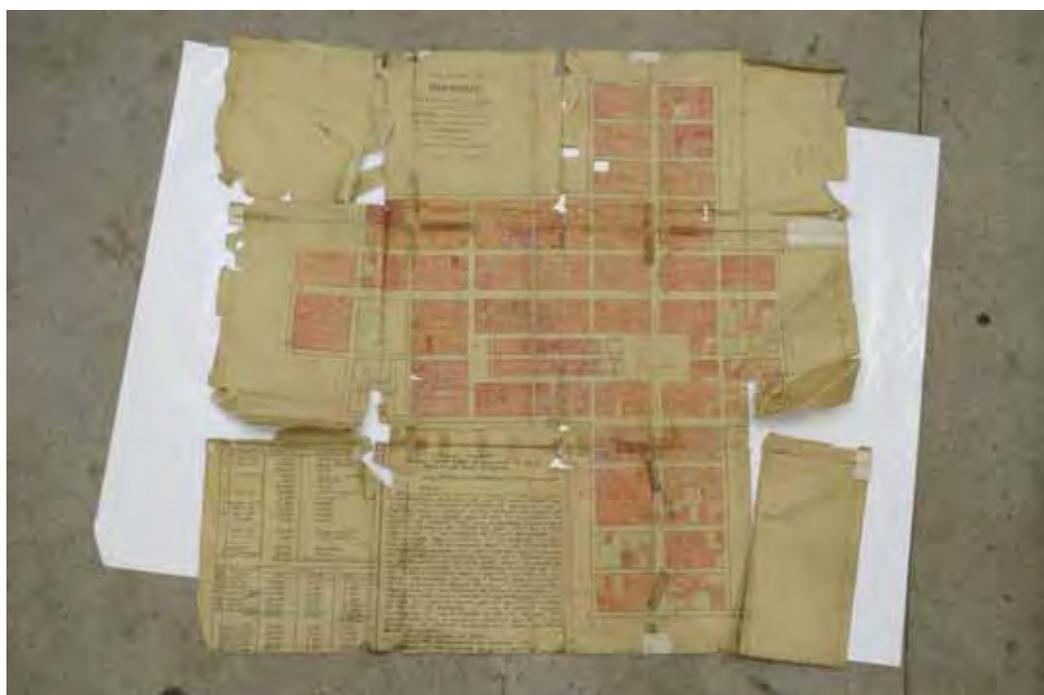


Fig. 17: Planta Mariópolis, SP, década de 1940.
Fonte: Arquivo provisório/UNESP/Pres. Prudente



Fig. 18: Planta Vila Alegrete, Martinópolis, SP, década de 1940.
Fonte: Arquivo provisório/UNESP/Pres. Prudente.



Fig. 19: Planta do Patrimônio Bartyra, SP, década de 1940.
Fonte: Arquivo provisório/UNESP/Pres. Prudente.



Fig. 20: Planta do Patrimônio de Regente Feijó, SP, década de 1940.
Fonte: Arquivo provisório/UNESP/Pres. Prudente.